

DADOS DO DOCUMENTO

TÍTULO: Relatório Figueiredo vol. 06

DATA DE PRODUÇÃO: 1967

ORIGEM DO DOCUMENTO: -

GRAU DE SIGILO: -

NÚMERO DE PÁGINAS: 222

DESCRIÇÃO:

O Relatório Figueiredo é uma série de documentos produzidos a partir da investigação que apurou as irregularidades cometidas pelo Serviço de Proteção aos Índios, no período da Ditadura Militar. Comissão presidida por Jader Figueiredo.

Documentos: Boletim interno do SPI nº55 – meses de maio e junho – 1962, nº 57 – meses set.-out.-nov.-dez. – 1962, Nº56 – meses set-out-nov; notas fiscais do Ministério da Aeronáutica e de compra de materiais de construção; recibo de liberação de material do Ministério da Guerra; notas de entrega da Diretoria de Obras e Fortificações da Prefeitura Militar de Deodoro; talão de cheques; documento do Departamento de Edificações do Distrito Federal; contrato de compra e venda; “Título de Propriedade e Planta Geral arquivada no 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis”; Registro geral de imóveis; notas fiscais em nome do coronel Moacyr; folha de pagamento de Joaquim Fernandes Ramos; documentos da Diretoria de Obras e Fortificações do Ministério da Guerra; planta arquitetônica, “Projeto de residência – Jardim Guanabara – Ilha do Governador – Proprietário Moacyr Ribeiro Coelho”.

1161
[assinatura]

-estudar e planejar a instalação de Postos-Modelo a serem montados pelo SPI, para o funcionamento de escolas de orientação profissional, destinadas a encaminhar os jovens indígenas para uma profissão, como sejam, as de mecânico, marceneiro e carpinteiro, serralheiro, funileiro, etc.;

-estabelecer convênio para que anualmente, certo número de matrículas em internatos sejam atribuídas ao SPI, para encaminhar seus índios ao ensino técnico profissional.

d) Junto ao Ministério da Marinha:

Solicitar a designação de uma comissão para, em colaboração com este Serviço,

-planejar uma flotilha para os transportes da produção indígena, na bacia do Paraguai e na Amazônia;

-instalar pequenos estaleiros para construção e reparos de embarcações e,

-consultar a possibilidade de adquirir daquele Ministério embarcações de fundo chato, dos excedentes de guerra norte-americana,

e) Junto ao Ministério da Saúde:

Solicitar a designação de uma comissão para, em colaboração com este Serviço,

-prestar concurso especializado, por intermédio de uma equipe de médicos e sanitaristas, tendo em vista os seguintes problemas:

1) estudar as condições de vida dos silvícolas e suas necessidades mais urgentes;

2) planejar medidas sanitárias, para atender às populações indígenas, face, especialmente, à necessidade de vacinação em massa contra varíola, tuberculose, etc.;

3) erradicação de endemias, como verminoses, impaludismo, boubas etc;

4) hospitalização em casas de saúde, do Estado.

f) Junto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Solicitar a designação de uma comissão para, em colaboração com este Serviço,

-promover os meios necessários à regulamentação do artigo 216 da Constituição Federal;

-legalizar as glebas indígenas, de vez que, de dia para dia, são os nossos silvícolas expoliados, pelos civilizados, das terras que lhes pertencem, sem que este Serviço possa recorrer a medidas legais, na salvaguarda dos interesses do aborígene.

g) Junto ao Ministério da Aeronáutica:

Solicitar a designação de uma Comissão para, em colaboração com este Serviço,

1162

-planejar a assistência a ser prestada pela Aeronáutica, no sentido de permitir ao SPI fazer chegar aos Postos, da maneira mais expedita, pessoal e cargas;

-estudar a possibilidade de ser encaminhado ao SPI, para distribuição aos Postos Indígenas, material descarregado, mas que possa ser útil aos índios;

-estudar a possibilidade de ser estabelecido um convênio entre o SPI e o Ministério que facilite o internamento e tratamento de aborígenes, em hospitais e enfermarias da Aeronáutica, e colocar à disposição do Serviço, em Brasília.

h) Junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

Designar uma comissão para, em colaboração com este Serviço,

-planejar e preparar, tènicamente, o recenseamento geral das populações indígenas tuteladas pelo SPI.

11) Valho-me da oportunidade para renovar a V.Exa. os protestos de e levada estima e distinta consideração.

ASS; Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho-Diretor do SPI".-

"SUMMER INSTITUTE OF LINGUISTICS" DOA AVIÃO AO SPI

Realizou-se nesta Diretoria, no dia 13 de junho do ano corrente, uma solenidade, em que o Summer Institute of Linguistics notificou, ao Serviço de Proteção aos Índios, a doação de um avião, para que o SPI possa dispor de maior mobilidade, na assistência aos silvícolas.

Presentes a solenidade, o Sr. Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho, Diretor do SPI; Sr. Lawrence Routh, representante do Sr. William Townsend; Robert Schneider, Coordenador do Summer Institute of Linguistics para a América Latina, além de todos os funcionários desta Diretoria.

O avião deverá ser entregue ao Serviço de Proteção aos Índios no mês de setembro próximo e tem as seguintes características:

- HELIO COURIER
- MODELO 395-A
- MONO MOTOR
- MOTOR LYCOMING GO 435 C2 B2-260HP
- HÉLICE - HARTZELL DE VELOCIDADE CONSTANTE
- RÁDIO BÚSSOLA LEAR ADF 12 RÁDIO SUNAIR -5
- CINCO LUGARES
- PESO VASIO: 2.000 LIBRAS
- CAPACIDADE DE COMBUSTÍVEL: 60 GALÕES
- AUTONOMIA DE VOO: 1.200 KM
- RAIO DE AÇÃO: 4 HORAS E MEIA
- O avião será entregue com peças e ferramentas especiais.

O Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, Ten.Cel. Moacyr Ribeiro Coelho, falou de improviso, agradecendo a doação feita por aquele Instituto.

=RECOMENDAÇÕES DO SR. DIRETOR DO S.P.I.=

O Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, Ten.Cel. Moacyr Ribeiro Coelho, baixou as seguintes instruções, para aplicação da Verba "Assistência Social" e outras:

"As presentes instruções visam disciplinar a aplicação das verbas 1.6.17 - 4.2.08 - 1.3.06 e são encaminhadas aos chefes de Inspetorias para orientá-los na organização dos respectivos PLANOS.

I-OBJETIVO:

A assistência terá em vista não a distribuição indiscriminada de bens de utilização imediata; mas será subordinada a um planejamento destinado a promover melhoramento das condições de vida do índio, através da aplicação do numerário em favor da saúde, do ensino e na aquisição de bens reprodutivos.

Nestas condições, o planejamento abrangerá os seguintes ramos de atividade:

II-ASPECTOS A CONSIDERAR NO PLANEJAMENTO:

E D U C A Ç Ã O

Aquisição de livros e material didático para ensino pré-primário e primário.

Aquisição de material destinado à instalação de oficinas de sapataria, correaria, selaria, mecânica, carpintaria, marcenaria, tendo em vista o aprendizado profissional dos moços.

Para moças: máquinas de costura e o indispensável ao aprendizado do corte, bordados, etc.(Verba Assistência Social-1.6.17).

HIGIENE E SAÚDE

Sob este aspecto deverá ser prevista a aquisição de vaci -

1164
[assinatura]

nas contra: tifo, varíola, difteria, tétano, BCG e, se possível, pólio-
mielíte; aquisição de específicos de combate às verminoses e en-
demias, sobretudo febres palustres; medicação para combate à tuber-
culose, aos parasitos, pregas e insetos domésticos (piolho, perceve-
jos, mosquitos, moscas, etc.). Devendo as farmácias dos Postos man-
ter estoque permanente de medicamentos, tais como: vermífugos, forti-
ficantes, anti-anêmicos, sôros anti-ofídicos, complexos vitamínicos,
colírios, anti-bióticos, pomadas, laxantes, anti-disentéricos e os
adequados a serviços de emergência, mister se faz a previsão destas
aquisições (Verba Assistência Social 1.6.17).

TRANSPORTES

No setor dos transportes fluviais dever-se-á prover às Inspe-
torias com os meios indispensáveis à movimentação de pessoal e mate-
rial, tendo em vista atender às necessidades de:

1º) transporte rápido de pessoal, visando inspeções, remoção de doen-
tes etc.

2º) transporte de carga, visando o abastecimento dos Postos e o trans-
porte de seus produtos destinados à venda ou à permuta com outros
Postos (Verba 4.2.08-Embarcações e material flutuante).

ECONOMIA

As previsões neste setor poderão abranger, conforme as pecu-
liaridades de cada Inspeção quatro aspectos fundamentais: Agricul-
tura, Pecuária, Indústria e Indústria Extrativa.

AGRICULTURA-Aquisição de sementes, inseticidas e adubos. Ferramenta
manual (Verba 1.6.17 - Assistência Social).

PECUÁRIA- Aquisição de reprodutores e matrizes: bovinos, cavalares,
muas e suínos (Verba 1.4.01-Animais destinados a trabalho, Produ-
ção, Criação e outros fins).

Arreios e material de montaria; vacinas e medicação veterinária (Ver-
ba 1.3.06-Material de Coudelaria ou de uso zootécnico).

INDÚSTRIA-Construção de olarias, Engenho para beneficiamento de ma-
deira e de herva mate e fabricação de farinha (Verba 1.6.17-Assistên-
cia Social).

INDÚSTRIA EXTRATIVA- Material indispensável à extração de babassu ,
seringa, caucho, balata, sôrva e óleos vegetais, etc. (Verba 1.6.23-
Manutenção de Inspetorias e Postos Indígenas).

INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÕES

Construção de casas para índios, escolas e oficinas, depósi-
tos e paiós; currais; cercas e aramados; poços, aguadas e banheiros
(Verba 1.6.17-Assistência Social).

DIVERSOS

Sob esta rubrica deverá ser adquirido material de caça e pes-
ca para ser distribuído individualmente ao índio; compra de vestuá-
rio e objetos de uso individual (Verba 1.6.17-Assistência Social).

III - C O N C L U S Ã O:

Isto pôsto e tendo em vista a Ordem de Serviço Interna nº 86, de 28.05.62, os Chefes de Inspetorias elaborem com urgência e de acordo com a orientação apresentada, os seus estudos e enviem à Diretoria os PLANOS para aplicação, comportando necessariamente, para cada quantia a ser empregada designação do Pôsto Indígena ou local onde será aplicada e o fim a que se destina."

DIRETOR DO SPI
PROFERE CONFERÊNCIA

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios foi convidado pela presidência do "Centro de Estudos e Debates de Assuntos Sociais e Políticos", da Faculdade Paulista de Direito para proferir, a 18 de maio, uma conferência sobre o Problema do Índio.

Do programa realizado em São Paulo constou entrevista na Televisão, com líderes universitários, sobre o mesmo tema.

P.I. FRANCISCO HORTA NA
EXPOSIÇÃO AGRO-PECUÁRIA

O Pôsto Indígena Francisco Horta, subordinado a 5a. Inspetoria Regional tomou parte na Exposição Agro-Pecuária, realizada no Município de Dourados, expondo produtos agrícolas dos índios assistidos por aquele Pôsto.

Pelo Diploma e Medalha conquistados na referida Exposição, as congratulações e aplausos da Diretoria ao Encarregado e demais funcionários do Pôsto.

O SPI NOS JORNAISSPI EXPLICA SUA ATUAÇÃO

Publicado pelo DC Brasília, em sua edição do dia 8 de junho - "O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, Cel. Moacyr Ribeiro Coelho, a propósito de nota ontem divulgada por este jornal, sob o título "Silvícolas Decepcionados com o SPI", prestou-nos o seguinte esclarecimento:

a) via de regra os índios abandonam os Postos Indígenas, onde são assistidos, sem a autorização dos respectivos Encarregados e sem que seja possível impedir-lhes a saída. Com este procedimento, lançam-se, sem recursos, a longas e penosas viagens, servindo muitas vezes de objeto de exploração por parte de inescrupulosos ou de pessoas mal avisadas;

b) a assistência ao silvícola é prestada nos Postos Indígenas, ocasionando estas viagens imprevistas dos índios sérios embaraços e dificuldades ao Serviço;

c) o constante afluxo de índios para Brasília em busca de donativos cria para o SPI, cujas verbas são reconhecidamente escassas, tremendo embaraço pelo ônus que acarreta com manutenção e despesas de viagem de regresso;

d) nestas condições, e no propósito de evitar deslocamentos inúteis e perniciosos do índio, o SPI dirige, por intermédio desse

órgão, apêlo às autoridades competentes, no sentido de que, na medida de suas possibilidades, se esforcem por fazer regressar aos seus locais de origem, os índios que se encontrem em trânsito, sem a competente autorização concedida por êste Serviço."

ANTIPE VAI SER OPERADA NO RIO

Publicada na Tribuna da Imprensa, no dia 6 de junho do corrente.

"RIO-Antipe tem quatro anos, e foi trazida para o Rio pelo senhor Josias Macedo, do Serviço de Proteção aos Índios, porque tem uma perna mais curta, devido aos costumes da sua tribo, Wauetí, de amarrar imbirá(cipó) nas pernas das crianças quando nascem para fortalecer os músculos. Várias vezes ela esteve ameaçada de morrer, porque os índios não admitem aleijões. Entretanto, devido à intervenção de seu pai, capitão Talaquai, que vive hoje com sua mulher na tribo Kamaiurá e do Serviço de Proteção aos Índios, ela veio ao Rio. Não foi operada imediatamente porque tinha impaludismo e uma doença do baço, além de dermatite e reações alérgicas da pele. Depois, já no Hospital Jesus, apANHOU sarampo e varíola.

Deve ser operada dentro de pouco tempo, segundo informa o Hospital de Jesus. A equipe de ortopedia fará enxertos de ossos na perna esquerda de Antipe, e depois encurtamento da direita, para os membros ficarem iguais. Ela será entregue ao Serviço de Proteção aos Índios, pergunta em português ao Sr. Josias, que responde que o SPI irá interná-la em uma escola carioca.

Antipe gosta muito de bonecas e enquanto espera a operação, pergunta em português(que aprendeu em muito pouco tempo, segundo o seu médico assistente Dr. Sílvio Rodrigues), quando é que a televisão do Hospital ficará "boa", pois gosta muito de assistir aos programas de TV. Fala sempre em um irmão mais velho e o pai que já veio ao Rio, há algum tempo. A tribo de Antipe tem hoje cerca de 50 índios. Eles não vivem mais em um só agrupamento. A maioria está com os Kamaiurás(índios pacíficos). Desde 1882 que os Wauetís recebem visitas dos brancos, sendo o primeiro o alemão Von Stadt. Segundo o SPI, eles não mudaram os seus costumes.

NOTÍCIAS VARIAS

PRIMEIRA INSPETORIA SOLICITA CESSÃO DE TERRAS PARA OS SILVÍCOLAS

Esta Diretoria recebeu, da 1ª IR, o seguinte telegrama:

"Nº133, DE 8.05.962-RESPOSTA VOSSO NÚMERO SEIS ZERO NOVE VG NESTA DATA ESTOU OFICIANDO GOVERNADOR ESTADO VG SOLICITANDO CESSÃO TER-
RAS MARGENS DIREITA ET ESQUERDA RIO BRANCO VG AFLUENTE CANUMAN VG LOCAL

MELHOR INDICADO ASSISTIR ÍNDIOS MUNDURUCUH ET GRUPO WAIMIRIH FAZ INVASÕES PERIÓDICAS NAQUELA REGIÃO PT INSTALAÇÃO POSTO VG ENTRETANTO VG DEPENDERÁ RECURSOS NATURAIS VAMOS RECEBER CONTAR COM A ASSISTÊNCIA ÍNDIOS CORRENTE EXERCÍCIO. PT SAUDAÇÕES AGRÍNDIOS PRIMEIRA INSPETORIA REGIONAL

DIRETOR DO SPI NAO ENDOSSA
PAGAMENTOS A DESCOBERTO

O Senhor Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho, manda transmitir aos Senhores Chefes de Inspetorias e Postos Indígenas, notificando-os que não autoriza, não endossa e nem se responsabiliza por pagamentos de compras feitas a descoberto, por qualquer unidade do serviço, sob a rubrica de qualquer verba, ficando os senhores compradores responsáveis por despesas efetuadas sem devida ordem desta Diretoria. Outrossim, mesmo das verbas destacadas no Orçamento e que devam ser distribuídas aos senhores chefes de Inspetoria, só o serão para aqueles que tenham feito plano de trabalho antecipado e aprovado por esta Diretoria.

PPII DEVERAO FAZER
= ROÇAS DE SUBSISTENCIA=

O Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, tendo em vista a próxima época do plantio, recomenda a aplicação do artigo 11, letras A, D, do Regulamento Interno do SPI, sentido Postos Indígenas plantem roças de subsistência tão grandes e variadas quanto possível. Necessidades eventuais, deverão ser com urgência solicitadas, para que esta Diretoria possa tomar as medidas cabíveis.

INDIO CANELA FAZ PARTE
DA GUARDA DE VIGILANCIA

A Prefeitura do Distrito Federal informa que o índio Canela José Rui, procedente do Estado do Maranhão, faz parte, desde 14 de maio, da Guarda de Vigilância daquele Órgão.

=É NECESSÁRIO RESPONDER INDAGAÇÕES DA DIRETORIA=

A Diretoria do Serviço de Proteção aos Índios, pretende:
a) suprir em medicamentos as Inspetorias Regionais, e por isso mesmo, promover tomadas de preço;
b) abastecer os Postos Indígenas, entre outras cousas, com charque ou carne de sol;
c) confeccionar, em certos Postos Indígenas, vestuários para os índios.

Neste sentido, vários expedientes foram enviados pelo Sr. Diretor, às Inspetorias Regionais, solicitando:

1. A fim de promover tomada de preços de medicamentos para suprimento às Inspetorias Regionais, por conta de verbas orçamentárias, deverão as IIRR enviar urgente relações de drogarias e material correlato, de acordo com as suas necessidades. As relações referidas deverão esclarecer as quantidades requeridas por cada Posto Indígena.

2. Tendo em vista o abastecimento dos Postos Indígenas, pergunta-se às Inspetorias Regionais quais os PPII estarão em condições de produzir charque ou carne de sol e sabão, utilizando principalmente mão de obra indígena. A remuneração dos operários será feita em dinheiro e a distribuição dos produtos ficará a cargo da SOA.

3. Pretendendo a Diretoria confeccionar em certos Postos vestuário

rios para índios, calças, calções, camisas, vestidos. Pergunta-se as Inspetorias Regionais, quais os Postos Indígenas estarão em condições de operar utilizando mão de obra indígena. As operárias serão remuneradas por peça diretamente pela SOA.

As indagações feitas pelo Sr. Diretor, e já transmitidas às Inspetorias, deverão ser respondidas com urgência, para não prejudicar o andamento dos trabalhos.

OS ÍNDIOS RECUPERAM A SAÚDE

Os índios Pacaás Novos, da Região do Rio Negro, assistidos pela 9a. Inspetoria Regional, estão com a saúde recuperada, e fazendo grandes roças e trabalhando com eficiência. Entretanto, o mesmo não acontece com os índios residentes em Lage que, até presente data, não puderam reconstituir a sua economia. Para supri-los, a 9a. Inspetoria Regional tem recorrido ao gado do Posto Indígena Ricardo Franco.

ÍNDIA RECEBE ENXOVAL

O Sr. Francisco Scarpo, Presidente da firma "Caracu", de São Paulo, ofertou, à filha do índio Xerente João Francisco, um enxoval de casamento, no valor de Cr\$100.000,00.

O Serviço de Proteção aos Índios apresenta, aqui, os agradecimentos à firma "Caracu".

-0-0-0-

COLABORAÇÃO DA FAB PARA O TRANSPORTE DE MATERIAL PARA OS PACAÁS-NOVOS

O Serviço de Proteção aos Índios solicitou, da Fôrça Aérea Brasileira, colaboração, no sentido de transportar material destinado aos índios Pacaás Novos, localizados no Território Federal de Rondônia, e assistidos pela 9a. Inspetoria Regional.

É o seguinte o ofício remetido pelo SPI à Aeronáutica:

"Ao Sr. Cel. Doorgul Borges:-

Senhor Chefe do Gabinete;

Louvando-nos na disposição do Aviso nº 111-GMRP, de 6.04.962, do Exo. Sr. Ministro da Aeronáutica ao Exo. Sr. Ministro da Agricultura, vimos solicitar de V.Sa. a habitual e prestimosa colaboração desse Ministério, no sentido de ser transportado para Guajará-Mirim, material de Brasília e Goiânia destinado aos índios Pacaás-Novos, constante da relação anexa, cujo peso é inferior a 1.200 quilogramas.

Antecipando os agradecimentos desta Diretoria pela excelente colaboração que vem prestando a esse Ministério, aproveito a oportunidade para renovar a V.Sa. os protestos de estima e consideração.

Ass. Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho"

Relação anexa: "Um motor gerador (Brasília)-de Goiânia: Um motor de centro, seis plantadeiras, doze foices, doze enxadas, trinta e seis facões com bainha, uma debulhadeira, um tacho e um forno para farinha, três arados americanos com três ponteiras "sobressalentes e correntes respectivas", um barco marca paulista, fundo chato.

1169
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

=OS DADOS DEMOGRÁFICOS=

Os dados demográficos sobre as populações indígenas são de grande importância para o Serviço de Proteção aos Índios, porque, através deles, será possível melhor se conhecer as particularidades de uma tribo, e conseqüentemente, melhor assisti-la.

A realização de um Censo Indígena tem sido uma constante preocupação deste Serviço, principalmente, nos quatro últimos anos.

As dificuldades na sua realização são de toda a ordem, e elas impediram, até hoje, que os resultados apresentados correspondam, fielmente, a realidade atual. Outrossim, deixaram de remeter os dados demográficos solicitados, vários Postos Indígenas, ocasionando, tal fato, embaraços nos totais de índios assistidos pelo SPI. Os dados computados, até aqui, pelas razões apresentadas, são considerados estimativos.

Mesmo assim, os números precariamente obtidos têm sido de grande valor, para, pelo menos, possibilitar o esboço de uma situação em determinado Posto, ou em determinada região, em relação ao problema indígena.

Necessário se torna o prosseguimento de tão útil trabalho, e neste sentido, foram distribuídos às todas Inspetorias Regionais, expedientes sobre o assunto, que deverão ser preenchidos mensalmente pelos Postos Indígenas, e remetidos à esta Diretoria.

Da constância da remessa mensal dos dados demográficos, dependerá alcançarmos os nossos objetivos, num breve espaço de tempo. A colaboração de todos os Chefes de Inspetoria e Encarregados de Posto mostra-se imprescindível, e esta Diretoria tem a certeza de que será atendida.

CONHECIMENTOS PRÁTICOSRENDIMENTO DO MILHO HÍBRIDO

Extraído da publicação do SIA "O MILHO HÍBRIDO"=====

O trabalho penoso e demorado para a obtenção do milho híbrido é compensado pelo aumento de produção. Efetivamente, no geral, o milho híbrido produz muito mais que o milho comum, cerca de 20 a 30% na mesma unidade de área. Esse aumento de produção é imaginado, por muita gente, como garantido, e essa idéia precisa ser mudada. O milho híbrido, de fato, é melhor que o milho comum. Mas é necessário que se façam alguns comentários sobre o assunto. Quando se purificam linhagens e se combinam para sintetizar híbridos, é necessário prová-los em diversas localidades pelo menos durante três anos. Essa prova é importante porque, às vezes, a mudança do ambiente atua diretamente na planta, fazendo-a assim, reagir de maneira diferente daquela que foi produzida.

REGULAMENTADO O ARTIGO 216
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Foi aprovada, pelo Congresso Nacional, a regulamentação do artigo 216 da Constituição Federal, que dá aos índios, o direito de posse às terras em que habitam, sem direito de as transferirem.

Transcrevemos, na íntegra, a publicação da referida regulamentação, tirada do Diário do Congresso Nacional, do dia 3 de julho do ano corrente, páginas 1229 e 1230:

"Discussão suplementar do substitutivo do Senado (aprovado na sessão de 8.02.962) ao Projeto de Lei da Câmara nº 245, de 1950 (nº 489, de 1 949, na Casa de origem), que dispõe sobre a medição, demarcação e registro de propriedade das terras ocupadas pelos silvícolas. Nota: Retirando da Ordem do Dia, na sessão de 21.02.962, por ter sido solicitado o pronunciamento do Governo sobre a matéria (diligência cumprida tendo o Ministério da Agricultura, emitido parecer favorável ao substitutivo).

Sr. Presidente:

Em discussão, o substitutivo (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, declaro-a encerrada.

O substitutivo não tendo recebido emendas, nos termos do Artigo 275-A § 5º do Regimento Interno, é dado como definitivamente adotado.

É o seguinte o substitutivo aprovado, que vai à Comissão de Redação:

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 245, DE 1950

Regula o artigo 216, da Constituição, que dispõe sobre a posse das terras onde se acham localizados os silvícolas.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1º-O Artigo 216 da Constituição fica regulado na forma disposta na presente lei:

TERRAS DOS ÍNDIOS-

Art. 2º-Consideram-se como terras de propriedade dos silvícolas ou índios, cuja posse e domínio será assegurada e respeitada na forma estatuida nesta lei:

I-aquelas em que vivem atualmente e primariamente habitavam hordas, nações ou grupos indígenas;

II-aquelas que tenham sido ou venham a ser concedidas, doadas, cedidas ou reservadas em qualquer tempo, a qualquer título, tanto por particulares como por governos para os estabelecimentos de hordas, tribos, nações ou grupos indígenas, desde que os índios ou seus sucessores se encontrem nessas terras;

III-aquelas em que habitam hordas, tribos, nações ou grupos indígenas, embora tenham sido adquiridas por particulares a

qualquer título contanto que a localização dos primitivos indígenas nas mesmas adicionada, de maneira ininterrupta, à dos seus sucessores, atuais ocupantes das mesmas terras, tenham sido por tempo superior a vinte anos.

§1º-A extensão das áreas a que se refere o item I deste artigo será a que fôr determinada pelo Serviço de Proteção aos Índios(SPI), que procederá em cada caso, de acordo com o estado social recursos, maneira de prover a subsistência e provável desenvolvimento e expansão da horda, tribos, nação ou grupo indígena.

§2º-No caso das terras que se refere o item III deste artigo, a extensão da área será a dos limites consignados nos documentos dessas concessões, doações, cessões ou reservas.

§3º-No caso das terras particulares a que se refere o item III deste artigo, a área será limitada pela efetiva ocupação dos índios e nas mesmas localizadas.

Art. 3º-O Serviço de Proteção aos Índios(SPI)procederá a uma revisão da situação dos índios em relação à propriedade das terras por eles ocupadas ou necessárias a seu estabelecimento definitivo a fim de tomar as providências para assegurar a cada grupo indígena local na forma estatuída por essa lei, um Território Tribal adequado ao provimento de sua subsistência e provável desenvolvimento futuro.

Art. 4º-O Serviço de Proteção aos Índios(SPI)poderá declarar Reservas Indígenas interditas a penetração sobre qualquer pretexto a não ser com autorização expressa do mesmo serviço os territórios ocupados ou regiões percorridas por horda, tribo, grupo ou nação indígena arredio, ainda em fase de atração, até que, realizada esta, seja determinada a localização e extensão do Território... Tribal a ser demarcado para estabelecimento desses índios, como seu patrimônio de acordo com os dispositivos desta lei.

Art. 5º-O Serviço de Proteção aos Índios(SPI) deverá em entendimentos com os Governos Estaduais para que os mesmos cedam as áreas desses Estados que se tornarem necessárias ao estabelecimento de hordas, tribos, nações ou grupos indígenas, ou para compensações justas e equitativas a particulares que mediante acordo amigável tenham cedido terras de seu domínio necessárias ao estabelecimento de índios localizados nas mesmas; excetuados, porém, as de que trata o item III do artigo 1º que, de direito, pertencem aos índios nas mesmas localizados.

DIREITO, GOZO, ADMINISTRAÇÃO E INALIENABILIDADE DAS TERRAS DOS ÍNDIOS

Art.6º-Os territórios tribais bem como as reservas indígenas serão administrados pelo Serviço de Proteção aos Índios(SPI), que, da gestão desse patrimônio prestará contas à autoridade competente.

Art.7º-O Território Tribal é patrimônio coletivo da horda, tribo, nação ou grupo indígena nêle localizado não podendo ser dividido ou loteado em glebas, lotes ou quinhões particulares, senão para efeito de uso e sucessão hereditária destas famílias indígenas.

Parágrafo único-A forma de sucessão hereditária do domínio útil das glebas, lotes ou quinhões familiares, será determinada pelos Conselhos Tribais respectivos, em nenhum caso essas reservas

de domínio poderá ser transferidas a estranhos ao grupo indígena.

Art. 8º-Os Territórios Tribais em tempo algum poderão ser alienados compreendendo-se nesta proibição qualquer ato de disposição inclusive os que só se refiram a elementos de direito da propriedade ou posse, tais como: usufruto, garantia real, locação exceto quanto à transferência de domínio útil sobre essas terras na modalidade excepcional considerada no artigo 12 e seus parágrafos.

Parágrafo único- Os atos de alienação ou de disposição de que trata este artigo serão nulos e pleno direito.

Art. 9º-O Território Tribal poderá ser utilizado sem forma de alienação da mesma para execução de trabalho e exploração sem benefício dos índios que a habitam a juízo do Serviço de Proteção aos Índios(SPI).-

Art. 10-As matas existentes nos Territórios Tribais bem como das Reservas Indígenas constituem reserva florestal, que somente poderá ser aproveitada em benefício do índio a juízo do Serviço de Proteção aos Índios(SPI).

AFORAMENTO

Art. 11-No caso de, na data da promulgação desta lei, se encontrarem nos Territórios Tribais, famílias ocupantes estranhas a comunidade indígena, localizadas e com culturas e benfeitorias estabelecidas nas mesmas em condições tais que, a juízo do Serviço de Proteção aos Índios(SPI) não seja possível retirá-las destas terras, o referido Serviço fará discriminar a área indispensável à localização dos índios, inclusive a que deva ser reservada para futuro desenvolvimento da tribo ou grupo indígena e na área serão conservadas as famílias dos citados ocupantes mediante aforamento perpétuo dessas terras, com transmissão de domínio útil na forma do Código Civil.

§1º-A área a ser aforada será a que o dito Serviço determinar para cada família, preferivelmente, onde a mesma já estiver localizada, devendo o respectivo fôro, cobrá-lo anualmente, a ser incorporado a renda patrimonial da tribo ou grupo indígena a que pertencerem as citadas terras.

§2º-O Serviço de Proteção aos Índios(SPI) estabelecerá para cada caso as condições de aforamento e determinará a respectiva taxa que será a mais módica possível.

Art. 12-Logo que fôr decidido o aforamento na forma do artigo antecedente, o SPI expedirá um título provisório de domínio útil que será entregue ao respectivo foreiro logo que ele pague o fôro do primeiro ano, o que será feito adiantadamente.

Parágrafo único-Os Fôros serão pagos no mês de janeiro, exceto o primeiro que será pago em qualquer tempo e sempre se referirá ao ano todo.

Art. 13-O Título Definitivo do citado domínio pelo SPI e entregue ao foreiro depois que ele tiver o feito medir e demarcar a área forada a que essa medição e demarcação tenham sido aprovadas pelo Serviço de Proteção aos Índios.

Art. 14-O domínio útil sobre as terras aforadas somente poderá ser transmitido do primeiro e segundo ocupante e dêste para ou -

... mediante autorização expressa do SPI, e desde que esteja a área do terreno aforado medida e demarcada na forma do parágrafo único do artigo precedente e o foreiro transmitente quite com o pagamento dos foros devidos.

Parágrafo único-A transmissão do domínio útil de um para outro ocupante implica para o sucessor as mesmas obrigações a que estiver sujeito o antecedente.

Art. 15-Os foreiros que não pagarem o fôro no devido tempo ficam sujeitos a multa em quantia a prazo que fôr estipulado pelo SPI.

Parágrafo Único-Findo esse prazo sem que tenham sido pagos, integralmente, o fôro e a multa, cairá em comisso e aforamento, revertendo ao índio o domínio útil das terras e ao seu patrimônio as benfeitorias existentes no terreno, sem que ao foreiro em comisso caiba direito a nenhuma indenização.

Art. 16-O SPI poderá reincidir em qualquer tempo o contrato do foreiro, que se tornar aos interesses ou à ordem da comunidade indígena, sem que ao mesmo assista nenhum direito de indenização por benfeitorias feitas que passarão ao patrimônio indígena.

Parágrafo único-A rescisão referida no parágrafo anterior será motivada mediante processo administrativo regular promovido pelo chefe da Inspetoria, sob cuja jurisdição estiver o dito foreiro.

§2º-Da decisão a ser proferida pelo Diretor do SPI, no mencionado processo, caberá recurso interposto pela parte interessada para o Ministério da Agricultura, dentro do prazo de 15 dias, a contar da data em que a dita parte tiver conhecimento da referida decisão que lhe será comunicada por escrito pelo chefe da Inspetoria mediante protocolo sob registro postal.

§3º O recurso a que se refere o parágrafo antecedente será entregue ou remetido pelo interessado ao citado chefe da Inspetoria, dentro do prazo mencionado para que este o encaminhe imediatamente à Diretoria do SPI para os devidos fins.

Art. 17-Em caso algum poderá o terreno aforado ser penhorado, hipotecado ou gravado com ônus de qualquer espécie.

REGULARIZAÇÃO, MEDIÇÃO E DEMARCAÇÃO DAS TERRAS DOS ÍNDIOS=

Art. 18-O SPI promoverá a medição e demarcação dos Territórios Tribais para que sejam reconhecidos como pertencentes ao patrimônio indígena, observando-se as especificações seguintes:

I - Os processos de medição e demarcação dos Territórios Tribais obedecerão as normas e dispositivos estatuidos pelo Código de Processos Cíveis do Brasil, em tudo que fôr aplicável a matéria desta Lei.

II-No caso estatuido no item I do artigo 1º, desta Lei, o SPI procederá da seguinte forma:

a) o SPI apresentará ao Governo em causa a proposta devidamente justificada para o reconhecimento da ocupação das terras em questão pelos índios, em caráter permanente, de acordo com a área que

o referido Serviço tiver verificado como de ocupação efetiva pelos índios, na forma determinada pelo Decreto-lei;

b) pela forma acima referida, proceder-se-á à medição e de marcação da terra do índio, operações que serão acompanhadas pelo Governo interessado, lavrando-se nota final do respectivo processo, um termo de demarcação assinado pelo diretor do SPI e pelo titular da Secretaria do Estado competente do governo estadual respectivo, ou pelos representantes dessas partes, devidamente autorizadas;

c) no termo mencionado na alínea antecedente, declarar-se-á que a terra, a que o mesmo se refere é reconhecida como sendo de propriedade plena da tribo ou grupo indígena, que nela se achar localizado passando dita terra a fazer parte integrante do patrimônio territorial da citada tribo ou grupo;

d) o termo de demarcação referido na alínea antecedente, constituirá o título de domínio do índio sobre a área medida e de - marcada, devendo tal documento ser transcrito no registro de imó - veis da respectiva comarca, para os efeitos de direito;

e) ao Governo do Estado interessado pelo SPI serão fornecidas cópias do memorial descritivo e planta das áreas medidas e de - marcadas e bem assim dos termos lavrados nos respectivos processos e dos registros dos mesmos.

III-No caso estatuido no item II do artigo 1º desta lei serão considerados os seguintes casos:

a) Se do documento ou título de doação, cessão ou aquisição da terra, constarem limites certos e definidos, não havendo ou - tros ocupantes nessas terras, ou se os houver, reconhecendo o ex - clusivo domínio e posse dos índios, sobre as mesmas, o SPI procede - rá a medição e demarcação dessas terras, fazendo lavrar de acôrdo com os confrontantes das mesmas em notas de tabelião, a respecti - va escritura de declaração de divisas, que será devidamente regis - trada no Registro de Imóveis da Comarca;

b) caso, porém, não seja possível procedimento indicado na alínea antecedente, por oposição ou contestação de qualquer interes - sado, ocupante do citado terreno, far-se-á referida de marcação por via judicial, apreciando-se a validade dos títulos ou documentos a - presentados pelos ocupantes de acôrdo com o critério para isso es - tabelecido nesta lei;

c) se dos títulos ou documentos dos índios referidos neste artigo não constarem divisas certas, tendo sido, porém, no decorrer do tempo assentadas tais divisas, os confrontantes destas terras continuando a haver êsse acôrdo com os mesmos, far-se-á a medição e demarcação da terra do índio lavrando-se a respectiva escritura e procedendo-se de conformidade com a alínea a;

d) no caso de ser qualquer dessas divisas contestadas por algum dos confrontantes e não sendo possível resolver-se o caso por composição amigável, proceder-se-á como no indicado na alínea b;

IV-No caso estatuido no item II, do artigo 1º, a constata - ção da ocupação das terras pelos índios por mais de 20 anos consecú

1175
AD
1996

tivos, será aprovada mediante justificação testemunhal em que depo-
rão pelo menos três testemunhas, que devem ser homens velhos, dos
mais antigos moradores do sítio em questão, tidos e havidos como a-
bonados, sem ligações de dependência com as partes, honestos e cri-
teriosos e sem suspeitas de mentira e falsidade ou outros defeitos.

a) A testemunha homologatória desta justificação servirá de tí-
tulo de domínio do índio sobre a terra em questão e, como tal deverá
ser transcrita no registro de imóveis da comarca, mediante manda-
to do juiz competente.

V - Sendo necessária para a subsistência ou desenvolvimento fu-
turo do grupo indígena, no caso a que se refere o item anterior o
Serviço de Proteção aos Índios entrará em entendimento com o pro-
prietário da citada área para aquisição de uma gleba complementar
mediante compra ou permuta, por terras devolutas cedidas pelo Govêr-
no do Estado para esse fim na forma do artigo 6º, desta lei.

Art. 19 - O S.P.I. organizará um cadastro de todas as terras
de propriedade dos índios, que constará de:

I - A Diretoria do S.P.I. terá um arquivo de todos os títulos
originais de domínio das terras dos índios, inclusive, sentenças ju-
diciais nos respectivos processos e originais dos processos de medi-
ção e demarcação compreendendo memorial descritivo, planta e respec-
tas cadernetas originais.

II - As Inspetorias Regionais do S.P.I. terão um livro de regis-
tro das terras de índios compreendidas na sua circunscrição jurisdí-
cional, que especificarão: a denominação e localização do imóvel ;
sua proveniência, inclusive o respectivo título; designação da tri-
bo ou grupo indígena, a que a terra pertencer, área e limites da
mesma; suas principais benfeitorias; valor locativo da citada área;
e benfeitorias; data e processo da respectiva regularização e outras
observações dignas de registro.

Art. 20 - As despesas de medição e demarcação dos territórios
tribais na forma desta lei, bem como as despesas com aquisição das
glebas complementares a que se refere o item V do artigo 16 desta
lei, serão custeadas com recursos da dotação destinada a Auxílio
aos Índios, do Orçamento da Despesa da União.

PROTEÇÃO POSSESSÓRIA DAS TERRAS DOS ÍNDIOS

Art. 21 - Todo aquele que se estabelecer em terras dos índios ,
derrubar ou queimar matas nelas existentes, invadí-las com planta-
ções ou edificações praticar quaisquer ato de possessórios, ainda que
provisoriamente, será compelido a despejo ou perda das benfeitorias
em favor do índio e considerado invasor da terra de índios, incor-
rendo nas cominações do art. 161 do Código Penal da República.

Art. 22 - Os inquéritos, as medidas de providência de ordem poli-
cial referente a invasão de terra de índio, ficam a cargo do servi-
dor do S.P.I. que fôr indicado pelo chefe da Inspetoria Regional
dêsse Serviço em cuja circunscrição se der a invasão.

§ 1º - O Servidor do SPI, referido neste artigo para o fim no mes-
mo indicado, terá as mesmas atribuições das demais autoridades po-
liciais do Estado, podendo, se fôr necessário, requisitar o auxí-
lio da força policial.

§2º-O servidor no exercício dessas atribuições policiais, designará para seu escrivão, o escrivão policial do lugar onde estiver e na sua falta ou impedimento, sempre que fôr necessário, poderá nomear um escrivão "ad-hoc".

Art.23-Se fôr necessário recurso judiciário para defesa da terra do índio contra os intrusos, deverá ser proposta pelo SPI a ação respectiva no juízo competente na forma estatuida por esta lei, para as questões judiciais.

Art. 24-Os intrusos deverão ser intimados pelo SPI antes de qualquer ação judiciária, a abandonar a terra do índio que tiverem invadido e, somente no caso de não atenderem a essa intimação é que será proposta a ação competente em juízo.

DISPOSIÇÃO GERAIS

Art.25 -Todos os processos, quer administrativos, quer judiciais, promovidos pelo SPI para a regularização de propriedade territorial indígena, seja quais forem, inclusive os respectivos títulos, são isentos de selo, taxas judiciais, emolumentos e custas de qualquer especie devidas a magistrados e serventuários nos respectivos ofícios e cartórios e, bem assim, indenizações a testemunhas.

Art.26- Em todos os processos mencionados nesta Lei será observado o rito sumaríssimo, reduzidas ao mínimo, as faces essenciais desses processos.

Art. 27-Pela parte interessada será apurada a responsabilidade criminal da testemunha que, chamada a depor nos processos aludidos nesta Lei, proceder de má fé, sendo-lhe aplicada a respectiva punição com todo o rigor da lei.

Art. 28-Será considerada como nula e de nenhum efeito qualquer concessão ou transação feita pelos Governos Estaduais, em terras anteriormente mandadas reservar, por ato expresse, para estabelecimento de tribos ou grupos indígenas, desde que estes, ao tempo da referida concessão ou transação já estivessem localizados, em carater permanente, dentro dos limites destas reservas.

Art. 29-As alienações ou cessões de terras devolutas, em zonas ocupadas por tribos indígenas, não podem ser realizadas sem audiência do SPI, que verificará se atingem a terra do índio.

Art. 30-Todos os efeitos judiciais que no interesse das terras dos índios forem propostas pelo SPI, serão, obrigatoriamente assistidos pelo Procurador Regional da República, na circunscrição por onde correr o feito; podendo essa autoridade evocá-lo para o foro da capital do estado, onde tiver assento.

Art. 31-Quaisquer recursos, acaso, interpostos contra sentenças proferidas em processos de terras de índios, por oponentes dos interesses dos mesmos, serão recebidos somente no efeito devolutivo.

REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO. Às 15 horas e 10 minutos, comparecem mais os Srs. Senadores: Sebastião Archer, Mendonça Clark-Reginaldo Fernandes-Dix-Huit Rosado-Barros Carvalho-Lino de Matos-Coimbra Bruno-Saulo Ramos(8).-

ADMINISTRAÇÃO

PORTARIAS

Nº 58, de 4 de maio de 1 962-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,
RESOLVE dispensar, a pedido, de acôrdo com o artigo 77, da
Lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1 932, ALMACHIO BANDEIRA BRAULE
PINTO, da função de Chefe da Seção de Administração, 8-F, dêste Ser-
viço.

Ass.Ten.Cel.Moacyr Ribeiro Coelho-Diretor SPI

=====

Nº 59, de 4 de maio de 1 962-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,
RESOLVE dispensar, ex-offício, de acôrdo com o artigo 77, da
Lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1 952, LOURIVAL DA MOTA CABRAL,
da função de Chefe da Seção de Orientação e Assistência 6-F, dêste
Serviço.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI

=====

Nº 60, de 4 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,
DESIGNA, de acôrdo com os artigos 145, ítem I e 147, da Lei
nº 1.711, de 28 de outubro de 1 952, combinados com a alínea "g",
do artigo 13, do Decreto nº 10.652, de 16.10.42, modificado pelos
Decretos nrs. 12.318, de 27.04.43 e 17.684, de 26.01.45, e Decreto nº
50.572, de 10.05.61, LOURIVAL DA MOTA CABRAL, ocupante do car-
go de Inspetor de Índios, P.1.801-12A, do Quadro Pessoal, Parte Per-
manente dêste Ministério, lotado neste Serviço, para exercer a fun-
ção de Chefe da Seção de Administração, símbolo 8-F, vago em virtu-
de da dispensa de Almachio Bandeira Braule Pinto.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO.-DIRETOR DO SPI

=====

Nº 61, de 4 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,
DESIGNA, de acôrdo com os artigos 145, ítem I e 147, da Lei
nº 1.711, de 28 de outubro de 1 952, combinados com a alínea "g" do
art. 13, do Decreto nº 10.652, de 16.10.42, modificado pelos Decre-
tos nrs. 12.318, de 27.04.43 e 17.684, de 26.01.45, e Decreto núme-
ro 50.572, de 10.05.961, LUIZ DE FRANÇA PEREIRA DE ARAUJO, ocupan-
te do cargo de Técnico de Contabilidade, P.701-15, do Quadro do
Pessoal, Parte Permanente dêste Ministério, lotado neste Serviço, pa-
ra exercer a função de Chefe da Seção de Orientação e Assistência,
Símbolo 6-F, vago em virtude da dispensa de Lourival da Mota Cabral,

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI=

=====

Nº 62, de 10 de maio de 1 962-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE elogiar os seguintes funcionários: Lino Faria, Motorista nível 8; Tobias Chipais, trabalhador nível 1; Antonio Moreira Oliveira trabalhador nível 1; Angelo Oliveira, trabalhador nível 1; Afonso Alves da Cruz, trabalhador nível 1; Benjamin Bepuni, trabalhador nível 1, e Cornélio Cabral, trabalhador nível 1.

Por terem, além de cumprido de forma elogiosa seus deveres, executado com zelo, dedicação e eficiência tôdas as atribuições que lhes foram conferidas na Expedição Menkronotire, no Rio Iriri.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO-DIRETOR DO SPI.

Nº 63, de 10 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE elogiar Francisco Furtado Soares de Meireles, ocupante do cargo de Inspetor de Índios, P.1 801-14B, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente dêste Ministério, lotado neste Serviço, por ter, além de cumprido de forma elogiosa seus deveres, planejado e organizado com eficiência e dedicação a Expedição Menkronotire, no rio Iriri.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO

Nº 64, de 17 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE, tendo em vista o que consta dos processos SPI números 364/62, 1781/62 e 1862/62, designar, ex-vi do artigo nº219, da Lei nº 1711, de 28.10.952, FERNANDO CAMPELO DUARTE, Oficial de Administração, AF-201-16C, SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA, Escriurário, AF-202-10B e Victor Izidoro Guedes, Escrevente Datilógrafo, AF-204-7, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente dêste Ministério, lotados neste Serviço, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito Administrativo, instaurada para apurar irregularidades na sede da IR5 e nos Postos Indígenas "José Bonifácio" e "Presidente Alves de Barros", estes subordinados aquela Inspetoria, tendo como responsáveis pelas irregularidades, o Inspetor de Índios, P.1.801-14, ERICO SAMPAIO, o Agente de Proteção aos Índios, P.1.802-6B, ALBERTO MARTINS FERREIRA e o Motorista CT-401-8A, DUCASTEL GUTERRES, devendo a Comissão designada apurar:

a)-dispensa dos trabalhadores João Peralta e Marcos Veron, do Pôsto Indígena "José Bonifácio" e Otávio Pires e Germano Pires, do Pôsto Indígena "Presidente Alves de Barros";

b)-admissão irregular dos senhores Pedro de Assis e Orlando Castelo Branco, para o Pôsto Indígena Presidente Alves de Barros; e, Salustino Marques, Bêntê de Almeida, Leonço Laranjeira e Marciano Paulo, para o Pôsto Indígena "José Bonifácio";

c)-recebimento e aplicação indevida de vencimentos de funcionários, e no pagamento de trabalhadores "extras";

d)-sobre possíveis violências praticadas contra índios, pelo último acusado, DUCASTEL GUTERRES, quando nas funções de Encarregado do Pôsto Indígena "José Bonifácio";

e)-sôbre possível sonegação da renda indígena, relativamente à produção e venda de erva-mate;

f)-se aquele ex-Encarregado era procurador de seus auxiliares, funcionários do mesmo Pôsto e, se nessa qualidade, teria pago ao trabalhador(indio) Zacarias Marques, a importância de Cr\$30.000,00(TRINTA MIL CRUZEIROS), em vez de fazer quitação total dos pagamentos por êle recebidos, referentes a salário-família daquele servidor.

=====ASS.LOURIVAL DA MOTA CABRAL-Diretor Substituto-=====

Nº 65, de 17 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE, tornar sem efeito, a Portaria nº 55, de 27 de abril de 1 962, que designou FERNANDO CAMPELO DUARTE, Oficial de Administração, AF-201-16C, ERNANI LUZ, Preparador de Museu, EC-602-12A e SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA, Escriturário, AF-202-10B, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente do Ministério da Agricultura, lotados neste Serviço, para, sob a presidência do primeiro constituírem a Comissão de Inquérito Administrativo, instaurada para apurar irregularidades na sede da 5a. Inspeção Regional em Campo Grande, Estado de Mato Grosso e nos Postos Indígenas "José Bonifácio" e "Presidente Alves de Barros", estes subordinados aquela Inspeção, apontadas nos processos SPI.... 364/62, 1781/62 e 1 862/62.

ASS. LOURIVAL DA MOTA CABRAL-DIRETOR SUBSTITUTO=

=====

Nº 66, de 18 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE tornar sem efeito a Portaria nº 27, de 9 de março de... 1962 que designou NILO OLIVEIRA VELLOZO, HUMBERTO CEZAR CARVALHO e AMÉRICO ANTUNES DE SIQUEIRA, respectivamente, ocupantes do cargo de Cinetécnico, P.501-12A, Escriturário, Af-202-10B e Agente de Proteção aos Índios, P.1802-6B, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente, deste Ministério, lotados neste Serviço, para, em comissão, sob a presidência do primeiro, procederem ao levantamento geral e passagem do cargo de todo o patrimônio, quer Nacional, quer Indígena, em separado, da sede da 5a. Inspeção Regional, em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, bem assim, verificar a situação da ocupação de pastos sob contratos respectivos, nos Postos Indígenas Presidente Alves de Barros, São João e Nalique, subordinados àquela Inspeção.

ASS. LOURIVAL DA MOTA CABRAL=DIRETOR SUBSTITUTO=

Nº 69, de 22 de maio de 1962- =====

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE localizar "ex-ofício", no interesse da administração, ANTONIO COELHO DE CASTRO, Capataz Rural, p-208-3, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério da Agricultura, no Pôsto Indígena "Damiana da Cunha", e presentemente com exercício no Pôsto Indígena Getúlio Vargas, ambos na Ilha do Bananal, e subordinados a 8a. Inspeção Regional, em Goiânia, Estado de Goiás.

ASS. LOURIVAL DA MOTA CABRAL=DIRETOR SUBSTITUTO

Nº 72, de 25 de maio de 1 962-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE localizar "ex-ofício", no interesse da administração, JOANA RAIMUNDA DOS SANTOS GOMES, Trabalhador GL-402-1 do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério da Agricultura, no Posto Indígena Getúlio Vargas, situado na Ilha do Bananal, e presentemente com exercício no Posto Indígena Damiana da Cunha, Município de Aruanã, Estado de Goiás.

ASS. LOURIVAL DA MOTA CABRAL-DIRETOR SUBSTITUTO=

Nº 73, de 25 de maio de 1 962-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE localizar "ex-ofício" no interesse da administração, VALENTIM GOMES, Agente de Proteção aos Índios P.1802-5A do Quadro do Pessoal, Parte Permanente do Ministério da Agricultura, no Posto Indígena Getúlio Vargas, e presentemente com exercício no Posto Indígena Damiana da Cunha, Município de Aruanã, Estado de Goiás.

ASS. LOURIVAL DA MOTA CABRAL-DIRETOR SUBSTITUTO.

Nº 74, de 30 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE, designar FERNANDO CAMPELO DUARTE, Oficial de Administração, AF-201-16C, SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA, Escriturário AF-202-10B e Victor Izidoro Guedes, Escrevente Datilógrafo AF-204-7, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, lotados neste Serviço, para, em Comissão, sob a presidência do primeiro, procederem ao levantamento geral e passagem de carga de todo o patrimônio, quer Nacional, quer Indígena, em separado, da sede da 5a. Inspeção Regional, em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, bem assim, verificar a situação da ocupação de pastos, sob contratos respectivos, nos Postos Indígenas Presidente Alves de Barros, São João e Nalique, subordinados àquela Inspeção, verificando a legalização dos contratos, o emprêgo e o resultado dos arrendamentos, bem assim sugerindo medidas tendentes a acautelar os interesses do Patrimônio Indígena e Nacional.

ASS. TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO-DIRETOR DO SPI.-

Nº 75, de 4 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE tornar sem efeito a Portaria nº 47, de 18.04.1962, que localizou, ex-ofício, no interesse da administração, no Posto Indígena Padre Alfredo Damaso, Município de Pôrto Real do Colégio, Estado de Alagoas, Geraldo Vieira de Melo, ocupante do cargo de Agente de Proteção aos Índios, P.1802-6B, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, lotado neste Serviço e, presentemente em exercício no Posto Indígena Pancaru.

ASS. TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO-DIRETOR DO SPI=

Nº 76, de 7 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE localizar, a pedido, no Pôsto Indígena "Jatapu", Município de Urucará, Estado do Amazonas, onde passará a ter exercício, ELIAS FERREIRA DA SILVA, ocupante do cargo de Marinheiro, CT305-7, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, lotado neste Serviço e, presentemente, em exercício na sede da 1a. Inspeção Regional, em Manaus, Estado do Amazonas.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI.-

Nº 77, de 7 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

DESIGNA, de acordo com os artigos 72 e 73, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1 952, combinados com o artigo 13, alínea "g" do Regimento aprovado pelo Decreto nº 10.652, de 16.10.42 e modificado pelos Decretos nrs. 12.318, de 27.04.43 e 17.684, BOANER - GES FAGUNDES OLIVEIRA, ocupante do cargo de Operador Radiofônico, P. 2.003-7, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério da Agricultura, lotado neste Serviço, para exercer, como substituto automático, a função gratificada de Chefe da Seção de Orientação e Assistência, Símbolo 6-F, durante os impedimentos legais, eventuais ou temporários do respectivo Chefe.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI=-

Nº 78, de 7 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

DESIGNA, de acordo com os artigos 72 e 73, parágrafos 1º e 2º da Lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1952, combinados com os artigos 13 alínea "g" do Regimento aprovado pelo Decreto nº 10.652, de 16.10.42 e modificado pelos Decretos nrs. 12.316, de 27.04.43 e 17.684, de 26.01.45, LEONEL CARNEIRO DE MORAIS, ocupante do cargo de Inspetor de Índios, P.1801-12A, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente do Ministério da Agricultura, lotado neste Serviço, para exercer, como substituto automático, a função gratificada de Chefe da 4a. Inspeção Regional em Recife, Estado de Pernambuco, Símbolo 5-F, durante os impedimentos legais, eventuais ou temporários do respectivo chefe.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI=-

Nº 79, de 7 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE tornar sem efeito a Portaria nº 48, de 18.04.962, que localizou, ex-offício, no interesse da administração no Pôsto Indígena Gen. Dantas Barreto, Ivanira da Rocha Melo, ocupante do cargo de Professor de Ensino Pré-Primário e Primário, EC-514-11, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, lotada neste Serviço e, presentemente, em exercício no Pôsto Indígena Pancarus, Município de Petrolândia, Estado de Pernambuco.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI=-

Nº 80, de 12 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,
RESOLVE dispensar, "ex-ofício", de acôrdo com o artigo 77, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1 952, ERICO SAMPAIO, de Chefe da 5a. Inspeção Regional, 5-F, com sede em Campo Grande, Estado de Mato Grosso.

ASS. TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO-DIRETOR DO SPI
=====

Nº 81, de 12 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,
RESOLVE designar, de acôrdo com os artigos 145, item I, e 147, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, combinado com a alínea "g", do artigo 13, do Decreto nº 10.652, de 16.10.42, modificado pelos Decretos nrs. 12.318, de 27.04.43 e 17.684, de 26.1 de 1945, e Decreto nº 50.572, de 10.05.61, JOSÉ FERNANDO DA CRUZ, Professor de Ensino Pré-Primário e Primário EC-514-11, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente deste Ministério, lotado neste Serviço, para exercer a função de Chefe da 5a. Inspeção Regional, 5-F, com sede em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, vago com a dispensa de Érico Sampaio.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO-DIRETOR DO SPI
=====

Nº 80-A, de 13 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,
RESOLVE localizar, a pedido, na Sede da 6a. Inspeção Regional em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, onde passará a ter e exercer, JOSÉ BATISTA FERREIRA FILHO, ocupante do cargo de Agente de Proteção aos Índios, P.1802-6B, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente do Ministério da Agricultura, lotado neste Serviço e, presentemente, em exercício na Seção de Estudos no Rio de Janeiro Estado da Guanabara.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO-DIRETOR DO SPI
=====

Nº 81-A, de 13 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,
RESOLVE, de acôrdo com os artigos 72 e 73, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1 952, combinados com o artigo 13, da alínea "g" do Regimento aprovado pelo Decreto nº 10.652, de 16.10.42, e modificado pelos Decretos nrs. 12.318, de 27.04.43 e 17.684, de 26.01.45, JOSÉ BATISTA FERREIRA FILHO, ocupante do cargo de Agente de Proteção aos Índios, P.1802-6B, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente do Ministério da Agricultura, lotado neste Serviço, para exercer, como substituto automático, a função gratificada de Chefe da 6a. Inspeção Regional, em Cuiabá Estado de Mato Grosso, Símbolo 5-F, durante os impedimentos legais eventuais ou temporários do respectivo Chefe.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO-DIRETOR DO SPI
=====

Nº 82, de 14 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,
RESOLVE localizar, a pedido, nesta Diretoria, para ter
exercício na Seção de Estudos, sediada no Rio de Janeiro, Estado da
Guanabara, FLAVIO TARTÁGLIA BARROS, ocupante do cargo de Trabalha -
dor GL-402-1, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente do Ministério
da Agricultura, lotado neste Serviço e, presentemente, servindo em
Brasília, pela Portaria Ministerial nº 875, de 6 de outubro de 1961.
ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO-DIRETOR DO SPI.-

=====

Nº 85, de 26 de junho de 1962 -

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,
RESOLVE localizar, a pedido, na Sede da 4a. Inspeção
Regional em Recife, Estado de Pernambuco, onde passará a ter exercí -
cio, ANTONIO RAMOS DA MOTA CABRAL, ocupante do cargo de Trabalhador
GL-402-1, do Quadro do Pessoal-Parte Permanente do Ministério da
Agricultura, lotado neste Serviço e presentemente, em exercício na
6a. Inspeção Regional, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso.
ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO-DIRETOR DO SPI.-

ORDENS DE SERVIÇO INTERNAS

Nº 60, de 3 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, tendo em
vista a comunicação do rádio nº 130, de 26.04.962,
RESOLVE designar o Motorista CT-401-8, DJALMA MONGENOT,
do Quadro do Pessoal, Parte Permanente do Ministério da Agricultu -
ra, lotado neste Serviço, matrícula nº 2.091.442, para conduzir a
Comissão designada pela Portaria nº 45, de 10.04.62, desta Direto -
ria.

Dê-se ciência e cumpra-se.

ASS. TEN.CEL. MOACYR RIBEIRO COELHO-DIRETOR DO SPI

=====

Nº 61, de 3 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de
suas atribuições, e de conformidade com o ofício nº 12, de 6 de a -
bril de 1 962, do Presidente da Comissão de Levantamento do Material
inservível e sucatas,

RESOLVE designar ALBERICO SOARES PEREIRA, Chefe, da 9a
Inspeção Regional; JANDIRA CUNHA SOARES, Agente de Proteção aos
Índios, P-1.802-6B; e JOSÉ DE AZEVEDO DANTAS, Escrevente Datilógrafo
AF-204-7, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, lo -
tados na 9a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios,
em Porto Velho, Território Federal de Rondônia, para, sob a presi -
dência do primeiro, constituírem a subcomissão incumbida de proce -
der ao levantamento do material inservível na referida Inspeção,
devendo a sub-comissão, ainda, designar os funcionários que nos Pos

tos Indígenas de sua jurisdição, se desincubirão de idêntico Serviço.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI.-

=====

Nº 62, de 3 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o ofício nº12, de 6 de abril de 1 962, do Presidente da Comissão de Levantamento do Material Inservível e Sucatas,

RESOLVE designar JOSIAS FERREIRA DE MACEDO, Chefe da Seção de Estudos, 6F; ORÍCULO CASTELO BRANCO BANDEIRA, Inspetor de Índios, P.1801-12A; e VIRGÍLIO GONÇALVES DE OLIVEIRA VELLOSO, Laboratorista, P.1602-9B, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, lotados nesta Diretoria, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a sub-comissão incumbida de proceder ao levantamento do material inservível e sucatas existentes na Seção de Estudos deste Serviço, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

ASS.TEN.CEL. MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI.-

=====

Nº 63, de 3 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições e, de conformidade com o ofício nº 12, de 6 de abril de 1 962, do Presidente da Comissão de Levantamento de Material Inservível e Sucatas,

RESOLVE designar BENEDITO PIMENTEL, Inspetor de Índios F 1801-12A e Chefe Substituto da SA; WALTER DE OLIVEIRA VELLOSO, Mecânico de Motores a Combustão A-1305-12D, e MILCE GUIMARÃES LAGE, Escrevente Datilógrafo AF-204-7, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, lotados nesta Diretoria, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a sub-comissão incumbida de proceder ao levantamento do material inservível e sucatas, nesta Diretoria.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI=

Nº 64, de 3 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições e, de conformidade com o ofício nº 12, de 6 de abril de 1 962, do Presidente da Comissão de Levantamento do Material Inservível e Sucatas,

RESOLVE designar MANOEL MOREIRA DE ARAÚJO, Chefe, SF, da 1a. Inspetoria Regional; RAIMUNDO PIO DE CARVALHO LIMA, Telegrafista CF-307-13 e Chefe Substituto da mesma Inspetoria; e GILBERTO PINTO FIGUEREDO COSTA, Servente, CL-105-5, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente dêste Ministério, lotados na 1a. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, em Manaus, Estado do Amazonas, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a sub-comissão incumbida de proceder ao levantamento do material inservível e sucatas existentes na referida Inspetoria, devendo referida sub-comissão, ainda, designar os funcionários que, nos Postos Indígenas de sua jurisdição, se incumbirão de idêntico serviço.

ASS.TEN.CEL. MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI.-

=====

Nº 65, de 3 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições e, de conformidade com o ofício nº 12, de 6 de abril de 1 962, do Presidente da Comissão de Levantamento do Material Inservível e Sucatas,

RESOLVE designar FRANCISCO FURTADO SOARES DE MEIRELES, Inspetor de Índios, P.1801-14B e Chefe da 2a. Inspetoria Regional; JOÃO BATISTA CHUVAS, Agente de Proteção aos Índios P-1808-6B, e BENEDITO COELHO ARNAUD, Agente de Proteção aos Índios P-1808-6B, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente dêste Ministério, lotados na 8a. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, em Belém, Estado do Pará, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a sub-comissão incumbida de proceder ao levantamento do material inservível e sucatas existentes na referida Inspetoria, devendo referida sub-comissão, ainda, designar os funcionários que, nos Postos Indígenas de sua jurisdição, se incumbirão de idêntico serviço.

1186
ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI.

=====

Nº 66, de 3 de maio de 1 962-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições e, de conformidade com o ofício nº 12, de 6 de abril de 1 962, do Presidente da Comissão de Levantamento de Material Inservível e Sucatas,

RESOLVE designar OLÍMPIO MARTINS CRUZ, Chefe da 3a. Inspetoria Regional, SF; JOSÉ MENDES BERNIZ, Agente de Proteção aos Índios, P.1808-6B, e EDSON DE MELO SÁ, Servente, GL-402-1, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, lotados na 3a. Inspetoria Regional, em São Luiz, Estado do Maranhão, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a sub-comissão incumbida de proceder ao levantamento do material inservível e sucatas existentes na referida Inspetoria, devendo referida sub-comissão, ainda, designar os funcionários que, nos Postos Indígenas de sua jurisdição, se incumbirão de idêntico serviço.

ASS. TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI.-

=====

Nº 67, de 3 de maio de 1 962.-

O Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o ofício nº 12, de 6 de abril de 1 962, do Presidente da Comissão de Levantamento de Material Inservível e Sucatas,

RESOLVE designar FRANCISCO SAMPAIO, Inspetor de Índios P.1801-14B, SF, da 4a. Inspetoria Regional; PAULO RUFINO DE MELO E SILVA, Inspetor de Índios, P.1801-12A e LEONEL CARNEIRO DE MORAIS, Inspetor de Índios, P.1801-12A, do Quadro do Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, lotados na 4a. Inspetoria Regional, do Serviço de Proteção aos Índios, em Recife, Estado de Pernambuco, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a sub-comissão incumbida de proceder ao levantamento do material inservível e sucatas existentes na referida Inspetoria, devendo referida sub-comissão, ainda, designar

nar os funcionários que, nos Postos Indígenas de sua jurisdição, se incumbirão de idêntico serviço.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI.-

Nº 68, de 3 de maio de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições e de conformidade com o ofício nº 12, de 6 de abril de 1962, do Presidente da Comissão de Levantamento do Material Inservível e Sucatas,

RESOLVE designar JOSÉ MONGENOT, Agente de Proteção aos Índios, P.1802-6B e Chefe, SF, da 5a. Inspetoria Regional; MARIA DE LOURDES CASTRO MAIA, Escrevente Datilógrafo, AF-204-7 e LUCIANO PEDRO DA SILVA, Servente, GL-104-5, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, lotados na 5a. Inspetoria Regional, em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a sub-comissão incumbida de proceder ao levantamento do material inservível e sucatas existentes na referida Inspetoria, devendo a referida sub-comissão, ainda, designar os funcionários que, nos Postos Indígenas de sua jurisdição, se incumbirão de idêntico serviço.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI.-

Nº 69, de 3 de maio de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o ofício nº 12, de 6 de abril de 1962, do Presidente da Comissão de Levantamento do Material Inservível e Sucatas,

RESOLVE designar ALFREDO JOSÉ DA SILVA, Inspetor de Índios, P-1801-12 e Chefe, SF, da 6a. Inspetoria Regional; ELIETE CALMON RAMIRES, Escrevente Datilógrafo, AF-204-7; e CACIONILO PIRES MODESTO, Servente, GL-104-5, do Quadro do Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, lotados na 6a. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a sub-comissão incumbida de proceder ao levantamento do material inservível e sucatas existentes na referida Inspetoria, devendo a referida sub-comissão, ainda, designar os funcionários que, nos Postos Indígenas de sua jurisdição, se incumbirão de idêntico serviço.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO.-

Nº 70, de 3 de maio de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições e, de conformidade com o ofício nº 12, de 6 de abril de 1962, do Presidente da Comissão de Levantamento do Material Inservível e Sucatas,

RESOLVE designar DIVAL JOSÉ DE SOUSA, Chefe, SF, da 7a. Inspetoria; PHELIPE AUGUSTO DA CÂMARA BRASIL, Agente de Proteção aos

Índios, P.1802-6B e WISMAR COSTA LIMA, Agente de Proteção aos Índios, P.1802/6B, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente deste Ministério, lotados na 7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, em Curitiba, Estado do Paraná, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a sub-comissão incumbida de proceder ao levantamento do material inservível e sucatas existentes na referida Inspeção, devendo a sub-comissão, ainda, designar os funcionários que, nos Postos Indígenas de sua jurisdição, se incumbirão de idêntico serviço.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR SPI

=====

Nº 71, 3 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições e de conformidade com o ~~ofício~~ nº 12, de 4 de abril de 1 962, do Presidente da Comissão de Levantamento do Material Inservível e Sucatas.

RESOLVE designar IRIDIANO AMARINHO DE OLIVEIRA, Chefe, SF, da 8a. Inspeção Regional; ELI DE CARVALHO FERNANDES TÁVORA, Agente de Proteção aos Índios, P-1.802-6B; e WALKIRIA LOBO, Artífice de Manutenção, A-305-6, do Quadro do Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, lotados na 8a. Inspeção Regional, em Goiânia, Estado de Goiás, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a sub-comissão incumbida de proceder ao levantamento do material inservível e sucatas existentes na referida Inspeção, devendo a sub-comissão, ainda, designar os funcionários nos Postos Indígenas da sua jurisdição, se incumbirão de idêntico serviço.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI

=====

Nº 74, de 3 de maio de 1 962-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar Josias Ferreira de Macedo, Chefe da Seção de Estudos, SF, para seguir com destino a São Paulo, a fim de tomar as seguintes providências:

1-verificar as condições do filme encomendado pela Seção de Estudos e que está em execução naquela Capital;

2-verificar o estado em que se encontram as construções no litoral do Estado, que estavam a cargo do funcionário Nilo Vellozo e as condições atuais dos índios;

3-investigar denúncia de que índios do litoral teriam nos primeiros dias do corrente, comparecido à Rádio de Santo André, dizendo-se abandonados pelo S.P.I. e solicitando auxílio.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Ass.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI

BOLETIM INTERNO DO SPI Nº 55- MESES DE MAIO E JUNHO DE 1 962- -32

Nº 76, de 7 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Inspetor de Índios, P.1801-14B, Chefe de Inspetoria-5-F, matrícula nº 153.692, Francisco Sampaio, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério para seguir com destino a Brasília-Distrito Federal, a fim de tratar de assuntos de interesse do Serviço, junto ao Tribunal de Contas da União.

Dê-se ciência e cumpra-se.

ASS. LOURIVAL DA MOTA CABRAL-DIRETOR SUBSTITUTO.-

=====

Nº 78, de 15 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Sr. JOÃO BARRETO DE SOUZA, Artífice de Manutenção, nível 6, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente do Ministério da Agricultura, matrícula nº 1.980.831, lotado na sede deste Serviço, para seguir com destino ao Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, a fim de realizar trabalhos técnicos, específicos, na estação de rádio PPI-20, instalada na Seção de Estudos, naquela cidade, no propósito de colocá-la, com urgência possível, em funcionamento pleno, tomando as medidas que julgar convenientes, para inteiro êxito de... sua missão.

Dê-se ciência e cumpra-se.

ASS. TEN. CEL. MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI.-

=====

Nº 82, de 22 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, usando de suas atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE designar ANTONIO COELHO DE CASTRO, Capataz Rural P-208-3, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente do Ministério da Agricultura, lotado neste Serviço, para Encarregado do Pôsto Indígena Da miana da Cunha, na Ilha do Bananal, e subordinado a 8a. Inspetoria Regional, em Goiânia, no Estado de Goiás.

ASS. LOURIVAL DA MOTA CABRAL-DIRETOR SUBSTITUTO.-

=====

Nº 83, de 25 de maio de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o ofício nº 12, de 6 de abril de 1 962, do Presidente da Comissão de Levantamento do Material Inservível e Sucatas,

RESOLVE designar o Sr. LEONARDO CORRÊA ROCHA, Agente de Proteção aos Índios, P.1802-6B, matrícula nº 1.989.176, lotado na 5ª Inspetoria Regional em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, para seguir com destino aos Postos Indígenas subordinados àquela Inspetoria a fim de constituírem a sub-comissão incumbida de proceder ao levantamento do material inservível e sucatas existentes na referida Inspetoria, em substituição do servidor LUCIANO PEDRO DA SILVA.

Dê-se ciência e cumpra-se.

ASS. TEN. CEL. MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI.-

=====

Nº 84, em 25 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Sr. LINCOLN ALLISON POPE, Técnico em Educação nível 17, do Quadro do Pessoal-Parte Permanente do Ministério da Agricultura, matrícula nº 1.981.155, lotado na 5a. Inspetoria Regional em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, para acompanhar o inquérito policial de homicídio do índio FAUSTINO SOUZA do Posto Indígena Alves de Barros, pelo indivíduo Carmesino Vieira, o qual se encontra preso na cidade de Corumbá.

Dê-se ciência e cumpra-se.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI.-

Nº 85, de 28 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo SPI..... 1.162/62,

DETERMINA ao Sr. Chefe da 5a. Inspetoria Regional para adotar medidas policiais, solicitadas à autoridade competente, no sentido de expelir da Reserva Indígena dos "Cadiués", os indivíduos Aureo Pinheiro de Matos e Hugo de tal, cessando em definitivo o comércio ilegal e clandestino a que se dedicam, na forma do artigo 11, letras "a", "d" e "e" do Regimento Interno do SPI.

Dê-se ciência e cumpra-se.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI.-

Nº 86, de 28 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

DETERMINA que, todos os servidores deste Serviço, que receberem adiantamentos de verbas orçamentárias, à conta de qualquer rubrica, deverão, logo ao recebê-la, cientificar por escrito ao Diretor, da quantia recebida, Verba, consignação e subconsignação, bem assim da modalidade de sua aplicação.

Outrossim, determina mais que, nenhum suprimento às Inspetorias e Postos poderão ser feitos ou pagamentos de contas efetuadas, sem que constem de planos de trabalho antecipado e aprovado pela Diretoria ou contras outras visadas pelo Diretor ou Chefe de Seção, devidamente autorizados para tal.

Aos servidores adiantados, que infringirem as determinações contidas nesta Ordem de Serviço, serão aplicadas as penas cabíveis no Estatuto, além de ficarem responsáveis pelas importâncias supridas ou os pagamentos efetuados em desacordo com esta Ordem de Serviço.

Dê-se ciência e cumpra-se.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI

Nº 87, de 29 de maio de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o SR. JOÃO NAZARETH, Escrevente -Dati-lógrafo AF-204-7, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente do Ministério da Agricultura, matrícula nº 1.980.812, lotado neste Serviço com exercício na Seção de Estudos, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, para vir à Brasília, sede do Serviço, a fim de receber instruções sobre serviços que lhe serão atribuídos, junto ao Tribunal de Contas, nesta Capital.

Dê-se ciência e cumpra-se.

ASS. LOURIVAL DA MOTA CABRAL-Diretor Substituto do SPI.-

=====

Nº 89, de 13 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE subordinar administrativamente, até ulterior deliberação, à Seção de Estudos, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, os Postos Indígenas CAPITÃO IAKRI, CAPITÃO KENKRÁ, VANUIRE, CARVALHO PINTO, ANCHIETA e RIO BRANCO, situados no Estado de São Paulo e POSTO INDÍGENA ENGENHEIRO MARIANO DE OLIVEIRA, situado no Estado de Minas Gerais.

Outrossim, fica o Chefe da Seção de Estudos, autorizado a designar um servidor de sua escolha, para supervisor dos Postos acima referidos.

Tôda movimentação de recursos financeiros dos mencionados Postos Indígenas, relativamente a venda de produtos de agricultura, bem como alugueis de pastos e arrendamentos de terras, serão de exclusiva alçada do Chefe da Seção de Estudos, que prestará contas da gestão do Patrimônio Indígena, ao Diretor, para posterior assentamento na Seção de Orientação e Assistência.

O Chefe da Seção de Estudos, deverá apresentar, com urgência, plano de trabalho, detalhando pessoal necessário, obras a realizar e respectivos orçamentos.

Dê-se ciência e cumpra-se.

ASS. TEN. CEL. MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI.-

=====

Nº 90, de 14 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar DOUDANIN GONÇALVES PEREIRA, Capataz Rural P-208-3, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, lotado neste Serviço, para Encarregado do Posto Indígena Antonio Estigarribia, no Município de Piacá, Estado de Goiás, subordinado a 8a. Inspeção Regional em Goiânia, Estado de Goiás.

Dê-se ciência e cumpra-se.

ASS. TEN. CEL. MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI

AD
BAB

BOLETIM INTERNO DO SPI Nº 55- MESES DE MAIO E JUNHO DE 1 962- -39

Nº 91, de 14 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Inspetor de Índios, P.1801-14B, Chefe da 2a. Inspeção Regional, 5-F, matrícula nº 1.154.538, FRANCISCO FURTADO SOARES DE MEIRELES, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, para seguir com destino à 9a. Inspeção Regional, em Porto Velho, Território Federal de Rondônia, a fim de:

a)-verificar a situação em que se encontram os trabalhos de pacificação dos índios Pacaás-Novos e prosseguí-los, tendo em vista as últimas ocorrências havidas no rio Jacu Paraná;

b)-verificar as condições da assistência que o S.P.I. está prestando a esses índios e ampliá-las;

c)-verificar a situação em que se encontram os Postos de Atração dos rios Negro e Okaia, bem como a situação do Posto Indígena Tenente Lira e promover os melhoramentos indispensáveis;

d)-promover, em ligação com a IR9, a transferência imediata da sede da Inspeção para Guajará-Mirim, organizando os seus serviços nessa localidade, inclusive instalação da estação de rádio-transmissora;

e)efetivar a transferência do Posto Dr. Tanajura para o rio Negro;

f)organizar, com urgência, relatório detalhado, inclusive orçamento para todas as despesas que serão atendidas pela Renda Indígena.

Dê-se ciência e cumpra-se.

===== ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO=DIRETOR DO SPI=

Nº 92, de 14 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Mestre A 1801-13A, AUGUSTO DE SOUZA LEO, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente deste Ministério, para seguir com destino à 9a. Inspeção Regional, em Porto Velho, Território Federal de Rondônia, a fim de ficar à disposição do Inspetor Francisco Furtado de Meireles, incumbido de executar determinações desta Diretoria, junto àquela Inspeção.

Dê-se ciência e cumpra-se.

===== ASS.LOURIVAL DA MOTA CABRAL-DIRETOR SUBSTITUTO.-

Nº 93, de 22 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Sr. LOURIVAL DA MOTA CABRAL, Inspetor de Índios, P.1.801-12A, Chefe da Seção de Administração, Sr. LUIZ DE FRANÇA PEREIRA DE ARAUJO, Técnico em Contabilidade P.701-15, Chefe da Seção de Orientação e Assistência, SR. BENEDITO PIMENTEL, Inspetor de Índios, P.1.801-12A e Sr. GLAUCO SOARES DE SOUZA, Inspetor de Índios, P.1.801-12A, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente deste Ministério, lotados na Sede deste Serviço, para, sob a presidência do primeiro constituírem a Comissão que irá elaborar parecer sobre o presente trabalho, constante do SPI2374/61, tendo a referida Comissão, o prazo de 30 dias, a contar desta data, estipulado por esta Diretoria.-Dê-se ciência e cumpra-se, Ass.Ten.Cel.Moacyr Ribeiro Coelho, Diretor do SPI.

Nº96, de 28 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios ,
no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Sr. João Fernandes Moreira,
Agente de Proteção aos Índios, P.1802-6B, do Quadro de Pessoal-Parte
Permanente do Ministério da Agricultura, lotado neste Serviço,
com exercício na 2a. Inspeção Regional, com exercício na 2a. Ins-
petoria Regional em Belém, Estado do Pará, matrícula nº1.271.911,
para se dirigir a SPVEA, a fim de acompanhar a tramitação e rece-
ber as dotações daquela repartição, destinadas a este Serviço, con-
signando, que a aplicação ou suprimento da referida dotação, ficam
condicionados a autorização expressa do Diretor deste Serviço.

Dê-se ciência e cumpra-se.

ASS.Ten.Cel.MOACYR RIBEIRO COELHO-DIRETOR SPI

Nº97, de 28 de junho de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios ,
no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Sr. JOÃO BARRETO DE SOUZA,
Artífice de Manutenção, A-305-6B, do Quadro de Pessoal-Parte Per-
manente deste Ministério, matrícula nº 1.980.831, lotado na sede
deste Serviço, para seguir com destino a 6a. Inspeção Regional,
em Cuiabá, Estado de Mato rosso, a fim de restaurar e pôr em fun-
cionamento a Estação de Rádio, da sede daquela Inspeção.

Dê-se ciência e cumpra-se.

ASS.TEN.CEL.MOACYR RIBEIRO COELHO-DIRETOR

CONCESSÃO DE LICENÇA-

Na 5a. Inspeção Regional.-

O Sr. Chefe da 5a. Inspeção Regional do Ser-
viço de Proteção aos Índios, localizada em Campo Grande, Mato Gros-
so, deu o seguinte despacho, sobre licença de funcionário:

"CONCEDO 60 dias de licença, para tratamento
de saúde, de acordo com o art.97, da Lei nº.1 711, de 28.10.52, no
período de 3.07.962 a 31.08.62, ao Técnico de Educação nível 17 ,
LINCOLN ALLISON POPE.

ASS.José Fernandes da Cruz -Chefe da 5a.IR"

V I S T O :

TEN. CEL. MOACYR RIBEIRO COELHO

DIRETOR DO SPI

LUIS BRAUNO

CHEFE DA SOA

WV/MGL=SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA.-

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
BOLETIM INTERNO Nº 57-
Meses: Set.-out.-nov.-dez.-1962
BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL

Diretor:
Ten.Cel.Moacyr Ribeiro Coelho
Secretário:
Glauco Soares de Araújo
Chefe da S.O.A.:
Luiz Araújo
Chefe da S.A.:
Lourival da Mota Cabral
Chefe da S.E.:
Josias Ferreira de Macedo

1195
AB
296

-MINISTÉRIO DA AGRICULTURA-
-SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS-
-BOLETIM INTERNO Nº 57-

-REUNIÕES PLENÁRIAS DE CHEFES DE =
INSPETORIAS REGIONAIS E DE SEÇÕES=

R ealizou-se, nesta Diretoria, nos dias 7, 8 e 9 de novembro do ano corrente, Reuniões Plenárias de Chefes de Inspetorias Regionais e Seções, com a presença do Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, em que foram abordados diversos assuntos relacionados com os problemas dêste Serviço, e tomadas várias Resoluções.

Transcremos, na íntegra, as atas das referidas Reuniões para conhecimento de todos os servidores do S.P.I.

"ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO PLENÁRIA DE CHEFES DE INSPETORIAS E DE SEÇÕES, REALIZADA AOS SETE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 1.962, NA DIRETORIA DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, EM BRASÍLIA, D.F." Aos sete dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e dois, na sede do Serviço de Proteção aos Índios, no quarto andar do Ministério da Agricultura, em Brasília, Distrito Federal, estiveram reunidos, sob a presidência do Senhor Tenente Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, os senhores Chefes de Inspetorias Regionais, Chefes das Seções especializadas dêste Serviço e o servidor Augusto de Souza Leão, especialmente convocados para estudo e debate de assuntos que se constituem em normas fundamentais para as atividades dêste Serviço, consubstanciadas em Temário adrede preparado e distribuído aos participantes. Os trabalhos tiveram início às 9 horas, presentes os Senhores Lourival da Mota Cabral, Chefe da Seção de Administração, Benedito Pimentel, Chefe Substituto da Seção de Administração, Luiz de França Pereira de Araújo, Chefe da Seção de Orientação e Assistência, Josias Ferreira de Macedo, Che-

fe da Seção de Estudos; Manoel Moreira de Araújo, Chefe da Primeira Inspetoria Regional; João Fernandes Moreira, Chefe da Segunda Inspetoria Regional; Francisco Sampaio, Chefe da Quarta Inspetoria Regional; José Fernando Cruz, Chefe da Quinta Inspetoria Regional; José Batista Ferreira Filho, Chefe Substituto da Sexta Inspetoria Regional; Dival José de Souza, Chefe da Sétima Inspetoria Regional; Francisco Furtado Soares de Meireles, Chefe da Oitava Inspetoria Regional. Deu a honra de sua presença na Reunião Inaugural o Dr. Rubens Tellechea Clausell, Chefe do Gabinete do Senhor Ministro da Agricultura e o Dr. Sérgio Cesar Vergueiro, Oficial de Gabinete. Faltou o Senhor Olímpio Martins Cruz, Chefe da Terceira Inspetoria Regional e o Senhor Alberico Soares Pereira, Chefe da Nona Inspetoria Regional. Dando início à Reunião, o Senhor Diretor dirigiu-se em palavras de agradecimentos ao Dr. Rubens Tellechea, funcionários do S.P.I. e representantes da imprensa. Apresentou saudações aos servidores chegados dos Estados, desejando-lhes feliz voto de permanência em nosso meio. Continuando, disse o Senhor Diretor: -de início, vamos ver, resumidamente, a razão desta Reunião. Dois são os objetivos da mesma. Primeiro, relacionar o emprêgo das Verbas que desejo fazer em íntimo contato com os funcionários. O Serviço não dispõe de muita verba e os problemas apresentados são inúmeros. Devemos estudar, portanto, o modo mais objetivo do emprêgo dos recursos. Segundo, aproveitar a presença dos Chefes de Inspetorias para ajustar medidas administrativas de âmbito geral. Ainda, o Senhor Diretor: -Em primeiro lugar, quero dizer o que penso do S.P.I.. Acho que este órgão é um serviço Patriótico, Social, Cultural, Científico mas, sobretudo, Humano. Patriótico, porque manipula bens de vulto do Patrimônio Nacional, sobretudo, a nós, cabe preservar uma riqueza de maior relevância pela qual temos que chamar a nossa maior atenção: preservação do fator genético de máxima importância para a nacionalidade e cuja preservação cabe, essencialmente, ao Serviço de Proteção aos Índios; Social, porque o que nós queremos é entrosar na comunidade nacional, o homem, a criatura; portanto êsse ser humano deve ser compreendido por nós. Cultural, porque não se faz

essa integração sem conhecimento de cultura especializada. O índio é um primitivo, é uma outra cultura que entra em choque em presença com a nossa civilização. Científico, porque não se faz esse trabalho com diletantes apenas; são precisos médicos, veterinários, agrônomos, antropólogos, etnólogos, veterinários, enfermeiros, professores, enfim, homens de ciência e de cultura. Mas o Serviço é, sobretudo Humano, no que para mim é mais profundo. As omissões ou erros que venhamos a cometer, do Diretor ao último funcionário, recaem sobre uma vítima inocente, criatura como nós, um ser vivente como nossos filhos. É assim que encaro as nossas tarefas e a minha própria responsabilidade, com todo o rigor e amplitude. Ainda o Senhor Diretor: - vejamos, a seguir, sucintamente, como é que se apresentam os nossos índios. Vejo-os grupados em três grandes categorias: arredios, índios de contato recentes e índios de contato antigo. Cada grupo tem seus problemas fundamentais. No que tange aos arredios, a pacificação; aos de contatos recentes, o problema se resume em assistência e proteção; para os de contato antigo, gente quase tão civilizada como nós, impõe-se promover a dignificação dos indivíduos e das populações, para lutar contra males que vem os dizimando, apresentando-se acabrunhados, doentes, desnutridos, vivendo em choças e dormindo sobre o solo. E, termina o Senhor Diretor: - Se há um S.P.I. e o resultado de suas atividades, até a gora, é tão melancólico, algo não está funcionando. Nessa altura o Senhor Diretor fez um intervalo e mostrou fotografias para que fossem observadas com senso crítico. Índios vivendo em contato com a civilização há mais de 30 e 40 anos e que habitam em palhoças, doentios, ventres volumosos e subnutridos. Para corrigir essa falha, disse o Senhor Diretor: - O Pôsto Indígena será como uma pequena cidade ou vila, dotada de todos os recursos, para que o índio possa integrar-se na civilização, gradativamente, sem sofrer o golpe de aculturações diferentes, até que se emancipe e perca a tutela do S.P.I. Devemos procurar todos os meios para atingirmos a esse ideal. Para isso é imprescindível que todo Pôsto Indígena possua roças de subsistência e que a indústria extrativa é necessária, porém para efeito de renda, de -

1198
AD
BPA

vendo predominar sempre o trabalho de amplas lavouras, único meio de impedir a fome e a subnutrição crônicas nas populações indígenas. Ainda com a palavra o Senhor Diretor:-Habitação será o problema a ser debatido em Reuniões futuras. Quero fazer casas para todos os índios, colocando em primeiro plano a Sétima Inspetoria Regional. Falou a seguir o Engenheiro Agrônomo Rubens Tellechea Clausell, que disse representar naquele Ato o Ministro da Agricultura, Senhor Renato da Costa Lima e significou a sua satisfação de participar daquele primeiro contato com os dirigentes dos diversos órgãos do Serviço de Proteção aos Índios. O Chefe do Gabinete do Senhor Ministro da Agricultura dissertou sobre as reformas ora em curso no Ministério e os pontos em que as mesmas se relacionam com o S.P.I. Fêz especial referência ao Fundo Federal Agro-Pecuário, que possibilitará ao Ministério da Agricultura o emprêgo de uma verba de mais de vinte bilhões de cruzeiros no próximo ano, e que também, cobrirá parte das necessidades do Serviço de Proteção aos Índios. O Dr. Rubens Tellechea Clausell aproveitou ainda a oportunidade para apresentar sugestões no tocante a diversos assuntos a serem debatidos nas próximas reuniões e que deverão ser considerados pelos participantes da mesma. Disse, que é propósito do Senhor Ministro iniciar o novo ano dentro de outra estrutura. Deseja Sua Excelência o funcionamento harmônico de todos os órgãos do Ministério da Agricultura. Após estas esplanações, o Senhor Chefe do Gabinete apresentou suas excusas por ter que se ausentar da Reunião, pois que outros compromissos inadiáveis o esperavam, deixando em seu lugar para qualquer informação, o Oficial de Gabinete, Dr. Sérgio Cesar Vergueiro. Houve pequeno descanso. Em seguida tomou a palavra o Senhor Diretor dizendo que, inicialmente, a Seção de Administração pelo seu Chefe Substituto, Benedito Pimentel, iria fazer uma exposição sobre a situação das Verbas Orçamentárias, para depois entrar em consideração sobre o Fundo Federal Agro-Pecuário. Com a palavra o senhor Benedito Pimentel, que colocou a par de todos os presentes, relativamente às Verbas Orçamentárias 1.6.17-Assistência aos Índios, num montante de Cr\$35.000.000,00, já aprovada pelo Senhor Ministro e no Tribunal de Contas para a devida liberação, e a Verba 1.6.23 - Diversos, assim distribuída: la. Inspetoria: Cr\$...

1199
APB
1962

5.000.000,00 já aprovada pelo Senhor Ministro; 2a. Inspeção : Cr\$4.000.000,00; 3a. Inspeção: Cr\$4.000.000,00; 4a. Inspeção: para o PI Xucuru Cr\$2.000.000,00; 5a. Inspeção Regional: não tem; 6a. Inspeção: Cr\$4.000.000,00; 7a. Inspeção: não tem; 8a. Inspeção : Cr\$4.000.000,00; 8a. Inspeção Regional: para atender ao Posto Indígena Pimentel Barbosa Cr\$2.000.000,00; 9a. Inspeção : Cr\$4.000.000,00. Para medição e demarcação das glebas indígenas no Território Federal de Rondônia, Pará e Mato Grosso, Cr\$2.000.000,00; para aplicação na fronteira com o Peru, Sena Madureira e Território do Acre: Cr\$2.000.000,00. Para medição e legalização das glebas indígenas no Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso, Cr\$3.000.000,00. Expedição Científica Cr\$1.200.000,00. Logo após, o Senhor Diretor com a palavra, recomenda aos Senhores Chefes de Inspeções que analisassem essas verbas e apresentassem suas reclamações e reivindicações, salientando que os recursos não eram muitos e os planos elaborados pelas Inspeções, atualmente, eram impraticáveis, devido ao alto custo de vida. Deve haver um critério para cobrir as prioridades justas. Explicou, ainda, que os assuntos dependentes de decisão, vão ser orientados no seguinte critério: aplicar numerário em bens reprodutivos isto é, tudo aquilo que é capaz de produzir: exemplo, roupas, casa de farinha, juntas de bois, arados etc., nos Postos essencialmente de lavoura e, nos Postos extrativos, aparelhos utilitários na indústria extrativa. Continuou o Senhor Diretor, dizendo que nomeou Comissões de Compras destinadas a efetuar tomadas de preços e controlar o material adquirido para ser, posteriormente, encaminhado às Inspeções e Postos Indígenas. Quero fazer tanto quanto possível - ainda o Senhor Diretor - que as Inspeções sejam os fiscais do emprego das verbas. À Inspeção competirá a fiscalização das aplicações. Penso adquirir nas fontes produtoras as utilidades e entregá-las às Inspeções ou Postos Indígenas, designando um funcionário, com Ordem de Serviço, para seguir com destino às fontes produtoras, como já disse, e realizar as compras previstas, tomando a iniciativa, quando fôr o caso, de fazer chegar às Inspeções ou Postos Indígenas as mercadorias, comunicando à Diretoria a espécie e a quantidade de material encaminhado. E, continuando o Senhor Diretor: - os debates da próxima Reu

nião serão sobre o critério a ser dado na distribuição das Verbas. A essa altura dos trabalhos, precisamente às 11,15, o Senhor Diretor houve por bem suspender a Reunião nesta sua primeira fase, marcando uma outra para às 15 horas, nesta Diretoria, tendo sido lavrada a presente ata pelo Secretário que a subscreve, Glauco Soares de Souza, Inspetor de Índios, nível 12 e assinada pelo Senhor Diretor e Chefes de Seções Especializadas do Serviço de Proteção aos Índios.

"ATA DA SEGUNDA REUNIÃO PLENÁRIA DE CHEFES DE INSPETORIAS E DE SEÇÕES, REALIZADA AOS SETE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E DOIS, NA DIRETORIA DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL."

Aos sete dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e dois, na sede do Serviço de Proteção aos Índios, no quarto andar do Ministério da Agricultura, em Brasília, Distrito Federal, estiveram reunidos, sob a presidência do Senhor Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, Tenente Coronel Moacyr Ribeiro Coelho os Senhores Chefes de Inspetorias Regionais, Chefes das Seções Especializadas deste Serviço e o servidor Augusto de Souza Leão, para prosseguimento dos assuntos iniciados pela manhã, de estudos e debates sobre a análise que deveria ser feita pelos Chefes de Inspetorias, relativamente às verbas e que os mesmos deveriam apresentar suas reclamações e reivindicações. Os trabalhos tiveram início às 15 horas, presentes os senhores Lourival da Mota Cabral, Chefe da Seção de Administração; Benedito Pimentel, Chefe Substituto da Seção de Administração; Luiz de França Pereira de Araújo, Chefe da Seção de Orientação e Assistência; Josias Ferreira de Macedo, Chefe da Seção de Estudos; Manoel Moreira de Araújo, Chefe da 1a. Inspetoria Regional; João Fernandes Moreira, Chefe da 2a. Inspetoria Regional; Francisco Sampaio, Chefe da 4a. Inspetoria Regional; José Fernando da Cruz, Chefe da 5a. Inspetoria Regional; José Batista Ferreira Filho, Chefe Substituto da 6a. Inspetoria Regional; Dival José de Souza, Chefe da 7a. Inspetoria Regional; Francisco Furtado Soares de Meireles, Chefe da 8a. Inspetoria Regional e Alberico Soares Pereira, Chefe da 9a.

Inspetoria Regional. O Senhor Diretor iniciou a Reunião, explicando que não é mais possível se cingir pelos Planos de Trabalho apresentados anteriormente pelos Chefes de Inspetorias. No decorrer dos trabalhos foi obrigado a alterar os mesmos. Tinha a idéia de criar "Postos Modelo" para melhorar o adestramento de pessoal e dar ao índios melhor compreensão dos problemas de trabalho. No entanto, no momento, não estava em condições de executar essas tarefas; por isso modificou o seu modo de ver. Quer executar o trabalho nas bases expostas no Temário, dando a palavra aos Chefes de Inspetorias para apresentarem suas reclamações e reivindicações, dentro do esquematizado no Temário e, relativamente, à Verba Assistência Social, na importância de Cr\$35.000.000,00. A 1a. Inspetoria usou da palavra dizendo que apresentou um Plano, de acordo com a orientação recebida da Seção de Administração, isto é, elaboração do Plano dentro da parcela de Cr\$1.000.000,00, quantia esta destinada à Inspetoria. Tem seis escolas funcionando nos Postos Indígenas Waupés, Barbosa Rodrigues, Manoel Miranda, Lobo D'Almada, São Marcos e Ticunas, com apenas três professoras do Serviço. Ia destinar Cr\$20.000,00 para aquisição de material escolar para cada escola. Estabeleceu o critério de incluir material didático para os Postos que tinham escolas em pleno funcionamento e adquirir material agrícola para os que não têm escola. O Senhor Diretor achou que no Plano deveriam constar bens reprodutivos. Ficaria, entretanto, o Plano em pauta, podendo o mesmo, para o futuro, ser alterado para mais, a fim de dar maior amplitude na aquisição de outros materiais de utilidade para os índios, tais como, caetetus para fabricação de farinha, reparos de lanchas etc. A 2a. Inspetoria ficou de apresentar o Plano no dia seguinte. A 4a. Inspetoria pronunciou-se, abrindo mão da verba destinada à Inspetoria, em favor de outras necessidades de maior dotação para atendimento de problemas inadiáveis. A 5a. Inspetoria salientou as grandes necessidades de seus Postos desprovidos de roças, estação de rádio e de casas para índios. Tem muitas escolas funcionando, algumas, com dois turnos, com número insuficiente de professoras. No Posto Buriti estão sendo construídas 11 casas pelos recursos da própria Inspetoria. São inúmeros os problemas a serem atacados de frente, inadiáveis, porquanto os Postos estão desprovidos de instrumentos agrícolas e de

tudo mais que possibilite uma assistência real e efetiva ao índio. Em virtude da alegação, pede que sua Inspetoria seja contemplada com maior parcela da Verba Assistência Social, ou seja, Cr\$. 5.000.000,00 . O Senhor Diretor achou razoável a solicitação pedindo um Plano para aplicação da aludida importância, visando uma assistência positiva no que tange saúde, educação e higiene. Criação de amplas roças nos Postos, casas simples, mas que ofereçam o conforto relativo à preservação da higiene e da saúde. O Plano deve visar, também, a criação de Postos Indígenas na reserva dos Kadiuê. Em seguida, teve a palavra a Seção de Estudos, que responsável por seis Postos Indígenas, três no litoral e três no centro de São Paulo, incluído o Engenheiro Mariano de Oliveira, em Minas Gerais, tem seus problemas que reclamam providências imediatas. Reivindica a importância de Cr\$2.000.000,00 para atendimento dos Postos Indígenas do litoral de São Paulo e Engenheiro Mariano de Oliveira e Cr\$ Cr\$800.000,00 para a sede, a fim de atender aos índios em trânsito. A 6a. Inspetoria Regional tem 11 Postos com mais de 1.500 índios para assistir, todos carecentes de ferramentas e implementos agrícolas. Só tem três escolas funcionando por falta de professoras. No Posto General Gomes Carneiro, os índios estão doentes, rotos e famintos. O Senhor Diretor perguntou se a Inspetoria endossava o Plano já apresentado. Sugeriu a mesma apresentar outro Plano de Trabalho, na base de Cr\$6.000.000,00 . O Senhor Diretor concordou, exigindo, no entanto, que todos os Postos façam grandes lavou- ras de subsistência, as escolas funcionem normalmente e que as enfermarias dos Postos sejam dotadas de medicamentos essenciais às moléstias locais, a fim de debelar os males do Posto Indígena General Gomes Carneiro e dos demais Postos supervisionados pela Inspetoria. Em seguida, falou a 7a. Inspetoria. Não tem nenhuma verba específica. Os Cr\$3.000.000,00 para Assistência Social são para aplicar nos 16 Postos assistidos pela mesma. O Senhor Diretor tomou a palavra, dizendo que para a 7a. Inspetoria vai dar uma quota substancial, porque o objetivo do seu programa é a construção de casas. Viu, de sua última inspeção que os índios da Inspetoria não merecem o que sofrem. Vivem, em alguns Postos, em palhoças, sem camas ou redes, dormindo sobre o solo. Tendo ao pé da obra madeiras e

duas serrarias, quer aproveitar êsses elementos para construção das casas e desenvolver um dos Postos da Inspetoria, tornando -o modelo. Vai aproveitar as duas serrarias do Serviço, a de Xapacó e a de Palmas. Para isso, vai constituir uma comissão para estudar os meios de botar em funcionamento as aludidas serrarias. Vai tirar uma parcela da Verba Assistência Social para comprar acessórios para a construção das casas, como pregos, fechaduras, dobradiças etc. Portanto, vai reservar para esta Inspetoria uma importância que, à primeira vista, parece grande, mas se justifica, Cr\$10.000.000,00. Em continuação, a 8a. Inspetoria Regional é de fato uma Inspetoria pobre. O problema é sério. Se as fazendas de gado fôsem mais aparelhadas, teriam dado uma boa renda. Para a mesma foram reservados Cr\$6.000.000,00 da verba específica e Cr\$2.000.000,00 da Assistência Social. Vai estudar o Plano anteriormente feito e apresentar outro, mais compatível com as necessidades atuais. Sobre o problema de habitação, disse a Chefia da Inspetoria: - é preferível ver o índio habitar uma casa coberta de palha, porém, de aspecto sadio, satisfeito e bem nutrido. O Senhor Diretor apoiou plenamente as razões da 8a. Inspetoria. Em seguida, a 9a. Inspetoria Regional disse não abrir mão da verba específica de Cr\$4.000.000,00. Tem mais necessidade de remédios que combatam às moléstias endêmicas. Nessa altura, o Senhor Diretor recomendou aos Chefes de Inspetorias que fizessem uma relação dos medicamentos de maior necessidade para cada Inspetoria, indicando a quantidade necessária. O Senhor Diretor apreciou dois tipos de medicamentos perecíveis e os imperecíveis. Os medicamentos considerados do primeiro grupo, isto é, os perecíveis, serão comprados nos laboratórios e distribuídos às Inspetorias, nos momentos de necessidade premente; e os medicamentos do segundo grupo, isto é, os imperecíveis, devem as Inspetorias terem um estoque em reserva e, êsses medicamentos não devem faltar em todos os Postos. Retomando a palavra, o Senhor Chefe da 9a. Inspetoria disse: - não pretende fazer muito. Desejava, pelo menos, deixar um Posto organizado - o Posto Major Amarante, não esquecendo o rio Negro, onde pretende construir uma casa de alvenaria. Aparteou a 8a. Inspetoria: - Ao Serviço não satisfaz um

— . — . — . — . — . — . — . — . — . — .

1205

"ATA DA TERCEIRA REUNIÃO PLENÁRIA DE CHEFES DE INSPETÓRIAS, E DE SEÇÕES ESPECIALIZADAS, REALIZADA AOS OITO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 1962, NA DIRETORIA DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL!"

Aos oito dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e dois, na sede do Serviço de Proteção aos Índios, no quarto andar do Ministério da Agricultura, em Brasília, Distrito Federal, estiveram reunidos, sob a presidência do Tenente Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, os Senhores Chefes das Seções Especializadas e Chefes de Inspetorias Regionais deste Serviço, para prosseguimento dos trabalhos do dia anterior. Os trabalhos tiveram início às 15 horas, presentes os senhores Lourival da Mota Cabral, Chefe da Seção de Administração; Benedito Pimentel, Chefe Substituto da Seção de Administração; Luiz de França Pereira de Araújo, Chefe da Seção de Orientação e Assistência; Josias Ferreira de Macedo, Chefe da Seção de Estudos; Manoel Moreira de Araújo, Chefe da 1a. Inspetoria Regional; João Fernandes Moreira, Chefe da 2a. Inspetoria Regional; Francisco Sampaio, Chefe da 4a. Inspetoria Regional; José Fernandes da Cruz, Chefe da 5a. Inspetoria Regional; José Batista Ferreira Filho, Chefe Substituto da 6a. Inspetoria Regional; Dival José de Souza, Chefe da 7a. Inspetoria Regional; Francisco Furtado Soares de Meireles, Chefe da 8a. Inspetoria Regional; Alberico Soares Pereira, Chefe da 9a. Inspetoria Regional. O Senhor Diretor recebeu o rádio número oito centos e setenta e nove, de oito de novembro de mil novecentos e sessenta e dois, da 3a. Inspetoria, do seguinte teor: "Seguindo hoje com destino essa Capital Chefe Olímpio Martins Cruz vg pelo aparelho da VASP pt Saudações Agrindios IR3 Substituto. Iniciada a reunião, foram apresentados os débitos das Inspetorias, assim relacionados: 1a. Inspetoria Cr\$100.198,00; 2a. Inspetoria Cr\$7.000.000,00; 3a. Inspetoria Cr\$349.250,00; 4a. Inspetoria: Cr\$971.689,00; 5a. Inspetoria: Cr\$3.500.000,00; 6a. Inspetoria: Cr\$1.300.000,00; 7a. Inspetoria Cr\$333.875,00; 8a. Inspetoria... Cr\$2.790.000,00; 9a. Inspetoria Cr\$739.068,00; Seção de Estudos... Cr\$5.511.235,30, num total de Cr\$22.595.315,30. Ficou entendido que o débito da 4a. Inspetoria será pago pela Verba Específica e

a quantia de Cr\$3.000.000,00 destinada à Bahia deverá ser empregada nos Postos Indígenas Rodela, Kiriri (compreendendo as aldeias de Mirandela e Massacará). As Inspetorias apresentaram novo Plano de Trabalho, os quais foram muito debatidos. O Senhor Diretor chamou a atenção dos Chefes de Inspetorias, dizendo que irá fazer a distribuição das verbas de acordo com os Planos de Trabalho apresentados. Exige, portanto, que este Plano seja rigorosamente cumprido, porquanto, mais tarde, em viagem de inspeção, quer ver tudo quanto especifica o Plano. Lembra, portanto, aos Senhores Chefes de Inspetorias que façam Planos exequíveis e não, apenas, teóricos, impraticáveis. Outro assunto abordado, foi o relativamente ao Pessoal admitido pela Tabela Temporária. O Senhor Diretor determinou às Chefias que relacionassem os nomes de todo esse Pessoal, responsabilizando-se, apenas, por aqueles que já têm Portaria, vigorando essa Tabela, de julho a dezembro de mil novecentos e sessenta e dois. Dado o adiantamento da hora, o Senhor Diretor houve por bem encerrar, precisamente, às 17 horas os trabalhos da presente Reunião, ficando para o dia seguinte os debates para reajustamento dos Planos de Trabalho, a questão de terras e abordar problemas de assuntos gerais. Assim, foi lavrada a presente ata pelo Secretário que a subscreve, Glauco Soares de Souza, Inspetor de Índios, nível 12, que vai assinada pelo Diretor do Serviço de Proteção aos Índios e pelos Chefes das Seções Especializadas deste Serviço.

"ATA DA QUARTA REUNIÃO PLENÁRIA DE CHEFES DE INSPETORIAS E DAS SEÇÕES ESPECIALIZADAS, REALIZADA AOS NOVE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 1962 NA DIRETORIA DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL!"-

Aos nove dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e dois, na sede do Serviço de Proteção aos Índios, no quarto andar do Ministério da Agricultura, em Brasília, Distrito Federal, estiveram reunidos, sob a presidência do Tenente Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, os Senhores Chefes de Inspetorias e Chefes das Seções Especializadas deste Serviço, para prosseguimento dos trabalhos do dia anterior, de estu-

dos e debates sôbre as atividades do Serviço. Os trabalhos tiveram início às nove horas, presentes os senhores Lourival da Mota Cabral, Chefe da Seção de Administração; Benedito Pimentel, Chefe Substituto da Seção de Administração; Luiz de França Pereira de Araújo, Chefe da Seção de Orientação e Assistência; Josias Ferreira de Macedo, Chefe da Seção de Estudos; Manoel Moreira de Araújo, Chefe da 1a. Inspeção Regional; João Fernandes Moreira, Chefe da 2a. Inspeção Regional; Olímpio Martins Cruz, Chefe da 3a. Inspeção Regional; Francisco Sampaio, Chefe da 4a. Inspeção Regional; José Fernando da Cruz, Chefe da 5a. Inspeção Regional; José Batista Ferreira Filho, Chefe Substituto da 6a. Inspeção Regional; Dival José de Souza, Chefe da 7a. Inspeção Regional; Francisco Furtado Soares de Meireles, Chefe da 8a. Inspeção Regional; Alberico Soares Pereira, Chefe da 9a. Inspeção Regional e o servidor Augusto de Souza Leão. Iniciada a Reunião, o Senhor Diretor verificou os Planos de Trabalho que ficaram para reajustar. Informou que os Chefes de Inspeções só podiam regressar, após apresentarem os Planos das verbas orçamentárias, nos quais deviam constar os elementos necessários à preservação da vida, a criação de grandes lavouros, medicamentos aconselháveis às doenças regionais e construção de casas para índios. Presente à Reunião o Senhor Chefe da 3a. Inspeção Regional, o Senhor Diretor tratou dos problemas relativos a esta Regional, indagando: - qual a dívida da Inspeção? Resposta Cr\$349.250,00. Quais as verbas previstas? - 1.6.23-Verba Específica, Cr\$4.000.000,00 e 1.6.17-Assistência Social, Cr\$..... Cr\$1.000.000,00. Quais os problemas mais urgentes? Resposta: - Fundação de um Posto para atender aos índios Urubus e Guajás e as invasões das terras do Posto Gonçalves Dias. Qual a situação do Posto Tenente Manoel Rabelo? Resposta: - Não está tão bem desenvolvido. Assiste aos índios Guajás. Tem roças de subsistência. Qual o Posto que está em pior condição? - Resposta: O Posto Capitão Uirá. As terras são ruins e os índios não querem abandonar suas terras, alegando que ali nasceram seus antepassados e eles próprios, nascidos e criados no Posto e todos os seus ancestrais ali estão enterrados. Um dos índios do Posto

Capitão Uirá que se encontravam na Diretoria, foi chamado e declarou:-Tudo que se planta nas terras do Pôsto, dá. O clima é bom. Colhem verduras e frutas. Muito côco, lima, banana e abacaxi. Não têm ferramentas agrícolas para trabalharem. Ainda o Senhor Diretor, indagando:-E o Pôsto Gonçalves Dias? Resposta:- É o melhor. Terra muito boa. Pôsto de criação. Há muitas invasões e o Encarregado do mesmo é muito trabalhador e vem desenvolvendo atividades apreciáveis. Sobre o problema das terras do Pôsto Gonçalves Dias, a Chefia apresentou ao Senhor Diretor, cópia de expedientes dirigidos às autoridades competentes, a fim de expulsar os invasores. Ficou evidenciada a necessidade da mecanização e adubação das terras do Pôsto Capitão Uirá. O Senhor Diretor pediu um novo Plano de Trabalho para, dentro desta orientação, atender às necessidades mais urgentes. Quer atacar estes problemas que demandam providências imediatas. Indagou, ainda, o Senhor Diretor:-A Inspeção assiste a quantos índios? Resposta:4.995, fora os Gaviões. A Inspeção está precisando de reforço de verbas? Nessa altura, em aparte, o Chefe da 8a. Inspeção declarou que a 3a. Inspeção tem sido infeliz, relativamente a chefias. Os Canelas não são preguiçosos como apregoam. Já incorporou esses índios em seus Postos, quando Chefe da 2a. Inspeção, e os mesmos apresentaram grandes esforços de trabalho. Declarou que as terras de Barra do Corda são riquíssimas. Usando da palavra, o Senhor Diretor informou que as Verbas Orçamentárias destinadas à 3a. Inspeção Regional - Cr\$5.000.000,00-serão empregadas para atendimento dos problemas mais urgentes, tais sejam, os Urubus e Guajás e Pôsto Capitão Uirá. Posteriormente, deverá a Inspeção apresentar um Plano para intensificação das lavouras, correndo as despesas pelo Fundo Federal Agro-Pecuário, e com auxílio da Colônia Agrícola. Considerou o Senhor Diretor já solucionado o problema da aplicação das verbas. Em seguida, os debates foram sobre o problema de demarcação e legalização das terras. A verba destinada para esse fim é de Cr\$5.000.000,00. A 2a. Inspeção lembrou a situação das terras de Mãe Maria, no Município de Marabá, Estado do Pará, para a qual foi reservada a parcela de Cr\$2.000.000,00. Essa verba é para a demarcação de terras nos

Estados do Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso. O Senhor Diretor perguntou qual a urgência da demarcação de terras na 9a. Inspeção, respondendo a chefia não haver urgência para esta medida; somente as do Posto Major Amarante precisam ser medidas e demarcadas, devido ao avanço da Colônia Agrícola. E a 3a. Inspeção tem urgência para demarcação de terras? Resposta: - Sim, as do Posto Indígena Gonçalves Dias. A 5a. Inspeção se pronunciou a respeito, dizendo não abrir mão desta verba, pois a sua Inspeção tem sérios problemas em Dourados, Posto Francisco Horta e Panambi. Houve debate nesse ponto, pois que a lei orçamentária não prevê numerário para atendimento de demarcação de terras na 5a. Inspeção. O Senhor Diretor, para deixar bem claro essa situação, disse que o emprêgo das verbas seria apenas nas Inspeções constantes da lei orçamentária, ou sejam, as 2ª, 3ª, 6ª, e 8ª Inspeções Regionais. A 5a. Inspeção ficou excluída. Sobre este assunto, chegou-se à seguinte conclusão: A lei orçamentária consignava Cr\$5.000.000,00 para medição e demarcação de terras nas Inspeções acima citadas. A quantia de Cr\$2.000.000,00 será aplicada na reserva Mãe Maria, Estado do Pará e o restante, Cr\$3.000.000,00, em Goiás. A 8a. Inspeção Regional vai sugerir um nome de sua confiança e competência para tratar do problema de terras em sua Inspeção. O Senhor Diretor deu como solucionados os assuntos Verbas e Terras. Logo em seguida, tratou dos assuntos gerais de sua administração. Falou da necessidade dos Chefes de Inspeções viajarem e fiscalizarem o fiel desempenho dos Planos de Trabalho e o emprêgo das verbas. Deixou bem claro que as chefias ficavam autorizadas a viajarem dentro de sua Inspeção, comunicando tal fato à Diretoria, informando a finalidade da sua Inspeção, informando da finalidade da viagem para a devida homologação e demais providências administrativas. O funcionário deverá viajar na medida da necessidade, quer tenham ou não fundos orçamentários na respectiva rubrica. Continuou o Senhor Diretor salientando o problema dos arrendamentos e arrendatários. Não pode haver arrendamentos nem arrendatários sem autorização da Diretoria. Ficam as Inspeções com a incumbência de fazer o levantamento dos arrendamentos já existentes, cadastrá-los e reme-

1210
BGA

ter, com urgência à Diretoria. Todo arrendamento a ser feito doravante, sem autorização da Diretoria, ficará sob a responsabilidade dos chefes de Inspetorias. Terminadas estas conclusões, o Senhor Diretor perguntou se havia dúvida sobre arrendamentos. A 7ª. Inspetoria citou os casos de invasores. O Senhor Diretor esclareceu que deve ser feito, também, o levantamento e cadastro de todos os invasores. Se pagam alguma taxa, são arrendatários e se não pagam, são intrusos. A 5ª Inspetoria informou que, só no Pôsto Indígena Nalique, há 61 arrendatários que têm contratos e pagam arrendamentos e 76 que não têm contratos e pagam arrendamentos. O Senhor Diretor disse que a 5ª. Inspetoria deve fazer o levantamento e cadastro e atualizar a situação. De modo geral, a Diretoria proíbe que, daqui por diante, qualquer pessoa se coloque em terras indígenas sem autorização da Diretoria. Novamente a 5ª. Inspetoria: -Existindo no Pôsto Indígena Nalique 61 arrendamentos de direito e 76 arrendamentos de fato, pergunta se não será mais prático, mais aceitável, dar aos 76 arrendatários um prazo de dois anos para eles ficarem nas terras e, depois, abandoná-las. Propõe que aos contratos já existentes (61) todos eles com prazo de cinco anos, seja esse prazo reduzido para dois, por achar o prazo de cinco anos danoso para o Serviço. O Senhor Diretor explicou: - A situação dos arrendamentos pode ser encarada sob um duplo aspecto: de direito e de fato. De direito, ninguém pode conceder esses arrendamentos sem autorização da Diretoria. Mas não podemos obscurecer que existem, vivendo e trabalhando nas glebas indígenas, milhares de famílias que ali se instalam mais ou menos à revelia do Serviço. É uma situação de fato, mas que precisa ser, com urgência, plenamente conhecida da Diretoria. A 7ª. Inspetoria solicitou orientação para àquêles que plantam em áreas indígenas e nelas não habitam. Citou o caso do Pôsto Guarita. O Senhor Diretor esclarece: - os indivíduos que não moram na área indígena não podem plantar ali; o contrário seria consentir no uso das terras do Serviço, através de intermediários. Em suma: as Inspetorias devem mandar para a Diretoria a relação completa de todos quantos vivem e trabalham em terras do Serviço. Foram essas as conclusões finais sobre os arrendamentos e arrendatários. Em continuação, o Senhor Diretor tratou da movimentação de pessoal, frisando: - Só quem pode

movimentar o pessoal é a Diretoria. Não admito que faça movimentação à revelia. Nos casos de urgência, os Chefes de Inspetorias poderão fazê-la, porém, deverão ser comunicadas urgentemente à Diretoria para providências imediatas do ato de localização. Logo após, foi tratado o assunto dos rebanhos. E o Senhor Diretor com a palavra, declarou:-As Inspetorias, a S.O.A. e, em certos casos a S.E., precisam acompanhar o desenvolvimento vegetativo dos rebanhos. O Encarregado de Postos Indígenas não tem autorização para usufruto do rebanho, não querendo dizer que não possa, em casos especiais, de necessidade ou de emergência, abater rêsas para atendimento desses casos, cuja comunicação à S.O.A. deve ser imediata, para homologação da medida tomada pelo Encarregado do Posto. Nos casos em que o abate não se revista de caráter urgente, é necessária a autorização da Inspetoria e a devida comunicação à S.O.A. . Com estas conclusões, o Senhor Diretor passou o assunto "Térmos de Morte", esclarecendo:-o Encarregado do Posto não fica isento de responsabilidade pelo simples fato de lavrar termos de morte e encaminhá-los à S.O.A. . Embora não possa ser responsabilizado pela morte do gado, poderá, no entanto, ser passível de punição quando tal ocorra em consequência de falta de zelo nesses misteres que lhe são diretamente afetos. Dado o adiantamento da hora, o Senhor Diretor houve por bem encerrar, precisamente às 11,45 horas, os trabalhos da presente Reunião, ficando para o dia seguinte os casos das Missões e de esclarecimentos sobre alguns processos que estavam em pauta para estudos na Reunião de Chefes de Inspetorias. Assim foi lavrada a presente ata pelo Secretário que a subscreve, Glauco Soares de Souza, Inspetor de Índios nível 12, que vai assinada pelo Senhor Diretor do Serviço de Proteção aos Índios.

"ATA DA QUINTA REUNIÃO PLENÁRIA DE CHEFES DE INSPETORIAS E DE SEÇÕES ESPECIALIZADAS, REALIZADA AOS NOVE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 1962, NA DIRETORIA DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL.-

Aos nove dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e dois, na sede do Serviço de Proteção aos Índios, no quarto andar do Ministério da Agricultura, em Brasília, Distrito Federal, esti-

veram reunidos, sob a presidência do Senhor Tenente Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, os Senhores Chefes de Inspetorias Regionais e Chefes das Seções Especializadas deste Serviço, para continuação dos estudos e debates dos casos das Missões e de alguns processos que estavam em pauta para serem debatidos na Reunião. Os trabalhos tiveram início às 15,30 horas, presentes os Senhores Lourival da Mota Cabral, Chefe da Seção de Administração; Benedito Pimentel, Chefe Substituto da Seção de Administração; Luiz de França Pereira de Araújo, Chefe da Seção de Orientação e Assistência; Josias Ferreira de Macedo, Chefe da Seção de Estudos; Manoel Moreira de Araújo, Chefe da 1a. Inspetoria Regional; João Fernandes Moreira, Chefe da 2a. Inspetoria Regional; Olimpio Martins Cruz, Chefe da 3a. Inspetoria Regional; Francisco Sampaio, Chefe da 4a. Inspetoria Regional; José Fernando da Cruz, Chefe da 5a. Inspetoria Regional; José Batista Ferreira Filho, Chefe Substituto da 6a. Inspetoria Regional; Dival José de Souza, Chefe da 7a. Inspetoria Regional; Francisco Soares de Meireles, Chefe da 8a. Inspetoria Regional; Alberico Soares Pereira, Chefe da 9a. Inspetoria Regional e o servidor Augusto de Souza Leão. O Senhor Diretor iniciou a Reunião, solicitando da 1a Inspetoria esclarecimentos sobre os acontecimentos verificados com os missionários das Novas Tribos do Brasil, no Território da Amazônia. A Inspetoria informou as providências tomadas junto às autoridades militares, não ficando positivadas as denúncias levantadas contra essa Missão. O Senhor Diretor explicou que teve a preocupação de apurar e expor o seu ponto de vista ao Conselho de Segurança Nacional, relativamente às Missões. São inocentes e estão voltadas para os trabalhos de catequese e sua ação junto aos índios muito interessa ao Serviço, porque eles ajudam aos índios. O Serviço ficou autorizado pelo Conselho de Segurança Nacional a restabelecer as autorizações que existiam antes. O Serviço, no caso das Missões, está agindo de acordo com as instruções do mesmo Conselho. Sobre este assunto, creio, já está resolvido; caso contrário, quero estar ciente de toda a situação que diz respeito "Missionários". Quero esclarecer, ainda o Senhor Diretor, que o Serviço está agindo consoante autorização do Conselho Nacional de

Segurança e que o assunto fica bem esclarecido. Apesar das autorizações, os missionários devem ser fiscalizados por este Serviço e, nós estamos em condições de fazer essa fiscalização. A 1a. Inspeção Regional mencionou a Missão Batista Amazonas Ocidental em que um tal de Mr. Hoss da referida Missão está trabalhando com regatão. A 5a. Inspeção sugeriu que todas as Inspetorias encaminhassem relatório sobre as missões, local em que atuam e demais dados concretos, a fim de que o Senhor Diretor pudesse tomar as providências necessárias junto ao Conselho Nacional de Segurança. O Senhor Diretor aprovou a sugestão. As Inspetorias deverão fazer uma relação de todos os missionários e verificar se eles estão munidos de documentos que os autorizem a agir. A seguir, foram estudados e esclarecidos os processos que estavam em pauta, os quais, em sua quase totalidade, foram resolvidos. O Processo SPI número 4831/62, sobre o Código dos órgãos deste Serviço, apresentado pela S.O.A. foi explicado sumariamente por aquela Seção, a fim de que, no futuro, quando os Chefes de Inspetorias o recebessem, tivessem melhor compreensão sobre o assunto. Sobre o S.P.I. 4772/61, relativamente ao Plano a ser realizado no Posto José de Anchieta, pronunciou-se a Seção de Estudos, considerando-o superado. Algumas medidas sugeridas já estão em execução. Quanto às outras sugestões, fazem parte do Plano de Recuperação apresentado pela Seção de Estudos e aprovado pelo Senhor Diretor. O processo SPI número 1283/62, que trata das invasões de terras do Posto Gonçalves Dias, foi submetido à 3a. Inspeção para sugerir novas medidas. O Senhor Diretor autorizou viagem de regresso somente àqueles que tinham concluído seus compromissos em Brasília, ficando os que ainda tinham problemas dependentes de solução, relativamente à sua Inspetoria. Agradeceu o Senhor Diretor, com toda a sinceridade, a colaboração prestada pelos Chefes de Inspetorias e das Seções Especializadas e a harmonia com que correram os trabalhos, desejando a todos um feliz regresso. A 5a. Inspeção declarou-se plenamente satisfeita com as medidas tomadas e agradeceu a oportunidade de ter tido contato direto com os colegas desejando ao Senhor Diretor pleno êxito na Administração do Serviço. A 6a. Ins

petoria apresentou, também, agradecimentos e a oportunidade que teve de tratar diretamente com a Direção os problemas de sua alçada. Externou estar firme para cumprir as determinações emanadas da Diretoria, procurando executá-las integralmente. A 8ª Inspetoria esclareceu que não tem casos pessoais. Seus conselhos têm a única finalidade de incentivar os colegas mais novos a procurar melhorar, cada vez mais, a situação do índio, numa colaboração espontânea e efetiva. Fêz um apêlo aos colegas dotados de espírito de compreensão, para que saiam todos da Reunião com os espíritos desanuviados. A 3ª. Inspetoria, servindo-se da oportunidade, apresentou sinceras congratulações ao Senhor Diretor e colegas pela excelente colaboração que recebeu de todos. Procurará acertar. A 9ª. Inspetoria usou da palavra, dizendo sair satisfeito com as diretrizes traçadas pelo Senhor Diretor. Por último, o Senhor Diretor se dirigiu aos presentes com as seguintes palavras: -Depois desta jornada em comum, na qual procuramos solucionar os problemas em favor do índio, declaro-me satisfeito com os resultados e tenho a certeza de que, no próximo ano, quando procurarei realizar duas Reuniões de Chefes de Inspetorias, tudo correrá mais harmoniosamente. Eram precisamente 17,45 horas, quando o Senhor Diretor houve por bem dar como terminada a Primeira Reunião de Chefes de Inspetorias e Chefes das Seções Especializadas, realizada na sede do Serviço de Proteção aos Índios, quarto andar do Ministério da Agricultura, em Brasília, Distrito Federal, tendo sido lavrada a presente ata pelo Secretário Glauco Soares de Souza, Inspetor de Índios nível 12, que a subscreve e vai assinada pelo Senhor Diretor dêste Serviço.

[illegible]

NORMAS ESTABELECIDAS PELA
SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

O Serviço de Proteção aos Índios recebeu, através do Sr. Chefe do Gabinete do Ministro da Agricultura, a Circular nº 58, procedente da Secretaria da Presidência da República, e publica na íntegra, para conhecimento dos seus servidores:

"Diretor Geral do Departamento de Administração:

Transcreveo abaixo na íntegra, para ciência e observância, a Circular nº 58, de 25.10.62, do Chefe do Gabinete do Ministro.

"Circular nº 58

Ao Senhor Diretor Geral do D.A.

Recomendo a V.Sa., de ordem do Sr. Ministro, a mais rigorosa observância, pelos funcionários dessa repartição, das normas estabelecidas na Circular 18/46, da Secretaria da Presidência da República, publicada no Diário Oficial de 8 de julho de 1946.

2. Recomendo, também, a V.Sa. que os responsáveis pela inobservância da referida Circular, principalmente no que diz respeito aos prazos estabelecidos para andamento de processos, nessa repartição, sejam punidos na forma dos artigos 202 e seguintes da Lei nº 1 711, de 27 de outubro de 1 952.

Brasília, em 25 de outubro de 1962.

as.)Rubens Tellechea Clausell

-Chefe do Gabinete do Ministro"

Aproveito o ensejo para apresentar protestos de estima e distinta consideração.

As.)Vicente Ferrer Correia Lima

-Diretor Geral do D.A.-

"SECRETARIA:-

Senhor Ministro:

Havendo o Senhor Presidente da República considerado a necessidade de consolidar tôdas as disposições vigentes sôbre a instrução e a movimentação de papéis nos órgãos da administração pública, bem como uniformizar a redação de informações e pareceres e a correspondência oficial, solicito providência de Vossa Excelência, de ordem do Senhor Presidente, no sentido de serem rigorosamente observadas, a respeito, as seguintes normas:

I - DO DIREITO DE PETIÇÃO

1.É permitido ao servidor público, funcionário, ex tranumerário da União e das entidades autárquicas ou paraestatais, requerer ou representar, pedir reconsideração e recorrer, desde que o faça com urbanidade e em termos, observadas as seguintes normas:

I-Nenhuma solicitação, inicial ou não, qualquer que seja a sua forma, poderá:

a)ser dirigida a autoridade incompetente para decidí-la; e

b)ser encaminhada senão por intermédio a que esti ver direta e imediatamente subordinado o peticionário.

2.O pedido de reconsideração só será cabível quando contiver novos argumentos e será sempre dirigido à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a decisão.

3.Nenhum pedido de reconsideração podera ser renovado.

4.O pedido de reconsideração deverá ser decidido no prazo máximo de oito dias.

5.Só caberá recurso do pedido de reconsideração indeferido, ou não decidido, no prazo legal.

6.O recurso será dirigido à autoridade a que esti ver imediatamente subordinada a que tenha expedido o ato ou profe

rindo a decisão, e, sucessivamente, na escala ascendente, às demais autoridades.

7. Nenhum pedido de reconsideração ou recurso poderá ser encaminhado mais de uma vez à mesma autoridade.

8. Das decisões ou atos do Presidente da República caberá um único pedido de reconsideração, saldo do despacho denegatório de provimento de recurso, o qual determinará, na esfera administrativa, o encerramento definitivo do assunto.

9. Toda petição dirigida ao Presidente da República deverá ser encaminhada por intermédio do órgão competente para instruir e opinar sobre o assunto.

10. Somente por ordem do Presidente da República poderá ser-lhe dirigida, diretamente, qualquer petição.

11. Só poderá ser recebida e ter entrada a petição, quando:

- a) observar o item 9;
- b) declarar, no final, e conclusivamente, se se trata de pedido inicial, de reconsideração ou de recurso;
- c) declarar o seu objeto, de modo expresso, claro e conciso; e
- d) indicar o endereço completo do interessado (rua, número, bairro, cidade e telefone, se houver).

12. A petição que não observar as normas desta Circular não será recebida, e a que fôr, por qualquer motivo, será mandada arquivar, publicando-se o despacho, fazendo-se ao interessado, por escrito, ou mediante "ciente", no processo, a devida comunicação e promovendo-se a punição do servidor responsável, na forma da lei.

13. A petição assinada por procurador não será recebida se não vier acompanhada do respectivo instrumento de mandato, salvo se do requerimento constar a indicação de que o instrumento está anexado a outro processo existente no órgão a que fôr entregue.

II - DO RECEBIMENTO E DA TRAMITAÇÃO
DE PAPÊIS

14. Cumpre ao Serviço de Comunicações(S.C.) receber, numerar, fichar, distribuir, redistribuir, expedir e arquivar os papéis.

15. Nem a ficha-capa, nem a capa serão numeradas na paginação dos papéis.

16. Cabe ao S.C. organizar os papéis pela forma processual, encaminhando-os ao destino próprio, depois de numeradas e rubricadas as folhas, devendo ter andamento imediato os que consignem a nota "urgente", ou se originarem de telegramas.

17. Nenhum papel deverá permanecer no S.C. por mais de 48 horas contadas da data em fôr recebido.

18. Os pedidos de reconsideração e recursos são considerados urgentes.

19. Os processos que contiverem exigências deverão aguardar a satisfação destas no S.C. que os restituirá ao órgão competente, uma vez atendidos; e, não o tendo sido, logo após decorrido o prazo estabelecido em lei, ou que fôr fixado, consignado as exigências que não tenham sido satisfeitas.

20. A tramitação de papéis entre autoridades ou órgãos será feita pelo S.C., que lhes dará o destino devido, independentemente de ofício e de acôrdo com os despachos neles exarados.

21. O prolator do despacho é obrigado a indicar, sempre, a autoridade ou órgão destinatário, cumprindo ao S.C. fazer, na ficha respectiva, as devidas anotações, de maneira que se possa a qualquer momento, saber o destino e a data do papel.

22. As remessas ou as restituições de papéis a autoridades ou órgãos estranhos, far-se-ão na conformidade do item 20, salvo casos especiais, a critério da autoridade remetente.

23. Evitar-se-á, tanto quanto possível, a remessa de papéis em que houver diligências e satisfazer, promovendo-se a satisfação delas por telegrama ou correspondência postal, considerado o disposto nos itens 20 e 22, in-fine.

24. Cada S.C. deverá organizar e manter atualiza-
dos:

a) o "Registro" de Processo Administrativo, por ordem cronológica de dia, mês e ano, no qual deverão ser feitas todas as anotações e indicações que permitam, a qualquer tempo, e imediatamente, conhecer-se o andamento dos processos, a fase em que se encontram e o seu destino;

b) o "Fichário dos Papeis em Diligência", a fim de que, decorrido prazo razoável, não excedente de 30 dias para os Estados mais próximos e de 60 dias para os mais distantes, o S.C. cientifique à autoridade ordenadora da diligência o não cumprimento desta; e

c) o "Registro de Autos e Notificações", pelas repartições fiscais, no qual serão anotadas todas as indicações que facilitem, imediatamente, conhecer-se o andamento dos autos, a fase em que se encontram, o seu destino e decisão.

III - DA INSTRUÇÃO DOS PAPEIS

25. O Servidor a quem incumbir a instrução de papeis deverá:

a) ler o papel, com a máxima atenção;

b) procurar, quando julgar necessário, o seu chefe imediato para receber instruções, e

c) redigir a informação, que se restringirá ao assunto em exame.

26. Ao chefe imediato e ao de serviço ou ao diretor de repartição incumbe prolatar o seu parecer, ou decisão, suprimindo omissões ou falhas, e retificando erros, ou enganos, porventura existentes na informação ou no parecer.

27. Quando o servidor a quem incumbir a instrução do processo necessitar da audiência ou elementos de outro setor do mesmo órgão, procurará conseguí-los direta e pessoalmente, evitando demoras, diligências e despachos interlocutórios.

28. A informação deve, sempre, conter:

I-a ementa, clara e concisa, do assunto, no alto, à direita, (êste requisito deve ser satisfeito, apenas pelo

II - o contêxto, que constará:

a) da introdução, em que se fará referência ao assunto tratado;

b) da apreciação do assunto, esclarecimentos e informações que o ilustrem; e

c) da conclusão, de modo claro e preciso.

20. Qualquer referência a elementos constantes do processo deverá ser feita com a indicação do número de folha respectiva.

30. Em caso de referência e elementos constantes do processo anexado ao que estiver em estudo, dever-se-á, também, fazer menção ao do número daquele em que se encontra a folha citada na instrução.

31. As informações, pareceres e despachos, bem como as exposições, avisos, ofícios, circulares, portarias e ordens ou instruções de serviço deverão ser divididos em itens seguidamente numerados (algarismos arábicos), os quais se desdobrarão em alíneas (letras). Quando convier, adotar-se-á, ainda, a divisão em capítulos, também numerados (algarismos romanos), com a respectiva intitulação.

32. O fêcho da informação, parecer ou despacho compreenderá:

a) a denominação do órgão em que tenha exercício o servidor, permitida a abreviatura;

b) a data;

c) a assinatura;

d) o nome do servidor, por extenso, e o cargo ou função.

33. Os requisitos exigidos nas alíneas a, b e d poderão ser datilografados ou feitos por meio de carimbo.

34. Na informação, parecer, ou despacho e na correspondência, observar-se-á o seguinte:

a) clareza, precisão e sobriedade da linguagem, isenta de acrimônia e parcialidade;

b) concisão na elucidação do assunto;

c) legibilidade, adotando-se, preferentemente, o uso da datilografia;

d) transcrição dos dispositivos da legislação, citados na informação, parecer, despacho e na correspondência;

e) autenticação das cópias, relações ou outros ele

mentos anexados para ilustrar a informação, parecer ou correspondência;

f)margem, de acordo com as fórmulas padronizadas;

g)ortografia consubstanciada nas instruções aprovadas pela Academia Brasileira de Letras, na sessão de 12 de agosto de 1943 e o "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", mandados adotar pelo Governo;

h)numeração e rubrica, a tinta das folhas acrescentadas nas quais no alto e ao centro, será repetido o número do processo e o dos que se encontrarem sem esses requisitos em processos anteriores a esta circular;

i)remuneração e rubrica, a tinta, nos casos de reorganização de processos, cancelada a paginação anterior e consignadas, expressamente, no processo essas providências;

j)as informações, pareceres e despachos serão dados seguidamente, sem desperdício de papel, inutilizadas as folhas ou os espaços em branco, nos casos de juntada de cópias, relações ou outros elementos; e

l)ressalva expressa, no fêcho da informação, parecer ou despacho, de qualquer entrelinha, emenda ou rasura, bem como cancelamento de expressões.

35.A juntada de processo e a sua desanexação, bem como a desanexação de documentos já processados, dependerão de prévio despacho do chefe de seção, de serviço ou diretor da repartição: em cada caso serão feitas as anotações indispensáveis em processos.

IV - DISPOSIÇÕES GERAIS

36.Os despachos relativos à satisfação de exigências e os decisórios serão publicados no órgão oficial, salvo os que não devam ser divulgados, fazendo-se, no processo e na ficha respectiva, a anotação própria.

37.As informações, pareceres ou despacho referentes a exigências e satisfazer devem indicá-las expressamente, de modo que pela publicação, possam os interessados ficar completamente esclarecidos.

38.Os processos somente deverão ficar em poder do

H. B. B.

observada à risca.

49. Ficam revogadas tôdas as disposições com referência à matéria desta Circular, constantes de circulares, portarias, ordens ou instruções de serviço anteriormente expedidos por quaisquer órgãos ou autoridades do Serviço Público Federal ou entidades autárquicas ou para-estatais.

V - DA SECRETARIA DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA

50. A Diretoria do Expediente (D.E.) da Presidência da República (S.P.R.) é o órgão incumbido de receber, numerar, fichar, distribuir, redistribuir, expedir e arquivar todos os papéis da Secretaria da Presidência da República, bem como responder, quando lhe fôr ordenada pela Secretaria, a correspondência epistolar e telegráfica.

51. Os papéis que receberam despacho serão registrados no D.E. na ficha própria, em que se anotará todo o movimento verificado.

52. Os processos destinados ao Presidente da República, serão encaminhados ao Secretário da Presidência, que os fará distribuir, mediante despacho, pelos órgãos e autoridades do serviço público.

53. Nenhum ato ou processo será distribuído sem o prévio registro na D.E.

54. Os despachos interlocutórios ou definitivos conforme o caso, nos processos e papéis entregues à Presidência da República, serão lavrados pelo Secretário da Presidência da República, ou por quem ele determinar.

55. A correspondência oficial, sobre assunto administrativo ou político, que não fôr assinada pelo Presidente da República, sê-lo-á pelo Secretário da Presidência.

56. A correspondência pessoal, epistolar ou telegráfica do Presidente da República fica sob a responsabilidade do Secretário Particular, que se encarregará de recebê-la, respondê-la e mandar arquivá-la.

57. A D.E. submeterá ao Secretário da Presidência, até o dia 15 de cada mês, uma relação dos processos que hajam sido encaminhados.

des autárquicas ou para-estatais, ou a quaisquer órgãos, e que não tenham sido restituídos.

VI - DOS DESPACHOS DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA =

58. Todos os papeis selados e quaisquer outros que devam ser decididos pelo Presidente da República, entregues nos diversos ministérios, repartições ou serviços, entidades autárquicas ou para-estatais e na D.E., bem como aqueles que aos mesmos tenham sido distribuídos pelo Presidente da República, pela Secretaria da Presidência ou por quem este designar, devem subir a despacho, acompanhados de exposição de motivos.

59. Da exposição de motivos deverá constar:

- a) resumo do assunto;
- b) síntese das alegações, argumentos ou fundamentos oferecidos;
- c) apreciação do assunto, razões e esclarecimentos que o ilustrem;
- d) transcrição da legislação citada; e
- e) parecer conclusivo, de modo claro e conciso.

60. A exposição de motivos, para a perfeita coordenação do assunto deve ser dividida em itens seguidamente numerados (algarismos arábicos), os quais se desdobrarão em alíneas (letras), adotando-se, ainda, quando convier, a divisão em capítulos, também numerados (algarismos romanos), com a respectiva intitulação.

61. Somente os papeis que não devam ser submetidos à decisão do Presidente da República e que tenham sido distribuídos pelo Secretário da Presidência ou por quem ele designar poderão ser restituídos, ao mesmo, mediante ofício do chefe do Gabinete do Ministro de Estado respectivo, observado, quanto à forma, o item 59 desta Circular.

62. Todos os papeis que forem submetidos à Presidência da República deverão ser capeados, promovendo-se, neste sentido, as providências necessárias.

63.Os Gabinetes dos Ministros de Estado, a D. E. e os Gabinetes de outras autoridades devem observar, em tudo o que lhes forem aplicáveis, as disposições desta Circular, bem como evitar o acúmulo de papéis, pendentes de despacho ou de providências, determinando ou promovendo, neste sentido, as medidas convenientes.

64.As dúvidas suscitadas na execução desta Circular serão resolvidas pelo Secretário da Presidência da República a fim de assegurar uniformidade na observância das suas disposições.-GABRIEL MONTEIRO DA SILVA-Secretário da Presidência.(Expedida a todos os Ministérios e órgãos diretamente subordinados à P.R.)

= SITUAÇÃO DOS ÍNDIOS PACAÁS NOVOS =

RELATÓRIO ELABORADO PELO INSPE
TOR DE ÍNDIOS-FRANCISCO SOARES
DE MEIRELES- EM CONSEQUÊNCIA
DE UMA INSPEÇÃO LEVADA A EFEI-
TO NA NONA INSPETORIA REGIONAL
DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍN-
DIOS, SEDIADA EM RONDONIA, DAN-
DO CUMPRIMENTO ÀS DETERMINA -
ÇÕES DO SR. ~~TE~~ CEL.MOACYR RI -
BEIRO COELHO, DIRETOR DO MESMO
SERVIÇO, EXARADAS NA PORTARIA
Nº 83, DE 14.6.62 E NA ORDEM DE
SERVIÇO INTERNA Nº 91/62.-

(Transcrição na íntegra do Re-
latório do Inspetor Francis-
co Meireles, de que faz par-
te o processo SPI 2352/62).-

S enhor Diretor:

— Em cumprimento às determinações de Vossa
Excelência, expressas na Portaria nº 83, de 14.6.62, e na Ordem de
Serviço Interna nº 91/62, de igual data, partimos de Belém, em com-
panhia do auxiliar ENEU GONÇALVES DE PAULA, com destino a Pôrto Ve-
lho, onde deveríamos nos encontrar com o servidor AUGUSTO DE SOUZA
LEÃO, e o Inspetor ALBERICO SOARES PEREIRA, Chefe da 9a. I.R., a fim
de darmos início aos trabalhos de que estávamos incumbidos.

Em chegando a Pôrto Velho fomos inteirados de que ali não se encontrava o titular da Inspetoria local, o qual deveria, também, integrar a comissão encarregada de rever a situação do Contrato de Extração de Dormentes - entre o S.P.I. e contratistas da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, bem como sugerir e planejar medidas a fim de estabelecer condições para que o próprio S.P.I. pudesse, diretamente, proceder à extração para aquela Ferrovia. Aquele Inspetor havia partido há dias com destino à Vila de Rondônia, situada no Km. 320 da BR29, onde se dizia ter ocorrido um ataque de índios, no qual haviam sido mortas uma mulher e uma criança(sua filha). Levando em consideração que o Sr. Alberico demoraria alguns dias, em viagem, resolvemos, em consequência, iniciar os trabalhos, partindo de Pôrto Velho em companhia dos servidores AUGUSTO DE SOUZA LEÃO, ENEU GONÇALVES DE PAULA e de CARLOS JARBAS SOARES (sendo este último, além de funcionário da sede da Inspetoria, filho do atual chefe da I.R.), com destino à cidade de Guajará-Mirim, em uma auto-motriz gentilmente cedida pelo Diretor da Estrada, até a localidade conhecida por Ribeirão, localizada no Km. 294, daquela Ferrovia, onde se encontra o Pôsto Major Amaran-te.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PÔSTO MAJOR AMARANTE

Chegamos àquele Pôsto às 19 horas, tendo a auto-motriz gasto, no percurso, exatamente 9 horas. É sempre com renovada emoção que re-vemos a unidade em aprêço, por nós fundada no ano de 1940 e onde também começamos nossa vida funcional no SPI. Encontramos o Pôsto bem cuidado e, de certa forma, bem administrado em seus trabalhos de rotina; o dia seguinte seria destinado às observações quanto aos trabalhos de atração, distantes da sede aproximadamente 40kms. Visitamos, pois, a sede do seringal do Sr. AUGUSTO LOPES, que fi-ca situado no Km.298 e onde apanharíamos os cavalos, pois que te-riamos de seguir por um varadouro do seringal e posteriormente por um ramal que nos conduziria ao acampamento dos índios, próximo à colocação do seringal do índio DOMINGOS CAMPÊS e seu sogro, também índio, da nação CANOE, por nome TELEMACO, sendo que este é Traba-lhador do Pôsto e aquele se dá aos serviços de extração da borra - cha, por conta própria.

Com a caravana acrescida de 2 tropeiros, empreendemos viagem através de um picadão aberto na mata, chegando à localização denominada "Pau do Farol" e logo, do aceiro da mata, pudemos divisar os índios acampados em suas pequenas barracas. Estivemos na barraca do índio DOMINGOS e ali fomos atendidos pelo seu sogro e esposa, ambos nossos velhos conhecidos. Enquanto nos era servido um café, estivemos palestrando por um determinado espaço de tempo inclusive com um índio Pacaas Nôvo do grupo de PI Dr. Tanajura, também nosso conhecido do tempo de sua pacificação em 1956. Ficamos inteirados de que os índios, na região, encontravam-se praticamente sem nenhuma assistência, sendo atendidos, na medida do possível, pelo índio DOMINGOS e seu sogro. A assistência que a Inspetoria presta, através do esforçado Encarregado do PI Major Amarante (SR. JOSÉ DIAS) senão por demais deficiente, podemos dizer ser praticamente nula. O fato é que o grupo de índios Pacaas Novos, o último a ser atraído, estava em péssimas condições assistenciais, enfrentando o problema da fome, pois como estavam empenhados em trabalhos de lavoura, longe de suas aldeias, não tinham mais com que se alimentar. Acabaram com as provisões que trouxeram e liquidaram uma roça do índio DOMINGOS de forma que, quando nossos tropeiros procederam à distribuição de rações aos cavalos, foi com tristeza que presenciamos os índios disputando, com os animais, as rações de milho que os mesmos comiam. Providenciamos, diante de tal cena, para que lhes fôsse fornecido o restante do milho, causando-nos admiração a satisfação que traziam estampada no rosto, como reconhecimento pela miserável alimentação que lhes pudemos fornecer. Permanecemos no Pôsto toda a manhã, vendo a roça e outros trabalhos que estavam sendo realizados, exclusivamente, pelos índios recém-pacificados, sob a direção dos já civilizados a que nos referimos atrás.

índios - os tão temíveis e terríveis Pacaás-Novos. Nós, que da -
quele local vivemos, durante dois anos, em constante trabalho
com eles, não pudemos deixar de sentir certa emoção quando os
vimos tão tranquilos e esperançosos de nossa proteção - eles
que outrora tanto nos hostilizaram e igualmente desdenharam dos
nossos protestos de amizade. Ficamos muito chocados com a desí-
dia que presenciamos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PÔSTO TENENTE LIRA

Após a feitura da inspeção ao Pôsto "MAJOR AMARANTE", empreende
mos viagem a Guajará-Mirim, onde teríamos de verificar o prédio
que fora alugado para funcionamento da sede da Inspetoria(9ª) ,
bem como inspecionar os PPII Tenente Lira e Rio Negro-Ocaia.

Em chegando a Guajará-Mirim, tratamos de providenciar,
juntamente com o Prefeito da localidade, um caminhão que nos le
varia ao Pôsto, ficando assentado que o veículo iria nos levar
e buscar quando o solicitássemos. Na manhã seguinte passamos pe
la Colônia Agrícola do IATA, seguindo até às margens do Igarapé
dos Lages, de onde deveríamos prosseguir em motor de popa a fim
de que pudessemos alcançar o referido PI, que fica localizado
neste Curso d'água, à altura da denominada "Cachoeira dos Maca-
cos". O PI em questão, também por nós fundado em 1940, pouco
estava modificado em seu aspecto primitivo, cabendo salientar
que, se alguma mudança nele se operou, esta não foi para melhor,
pois, por ocasião de sua fundação tínhamos, ali, um grande cam-
po, lavoura e gado, o que não se verifica atualmente, quando só
se pode divisar, em meio às capoeiras, onde outrora existiam os
campos, algumas reses esqueléticas, pastando, numa demonstração
tristonha do fim da pecuária que sonhamos para aquele local. O
pessoal do Pôsto(compreendendo a pessoa do Encarregado e dos
Trabalhadores) além de não possuir capacidade para se estabele-
cer na região, vive entregue, exclusivamente, aos seus negócios
particulares, andando completamente alheio e indiferente à si -
tuaçã dos índios Pacaás-Novos, que ali estão aldeados desde
sua pacificação. Não fora a humaníssima e tão eficiente colabo-
ração dos missionários adventistas de Guajará-Mirim, que tudo

BOLETIM INTERNO DO SPI Nº57-MESES SET.-OUT.-NOV.-DEZ.-1962.-35

procuram fazer em benefício dos selvícolas e acreditamos, sinceramente, já teriam retornado às matas, mui justamente, pois que desamparados da assistência oficial que lhes oferecemos.

No que tange aos nossos trabalhos, ali, podemos dizer que nada há. Existem muitas lavouras feitas pelos índios, sob a iniciativa absoluta dos missionários americanos, que nem sequer recebem cooperação por parte do pessoal do Pôsto. Urge, pois, uma mudança radical na situação atual do S.P.I. no local, devendo ser procedida a remoção, dali, dos elementos citados. Gostamos muito do atual estado sanitário dos índios do Pôsto que, graças aos desvelos dos referidos missionários, vêm se recuperando do miserável estado a que foram reduzidos, após sua pacificação.

De retorno à Guajará-Mirim, sofremos um pequeno contratempo, apenas quando regressávamos ao ponto de onde, a pé, iríamos tomar o caminhão, pois a embarcação, batendo em uma pedra, ficou parcialmente alagada, tendo que nos atirmos à água, a fim de evitar o seu afundamento completo. Encostamos a embarcação perto de algumas pedras, no meio do rio, desalagando a canoa e retomando a viagem, agora sem nenhum outro incidente digno de nota.

Novamente em Guajará-Mirim, estivemos em palestra com os missionários americanos recém-chegados dos PPII Dr. Tanajura e Rio Negro Ocaia. Da palestra mantida pudemos depreender que os índios já se encontram produzindo alguma coisa e com o resultado da venda dos seus produtos poder-se-á adquirir-lhes o de que mais urgentemente necessitam. Encontram-se empenhados nos preparativos de grandes roçados e o seu estado de saúde é bom, o que nos levou a observar que a situação ali reinante é bem diferente do desolador espetáculo que encontramos quando da nossa primeira inspeção. Como já estivesse sentindo efeito de uma malária contraída em viagem e também por já estar informado, por pessoas idôneas e amigas dos índios, quanto à situação dos PPII, resolvi regressar antes para o Rio, deixando o servidor AUGUSTO DE SOUZA LEÃO, com recursos disponíveis e encarregado de verificar, pessoalmente, a situação reinante.

MUDANÇA DA SEDE DA INSPETORIA =

Em Guajará-Mirim estivemos hospedados no prédio alugado e destinado para futura sede da Inspetoria, a qual deveria se transferir de Pôrto Velho. Não gostamos do prédio escolhido, não só por sua construção bem inferior, também pelo fato de não oferecer, em absoluto, as mínimas condições de higiene e conforto para a instalação dos nossos trabalhos. Se tal mudança se operar, estaremos saindo de uma cova (podemos assim dizer) em Pôrto Velho para nos colocarmos em outra, apenas maior, com a agravante de que por esta teríamos de pagar aluguel. Por diversas inconveniências como as que nos referimos atrás, é que menos poderíamos levar em conta, pois poder-se-ia escolher um prédio que melhor pudesse nos atender em nossas exigências de trabalho. Entendemos que não devíamos sair de Pôrto Velho, pois o próprio Governador nos demonstrou estranheza diante da resolução quanto ao deslocamento da Inspetoria da Capital (onde órgãos públicos federais têm sede) para outra cidade de menor importância e onde os meios de comunicações são mais difíceis.

Estivemos observando, também, que por força da Lei que reorganizou o Serviço de Índios, determinou o Congresso que ficassemos sediados em Pôrto Velho, constituindo, então, um dos artigos do nosso Regimento em vigor. Nossa mudança, portanto, teria de ser autorizada mediante modificação da mencionada disposição, pelo próprio Congresso.

Independente de todas essas ponderações que fizemos, achamos, sinceramente, que poderemos atender com eficiência os índios Pacaás-Novos, continuando em Pôrto Velho. O de que precisamos é fazer a chefia da I.R. mais atuante, no sentido de que seja dada uma assistência mais real e efetiva aos índios que estão localizados em regiões de fácil acesso.

Outro fator que devemos levar em conta, contra a mudança da sede da Inspetoria, é o da grandiosa população indígena dos Rios Gi Paraná e Aripuana e para a qual devemos, urgentemente, voltar nossas vistas. Acontece, também, que em todas as frequentes questões de hostilidades de índios e outras de caráter adm-

1231
nistrativo, temos de estar em Pôrto Velho(Capital de Rondônia) para, junto às autoridades competentes, tratarmos de solucionar os referidos assuntos.

Por conseguinte, pesando-se os prós e contras das vantagens e desvantagens da transferência, sentimos que é preferível a nossa permanência onde nos encontramos atualmente.

TRANSFERÊNCIA DO POSTO DR.TANAJURA PARA O RIO NEGRO

Perfeitamente justa e inadiável tal medida, pois no atual local, onde se encontra, não há condições para seu desenvolvimento e também pela facilidade de acesso a todos os barcos que transitam no Rio Pacaás -Novos, com destino aos seringais existentes neste rio, seus barracões, torna-se inconveniente sua permanência, ali, pois são constantes os surtos de doenças levadas aos Postos, pelos visitantes, como também os casos de bebidas alcoólicas.

TERRAS DE ÍNDIOS

Estivemos em palestra com o Governador sobre a questão tendo aquela autoridade nos adiantado que estava disposto a mandar expedir os "Títulos das Terras solicitadas para os índios", desde que acertássemos nossos limites com alguns seringalistas que ali já se encontram há dezenas de anos. Aconselhou-nos a ida ao Departamento de Terras e ali, em conversa com os Agrônomos Dr. Fanaia(Chefe do referido Departamento) e Dr. Calmon, ambos conhecedores da situação de nossas terras e igualmente das terras de nossos vizinhos, ficando assentado quanto à parte a ser requerida pelo Serviço, deixando de fora os seringalistas e sitiantes existentes nas proximidades da área por nós pleiteada. Isto, quanto às terras requeridas para o PI Major Amarante, pois no tocante às áreas solicitadas para o Posto Rio Negro-Ocaia, não existe nenhum problema, tendo em vista que estamos pleiteando as terras compreendidas por ambas as margens do Rio Negro e aí não existe nenhum morador com exceção dos índios.

Para melhor compreensão da atual situação das terras do POSTO MAJOR AMARANTE, junto um "croquis" em escala de 1 por 1.000.000 e que acompanha o presente Relatório. Igualmente, em anexo, uma Descrição sobre as terras dos PPII Ten.Lira e Major Amarante.

=EXTRAÇÃO DE DORMENTES=

Em Pôrto Velho tivemos ocasião de estudar, junto ao atual Diretor da E.F.Madeira Mamoré, o assunto em tela. O Diretor, posto que muito interessado em dormentes, foi franco e criterioso conosco, relatando-nos, de maneira franca, a angustiosa situação dos atuais contratistas, que conforme declaração feita, iriam suspender a referida tiragem, após a conclusão dos seus contratos. Tal declaração tivemos ocasião de ver confirmada quando em Guajará-Mirim tratamos do assunto com os próprios contratistas e dormenteiros que acabavam de chegar ao Pôsto Ricardo Franco, no Rio Guaporé, onde se achavam empenhados na extração de dormentes, esclarecendo-nos que, efetivamente, após o término dos contratos, não mais dariam prosseguimento à tal atividade, visto que o atual preço não compensa as despesas efetuadas com a trabalhosa extração.

Enfim, da palestra que mantivemos com patrões e empregados, chegamos à conclusão de que se trata de uma atividade que não nos interessa e tão pouco podemos nos aparelhar para tal empresa de resultados tão pouco expressivos, senão vejamos:

- a)-a extração está se fazendo a 36 kms. da margem do Rio (aqui, para nós, fora já da área de terras concedidas para o PI Ricardo Franco, que mesmo assim vem recebendo comissão na tiragem);
- b)-os atuais contratistas, entre transportes e despesas outras que fizeram com a construção de estradas e caminhos, já dispenderam mais de Cr\$10.000.000,00(Dez milhões de cruzeiros) - isto já nos havia sido dito pelo Diretor da Estrada;
- c)-A estrada está pagando, atualmente, Cr\$500,00(quinhentos cruzeiros) por cada dormente e as despesas com a extração e transportes dos mesmos alcançam Cr\$460,00, assim discriminadas:

Pago ao machadeiro por cada dormente..... 240,00

Ao Serviço de Navegação do Guaporé, pelo

transporte fluvial..... 140,00

A TRANSPORTADORA..... 380,00

| | |
|--|--------|
| Transporte..... | 380,00 |
| Despesa com transporte de caminhão..... | 40,00 |
| Desembarque e arrumação, no pátio da Estação de Guajará Mirim..... | 40,00 |
| TOTAL DE DESPESAS..... | 460,00 |
| Saldo a favor do contratista | 40,00 |
| Pagamento da E.F.M.M..... | 500,00 |

-Somos de opinião que, em lugar de nos preocuparmos com tal extração, deveríamos nos transferir para Rio Branco, onde estão localizados os índios Macurapes, Tuparis, Vaiurús, Jabotis e Pimenteiras. Tais índios, conforme nos foi denunciado, vivem trabalhando em borracha, caucho e poaia para diversos indivíduos que os exploram miseravelmente e, com eles, têm ganho verdadeiras fortunas. A transferência do Pôsto faz-se de modo fácil pois o Rio Branco não dista muito do Pôsto Ricardo Franco e os índios assistidos (com um número reduzido) no PI pertencem à nação Macurape e estão ansiosos pelo retorno ao seu antigo "habitat".-

Com a adoção da providência acima sugerida, estaríamos dando solução ao problema dos índios do PI mencionado, como iriamos em socorro àquelas desamparadas tribos entregues às mais torpes e desumanas condições de trabalho.

=PLANO DE ASSISTÊNCIA MENSAL E RESPECTIVO ORÇAMENTO PREVISTO PARA CADA UM DOS POSTOS DOS PACAÁS NOVOS=

1-)

ALIMENTÍCIOS-(Recomendação, por mês, em cada Pôsto)

| | |
|--|-----------|
| a.Farinha(dois sacos) | 6.400,00 |
| b.Milho(16 sacos)..... | 12.000,00 |
| c.Arroz(três sacos)..... | 4.500,00 |
| d.Feijão (um saco)..... | 5.000,00 |
| e.Açúcar(dois sacos).....(ten.Lira)..... | 8.000,00 |

2)-

MEDICAMENTOS - (Recomendação por mês em cada Pôsto)(3)

- a.CAFIASPIRINA -..... 100 comprimidos
- b.ANTIGRIPAIS(adulto)..... 50 Ampolas
- c.SULFA

| | | |
|---|--------------------|-----------|
| d.PENICILINA-400.000 | 100 Ampolas | |
| e.ESTREPTOMICINA-1gr. | 30 Ampolas | |
| f.ARALEN..... | 200 Comprimidos | |
| g.EXTRATO HEPÁTICO..... | 30 Ampolas | |
| h.VITAMINAS(DOSAS PARA CINCO PESSOAS) | | |
| i.SORO ANTI-OFÍDICO..... | 2 Ampolas | |
| 3)- | | |
| DIVERSOS - (RECOMENDAÇÃO POR MÊS EM CADA POSTO(3)) | | |
| a.Gasolina - um tambor | | 10.000,00 |
| b.Óleo-10 litros(tambor de 5 galões)..... | | 1.800,00 |
| c.Cartuchos-2 1/2 caixas(calibre 20)..... | | 1.850,00 |
| d.Chumbo(3T)-2 1/2 quilos | | 870,00 |
| e.Pólvora-600 grs. | | 600,00 |
| f.Espoletas-190 grs. | | 1.000,00 |
| g.Anzóis - 5/0 -Nº1608- 15 | | 520,00 |
| h.Anzóis -2/0 Nº1608 - 40 | | 600,00 |
| i.Linha p/ pesca - 0,80-Nylon-200 metros | | 2.000,00 |
| j.Arame - 10 metros | | 200,00 |
| 4)- | | |
| Fubá e leite ..2 caixas | | 4.660,00 |
| | T O T A L(POR MÊS) | 60.000,00 |

=CONSIDERAÇÕES GERAIS =

Faz-se indispensável que o atual Chefe da IR9- Inspetor Alberico Soares Pereira, seja mais atuante junto aos Encarregados dos Postos que se encontram sob a sua jurisdição, organizando Planos de Trabalhos e fiscalizando a execução dos mesmos. Faz-se necessário igualmente exigir que os servidores da Inspetoria passem a ter um maior interesse pelos problemas dos índios que estão sob sua tutela, pois, no momento, com exceção do Major Amarante e Rio Negro Ocaia, quase todos se encontram praticamente voltados para seus interesses particulares, unicamente.

Em consequencia, tomamos a liberdade de apresentar e sugerir o seguinte:

- a)- que essa Diretoria autorize o Chefe da I.R. a comprar, a crédito, o indispensável a uma assistência aos Pacaás Novos , de acôrdo com o Plano apresentado no corpo do presente expediente:

- b)-que a I.R. elabore, mensalmente, um pequeno Relatório a ser enviado a essa instância, expondo a situação dos índios sob a sua responsabilidade;
- c)-seja dada ampla cooperação aos missionários adventistas de Guajará-Mirim, a fim de que possam prosseguir em sua preciosa assistência que vêm prestando aos nossos selvícolas da região.

Estas, Senhor Diretor, as impressões e sugestões que trouxemos e achamos por bem fazer, após nossa viagem de inspeção, determinada por Vossa Excelência, à 9a. Inspeção Regional do S.P.I., localizada no Território de Rondônia.

Brasília, 17 de agosto de 1962-

Ass. Francisco Furtado Soares de Meireles.-Chefe da 8a.IR

ANEXO-

=SITUAÇÃO DAS TERRAS DO POSTO INDÍGENA MAJOR AMARANTE E POSTO INDÍGENA TENENTE LIRA=

As reservas das terras pedidas para os índios Pacaás Novos, dos Postos Major Amarante e Tenente Lira ficam assim descritas e situadas:

-Frente para a Estrada de Ferro Madeira Mamoré, do quilômetro 292 até a placa do Km 296. Da placa 292 segue uma linha até alcançar a cabeceira do igarapé Abacaxi, afluente do Ribeirão, seguindo até alcançar o rio Mutum-Paraná, à altura da Cachoeira Grande. Acompanha o curso deste rio, compreendendo toda a terra de sua margem esquerda do ponto alcançado, ou seja a Cachoeira Grande até a sua cabeceira, na serra de Ouro Preto. Segue pela divisa da água da Serra Ouro Preto, acompanhando sua vertente até um ponto que dali alcance uma linha reta à cabeceira do igarapé Bananeiras. Da cabeceira do Bananeiras, por uma linha reta que vem alcançar o igarapé dos Lages, à altura das roças dos índios e daí segue outra linha que vem até a sede do Posto Ten. Lira, fazendo limite com terras da Colônia IATA. Da sede do Posto, alcance o igarapé do Ribeirão, no local conhecido por Moquem, fazendo limites com terras de Sebastião Climaco e Augusto Lopes. E do lugar conhecido por Moquem, por uma reta que, acompanhando o baixão do rio, vem alcançar a Estrada de Ferro Madeira Mamoré, na altura da placa

=NOTICIÁRIO DAS INSPETORIAS REGIONAIS=

1a. Inspetoria Regional: ATIVIDADES.-

Pôsto Indígena Barbosa Rodrigues-aumento dos campos de pastagens; funcionamento escolar e assistência em medicamentos aos índios.

Pôsto Indígena Camanau- Trabalhos agrícolas e continuação dos serviços destinados a atração e pacificação dos índios Waimiris.

Pôsto Indígena Lobo D'Almada-funcionamento normal de sua escola e assistência em medicamentos aos índios.

Pôsto Indígena Ajuricaba-assistência em medicamentos e orientação agrícola aos índios xiriana e paquidare.

Pôsto Indígena Ticuna-Venda de sua produção de arroz beneficia do;funcionamento normal de sua escola.

Ajudância de Waupés-assistência em medicamentos aos índios; funcionamento normal de sua escola;continuação dos trabalhos de construção de um Pôsto na região dos índios Maia e Cauauboris.

Ajudância de São Marcos-agricultura de subsistência;assistência aos índios; inicio da vacinação e contagem do rebanho bovino.

Pôsto Indígena Jatapu- continuação dos trabalhos agrícolas;roçagem nos campos, visando aumento futuro da produção;assistência aos índios.

Pôsto Indígena Manoel Miranda-funcionamento normal de sua escola; assistência em medicamentos;continuação dos trabalhos agrícolas.

2a. INSPETORIA REGIONAL-

ÍNDIO MENOR KUBEN-KRENG-KREN, DOENTE, RECEBE ASSISTÊNCIA-

A Chefia da 2a. Inspetoria Regional solicitou, e foi atendida, pelo telegrama nº 288, de 20 de setembro, ano corrente, medicamentos destinados a atender ao índio menor, pertencente a tribo Kayapó Kuben-Kreng-Kren, internado em Conceição do Araguaia, no Hospital das Irmãs Dominicanas. Os medicamentos referidos constam da Guia de Remessa nº 23, e estão assim relacionados:

-12 Ampolas de Calcio-Cetiva(10CC);12 ampolas de Vitamina - C (Redoxon); 50 frascos de Sulfato de Estreptomicina Squib e Hidrazida, 7 caixas com 100 comprimidos cada.

Sôbre o assunto, a Irmã Maria Violeta, do Ambulatório São Lucas, situado em Conceição do Araguaia, Estado do Pará, enviou a esta Diretoria, o seguinte expediente:

"Ilmo. Sr: Luiz Araújo

D.D. Chefe da S.O.A.-

Escrevo-lhe especialmente para agradecer a remessa dos medicamentos destinados ao índio Kubenkrankren, que aqui recebemos para tratamento. Na verdade lutamos com a grande falta de recursos a essa doação veio possibilitar levar a fim nossa tarefa.

Religiosamente, muito agradecida, subscrevo-me

As.) Irmã Maria Violeta, OP-Ambulatório São Lucas-Conceição do Araguaia-Pará."

5a. INSPETORIA REGIONAL-

P.I. José Bonifácio-

REMETIDO AO POSTO INDÍGENA JOSÉ BONIFÁCIO,

ESTAÇÃO RÁDIO TRANSMISSOR.-

O aparelho rádio transmissor, procedente da Chefia da 5a. Inspetoria Regional, que chegou nesta Diretoria, em abril últimos, para conserto, foi devolvido à referida Inspetoria, em perfeito estado, no dia 29 do corrente. O aparelho em causa é destinado ao Pôsto Indígena José Bonifácio.

Aldeia Panamby-

A Chefia da 5a. Inspetoria Regional forneceu, ao Agente Salatiel Marcondes Diniz, a quantia de cem mil cruzeiros, para o referido servidor iniciar, na aldeia Panamby, a criação de gado vacum.

Pôsto Indígena Taunay-

Foi concluído campo de pouso para aviões, medindo, suas duas pistas, cada uma, 1.100 metros.

Pôsto Indígena de Buriti-

Na revista Brasil-Oeste, editada em São Paulo, no seu número 74, do mês de outubro do ano corrente, encontramos, em sua página 14, o seguinte artigo, sôbre o PI Buriti:

"Pôsto Indígena Buriti,

"Por pessoas vinculadas ao Serviço de Proteção aos Índios, soubemos que o atual Diretor da entidade, Ten.Cel.Moacyr Ribeiro Coelho, pretende, afóra outras providências favoráveis à assistência e à educação dos índios, iniciar(a título de experiência) com um grupo tribal de Terenos, localizado em Buriti(Aquidauana), uma nova política indigenista, baseada nos princípios da autodeterminação. Assim, no Pôsto Indígena Buriti, os índios assumirão a administração e o governo de si mesmos, nos trabalhos rurais ; da comunidade, e nas outras atividades relativas à vida do campo. Disporão, outrossim, dos bens adquiridos pelo esforço próprio. Só os trabalhos técnicos ou especializados, serão ali dirigidos por elementos civilizados, porém, ajudados sempre pelos índios, que irão aprendendo ou desenvolvendo cada vez mais as suas faculdades nas diversas profissões obreiras. Como estímulos ponderantes, para a realização dos objetivos de autodeterminação, o SPI se empenhará, ali, para que o grupo tribal se recupere com brevidade do seu estado sanitário, atingindo logo um índice apreciável de robustez. A escola primária, dirigida por duas jovens professoras, elevará tanto quanto possível a mentalidade das crianças, sobretudo, e , de forma geral, a de tãda a comunidade indígena.

Para Buriti estão sendo convergidos, nesta hora, os melhores esforços do Chefe da I.R. 5, Sr. José Fernando da Cruz, que espera, confiadamente, no bom êxito de sua nobilitante obra.

Consta, também, do plano de trabalho da nova organização do S.P.I., a criação em Buriti, de um pôsto agro-pecuário dos mais modernos, nos moldes que existem nos Estados Unidos. Serviria êsse Pôsto para amparar o homem do campo, dando-lhe assistência devida, Notícia alviçareira esta! Lembra-nos uma tese defendida pelo Diretor da BRASIL-OESTE, Sr. Fausto Vieira de Campos , por ocasião da instalação do 1o. Curso de Jornalismo, em Anápolis(GO), que fêz um apêlo à Imprensa do Centro-Oeste, no sentido de reservar espaço em seus jornais para a defesa dos interesses do fazendeiro. Sua tese intitula-se "Em defesa do homem do Campo", e foi publicada na edição da revista de Julho de 1961-IS - RUEL ALVES NOGUEIRA".

1239

[Handwritten signature]
BGA

BOLETIM INTERNO DO SPI Nº 57-MESES SET.-OUT.-NOV.-DEZ.-1962- 45

OCORRENCIAS NA QUINTA
INSPETORIA REGIONAL

RELATIVAMENTE às ~~ocorências~~ últimas verificadas na IR-5, motivadas por cartas publicadas no "Estado de São Paulo", pelo Agente Leonardo Correia da Rocha, transcrevem-se, a título de esclarecimento, os seguintes documentos:

- 1-Carta do Diretor do Serviço de Proteção aos Índios ao "Estado de São Paulo";
- 2-Representação do Chefe da IR-5, ao Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios;
- 3-Representação do Chefe da IR-5 ao Senhor Diretor do Serviço de Proteção aos Índios;
- 4-Relatório das ocorrências nas Reservas dos Índios Kadiués;
- 5-Depoimento de Dona Loide B. Andrade, Diretora da Missão "Caiuá", que funciona junto ao P.I. Francisco Horta ;
- 6-Portaria de nomeação da Comissão de Inquérito, destinada a apurar irregularidades e responsabilizar os culpados.

Doc. 1-
"Of. nº 214-

Rio de Janeiro, GB- 14.12.962.-

Do Diretor do Serviço de Proteção aos Índios
Ao Ilmo. Sr. Redator Chefe do Estado de São Paulo
Publicação(solicita).-

Sr. Chefe:

O prestigioso matutino que V.Sa. dirige-" O Estado de São Paulo"-publicou em suas edições de 25 de novembro e de 6 de dezembro como matéria paga, cartas abertas ao Exo. Sr. Presidente

da República, firmadas pelo Agente Leonardo Correia da Rocha e nas quais, além de ataques à atuação do Chefe da 5a. Inspeção Regional se encontram aleivosos e insultos dirigidos à minha administração frente ao Serviço de Proteção aos Índios.

Agora e na forma da Lei de Imprensa, solicito de V.Sa. a publicação dos esclarecimentos abaixo, que apresento à opinião pública, como salvaguarda do meu nome e dos funcionários atingidos pelo caluniador.

Tendo assumido a direção do Serviço a 21.12.61, já em princípios de janeiro seguinte encontrava-me no Sul de Mato Grosso, em visita de inspeção à 5a. Inspeção Regional.

Dessa visita, que abrangeu a Sede e vários Postos Indígenas, recolhi as seguintes impressões:

- a) os postos, sem exceção, encontravam-se em lamentável abandono, vegetando os índios doentes e totalmente desassistidos;
- b) na Sede, entre muitas irregularidades, notei a ausência da contabilização da Renda Indígena, que se presumia importante dado o vulto dos arrendamentos de terras, da criação de gado e da produção de erva-mate;
- c) fato particularmente grave decorrido da presença de 61 arrendatários de terras na Reserva dos índios Kadiués, aos quais somavam outro tanto de intrusos, vivendo em promiscuidade com os índios, prostituindo-lhes as mulheres e corrompendo-lhes os costumes, viciando-os na embriaguês, tudo isso mercê da omissão, quiçá conivência, da Chefia da Inspeção e de alguns Encarregados de Postos. Fatos que, mais tarde ou mais cedo, levariam os índios a atos de desespero;
- d) no Posto Indígena José Bonifácio, de onde havia em data recente sido transferido o Agente Leo -

1291
BGA

nardo Correia da Rocha, constatei a sonegação da produção de erva-mate e, fato grave, o incêndio ocorrido em três ervais, dado como accidental mas que parecia destinado a encobrir a sonegação da produção de mate.

Por estas e por outras razões resolvi:

- 1-Afastar desde logo o Chefe da Inspetoria;
- 2-determinar a sindicância sobre a situação dos arrendatários e dos índios Kadiués;
- 3-instaurar inquérito administrativo no P.I. José Bonifácio, providência que logo depois extendi a toda Inspetoria.

O novo Chefe da Inspetoria, dinâmico, talentoso e idealista, logo que investido no cargo deu início à dinamização dos trabalhos, contabilizou os rendimentos, afastou funcionários faltosos e vem procurando normalizar a situação dos funestos arrendamentos de terras. Lutando bravamente contra a sabotagem e desprezando constantes ameaças contra a sua vida, vem esse funcionário merecendo aplausos gerais do Serviço, o apoio da Diretoria e o imenso amor que os índios lhe dedicam.

Infelizmente, porém, fracassou totalmente a Comissão de Inquérito cujos membros sucumbiram à coação e às ameaças de funcionários corruptos e comprometidos.

As conclusões desse inquérito, julgadas inaceitáveis foram por mim encaminhadas ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura com vistas à Consultoria Jurídica ao mesmo tempo que, em Ofício Reservado e por razões óbvias, pedia a S.Excia. que nomeasse nova Comissão de Inquérito, composta de funcionários alheios aos quadros do Serviço de Proteção aos Índios, Comissão esta já designada e que, espero, iniciará breve seus trabalhos.

E é sem dúvida este nôvo inquérito que, ameaçando omissos e peculatórios até agora impunes, determina agressões como as cartas do Agente Leonardo Correia da Rocha, tentativa que fazem alguns maus funcionários para malquistar com a opinião pública e com o Sr. Presidente da República, aqueles que não pactuam com a fraude administrativa, que afastam dos cargos os incapazes e omissos e punem os peculatórios e os defloradores de índias.

Peço a V.S. quando quizer, que jornalistas de seu conceituado matutino investiguem não apenas a parte administrativa do Serviço de Proteção aos Índios, mas também, e o que é mais importante, a vida nos Postos Indígenas e terá sem dúvida prestado um verdadeiro serviço à opinião pública, ao Governo e ao Diretor dêste Serviço.

Como prova do respeito que nos merece a opinião do tradicional "Estado de São Paulo", tenho a honra de enviar a V. Sa. exemplares do "Jornal do Comércio", de Campo Grande (números de 4, 5, 6 e 12 do corrente) órgão que vem estampando uma série de reportagens sobre as atividades da 5a. Inspetoria Regional.

Certo que V.Sa. saberá acolher a presente solicitação de reparação e bem interpretar as elevadas razões que ditam este nosso protesto.

Subcrevo-me cordialmente de V.Sa. patricio e admirador.

Ass.Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho-Diretor do SPI"

Doc. nº2-

10.11.962.-

"Do Chefe da 5a. Inspetoria Regional

Ao Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios

Representação(Faz)-

Senhor Diretor:

Levo ao conhecimento de V.Sa. que, inspecionando os Postos Indígenas José Bonifácio e Benjamin Constant, ambos locali

zados na região do Amambáí, encontrei gravíssimas irregularidades praticadas por funcionários desta Inspetoria. .

No P.I. José Bonifácio, tomei conhecimento que o Agente LEONARDO CORREIA DA ROCHA, ex-Encarregado daquele Pôsto, estrupou quatro menores índias, bem como incendiou criminosamente os hervaís daquela Reserva.

Determinei ao Encarregado daquele P.I., Agente DILERMANDO SILVA as providências para a abertura de Inquérito Policial, pelo Delegado de Polícia da cidade de Dourados, a fim de responsabilizar criminalmente o praticante de tão grave delito, que atenta contra a moral e costume tribal.

Solicito para este caso as imediatas providências de V.Sa. mandando instaurar um Inquérito Administrativo, que paralelamente ao Inquérito Policial, caracterizará a responsabilidade funcional naquela prática delituosa.

Quanto ao P.I. Benjamin Constant, deparei, também, com fatos de idêntica natureza. Determinei, também, que fôsse solicitada à autoridade Policial, da cidade de Amambáí, a abertura de Inquérito Policial contra o Agente PANTALEÃO BARBOSA DE OLIVEIRA, que é acusado de suborno para silenciar os reclamos de justiça do pai de uma menor índia por êle infelicitada. Pesa, ainda, sobre esse funcionário a acusação de deixar morrer à mingua, sem assistência médica e medicamentos o Capitão do Pôsto Benjamin Constant, por ter o mesmo contrariado esse funcionário na prática dêsses atos de desrespeito à família indígena.

Atenciosas saudações

Ass. José Fernando da Cruz-Chefe da 5a. IR.-

-.-.-.-.-

Doc. nº 3-

"Do Chefe da 5a. Inspetoria Regional

Ao Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios.

Representação(Faz).-

Senhor Cel. Diretor:

Tendo em vista a atitude assumida pelos funcionários desta Inspetoria, José Mongenot Filho e Leonardo Correia Rocha, referente a insinuação feita pelos mesmos aos arrendatários das terras dos Kadiuéus, dando notícias facciosas e caluniosas contra o chefe desta I.R., causando assim sérias dificuldades para esta administração, bem como se dirigindo diretamente ao Exo. Sr. Presidente da República, em termos desrepeitosos e infamantes a Chefia desta I.R., cumpre-me salientar que, além destes fatos, ainda em constantes declarações à imprensa falada e escrita, procurando dêste modo criar clima de incitamento à desobediência, infligindo o Estatuto dos Funcionários Públicos da União, venho à presença de V.Sa. fazer uma representação contra os aludidos servidores, solicitando as vossas providências urgentes, no sentido de que os mesmos sejam responsabilizados e punidos de acôrdo o E.F.P.C.U. -ATENCIOSAS SAUDAÇÕES-Ass.JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- CHEFE DA IR5.- "

-.-.-.-.-

Doc. nº 4.-

"RELATÓRIO DAS OCORRENCIAS NAS RESERVAS DOS ÍNDIOS "KADIUEUS"

A 5a. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, sediada em Campo Grande, Mato Grosso, tem sob sua jurisdição, além de outros Postos Indígenas, a Reserva dos Índios "Kadiuéus", região onde se verificaram os acontecimentos relatados abaixo:

"A Reserva Indígena dos Kadiuéus, reservada pelo Decreto de 7 de agosto de 1903, deixou bem claro as suas divisas limitrofes, que é a seguinte: -Partindo da mais alta cabeceira

do Rio Niutaca, pela margem esquerda até a sua confluência com o rio Nabileque, por este abaixo pela sua margem esquerda até a sua confluência com o Rio Paraguai e por este abaixo até a sua confluência com o Rio Aquidabã e por este acima pela sua margem direita até a sua mais alta cabeceira a serra da Bodoquena e por esta serra até o ponto de partida. - Dentro da Reserva há diversas áreas arrendadas a fazendeiros pecuaristas, através de Contratos ilegalmente celebrados por esta Inspetoria com prejuízos às áreas ocupadas pelos índios habitantes dessa Reserva.- Acontece, porém, que indivíduos inescrupulosos, invadiram também a Reserva e ocuparam clandestinamente uma grande área(80.000HA) inclusive as aguadas em que os índios mantêm seus animais e ainda privando-lhes o direito da caça, a que são acostumados.-Face à essas irregularidades, um grupo de índios procurou entrar em entendimentos com os invasores, com o objetivo de, pacificamente, solucionar a situação, quando foram recebidos à bala e em consequência entrado em luta corporal da qual resultou a morte de um invasor e ferimento de alguns índios. - Ao ensejo, os índios, retirando das moradias, mulheres e crianças, incendiaram os ranchos.-Ciente dos acontecimentos, a Chefia da 5a. Inspetoria Regional tomou tôdas as providências necessárias, inclusive levando para o local das ocorrências o Sr. Major Couto, Delegado Regional da Polícia do Estado, trazendo para exames, uma arma dos índios e munições dos invasores. Como, porém, continuam os boatos alarmantes, lançados por interessados e funcionários desta Inspetoria que se encontram afastados de suas funções por irregularidades cometidas, entre eles José Mongenot Filho e Leonardo Correia Rocha, a Chefia da 5a. I.R., solicitou do Sr. Major Couto, Delegado Regional, a presença, na região dos Kadiués, de um contingente da Polícia Militar do Estado, com a finalidade de tranquilizar a Reserva Indígena dos Kadiués e garantir a retirada do gado da vítima, até que seja instaurado o competente inquérito

policial e indicados os verdadeiros culpados desta situação e que a Justiça, certamente, irá julgar.-Cumpre salientar a V.Excia.que bem difícil tem sido o desempenho de nossas atribuições, visto termos que enfrentar o poderio bastante pujante dos pecuaristas ocupantes de vastíssimas áreas na Reserva. -Interesses políticos contrariados, criam clima de incerteza de dias futuros a esta Chefia, deixando antever ameaças de invasão total da área reserva - da. - Isto poderá trazer conflitos graves à ordem pública com ras tilho em todo o sul do Estado. Solicito à 9a. R.M. um observador que "in-locum" verifique êsses fatos. Séde da I.R.5 em 14 de dezembro de 1962.-JOSÉ FERNANDO DA CRUZ-CHEFE DA I.R.5.-"

-.-.-.-.-

Doc. nº 5.-

"O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, ESSE DESCONHECIDO".-

"Existem em nossa Pátria, infelizmente, espíritos negativos, retrógrados, demolidores e impatrióticos, que de óculos escuros têm uma tarefa específica e diabólica: projetar sombras e colocar pedras no caminho do govêrno, das nossas instituições oficiais criando no espírito dos homens e das crianças a descrença no futuro dêste país maravilhoso e livre, que desesperadamente se debate para dar a seus filhos um lugar ao sol. Mesmo assim, quanto trabalho realizado, quanta beleza, quanto progresso em vista dos recursos parcos com que temos contado!

Refiro-me hoje ao Serviço de Proteção aos Índios órgão federal de proteção às tribos primitivas do Brasil.Como tem sofrido o descrédito do povo, e como tem sido atacado e desvalorizado!

Não pertenco ao quadro do SPI contudo, como brasileira amo os índios e estou entre êles há 24 anos e conheço por dentro e por fora o trabalho do índio. Nunca atacamos o Serviço porque êle realiza a obra patriótica e sagrada de proteger os direitos das terras do nosso homem primitivo;sem êle os índios já teriam

desaparecido e o restante não teriam onde cair morto. Tem havido e há no SPI homens bons, honestos e abnegados que realizam nestes sertões trabalho anônimo e de sacrifício incomparável; desde encarregados, sertanistas, pacificadores, inspetores e professores.

Mas há também maus elementos que nestes dias estão realizando uma campanha especial visando tumultuar a atual administração - tarefa muito fácil porque o SPI é pouco conhecido. Compete, portanto, aos que conhecem o drama do índio e os tremendos problemas do SPI esclarecerem a opinião pública.

Há no caso um fato doloroso e de magna importância, muito discutido contravertido mas pouco conhecido: o problema dos arrendamentos das terras dos índios Kadiuêus, posse líquida e certa dos índios, que por omissão de outras administrações está passando para mãos de particulares, com extremo desagrado dos índios, no momento justamente revoltados.

Houve a pouco tempo choque entre brancos e índios, saindo ferido um índio, e morto um capataz. Querem que o novo Inspetor da 5a. Inspetoria Regional apareça como causante deste estado de coisas, que, na realidade, é problema velho e funciona como bomba de efeito retardado.

O atual inspetor da 5a. IR Fernando Cruz está empregando a renda da Inspetoria em benefício dos índios e tratamento médico, alimentação, escolas, residências condignas para as populações indígenas já civilizadas.

Vimos num só dia 15 índios recebidos na Sede de Campo Grande tratados com carinho e humanidade. Eles chegam de todas as aldeias. São hospedados, hospitalizados para operações e têm assistência carinhosa e completa. Este Inspetor regional cobra, contabiliza e emprega recursos que antes não apareciam; tem visitado pessoalmente todos os postos e vai resolvendo aos poucos os graves problemas do Serviço com acerto e honestidade.

A reorganização da 5a. Inspetoria Regional em Campo Grande, chefiada por Fernando Cruz, sob orientação direta do Ten.Cel. Moacyr Ribeiro Coelho, está no entanto aborrecendo elementos prejudicados que utilizando a imprensa vêm atacando a pessoa do atual diretor geral do SPI, inclusive em carta aberta ao Exo. Sr. Presidente da República. Conhecendo a obra maravilhosa, humana, desinteressada deste homem extremamente sensível ao problema do índio, nos sentimos revoltados:

Parece incrível que cada vez que se levanta um homem de valor, coragem e honestidade para assumir a direção do SPI apareça, também a reação despuída, cívica de personalismo antipatriótico, visando tumultuar e retardar o programa deste Serviço em situação tão complexo e tão ingrato - Se o índio rendesse divisas e fosse eleitor talvez a situação fosse diferente. Cremos porém nas mãos cuidadosas e firmes do Exo. Sr. Presidente da República e S.Excia o Ministro da Agricultura que souberam colocar na direção do SPI "O homem próprio para o lugar certo" numa das mais felizes escolhas da história dos índios de nossa pátria.

Que a imprensa verifique o que estamos dizendo e informe aos brasileiros a verdade pura dos fatos. O SPI conta com valores antigos e dirigido hoje por mentalidade atualizada começa uma fase renovadora e desassombrada, procurando achar as soluções para o grave problema do índio e, se tiver o apóio do governo e dos grandes homens que regem os destinos do Brasil, o SPI marchará para a vitória e a verdadeira proteção dos índios. Que seja dada a esta administração um crédito irrestrito de confiança e uma oportunidade de realizar programa por ela traçado.

Ass. Loide B. de Andrade
Diretora da Missão Caiuá.-

-.-.-.-.-

Doc. nº 6.-

"Portaria nº 130, de 17 de dezembro de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, usando da atribuição que lhe confere o art. 218 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União,

RESOLVE designar, de acôrdo com o art. 217 do mesmo Estatuto, LOURIVAL DA MOTA CABRAL, FRANCISCO FURTADO SOARES DE MEIRELES e NILO DE OLIVEIRA VELOSO, respectivamente, Inspetor de Índios, 1.801-12A, Inspetor de Índios, 1.801-14B e Cinetécnico P. 501-12A para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito incumbida de apurar o seguinte :

a)-investigar as causas determinantes do incidente havido na Bodoquena, entre os índios Kadiuêus e intrusos e do qual resultou a morte de um branco e ferimentos à bala em dois índios;

b)-apurar a denúncia formulada pelo Chefe da I.R.5, em ofício nº 188/62, de 12.12.962;

c)-apurar as denúncias constantes da carta subscrita pelo Agente Leonardo Correia da Rocha e publicada no "O Estado de São Paulo", em 25.11.962;

d)estabelecer a correlação entre os fatos apresentados no item "a" e no item "c", face à denuncia do Chefe da I.R.5, que se diz ameaçado em sua segurança.

Ass. Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho-Diretor do S.P.I."

POSTO INDÍGENA

B U R I T I

Escreve: Cildo Meirelles-

-Situação Topográfica e Histórica-

A área onde hoje se situa a RESERVA de "BURITI", nas quebradas e encostas a S.E. da serra de MARACAJÚ, no sul do Estado de Mato Grosso, originou-se de sobras provenientes da medição e demarcação da Fazenda "CORRENTES", imenso latifúndio naqueles tempos, repartido nos nossos dias por diversos donos.

Ali onde vive sossegadamente um grupo tribal tereno, viam outrora sob as sombras de matas virgens, ou sob a proteção de ermos e cerrados, famílias de índios GUARANYS, conhecidas por

uns como CHAVANTES, e por outros como UAXIRYS, ocultos muitos a nos, dos olhos de aventureiros e malfeitores.

Vaqueiros e roceiros de tãda a região circunvisinha de "BURITI", não tardou que os TERENOS, espalhados naqueles desertos, viessem em sucessivas turmas servir também aos senhores da Fazenda "CORRENTES", e em suas sortidas costumeiras à procura de rézes extraviadas, ou com propósito talvez de achar para si mesmos um sítio seguro, vieram ter aos lares amigos dos CHAVANTES e UAXIRYS, e passassem logo a repetir as visitas, entre os afazeres nas "CORRENTES" e os lazers nos ermos de "BURITI", e assim vivessem por muitos anos.

Quando sobrevieram posteriormente as lutas civís regionais o patrão confiou à fidelidade dêles a guarda do gado, que foram os TERENOS esconder nos ermos conhecidos de "BURITI", e se passou a chamar por isso INVERNADA o local do gado, e COLONIA onde permaneciam os remanescentes GUARANIS, acrescidos já de numerosos TERENOS.

Era essa a situação de "BURITI" e de seus habitantes indígenas na primeira década do século XX, quando apareceram por ali os funcionários do S.P.I.

Estavam nesta altura aqueles índios ameaçados de perder suas últimas moradias, usurpadas por civilizados ambiciosos, quando dedicados servidores do S.P.I., obtiveram afinal para êles o Decreto nº 834, de 14 de novembro de 1928, do Govêrno do Estado de Mato Grosso, reservando para a "COLÔNIA" de índios Terenos em "BURITI", aquêles 2.000 Ha aonde se encontram, até hoje.

Ali naquele pé de serra, sob suaves colinas estendidas no vale do "BURITI", graciosamente embelezadas das copas de buritizais, ergue-se a velha sede do PI, constituída de casas de madeiras, alegradas em derredor, de famílias terenas... prestes a receber uma mudança maravilhosa.

-O GRUPO TRIBAL TERENO E SUA SUB-DIVISÃO-

O Grupo tereno ali existente hoje em "Buriti", absorveu completamente os antigos GUARANIS(CHAVANTES e UAXIRYS), são índios multi-miscigenados, pois os TERENOS atuais provieram já de outros cruzamentos com outros sub-grupos colaterais - são TE

RENOS de uma geração super-estratificada, pela cultura e pelo sangue.

Mas, seja por qualquer atavio biológico ou seja também por amor próprio-a verdade é que os TERENOS todos que ali restam dentro da Reserva de "BURITI" - vivem separados pela organização tradicional que amam, em áreas distintas, nas Aldeia Buriti-350 almas; Aldeia de "Corrego do Meio", 140 almas e Aldeia de "Água Azul" , 120 almas.

-EVOLUÇÃO SOCIAL TRIBAL.-

Os TERENOS de "Buriti", como aqueles que conhecemos em outras RESERVAS, estão num estado muito adiantado de aculturação , integrados inteiramente nos costumes e hábitos da sociedade brasileira, conhecendo preceitos de nossos códigos.

Uns têm registro civil de nascimento, ou de casamento; outros certificados de reservista, ou títulos de eleitor. Na época de eleição (como acabei de ver agora), são eles muito sequestrados pelos candidatos políticos locais. São em número de mil eleitores Terenos.

Nos Municípios de Campo Grande, Aquidauana, Miranda, Nioaque, Sidrolândia e outros vizinhos - os trabalhos rurais e as várias atividades operárias, são executados de preferência por elementos terenos, bem assim as famílias abastadas daquelas cidades têm no serviços domésticos também criaturas terenas. Conhecem eles perfeitamente o valor do Cr\$(cruzeiro), ajustam seus salários e trabalhos com os patrões a quem servem bem, e dão algumas vezes quitação selada, do que recebem em pagamento.

Frequentam com convicção os templos católicos e protestantes.

Em "BURITI", os TERENOS são na maioria católicos. Seu santo de devoção, é São Sebastião, para quem erigiram uma CAPELINHA.

Nas outras duas Aldeias, de "CORREGO DO MEIO" e de Água Azul - são os índios de preferência "crentes".

Primam no asseio corporal e se vestem com decência. São ainda dóceis, obsequiosos e respeitadores.

Têm todos, perfeita noção do direito de propriedade e dos meios lícitos de obtê-la.

Amam o estudo, e frequentam com gosto as aulas, apresentando muito bom aproveitamento. Dedicam-se também com entusiasmo ao futebol.

São sobretudo inteligentes!

-ECONOMIA E RIQUESA-

A principal fonte de sua subsistência tem sido até o momento o TRABALHO, e consequentemente os SALÁRIOS que recebem nas Fazendas e nas cidades, ou os de suas mulheres nas casas onde se empregam.

Possuem, todos, pequenas roças individuais, ou em sociedade com outros; criam gado vacum e cavalos, galinhas e porcos. Alguns fabricam a rapadura, e outros, a farinha de mandioca para o seu consumo, ou de outros que lhes compram.

Seus quintais são cheios de lindos pomares, de espécies diversas.

Muitos TERENOS prestam serviços ao PI, que tem aposentado já a alguns.

Um grupo humano que atingiu a essa madureza apreciável, de trabalho e economia, praticando tantos atos da vida civil (de que só gozam os brasileiros em pleno gozo de seus direitos), é de justiça que a entidade de direito público (S.P.I.), que se propõe a ajudá-lo, seja também - já que não foi a primeira a reconhecer o valor de sua capacidade - seja agora e por diante a grande voz amiga que proclame essas virtudes, e reivindique para os TERENOS e para outros grupos tribais do mesmo merecimento, os direitos para a sua "AUTODETERMINAÇÃO".

-OS TERENOS-

Depois que me referí tanto aos índios TERENOS, é justo que

escreva outrossim duas ou três linhas sobre eles que habitam, há dois séculos, a região sul de Mato Grosso.

Primeiramente, tenho que confessar que pouco ou nada, li ainda sobre esses índios, sua origem, religião, língua e organização primitiva - sobretudo quando os estudiosos desses assuntos divergem tanto sobre o aparecimento deles no nosso país.

Tenho para mim, que eles sejam originários do CHACO BOLIVIANO, e tenham seu tronco racial nos MBAYÁS, povo opulento que habitava na época das conquistas, uma margem e outra do Rio Paraguai, entre os paralelos 20º e 22º, aproximadamente.

Devido às atrocidades cometidas contra eles nos meados do século XVII e princípio do XVIII século, pelos espanhóis e paraguaios, imigraram para os lados de Mato Grosso, no Brasil, onde depois de conflitos com brasileiros, acomodaram-se com suas famílias e foram bem acolhidos, identificados depois com o nome geral de GUAICURUS uns, e de CHANÉS, outros.

Pondo de lado, o estudo ou história dos GUAICURUS e seus sub-grupos, desejo me referir ligeiramente ao grupo CHANÉS, do qual se derivaram os TERNOS, os LAIANOS, os KINIKINAUS e os GUANÁS, que falavam todos o mesmo dialeto com pequena ou nenhuma diferença.

Os TERNOS - por ser o sub-grupo maior dos descendentes dos CHANÉS, pois constituiu 3/5 (três quintos) da população indígena naquele tempo - resistiram incontestavelmente mais e com maior êxito, com sua religião, língua, costumes e retraimento social, à qualquer tentativa de assimilação da cultura brasileira.

Acabaram por observar com o tempo, os sub-grupos, colaterais seus irmãos, quase inteiramente, sobrevivendo através dos anos, até os nossos dias, em várias aldeias, no sul de MATO GROSSO, com o mesmo nome, a mesma língua, conservando também os bons hábitos primitivos aprimorados com outros brasileiros - sem perder contudo a sua personalidade característica, de ALTIVEZ e BONDADE - que os torna tão simpáticos e estimados. São filiados pela nomenclatura hodierna das raças indígenas, ao grupo dos ARUAKS.-

-AUTODETERMINAÇÃO-

A idéia de outorgar à populações indígenas americanas o direito de "autodeterminação", já vem preocupando em toda parte do mundo, há muitos anos, as grandes inteligências amigas do aborígene.

Aqui mesmo para os índios brasileiros, já houve três(3) tentativas muito interessantes.

A primeira delas, no tempo ainda do Brasil Colônia. Seu autor foi o célebre Marquês de Pombal - 1º Ministro do Rei D. José de Portugal.

Indignado, bem indignado com a situação de opressão e pobreza a que estavam relegados os índios no Brasil, nas "reduções" mercê de uma legislação generosa que os amparava e protegia, redigiu e assinou com o Rei D. José, as LEIS de 6 e 7 de Junho de 1755, em que ressaltando estarem "os índios em grande miséria", afirmava que "à causa que tem produzido tão perniciosos efeitos consistiu, e consiste ainda, em se não haverem sustentado os ditos índios na liberdade" e, invocando legislações antigas, declarava que "os sobreditos índios como livres e isentos de toda a escravidão, podem dispôr das suas pessoas, e bens, como melhor lhes parecer, sem outra sujeição temporal, que não seja a que de vem ter às minhas leis, para à sombra delas viverem em paz, e união cristã, e na sociedade civil, em que mediante a Divina graça procuro manter os povos, que Deus me confiou, nos quais ficarão incorporados os referidos índios sem distinção, ou exceção alguma, para gozarem de todas as honras, privilégios, e liberdades de que os meus vassallos gozam atualmente."

A liberdade e os direitos amplos que o POMBAL concedeu aos índios, infelizmente duraram dias efêmeros, porque na hora em que faltou o cérebro providencial daquele glorioso Ministro, não teve na ocasião nem depois em Portugal, outro substituto de igual quilate, e os índios voltaram novamente à política de "proteção" anterior...

Houve também já aqui no Brasil, um movimento de redenção indígena, de verdadeira "autodeterminação", promovido pelo APOSTOLADO POSITIVISTA, durante a Constituição Republicana de 1.891 - Propuseram os positivistas à Constituinte, o reconhecimento dos ESTADOS BRASILEIROS AMERICANOS, constituídos pelas tribos indígenas brasileiras - Estados que seriam garantidos pelo governo federal e escrupulosamente respeitados na posse de seus territórios.

Infelizmente a nobre idéia, não teve repercussão naquele cenário de indiferentes...

Ainda em nossos dias, outro fervoroso amigo do aborígina brasileiro - o saudoso ANTONIO ESTIGARRÍBIA - também idealizou - e por coincidência para um mesmo grupo tribal de TERENO)umas diretrizes, inspiradas nos princípios da "autodeterminação", que se perderam no arquivo da IR5, como ele mesmo me confessou ...

Levado ainda pelos mesmos desejos nobres de dar uma solução de resultados reais às populações indígenas de sua grande Pátria FRANKLIN DELÁNO ROOSEWELT, então Presidente dos U.S.A., promoveu em 1 934 a criação da LEI DE REORGANIZAÇÃO INDÍGENA, adotando assim para tribos americanas, uma salutar política indigenista, baseada sobretudo no amparo "a vida cultural e tribal dos índios" e no direito que se lhes conferiu na nova legislação "de dirigir e administrar seus próprios bens".

Foi assim, ou é assim, um reconhecimento justo, por parte de uma das nações mais poderosas do mundo, conferido a pequeninos governo de grupos tribais.

Para fortalecer a efetivação desses direitos que a Lei de 1 934 outorgou a determinadas tribos, providências posteriores de ordem administrativa e legislativa foram promovidas a tempo, que revogaram leis e regulamentos contrários a liberdade civil dos índios.

Providências legais e instruções também foram sancionadas , pelo Governo americano, com o objetivo de assegurar a liberdade

Providências igualmente justas a favor da ampla liberdade religiosa dos índios, foram declaradas, ficando quaisquer missionários com sua autoridade sobre êles, reduzida apenas aos argumentos da persuasão e aos sentimentos do amor!

Como complemento conclusivo destas modestas linhas, de onde ressalta a preocupação sincera de quantos que se interessam pela sorte do índio e buscam uma solução para a sua vida angustiada, e, mais, como resultado também do conhecimento meu com os TERENOS, ofereço ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, Ten. Cel. MOACYR RIBEIRO COELHO, o Estatuto do grupo tribal tereno de "BURITI", ou de qualquer outro da mesma nação tereno.

.....

ADMINISTRAÇÃO.-=PORTARIAS=

Nº 108, de 10.09.962.-

LOCALIZA, a pedido, CORINA LIRA RAMOS, Enfermeira Auxiliar P.1706-8, no Pôsto Indígena Dantas Barreto, Águas Belas, e presentemente com exercício no Pôsto Indígena Xucuru, Município de Pesqueira, ambos subordinados a 4a. Inspeção Regional, em Recife, Estado de Pernambuco.

Nº 110, de 13.09.062.-

LOCALIZA, a pedido, no Pôsto Indígena Antônio Estigarriba, onde passará a ter exercício, ROGÉRIO PINTO DE REZENDE, Agente de Proteção aos Índios, P.1802-6B, e presentemente com exercício no Pôsto Indígena Capitão Vasconcelos, ambos subordinados a 8a. Inspeção Regional, em Goiânia, Estado de Goiás.

Nº 111, de 13 de setembro de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, usando das atribuições que lhe confere o artigo 218 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União,

RESOLVE designar, de acordo com o artigo 217 do mesmo Estatuto, ALÍSIO DE CARVALHO, JOÃO NAZARETH e JULIETA DE OLIVEIRA BASTOS, respectivamente, Inspetor de Índios, P 1.801-14B, Escrevente Datilógrafo, AF-204-7 e Marinheiro CT-305-7, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito incumbida de apurar o que consta da Representação da Datilógrafa Margarida Lopes Braga contra o Técnico de Contabilidade Almachio Bandeira Braule Pinto, constante do S.P.I. nº 4 035/62.

Nº 112, de 25 de setembro de 1962.-

RESOLVE localizar, a pedido, na Aldeia Taquapery, Município de Amambai, Estado de Mato Grosso, onde passará a ter exercício, VITORINO NUNES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Escrivão, AF.202-8A, e presentemente, em exercício no Pôsto Indígena Lalima, Município de Miranda, Estado de Mato Grosso.

1258
B92

Nº 113, de 25 de setembro de 1962.-

RESOLVE localizar, a pedido, no Pôsto Indígena Buriti, Município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso, onde passará a ter exercício, AMÉLIA ACOSTA LANZARINI, ocupante do cargo de Professor de Ensino Pré-Primário e Primário, EC.514-11, e presentemente em exercício no Pôsto Indígena Lalima, Município de Miranda, Estado de Mato Grosso.

=====

Nº 114, de 25 de setembro de 1962.-

RESOLVE localizar, a pedido, no Pôsto Indígena Buriti, Município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso, onde passará a ter exercício, EUNICE BRANDÃO, ocupante do cargo de Professor de Ensino Pré-Primário e Primário, EC.514-11, e presentemente, em exercício no Pôsto Indígena Cachoeirinha, Município de Miranda, Estado de Mato Grosso.

=====

Nº 115, de 25 de outubro de 1962.

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, usando das atribuições que lhe confere o art. 218, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União,

RESOLVE designar, de acordo com o art. 217 do mesmo Estatuto, LINCOLN ALLISON POPE, JOÃO BARRETO DE SOUZA e CESÁRIO BARBOSA BONFIM, respectivamente, Técnico de Educação, EC.701-17A, Artífice de Manutenção, A.305-6 e Professor de Ensino Pré-Primário e Primário, EC.514-11, do Quadro Pessoal Parte Permanente deste Ministério, lotados neste Serviço para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito incumbida de apurar as irregularidades constantes do processo S.P.I. nº 1.452/62, imputadas contra o ex-Chefe da 8a. Inspeção Regional, em Goiânia, Estado de Goiás, Inspetor de Índios, P.1.801-14B, IRIDIANO AMARINHO DE OLIVEIRA.

=====

Nº 116, de 29 de outubro de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento do S.P.I.,

RESOLVE criar uma POVOAÇÃO INDÍGENA, em Buriti, na IR5,

(CAMPO GRANDE), Sul de Mato Grosso,

Art. 1º- O P.I. Buriti de índios Terenos, no Município de Aquidauana, no Sul de Mato Grosso, passa a constituir uma POVOAÇÃO INDÍGENA, integrada das três(3) Aldeias seguintes: -BURITI - CORREGO DO MEIO-ÁGUA AZUL.

Parágrafo Único - A área da POVOAÇÃO INDÍGENA, permanece a mesma de 2.000 Ha e com os limites constantes no Decreto número 834, de 28 de novembro de 1928, do Governo do Estado de Mato Grosso.-

Artigo 2º-A POVOAÇÃO INDÍGENA se regera pelo ESTATUTO que fôr aprovado dentro de 30(TRINTA) dias, a partir desta data, pelo Diretor do Serviço de Proteção aos Índios.

Art. 3º - A POVOAÇÃO INDÍGENA, é criada sem novos onus para a UNIÃO, com os recursos do P.I. ora extinto.

=====

Nº 117, de 29 de outubro de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento do S.P.I.

RESOLVE criar a POVOAÇÃO INDÍGENA TAUNAY, no Município de AQUIDAUANA, na IR5(CAMPO GRANDE), Sul de Mato Grosso.

Art. 1º - Os PPII Taunay e Ipegue de índios Terenos, no Município de Aquidauana, no Sul de Mato Grosso, passam a constituir a POVOAÇÃO INDÍGENA TAUNAY, integrada das Aldeias de Taunay e Ipegue.-

Parágrafo único - A área da POVOAÇÃO INDÍGENA TAUNAY, permanece a mesma de 7.200 Ha e com os limites constantes no Ato 217 de 6 de maio de 1904, do Governo do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º- A POVOAÇÃO INDÍGENA TAUNAY se regerá pelo ESTATUTO que fôr aprovado dentro de 30(TRINTA) dias, a partir desta data, pelo Diretor do Serviço de Proteção aos Índios.

Art. 3º-A POVOAÇÃO INDÍGENA TAUNAY, é criada sem novos onus para a UNIÃO, com os recursos dos PPII ora extintos.

=====

Nº 119, de 5 de novembro de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento do S.P.I.

RESOLVE aprovar o Estatuto da POVOAÇÃO INDÍGENA, em Buri

TI, na I.R.5(CAMPO GRANDE), no Sul de MATO GROSSO, criada com a Portaria nº 116, de 29 de outubro de 1 962.

=====

Nº 120, de 5 de novembro de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE tornar sem efeito a Portaria nº 104, de 27-8-962 que designou o Agente de Proteção aos Índios P.1802-6B, Chefe da Seção de Estudos do S.P.I., símbolo 6-F, JOSIAS FERREIRA DE MACEDO, Inspetor de Índios, P.1801-12A, ORÍCULO CASTELO BRANCO BANDEIRA e o Laboratorista P.1602-9B, JOÃO DOMINGOS LAMÔNICA, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente deste Ministério, lotados neste Serviço para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito Administrativo, instaurado para apurar irregularidades no Pôsto Engenheiro Mariano de Oliveira, Município de Maxacalis, Estado de Minas Gerais, conforme denúncia apresentada pelo Sr. José Silveira de Souza, no processo S.P.I. número 3.665/62.

=====

Nº 121, de 6 de novembro de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, usando da atribuição que lhe confere o art. 218 do Estatuto dos Funcionários Civis da União,

RESOLVE designar, de acôrdo com o art. 217 do mesmo Estatuto, ORÍCULO CASTELO BRANCO BANDEIRA, JOÃO DOMINGOS LAMÔNICA e PAULO JORGE IZIDORO GUEDES, respectivamente, Inspetor de Índios, P. 1 801-12A, Laboratorista, P.1 602-9B e Escrevente Datilógrafo AF-204-7, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente deste Ministério, lotados neste Serviço para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito incumbida de apurar irregularidades no Pôsto Indígena Engenheiro Mariano de Oliveira, Município de Maxacalis, Estado de Minas Gerais, conforme denúncia apresentada pelo Sr. José Silveira de Souza, no processo S.P.I. nº 3665 /62.

Nº 122, de 6 de novembro de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, usando da a atribuição que lhe confere o item III do artigo 210 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União,

RESOLVE aplicar a Geraldo Gondin Dixo, Telegrafista, CT-207-12A, a pena de suspensão por 2(dois) dias a ser cumprida nos dias 7 e 8-11-62, por falta grave, de acordo com o art. 105 do mesmo Estatuto, visto como infringiu o item VI do artigo 194 do mesmo Diploma Legal, usando irreverência de linguagem incompatível com documentos de Serviço.

=====

Nº 123, de 6 de novembro de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE localizar, a pedido, na sede da 7a. Inspeção Regional, em Curitiba, Estado do Paraná, onde passará a ter exercício, JOÃO GARCIA DE LIMA, ocupante do cargo de Agente de Proteção aos Índios P.1 802-5A, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente deste Ministério, lotado neste Serviço e, presentemente, em exercício no Posto Indígena José Maria de Paula, Município de Guarapuava, Estado do Paraná.

=====

Nº 124, de 16 de novembro de 1 962.-

RESOLVE dispensar, "ex-ofício", de acordo com o artigo 77, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1 952, OLÍMPIO MARTINS CRUZ Agente de Proteção aos Índios P. 1.802 - 6-B, Chefe da 3a. Inspeção Regional, em São Luiz, Estado do Maranhão.

=====

Nº 125, de 16 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar, de acordo com o artigo 145, item I e art. 147, da Lei nº 1.711, do Decreto nº 10.652, de 16.10.42, modificado pelos Decretos nrs 12.318, de 27.04.43 e 17.684, de 26 de janeiro de 1 945, e Decreto nº 50.572, de 10.05.61, AUGUSTO DE SOUZA LEÃO, Mestre A-1.801-13A, do Quadro de Pessoal- Parte Permanente deste Ministério, lotado neste Serviço, para exercer a função de Chefe da 3a. Inspeção Regional, 5-F, com sede em São Luiz, Estado de Maranhão, vago com a dispensa de OLÍMPIO MARTINS CRUZ.-

Nº 126, de 19 de novembro de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE designar MARGARIDA LOPES BRAGA, Datilógrafo AF 503-9-B, JOÃO BARRETO DE SOUZA, Artífice de Manutenção, A-305-6 NEUSA MARIA DOS SANTOS, Escrevente-Datilógrafo AF-204-7, sob a presidência do primeiro, para em comissão apurar a rasão da retirada das flhas 62, 63, 63A, 64, 65, 66, verificada no S.P.I. número 1891/54 (MAB Nº 2135/61), bem como fazer a vistoria no arquivo a fim de constatar possíveis irregularidades.

=====

Nº 127, de 29 de novembro de 1 962.-

RESOLVE localizar, a pedido, no Pôsto Indígena Barão de Antonina, Município de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, onde passará a ter exercício, AMÉLIA TRACZ, ocupante do cargo de Professôra de Ensino Pré-Primário e Primário EC-514-11, e presentemente, em exercício no Pôsto Indígena José Maria de Paula, Município de Guarapuava, Estado do Paraná.

=====

Nº 129, de 6 de dezembro de 1 962.-

RESOLVE localizar, a pedido, na Séde da 3a. Inspeção Regional, em São Luiz, Estado do Maranhão, onde passará a ter exercício, EUSTÁQUIO SOARES DA SILVA, ocupante do cargo de Enfermeiro Auxiliar nível 8, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Serviço, e presentemente, em exercício na Séde da 9a. Inspeção Regional, em Pôrto Velho - Território Federal de Rondônia.

=====

Nº 130, de 17 de dezembro de 1 962.-

TRANSCRITA NA PÁGINA 55 DESTA BOLETIM.-

=====

Nº 131, de 20 de dezembro de 1 962.-

RESOLVE tornar sem efeito, a Portaria nº 115 de 25 de outubro de 1962, que designou LINCOLN ALLISON POPE, JOÃO BARRETO DE SOUZA e CESÁRIO BARBOSA BONFIM, respectivamente, Técnico de Educação, Artífice de Manutenção e Professor de Ensino Pré-Primário e Primário, lotados neste Serviço para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito incumbida de apurar as irregularidades constantes do processo SPI 1.452/62, imputadas contra o ex-Chefe da 8a. Inspeção Regional em Goiânia, Estado de Goiás, IRIDIANO AMARINHO DE OLIVEIRA.

=ORDENS DE SERVIÇO INTERNAS=

Nº 132, de 31 de agosto de 1962.-

RESOLVE designar o Sr. RAMIS BUCAIR, Motorista CT 401-8-A, lotado e com exercício na 6a. Inspeção Regional em Cuiabá, para seguir com destino a 5a. Inspeção em Campo Grande, Mato Grosso, para prestar colaboração nos serviços de medição de terras.

=====

Nº 132 A, de 6 de setembro de 1962.-

RESOLVE designar o Sr. OLÍMPIO MARTINS CRUZ, Agente de Proteção aos Índios, P. 1.802-6B, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente, deste Ministério, lotado neste Serviço, com exercício na 3a Inspeção Regional em São Luiz, Estado do Maranhão, onde exerce a função de Chefe, para seguir com destino as Aldeias do Município de Montes Altos, a fim de que sejam tomadas todas providências cabíveis, em vista da informação dos mesmos, estarem desassistidos por este Serviço.

=====

Nº 133, de 13 de setembro de 1962.-

RESOLVE autorizar o Sr. Erotides Pinto de Araujo, Trabalhador de Campo, admitido pela Verba de Pessoal temporário, em exercício na 2a. Inspeção Regional, em Belém, Estado do Pará, a fim de prestar colaboração no DEPEX, conforme solicitação constante do S.P.I. nº 4.117/62, ficando este Serviço isento de ônus, de acordo com a declaração do Senhor Superintendente Geral - Adjunto do DEPEX.

=====

Nº 134, de 20 de setembro de 1962.-

RESOLVE autorizar o Sr. JOÃO BARRETO DE SOUZA, Artífice de Manutenção, nível 6, do Quadro do Pessoal - Parte Permanente deste Ministério, lotado e com exercício na Diretoria deste Serviço, para seguir com destino ao Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, conduzindo a caminhoneta VEMAG nº 9-67-31, tendo como passageiros da mesma os servidores GLAUCO SOARES DE SOUZA, NILO DE OLIVEIRA VELLOZO e MARGARIDA LOPES BRAGA, que irão votar no dia 7 de outubro próximo vindouro, naquele Estado.

Nº 135, de 20 de setembro de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Sr. HOMERO COELHO, Motorista, CT - 401-10B, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente do Ministério da Agricultura, matrícula nº 1.980.828, lotado e com exercício na sede deste Serviço, em Brasília, para seguir com destino a cidade de Pôrto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, a fim de transportar para aquela cidade, uma caminhoneta Pic-up-Ford F-100, nº 3-11-53 MT.

=====

Nº 136, de 20 de setembro de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei vigente,

DESIGNA o Técnico de Contabilidade, P.701-15A, LUIZ DE FRANÇA PEREIRA DE ARAÚJO, Chefe da Seção de Orientação e Assistência, símbolo 6-F, para responder pelo expediente da Diretoria, até ulterior deliberação, durante o afastamento eventual e temporário do titular efetivo e do seu substituto legal.

=====

Nº 137, de 1 de outubro de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei vigente,

RESOLVE designar Hermano Sampaio da Rocha, ocupante do cargo de Motorista, CT.401-12C, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente deste Ministério, para seguir com destino à 8a. Inspetoria Regional, em Goiânia, Estado de Goiás, a fim de conduzir àquela dependência o Inspetor Francisco Furtado Soares de Meireles, Chefe da mesma Inspetoria no jeep nº 3050-GO.

=====

Nº 137-A, de 9 de outubro de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Sr. DIVAL JOSÉ DE SOUZA, Agente de Proteção aos Índios, P.1802-6B, do Quadro do Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, matrícula nº 1.295.074, lotado na 7a Inspetoria Regional em Curitiba no Estado do Paraná, onde exer

ce a função de Chefe, para seguir com destino aos Postos Indígenas Dr. Selistre de Campos e Xanxere, situados no Estado de Santa Catarina, Postos Indígenas Fioravante Esperança e Palmas no Estado do Paraná, a fim de acompanhar o Senhor Diretor deste Serviço, em viagem de inspeção aos Postos Indígenas acima indicados.

=====

Nº 137-B, de 18 de outubro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. DIVAL JOSÉ DE SOUZA, Agente de Proteção aos Índios, P.1802-6B, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, matrícula nº 1.295074, lotado na 7a. Inspetoria Regional em Curitiba, no Estado do Paraná, onde exerce a função de Chefe, para seguir com destino ao Posto Indígena José Maria de Paula, Município de Guarapuava, a fim de inspecioná-lo.

=====

Nº 137-C, de 17 de outubro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. JOSÉ BATISTA FERREIRA FILHO, Agente de Proteção aos Índios, P.1802-6B, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, matrícula nº 1.817.076, lotado na 6a. Inspetoria Regional em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, para seguir com destino aos Postos Indígenas Couto de Magalhães, Gomes Carneiro, Fraternidade Indígena e Colonia Teresa Cristina, viajando posteriormente para sede desta Diretoria em Brasília, a fim de inspecioná-los e tratar de assuntos atinentes a 6a. IR.

=====

Nº 138, de 25 de outubro de 1 962.-

RESOLVE subordinar diretamente à Direção deste Serviço o Setor de Rádio, designando para Encarregado do mesmo Setor o Artífice de Manutenção JOÃO BARRETO DE SOUZA, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente deste Ministério, que, há muitos anos vem supervisionando a rede de rádio existente no S.P.I.

Entre outras atribuições, deverá o Encarregado do Setor observar, rigorosamente:

a)-que a rede-rádio do S.P.I. funcionará, exclusivamen

1266
Bga

te em objeto de serviço e em obediência às normas de trabalho do Departamento de Correios e Telégrafos;

b)-a instalação e assistência técnica dos aparelhos distribuídos às Inspetorias e Postos Indígenas e, finalmente,

c)-o controle das dependências da Estação-Rádio da Sede e das normas e regras de sigilo.

=====

Nº 139, de 25 de outubro de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE destinar a Camionete Chapa 31.153-MT ao transporte dos funcionários deste Serviço, abaixo relacionados, designando para motorista da mesma o servidor HOMERO COELHO e, na falta deste, o servidor João Barreto de Souza.

Pela manhã, o ponto de embarque, na asa sul, será em frente ao bloco 16, às 7,40 e, na asa norte, no Posto Polícia 1, às 7,50.

À tarde, no mesmo local, o horário será de 13,40, na asa sul e 13,50, na asa norte.

1-Luiz de França Pereira de Araújo.

2-Boanerges Fagundes de Oliveira

3-Walter Samari Prado

4-Milce Guimarães Lage

5-Nildes Guimarães Lage

6-Marim Silva Araújo

7-João Barreto de Souza

8-Carlos Barreto de Souza

9-Margarida Lopes Braga

10-Maria Lourença da Silva Paranhos

11-Glauco Soares de Souza

12-Vera Lúcia Coelho.

=====

Nº 140, de 26 de outubro de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

DESIGNA o Cinetécnico-P.501-12A, NILO DE OLIVEIRA VELLO-

1267
B96

ZO, do Quadro Pessoal, Parte Permanente dêste Ministério, lotado neste Serviço, para ter exercício na Seção de Administração.

=====

Nº 143, de 29 de outubro de 1 962.-

DESIGNA NILO DE OLIVEIRA VELLOZO, Cinetécnico 12A, para seguir com destino a Campo Grande, Estado de Mato Grosso, a fim de organizar, no PI Buriti, um documentário cinematográfico.

=====

Nº 143-A, de 31 de outubro de 1 962.-

DESIGNA o Agente de Proteção aos Índios 6B JOSIAS FERREIRA DE MACEDO, exercendo a função gratificada de Chefe da Seção de Estudos, para seguir com destino ao Estado de São Paulo, a fim de inspecionar os Postos Indígenas, localizados nos Municípios de Itanhaen, Peruibe e Itariri.

=====

Nº 144, de 5 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Chefe da 5a. Inspetoria Regional, JOSE FERNANDO CRUZ, para seguir com destino à 6a. Inspetoria Regional, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, a fim de verificar a situação da Colônia Indígena Thereza Cristina e do Posto Indígena "Barbosa de Farias", podendo tomar tôdas as providências de ordem administrativa e judicial para manter a posse e o domínio dos índios Boróros naquelas localidades, bem assim, examinar a situação geral de terras naquela Inspetoria.

=====

Nº 144-A, de 5 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. FRANCISCO FURTADO SOARES DE MEIRELES, Inspetor de Índios 14B, para seguir com destino à Brasília, sede da Diretoria dêste Serviço, a fim de tratar de assuntos gerais, tais como débitos do corrente exercício, propostas do plano de trabalho, tendo em vista a aplicação das verbas orçamentárias sobretudo para aquisições diversas.

=====

Nº 144-B, de 5 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. DIVAL JOSÉ DE SOUZA, Agente de Proteção aos Índios 6B, Chefe da 7a. Inspetoria Regional, para seguir com destino à Brasília, a fim de tratar de assuntos gerais.

tais como débitos do corrente exercício, propostas do plano de trabalho, tendo em vista a aplicação das verbas orçamentárias sobretudo para aquisições diversas.

=====

Nº 144-C, de 5 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. JOSÉ BATISTA FERREIRA FILHO, Agente de Proteção aos Índios 6B, Chefe da 6a. Inspetoria Regional, em Cuiabá, no Estado de Mato Grosso, para seguir com destino à Brasília, sede da Diretoria deste Serviço, a fim de tratar de assuntos gerais, tais como débitos do corrente exercício, propostas de plano de trabalho, tendo em vista a aplicação das verbas orçamentárias sobretudo para aquisições diversas.

=====

Nº 145, de 5 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Mecânico de Motores a Combustão nível 12, WALTER SAMARI PRADO, para seguir com destino à Goiânia, a fim de efetuar compras relativas às subconsignações 1.3.06 -1.3.14 e 1.4.04, respectivamente, de Cr\$50.000,00, Cr\$60.000,00 e Cr\$..... Cr\$100.000,00(1a. Parcela), cujos responsáveis pelos adiantamentos são, respectivamente, o Datilógrafo Margarida Lopes Braga, o Mestre de Obras Carlos Barreto de Souza e o Inspetor de Índios Glauco Soares de Souza.

=====

Nº 145-A, de 5 de novembro de 1 962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Sr. JOSIAS FERREIRA DE MACEDO, Agente de Proteção aos Índios 6B, Chefe da Seção de Estudos no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, para seguir com destino à Brasília, sede da Diretoria deste Serviço, a fim de tratar de assuntos gerais, tais como débitos do corrente exercício, propostas orçamentárias sobretudo para aquisições diversas.

=====

Nº 145-B, de 5 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. ALBERICO SOARES PEREIRA, Agente de Proteção aos Índios 6B, Chefe da 9a. Inspetoria Regional, em Porto

Velho, Território Federal de Rondônia, para seguir com destino à Brasília, sede da Diretoria deste Serviço, a fim de tratar de as suntos gerais, tais como débitos do corrente exercício, propostas do plano de trabalho, tendo em vista a aplicação das verbas orça mentárias sobretudo para aquisições diversas.

=====

Nº 145-C, de 5 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. JOSÉ FERNANDO CRUZ, Professor de En sino Pré-Primário e Primário EC-514-11, Chefe da 5a. Inspetoria Regional, em Campo Grande, no Estado de Mato Grosso, para seguir com destino à Brasília, sede da Diretoria deste Serviço, a fim de tratar de assuntos gerais, tais como débitos do corrente exer cício, propostas de plano de trabalho, tendo em vista a aplica -
ção das verbas orçamentárias sobretudo para aquisições diversas,

=====

Nº 146, de 5 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Chefe da 5a. Inspetoria Regional, JOSÉ FERNANDO CRUZ, para seguir com destino à 6a. Inspetoria Regional, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, a fim de verificar a situação geral dos Postos Indígenas supervisionados pela aludida Inspetoria e, especialmente, os rebanhos existentes, tendo em vista o e levado número de termos de morte apresentado pelos Encarregados dos POstos da mesma Inspetoria.

=====

Nº 146-A, de 5 de novembro de 1 962.-

Resolve designar o Sr. JAPHET CHAVES NEVES, Agente de Prote ção aos Índios 6B, lotado na 5a. Inspetoria Regional, em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, para seguir com destino aos Postos Indígenas José Bonifácio, Benjamin Constant e Ramada, a fim de ve rificar as irregularidades havidas na venda da erva-mate dos re feridos Postos.

=====

Nº 146-B, de 5 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. JOÃO FERNANDES MOREIRA, Agente de Pro teção aos Índios, 6B, Chefe da 2ª Inspetoria Regional, no Estado do Pará, para seguir com destino à Brasília, sede da Diretoria dês

te Serviço, a fim de tratar de assuntos gerais, tais como débitos do corrente exercício, propostas do plano de trabalho, tendo em vista a aplicação das verbas orçamentárias sobretudo para aquisições diversas.

=====

Nº 146-C, de 5 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. MANOEL MOREIRA DE ARAUJO, Agente de Proteção aos Índios 6B, Chefe da 1a. Inspeção Regional, em Manaus, Estado do Amazonas, para seguir com destino à Brasília, sede da Diretoria deste Serviço, a fim de tratar de assuntos gerais, tais como débitos do corrente exercício, propostas do plano de trabalho, tendo em vista a aplicação das verbas orçamentárias sobretudo para aquisições diversas.

=====

Nº 147, de 5 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Motorista nível 10 - B, HOMERO COELHO, para conduzir o Mecânico de Motores a Combustão nível 12 WALTER SAMARI PRADO, à Goiânia a fim de efetuar compras relativas às subconsignações 1.3.06 - 1.3.04, no carro nº 31153-MT.

=====

Nº 147-A, de 5 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. Enoch Alvarenga Soares, Agente de Proteção aos Índios 6B, lotado na 5a. Inspeção Regional em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, para seguir com destino aos Postos Indígenas José Bonifácio, Benjamin Constant e Ramada, a fim de verificar as irregularidades havidas na venda da erva-mate dos referidos Postos.

=====

Nº 147-B, de 5 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. OLÍMPIO MARTINS CRUZ, Agente de Proteção aos Índios 6B, Chefe da 3a. Inspeção Regional, em São Luiz, Estado do Maranhão, para seguir com destino à Brasília, sede da Diretoria deste Serviço, a fim de tratar de assuntos gerais, tais como débitos do corrente exercício, propostas do plano de trabalho, tendo em vista a aplicação das verbas orçamentárias sobretudo para aquisições diversas.

Nº 147, de 5 de novembro de 1962.-

RESOLVE designar o Sr. FRANCISCO SAMPAIO, Inspetor de Índios, nível 14, Chefe da 4a. Inspetoria Regional, em Recife, no Estado de Pernambuco, para seguir com destino à Brasília, sede da Diretoria deste Serviço, a fim de tratar de assuntos gerais, tais como débitos do corrente exercício, propostas do plano de trabalho, tendo em vista a aplicação das verbas orçamentárias sobretudo para aquisições diversas.

=====

Nº 147-D, de 5 de novembro de 1962.-

RESOLVE designar o Sr. AUGUSTO DE SOUZA LEÃO, Mestre 13, para seguir com destino à Brasília, sede da Diretoria deste Serviço, a fim de tratar de assuntos gerais, tais como débitos do corrente exercício, propostas do plano de trabalho, tendo em vista a aplicação das verbas orçamentárias sobretudo para aquisições diversas.

=====

Nº 148, de 8 de novembro de 1962.-

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE designar o Sr. JURANDYR MARCOS DA FONSECA, servidor deste Serviço, para seguir com destino a São Paulo, a fim de representar esta Diretoria, na Primeira Feira de Arte Popular, promovida por Barbosa Lessa - Produções Artísticas Ltda., a realizar-se entre 8 a 20 do corrente.

=====

Nº 149, de 13 de novembro de 1962.-

DESIGNAR o motorista 10B, HOMERO COELHO, lotado e com exercício nesta Diretoria, para seguir com destino à cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, transportando a caminhoneta D.K.W. chapa 96.731, para os devidos reparos e legalização de emplacamento, e transportando na sua volta o Jeep chapa 3561-GO, para esta Diretoria.

=====

Nº 150, de 13 de novembro de 1962.-

RESOLVE designar o Mecânico de Motores à Combustão nível 12, WALTER SAMARI PRADO, para seguir com destino à Goiânia, a fim de tratar de assuntos desta Diretoria junto ao SR. [illegible] da [illegible]

Nº 151, de 13 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Operador Radiofônico nível 7, BOANERGES FAGUNDEZ DE OLIVEIRA, para seguir com destino à Goiânia, a fim de efetuar compras relativas à subconsignação 1.3.10, matérias primas, produtos manufaturados ou semimanufaturados, Cr\$750.000,00 - (1a. PARCELA), cujo responsável pela adiantamento é o mesmo funcionário designado.

=====

Nº 152, de 14 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar uma Comissão composta do Chefe da S.A., Senhor LOURIVAL DA MOTA CABRAL, BENEDITO PIMENTEL, MARGARIDA LOPES BRAGA e ALÍSIO CARVALHO, para sob a Presidência do Chefe da S.A., elaborar a parte do regimento do S.P.I., na nova estrutura do Ministério da Agricultura, referente à sua Seção(S.A.), e apresentá-la à Diretoria do S.P.I., dentro do prazo de 15(QUINZE) dias, a partir desta data.

=====

Nº 153, de 14 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar uma Comissão composta dos Snrs. GERALDO PITAGUARI, NILO DE OLIVEIRA VELLOSO, JOSIAS FERREIRA DE MACEDO e AUGUSTO DE SOUZA LEÃO, para sob a Presidência do Primeiro, elaborar a parte do regimento do S.P.I. na nova estrutura do Ministério da Agricultura, referente à (S.E.) e apresentá-la à Diretoria do S.P.I. dentro do prazo de 15(QUINZE) dias, a partir desta data.

=====

Nº 154, de 14 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar uma COMISSÃO composta de Chefe da S.O.A., Sr. LUIZ DE FRANÇA ARAÚJO, WALTER DE OLIVEIRA VELLOSO, BOANERGES FAGUNDEZ DE OLIVEIRA e JOÃO BARRETO DE SOUZA, para sob a Presidência do Chefe da S.O.A., elaborar a parte do regimento do S.P.I., na nova estrutura do Ministério da Agricultura, referente à sua Seção(S.O.A.) e apresentá-la à Diretoria do S.P.I., dentro do prazo de 15(QUINZE) dias, a partir desta data.-

=====

Nº 155, de 14 de novembro de 1 962.-

DESIGNA os servidores WALTER SAMARI PRADO, VITOR QUEIROZ DO NASCIMENTO e ROGÉRIO PINTO DE REZENDE, para receberem o gado adquirido do Sr. MILBURGES LOPES DA SILVA, para o S.P.I., procedendo a respectiva conferência, transportando-o para o P.I. Getúlio Vargas, subordinado a 8a. Inspetoria Regional.

Outrossim, fica a mesma Comissão com poderes especiais para providenciar a desocupação da área de terras pertencentes ao S.P.I., em Campos do Carajá, de intruso ou intrusos que lá estejam localizados.

=====

Nº 156, de 14 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar WALTER DE OLIVEIRA VELLOSO, lotado neste Serviço, para ter exercício na Seção de Orientação e Assistência e em virtude de ter cessado o motivo da Ordem de Serviço Interna nº 101.

= =====

Nº 157, de 19 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar a servidora CREMILDA DE GUIMARÃES CINTRA E SILVA, Escrevente Datilógrafo 7, lotado neste Serviço, e atualmente servindo na Seção de Administração, para ter exercício na Seção de Orientação e Assistência(S.O.A.), nesta Diretoria.

=====

Nº 158, de 19 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o servidor FORTUNATO JOSÉ DE GOES, Servente nível 5, lotado neste Serviço, e presentemente servindo na Seção de Administração(S.A.), para ter exercício no Arquivo, da referida Seção, como Encarregado do mesmo.

=====

Nº 159, A-de 16 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar uma COMISSÃO composta dos Inspetores de Índios, FRANCISCO FURTADO DE MEIRELES e BENEDITO PIMENTEL, do Técnico de Contabilidade LUIZ DE FRANÇA ARAÚJO e da Datilógrafo, MARGARIDA LOPES BRAGA, para sob a presidência do primeiro, elaborar, coordenar e instruir em novas normas e diretrizes das partes do Regimento do S.P.I... com ~ ~ ~ Índios, Lotação

Nº 164, de 3 de dezembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Vigia da NOVACAP, pôsto à disposição do Serviço de Proteção aos Índios, JASON FERNANDES RF18, conforme processo SPI 4565/62, para servir na I.R.5-Campo Grande - Mato Grosso, para onde deverá seguir e apresentar-se ao senhor Chefe da aludida I.R. e posteriormente ser indicado para um dos Postos da mesma.

=====

Nº 165, de 4 de dezembro de 1 962.-

Resolve tornar sem efeito a Ordem de Serviço Interna nº 158, de 19 de novembro do ano corrente, que designou o Servente FORTUNATO JOSÉ DE GÓES, para Encarregado do Arquivo, dêste Serviço.

=====

Nº 166, de 4 de dezembro de 1 962.-

RESOLVE designar D. MARIA LOURENÇA DA SILVA PARANHOS, Escrevente Datilógrafo 7A, lotada neste Serviço, para, na qualidade de Encarregada do Protocolo, superintender todos os serviços do Arquivo, o qual ficará sob sua exclusiva responsabilidade.

=====

Nº 167, de 6 de dezembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. JOSÉ BATISTA FERREIRA FILHO, Agente de Proteção aos Índios 6B, lotado na 6a. Inspetoria Regional, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, para seguir com destino aos Postos Indígenas Gen. Galdino Pimentel e Piebaga, a fim de inspecioná-los.

do Pessoal, Substituições, Métodos de Trabalhos e Competência das D.R. e P.I. , inclusive Disposições Gerais, de acôrdo com a nova estrutura do Ministério da Agricultura, e apresentá-lo à Diretoria do S.P.I., dentro do prazo de 15(quinze) dias, a partir desta data.

=====

Nº 160, de 23 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar NILO OLIVEIRA VELLOZO, Cinetécnico nível 12A, lotado neste Serviço, para nesta Diretoria, em Brasília - D.F., atender aos trabalhos atribuídos à Seção de Estudos, com sede no Rio de Janeiro - Estado da Guanabara, referentes aos processos de terras e museologia.

=====

Nº 161, de 23 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Agente nível B, AMÉRICO ANTUNES DE SIQUEIRA, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente - do Ministério da Agricultura, lotado na 5a. Inspetoria Regional em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, para seguir com destino ao Estado de São Paulo , a fim de internar no Hospital de Clínicas naquele Estado o índio Eduardo Rufim.

=====

Nº 162, de 30 de novembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. GERALDO PITAGUARY, Antropólogo TC - 401-17A, para seguir com destino a cidade de Salvador no Estado da Bahia, a fim de representar o Serviço de Proteção aos Índios, no III Congresso Nacional de Museus, a realizar-se de 6 a 13 de dezembro do corrente ano, naquele Estado.

=====

Nº 163, de 3 de dezembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. JOÃO BARRETO DE SOUZA, Artífice de Manutenção 6B, lotado na Sede dêste Serviço, para seguir com destino à Goiânia, Estado de Goiás, a fim de cumprir determinações desta Diretoria.

=====

Nº 168, de 18 de dezembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Motorista HOMERO COELHO, para seguir com destino ao Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, conduzindo a Caminhoneta -RURAL WILLIS, Chapa 4.070, transportando os membros da Comissão de Inquérito, designada pela Portaria nº 130 de 17 de dezembro de 1 962, visto não haver disponibilidade nas Empresas de Navegação Aérea.

=====

Nº 169, de 18 de dezembro de 1 962.-

RESOLVE determinar que o Pôsto Indígena "Lalima" da IR5 do S.P.I., no município de Miranda - Sul de Mato Grosso, passe a ter o nome de "Senador Felinto Muller", como justa homenagem dêste Serviço, a êsse ilustre brasileiro que, afora relevantes serviços patrióticos que tem prestado à Nação Brasileira, sobressai ainda o seu vivo e sincero empenho em dar as famílias indígenas de nossa Pátria, dias de sossego e felicidade.

=====

Nº 170, de 20 de dezembro de 1 962.-

RESOLVE designar o Sr. DORIVAL PAMPLONA NUNES, CESÁRIO BARBOSA BONFIM e ISMAEL DA SILVA LEITÃO, respectivamente, Inspetor de Índios, P.1801-12A, Professor de Ensino Pré-Primário e Primário, EC-514-11 e Agente de Proteção aos Índios, P.1802-6B, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente do Ministério da Agricultura, lotados neste Serviço, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar irregularidades constantes do processo SPI 1.452/62, imputadas contra o ex Chefe da 8a. Inspetoria Regional, em Goiânia, Estado de Goiás, Inspetor de Índios, P 1.801-14B, IRIDIANO AMARINHO DE OLIVEIRA.

AOS SERVIDORES DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS


Não poderia deixar de dirigir breves palavras aos funcionários desta repartição, neste término de ano que, espontaneamente, vêm colaborando com minha administração, para um fim comum, o bem estar e a felicidade dos silvícolas.

Deixo, aqui, a todos os servidores, principalmente, aos que labutam no interior do Brasil, os meus sinceros votos, de Feliz Natal, e um Ano Novo pleno de felicidade!

Ass. Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho

Diretor do S. P. I.

VISTO:


LUIZ ARAUJO-CHEFE DA SOA.-

Mod. N° 06-01-CI-12

Ministério da Aeronáutica
DIRETORIA DE ENGENHARIA

DÉBITO DE MATERIAL DE CONSUMO

Local 010-1348

N° 49436

Ordem de Serviço N° TERCEIROS Data 3 / 2 / 1958

Classe 59

| Quantid. - | Unidade | N° de estoque | NOMENCLATURA | Quantid. exis- tente após a saída. | Para uso Cont. Indust. | |
|------------|---------|------------------|--------------------|--|------------------------|-------------|
| | | | | | Preço Unitar. | Custo Total |
| 4,00 | MS | | Pilha Bateria 2 | | 17500 | |
| | | | com 304, 600, 1000 | | | |
| | | | R. 6.000, 1000 | | | |
| | | | 7478980/51 | | | |
| | | | bat. MG-10 | | 700 | -✓ |
| | | | 116427 | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |

Autorizado por: [assinatura]

Lançado na ficha de estoque

Entregue por: [assinatura]

na obra, por: _____ Em _____

Recebido por: [assinatura]

na sede, por: _____ Em _____

**

1a. Via branca. Contabilidade Industrial. - 2a. Via amarela. Arquivo do órgão fornecedor. -

3a. Via azul. Arquivo do órgão receptor

[assinatura]
1348
1278

O LEÃO DO GUARABU



No 1689

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 :—: Ilha do Governador

O Sr. Dr. N. S. Sachin Deve

Rua

Rio de Janeiro, 29 de _____ de 1958

[illegible]

NÃO VALE COMO RECIBO

O LEÃO DO GUARABU



No 1820

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 :—: Ilha do Governador

O Sr. W. H. Brown Deve

Rua

Rio de Janeiro de 1 de 1958

| | | |
|---|------------------|-------------|
| 2 | Galdaes Que. 85- | 150 - |
| 1 | Perrite | 140 - |
| 1 | Pinça | 25 - |
| 1 | Pac. Negro 18x30 | 55 - |
| | | <hr/> 370 - |

NÃO VALE COMO RECIBO

NÃO VALE COMO RECIBO

1279

O LEÃO DO GUARABU



Nº 1612

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 :— Ilha do Governador

O Sr. *Coronel Moacir* Deve

Rua

Rio de Janeiro, *24* de *1* de 195 *8*

| | | |
|--------|-------------------|----------|
| 1 | Perfuração 3/4 | 140.00 |
| 1 | ex. moçoio | 110.00 |
| 1 | resisto tubo 3/4 | 140.00 |
| 2 | " qdo. 3/4 1 1/2 | 280.00 |
| 2 | achiladas 3/4 30. | 60.00 |
| 1 | peça 2 mm | 230.00 |
| 1 | q. solda | 150.00 |
| 1 | q. gasolina | 6.00 |
| 17,600 | Chumbo 45. | 787.50 |
| | | 1.903.50 |
| | | 193.50 |
| | | 1.650,00 |

NÃO VALE COMO RECIBO

O LEÃO DO GUARABU



Nº 1445

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 :— Ilha do Governador

O Sr. *Bel Moacir* Deve

Rua

Rio de Janeiro, *24* de *1* de 195 *8*

| | | | |
|---|-----------------|----------|-----|
| 1 | mt Areia galeão | 1.000,00 | for |
| 3 | Galoes 3/4 8- | 24,00 | for |
| 1 | Bata barra | 16,00 | for |
| 1 | mt Pedra Brã | 616,00 | for |
| | | 1.656,00 | |

NÃO VALE COMO RECIBO

1280
1280

010 -00.084,09 DE E

FERRAGENS, MAQUINAS,
FERRAMENTAS MECANICAS,
GRANDE ESTOQUE DE
PARAFUSOS

FERREIRA SEIXAS & CIA. LTDA.

RUA BUENOS AIRES N.º 152
TELS. 23-3550 — 23-2877

Patente de Registro N.º 46.158

Data

NOTA № 142704

Snr.

Endereco

| | | |
|---|---------------------------------|------|
| 2 | Lixa disco FX304 ²⁰⁰ | 8400 |
|---|---------------------------------|------|

8400

NÃO VALE COMO RECIBO

O Funcionário

Os artigos sujeitos ao imposto de consumo pagaram o competente imposto por guias da Alfândega ou das Fábricas, ou estão devidamente selados e rotulados

Qualquer reclamação ou troca de mercadorias só será atendida dentro de 3 dias e com apresentação desta nota

O LEÃO DO GOVERNADOR



N^o 1542

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 :—: Ilha do Governador

O Sr. Col. Moacir Deve

Rua

Rio de Janeiro, 24 de 3 de 1958.

50 Tacos parede
a 3,00

159.00

20 Kg = peso 3/8-
a 18-

360 00

5100

NÃO VALE COMO RECIBO

1282

O LEÃO DO GOVERNADOR

NOTA DE VENDA
(Em 3 Vias)

1.ª VIA



Nº 3930

INSCRIÇÃO N.º 139.768

O ato de vendas e consignações foi pago por verba de acôrdo com o Decreto n.º 13.838 de 5 de Maio de 1958

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 Ilha do Governador

O Snr.

Rua

Rio de Janeiro, 2 de 1958
G. S. B. INSC. 141.344 Rua S. João Lopes, 446 100 B.-50-50-50 1/10/58

7 H. comêdo Br. 7 11900

NÃO VALE COMO RECIBO

1 Derivação $\frac{3}{4}$ x Cel. Boacem

1 Caixa de Passaro DAE x

1 registro de feiro x

2 registros de gaveta $\frac{3}{4}$ x

2 Saida de $\frac{3}{4}$ x

1 Pena Tdrabito 220 x 2 m x

1 Kilo de Saldo x

1 litro de Gasolina x

1 Calar de Tamada Para Dividiti

4 mt chumbo $\frac{3}{4}$ Ref. 16,300

1283

NOTA 1.^a VIA

Nº 7088

Ilmo Snr.

Rua

| | |
|----------|--------|
| no 1 cat | 700.00 |
|----------|--------|

Brochy 9500

| | |
|---------------------|-------|
| For \$ 8 Cement Rec | 30.00 |
|---------------------|-------|

28 N/23/60

Carro Cruz

.....
Não vale como recibo.

no
re

Fre
Lon

Colonel Moaci

2 To Carpenters make the Run

ref Jansen Ferreira W.O.

3 Folhas cr 550100 ctz 2.200,00

4 folhas cr 600000 cr 1200,00

| | | | | |
|---|-------|--------|----|---------|
| 1 | folha | 370,00 | c2 | 1850,00 |
|---|-------|--------|----|---------|

1. Bandeira 92 100/00

Val. Fintura recibida \$ 2000,00 5,350100

Vaf. Tinkuro recebido cr 2,980,00

4980100

370,00

total
aver. $\left(\frac{2}{x} \right) \overline{3,350160}$

$$26 = 3 = 960$$

engano Dr. Lopez Jose Oliveira Lopez

1784

O LEÃO DO GUARABU



№ 1820

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 :—: Ilha do Governador

O Sr. W. H. BOACH Deve

Rua.....

Rio de Janeiro, de 1 de 195

| | | 190 | |
|---|-------------------|-----|---|
| 2 | Galdaes Curc. 85- | 120 | - |
| 1 | Serrate | 140 | - |
| 1 | Binga | 25 | - |
| 1 | Pae Negro 18x30 | 55 | - |
| | | 390 | - |

NÃO VALE COMO RECIBO

NÃO VALE COMO RECIBO

O LEÃO DO GUARABU



№ 1950

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 :—: Ilha do Governador

O Sr. Al Boac Deve

Rua

Rio de Janeiro, 4 de 2 de 1958

[illegible]

NÃO VALE COMO RECIBO

1287

O LEÃO DO GOVERNADOR



Nº 2479

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306. —:— Ilha do Governador

O Sr.

Rua

Rio de Janeiro, 8 de 7 de 1958

| | | |
|--------------|------|-------|
| 1/2 K. solda | 160, | 80,00 |
|--------------|------|-------|

1917

NAO VALE COMO RECIBO

NAO VALE COMO RECIBO

O LEÃO DO GUARABU



No 1908

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 :—: Ilha do Governador

O Sr

Deve

Rua

Rio de Janeiro, 3 de 2 de 195

| | |
|-------------|---------|
| Hoo Cedar 2 | 100, 00 |
|-------------|---------|

NÃO VALE COMO RECIBO

1286

O LEÃO DO GOVERNADOR



№ 1788

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 —:— Ilha do Governador

O Sr

la do Galeão, 306 —:— II

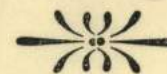
Ru3

Rio de Janeiro, 18 de 6 de 1958.

| | | |
|----------------------|--------------------|------------|
| 3 | Basculante - | 744,00- |
| | q 1.86 | |
| 1 | palha seca - feno. | 10,00 por. |
| | | ← 754,00 |
| Pg 19/7 | | |
| NÃO VALE COMO RECIBO | | |

NAO VALE COMO RECIBO

O LEÃO DO GOVERNADOR



№ 0117

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 :—: Ilha do Governador

O Sr

da do Galeão, 306 :—:

Deve

Rua

Rio de Janeiro, 6 de 2 de 195

[illegible]

NAO VALE COMO RECIBO

NOTA 1.ª VIA

Nº 5819

Ilmo Snr.

Rua

Emel Hoagyn

10 p. Ciment M.

20/12/60

NÃO VALE COMO RECIBO

NOTA 1.ª VIA

Nº 6024

Ilmo Snr.

Rua

Coronel Hoagyn

10 p. Ciment M.

27/12/60

NÃO VALE COMO RECIBO

1288

NOTA 1.^a VIA

Nº 2510

Ilmo Snr.

Rua

Cel Boacir
10 p Cimento

15/9/60

Não vale como recibo.

PREFEITURA MILITAR DE DEODORO
ENTREGA DE MATERIAL

Nº 2448

Em cumprimento a N. E. nº 1014 foi entregue,
hoje, o seguinte material:

| DISCRIMINAÇÃO | Entregue | A Entregar |
|-------------------|----------|------------|
| Pedra brit. n.º 2 | 3.000 | — |
| cel 130x40 | | |
| canon 31-4894 | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |

Em 19 de 9 de 1960

E. SCHEID — 34-3683

Vigilante

1289

LIBERAÇÃO DE MATERIAL

MINISTÉRIO DA GUERRA

1.ª Divisão de Infantaria
C. I. DE GERICINÓ
Sec. Comercial

Guia N.º 26456

Carro N.º

Mot.: - Nome

teira

Comprador:

Snr.

Rua

Bairro

Adquiriu neste campo

pagando à

VISTA

a importância de

pagando à

VISTA

a importância de Cr\$

Em 23 de

de 19

Em 26 de

de 19

Encarregado

Não vale como recibo

C. I. G. - Mod. 4 - 1.ª Via

E. SCHEID - 34-3683

LIBERAÇÃO DE MATERIAL

MINISTÉRIO DA GUERRA

1.ª Divisão de Infantaria
C. I. DE GERICINÓ
Sec. Comercial

Guia N.º 26525

Carro N.º

Mot.: - Nome

Ca. teira

Comprador:

Snr.

Rua

Bairro

Adquiriu neste campo

pagando à

VISTA

a importância de Cr\$

Em 26 de

de 19

Encarregado

Não vale como recibo

C. I. G. - Mod. 4 - 1.ª Via

E. SCHEID - 34-3683

LIBERAÇÃO DE MATERIAL

MINISTÉRIO DA GUERRA

1.ª Divisão de Infantaria
C. I. DE GERICINÓ
Sec. Comercial

Guia N.º 26923

Carro N.º

Mot.: - Nome

Ca. teira

Comprador:

Snr.

Rua

Bairro

Adquiriu neste campo

pagando à

VISTA

a importância de Cr\$

Em 29 de

de 19

Encarregado

Não vale como recibo

C. I. G. - Mod. 4 - 1.ª Via

E. SCHEID - 34-3683

JOAQUIM FERNANDES RAMOS

SUB-EMPREENHEIRO DE
MÃO DE OBRA DE REVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES
LADEIRA DOS TABAJARAS, 562 apt. 2

1291

13910

FÔLHA DE PAGAMENTO

MÊS de Setembro 1956 Semana de 10 a 16/6 a 195

| N.º | NOMES | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | H. | SALÁRIO | TOTAL | I.A.P.I. | TOTAL |
|-----|---------------------|----|----|----|----|----|----|----|----|---------|----------|----------|----------|
| | Manoel Marcelino | | | | | | | | 56 | 2500 | 1.400,00 | | |
| | Semana de 17 a 23/6 | | | | | | | | | | | | |
| | Manoel Marcelino | | | | | | | | 56 | 2500 | 1.400,00 | | |
| | Semana de 24 a 30/6 | | | | | | | | | | | | |
| | Manoel Marcelino | | | | | | | | 56 | 2500 | 1.400,00 | | |
| | Semana de 1 a 7/7 | | | | | | | | | | | | |
| | Manoel Marcelino | | | | | | | | 56 | 2500 | 1.400,00 | | 5.600,00 |
| | Semana de 8 a 14/7 | | | | | | | | | | | | |
| | Sebastião | X | X | X | X | X | X | X | 40 | 2500 | 1.000,00 | | 6.600,00 |

TOTAL DESTA FÔLHA - Cr\$

TOTAL DOS DESCONTOS - Cr\$

Serviço do pedreiro
de 17/6/60 até 8/7/60

Serviço inter 211.41 a 20,00
den 84.228,20

Serviço externo que tratai
o pedreiro dando ele 830,00
a 47,00 por mês ele fez
47,00 den 84.15,70

ele pedreiro trabalhou 2 dias
para a obra den 8528,00

total pago ao pedreiro
na data acima foi de
86.174,90

PREFEITURA MILITAR DE DEODORO Nº 2437
ENTREGA DE MATERIAL

Em cumprimento a N. E. n.º 1000 foi entregue,
hoje, o seguinte material:

| DISCRIMINAÇÃO | Entregue | A Entregar |
|-----------------|----------|------------|
| Para brut n.º 2 | 3.000 | - |
| 1000 | | |
| 1000 | | |
| 1000 | | |
| 1000 | | |
| 1000 | | |
| 1000 | | |
| 1000 | | |
| 1000 | | |
| 1000 | | |

Em 12 de 2 de 1960

E. SCHEID - 34-3683

Virgilio Ferreira

1292
1000

De 16/6 a 14/7 paguem ao Setor 6.600,00
 paguem ao pedreiro em 8/7 tarefa 6.171,90
 pagar ao bombeiro 14/7 500,00
 restante que ficou anterior 7.300
 1334490

Recebido em 16/7 14.000,00
 paguem até essa data 13.344,90
 00655,10

ladura que Vei de
 pa cabana
 callo de 3 metros
 de 2 m
 porta 150 centímetros
 talha 2 m
 de 300 metros
 porta de talha 2 m
 uma barfado do 195

12/1/1960

segunda

DIRETORIA DE OBRAS E FORTIFICAÇÕES
PREFEITURA MILITAR DE DEODORO

NOTA DE ENTREGA

Destinatário

Endereço

| Quantidade | Unidade | DISCRIMINAÇÃO |
|-------------|---------|---------------|
| 3 | m3 | pedra n.º 2 |
| USO INTERNO | | |
| 660,00 | | |

N. F. N.

Deodoro, em

DIRETORIA DE OBRAS E FORTIFICAÇÕES
PREFEITURA MILITAR DE DEODORO

N. E. Nº 1000

— 1.ª Via

NOTA DE ENTREGA

Destinatário

Endereço

| Quantidade | Unidade | DISCRIMINAÇÃO | Unitário | TOTAL |
|-------------|---------|---------------|----------|----------|
| 3 | m3 | pedra n.º 2 | 660,00 | 1.980,00 |
| USO INTERNO | | | | |
| 660,00 | | | | |

N. F. N.

Deodoro, em 12 de 2 de 1950



DÉBITO DE MATERIAL DE CONSUMO

Local CIC 1318 N° 49383Ordem de Serviço N° TERCEIRO Data 7/1 / 195 8 Classe 59

| Quantid. - | Unidade | N° de estoque | NOMENCLATURA | Quantid. existente após a saída. | Para uso Cont. Indust. Preço Unitar. | Custo Total |
|------------|---------|---------------|----------------------|----------------------------------|--------------------------------------|-------------|
| 400 | M3 | | Pedra Brita 3 | | 13400 | |
| | | | com 30% | | | |
| | | | Barro 6 delts | | | |
| | | | Projetos 7478-980/37 | | | |
| | | | caix M.C.-1C | | | |
| | | | 111427 | | 616,00 | |

Autorizado por: Adolpho Amaral Lançado na ficha de estoque

Intregue por: Adolpho Amaral na obra, por: Em

Recebido por: na sede, por: Em

1a. Via branca. Contabilidade Industrial. - 2a. Via amarela. Arquivo do órgão fornecedor. -
3a. Via azul. Arquivo do órgão recebedor

DÉBITO DE MATERIAL DE CONSUMO

Local CIC 1318 N° 49399Ordem de Serviço N° TERCEIRO Data 29/1 / 195 8 Classe 59

| Quantid. - | Unidade | N° de estoque | NOMENCLATURA | Quantid. existente após a saída. | Para uso Cont. Indust. Preço Unitar. | Custo Total |
|------------|---------|---------------|----------------------|----------------------------------|--------------------------------------|-------------|
| 400 | M3 | | Pedra Brita 3 | | 13400 | |
| | | | com 30% | | | |
| | | | Projetos 7478-980/37 | | | |
| | | | caix M.C.-1C 111427 | | | |
| | | | Barro 6 delts | | | |
| | | | | | | 616,00 |

Autorizado por: Adolpho Amaral Lançado na ficha de estoque

Intregue por: Adolpho Amaral na obra, por: Em

Recebido por: na sede, por: Em

1a. Via branca. Contabilidade Industrial. - 2a. Via amarela. Arquivo do órgão fornecedor. -
3a. Via azul. Arquivo do órgão recebedor

PREFEITURA MILITAR DE DEODORO
ENTREGA DE MATERIAL

Em cumprimento a N.º E. n.º 4939 foi entregue,
hoje, o seguinte material:

| DISCRIMINAÇÃO | Entregue | A entregar |
|-----------------------|----------|------------|
| Pedra <i>Medeiros</i> | 2500 | - |
| <i>Cauê 21105</i> | | |

Em 26 de 7 de 1958

E. H. SCHEID - 34-3683

NOTA 1.ª VIA

Nº 2930

Ilmo Snr.

Rua

10 P. Ament =

1/10/60

Não vale como recibo.

1296

- I. Recomenda-se especialmente aos Srs. Correntistas algum em branco, antes das importâncias em algarismos para evitar acréscimos ou adulterações criminosas, a fim de não cumprimento desta recomendação dos Srs. Correntistas e isento o Banco das consequências.
- II. Aos Srs. Correntistas residentes no Interior pede-se, ao Banco, a emissão dos seus títulos.
- III. Usar da tinta para a escrituração dos cheques.
- IV. Escrever os algarismos, letras e palavras com traço.

Nº 641041 SÉRIE-B

DATA 13-2-60

A FAVOR DE

BALANÇO

SALDO ANTERIOR ... CR\$

DEPOSITADO ... CR\$

TOTAL ... CR\$

MENOS ESTE CHEQUE CR\$

SALDO ATUAL ... CR\$

CHEQUE 1

Comércio

Ao BANCO NACIONAL DO COMÉRCIO

SOCIEDADE ANÔNIMA
RIO DE JANEIRO (DF) - BUENOS AIRES, 15

Ao portador, Sr. _____
queiram entregar _____ tal _____ de cheques, que serão por _____ guardados com
o máximo cuidado e toda a segurança e usados exclusivamente por _____ na mo-
vimentação da _____ conta corrente _____ nesse estabelecimento.

Ficar _____ outrossim responsável _____ pela perda e consequente utilização
dêsses cheques, sem nenhuma responsabilidade para o Banco, do uso criminoso
dos mesmos.

de _____ de 19 _____

Enderêço _____

Firma _____

DEP. POPULARES

1297

1394

O LEÃO DO GOVERNADOR



Nº 0279

— Material para cons — Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 : Estrada do Galeão, 306 :—: Ilha do Governador

O Sr. *Coronel* O Sr. *Coronel Moacir* Deve

Rua Rua

Rio de Janeiro, 11 de Rio de Janeiro, 11 de 2 de 195 8

| | | | | |
|---|--------|---|---------------|--------------|
| 1 | Timbre | 3 | Linhas 9/4 9. | 3700 |
| | | 1 | Joelho 12 | 800 |
| | | 1 | Flange 14 | 28.00 |
| | | | | <u>83.00</u> |
| | | | | 60 - |

NAO VALE COMO RECIBO

NAO VALE COMO RECIBO

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 :—: Ilha do Governador

O Sr. *Coronel Moacir* Deve

Rua

Rio de Janeiro, 10 de 2 de 195 8

| | | |
|---|----------|---------------|
| 1 | Colas | 282.00 |
| 1 | Reunira | 58.00 |
| 1 | R. massa | 20.00 |
| | | <u>360.00</u> |
| | | 348 - |

NAO VALE COMO RECIBO

11/11/11 BJA



- Material para constr - Material para construção em Geral -

Estrada do Galeão, 306 :

O Sr. _____

Rua

Rio de Janeiro, 14 de 2

Estrada do Galeão, 306 :—: Ilha do Governador

O Sr. *W. B. Woodcock* Deve

Rua

Rio de Janeiro, 14 de 02 de 1950

1 Baby Im to

S. K. S. K. S. K.

200.00

NAO VALE

NAO VALE

.....
 NAO VALE COMO

NAO VALE COMO RECIBO

— Material para con — Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306

O Sr. 102 1050

Rua _____

Rio de Janeiro, 2 de

Estrada do Galeão, 306 :—: Ilha do Governador

O Sr. Cel. Moacir Deves

Rua

Rio de Janeiro, 14 de _____ de 1958

HI K Ferris

42 n n 3/8

1/2 n frame

NAO VALE COM

| | |
|---|----------------------------|
| 4 | mit Area grandis à 250- |
|---|----------------------------|

$$2 + 14 = 20$$

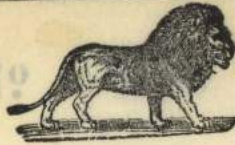
100

Page 1

.....
 NAO VALE COMO RECIBO

1300

O LEÃO DO GOV O LEÃO DO GOVERNADOR



Nº 0832

— Material para construc — Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 :—: Estrada do Galeão, 306 :—: Ilha do Governador
 O Sr. Cel. Moacir O Sr. Brumel Moacir Deve
 Rua _____ Rua _____
 Rio de Janeiro, 12 de 2 de 195 8

| | | |
|---|-------------|-------|
| 5 | mt Anacardi | 12.50 |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |

NÃO VALE COMO RECIBO

| | | | |
|---|-----------|----------|-------------------|
| 3 | R. fumo 4 | 17 | 54.00 |
| 6 | " | 2 1/2 16 | 102.00 |
| | | | 156.00 |
| | | | 146.- |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

NÃO VALE COMO RECIBO

— Material para construc — Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 :—: Estrada do Galeão, 306 :—: Ilha do Governador
 O Sr. Cel. Moacir O Sr. Cel. Moacir Deve
 Rua _____ Rua _____
 Rio de Janeiro, 2 de 2 de 195 8

| | | | |
|----|------------|----|-------------------|
| 6 | manilhas | 2" | 90.00. |
| 2 | curvas | 4" | 124.00. |
| 50 | tacos para | 2" | 48.00. |
| | | | 262.00 |
| | | | 100.- |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

NÃO VALE COMO RECIBO

| | | | |
|----|----------|----|-------------------|
| 10 | manilhas | 4" | 130.00. |
| 10 | " | 2" | 90.00. |
| 4 | curvas | 4" | 124.00. |
| 4 | " | 2" | 48.00. |
| | | | 392.00 |
| | | | 100.- |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

NÃO VALE COMO RECIBO

1301
NADOR



N^o 0344

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306

Ilha do Governador

O Sr. Cel. Mod. C. B.

Deve

Rua


Rio de Janeiro, de

de 1958.

Rio de Janeiro, 2 de

Rio de Janeiro, de

de 1958.

| | | | |
|---|---------------|-----|-----|
| 15 | manilhas 2x1. | 135 | 00- |
| | a 9,00. | 36 | 00- |
| 3 | cunhas a 12- | 171 | 00 |
| | | 160 | 00 |
|  | | | |
| NÃO VALE COMO RECIBO | | | |

NÃO VALE COMO RE

NÃO VALE COMO RECIBO

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306

Ilha do Governador

O Sr. 69 Nootka

Deve

Rea

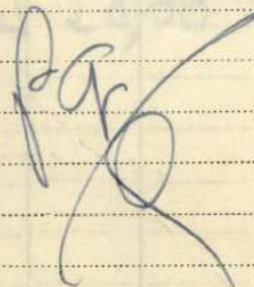
Rio de Janeiro, 6 de

de 195.....

Rio de Janeiro, 7 de

Rio de Janeiro, 6 de

de 195.....

| | | | |
|--|------|--------|--|
| H. mt. Aerea Linn | 200. | 800,00 | |
|  | | | |
| NÃO VALE COMO RECIBO | | | |

NÃO VALE COMO

NÃO VALE COMO RECIBO

O LEÃO DO O LEÃO DO GUARABU



NOTA DE
(Em 3



— Material para construção em Geral —

O posto de vendas e consignações foi r
de 5

— Material para c

Estrada do Galeão, 306

O Snr. *102*

Rua 21

Rio de Janeiro, 31 de

G. S. B. INSC. 141.344 Rua S. João L

Entrada do Galeão, 306 :—: Ilha do Governador

O Sr. _____ Deve

Rua 03

Rio de Janeiro, 23 de 12 de 195

| | | | |
|---|------------|----------|--------|
| 2 | Pac-Pregos | 18 of 19 | 100,00 |
|---|------------|----------|--------|

.....
 NAO VALE COMO RECIBO

NÃO VALE COMO RECIBO

para construção em Geral -

Estrada do Galeão, 306

O Snr. *Colonel*

Rua

Rio de Janeiro, 27 de

G. S. B. INSC. 141.344 Rua S. João L

Estrada do Galeão, 306 —:— Ilha do Governador

O Snr. *Barone/Modell*

Rua

Rio de Janeiro, 2 de de 1953 1/10/53

G. S. B. INSC. 141.344 Rua S. João Lopes, 446 100 B.-50-60-50 1/10/88

10 K. Ernst 1000. 70,00

.....
NÃO VALE COMO RECIBO

NÃO VALE COMO

O LEÃO DO GOVERNADOR

1304



1ª VLT



INSCRIÇÃO N.º



Nº 1196

— Material para cons

Estrada do Galeão, 306

O Sr.

Rua

Rio de Janeiro, de

G. S. B. INSC. 114.830 Rua S. João Lopes, 446

1 Cadeado

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306 :—: Ilha do Governador

O Sr. Deve

Rua

Rio de Janeiro, de de 195

| | | |
|---|-------------|-------|
| 1 | para favela | 85,00 |
| 3 | L. liza 4- | 12- |
| | | 97- |

NÃO VALE COMO RECIBO

NÃO VALE COMO RECIBO

— Material para

Estrada do Galeão, 306

O Sr.

Rua

Rio de Janeiro, de

2 mil. Aru

O Sr. Deve

Rua

Rio de Janeiro, de de 195

| | | |
|---|-------------------|-------|
| 2 | 12g = prauze a 35 | 70,00 |
| | | 60- |

NÃO VALE COMO RECIBO

NÃO VALE COMO RECIBO

O LEÃO DO GOVERNO

O LEÃO DO GOVERNADOR

NOTA DE VENDA
(Em 3 Vias)



Nº

INSCRIÇÃO N.º 139.768

O posto de vendas e consignações foi pago por verba de acordo de 5 de Maio de 1958

— Material para construção

Estrada do Galeão, 306

Ilha

O Sr.

Rua

Rio de Janeiro, 16 de 12

G. S. B. INSC. 141.344 Rua S. João Lopes, 446 100 B-50-50

1 Valvula para

1 Joelho 1/2

Redução
1 sifão

NÃO VALE COMO RECIBO

NOTA DE VENDA
(Em 3 Vias)



Nº

3986

INSCRIÇÃO N.º 139.768

O posto de vendas e consignações foi pago por verba de acordo com o Decreto n.º 13.883 de 5 de Maio de 1958

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306

Ilha do Governador

O Sr.

Rua

Rio de Janeiro, 27 de 12

G. S. B. INSC. 141.344 Rua S. João Lopes, 446 100 B-50-50-50

de 1958

1/10/58

3 peças N.º 27 1/2 30,00
H. Linnert 1300
12,00
42,00

NÃO VALE COMO RECIBO

— Material para construção

Estrada do Galeão, 306

O Sr.

Rua

Rio de Janeiro, 21 de

1 saca cimento

1 K. Cimento

NÃO VALE COMO RECIBO

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306

Ilha do Governador

O Sr.

Rua

Rio de Janeiro, 15 de 12

G. S. B. INSC. 141.344 Rua S. João Lopes, 446 100 B-50-50-50

de 1958

1/10/58

8 unhas 2" 88,00.
2 unhas 1 1/2" 30,00.
118,00

NÃO VALE COMO RECIBO

O LEÃO DO GOVERNADOR



Nº 1149

DO GOVERNADOR



Nº 391

1306

391

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306

Ilha do Governador

O Sr.

Rua

Rio de Janeiro, 31 de

de

maio

de 1958

— Devolução —

1030 mt cimento 3/4 44,- 453,00

Nul Pg

NÃO VALE COMO RECIBO

para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306

Ilha do Governador

O Sr.

Rua

Rio de Janeiro, 31 de

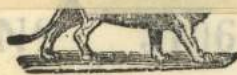
de

maio

de 1958

| | |
|--------------|-----------------|
| reparação | 800,00 |
| terra finta | 920,00 |
| " finta | 453,00 |
| prego 1850 | 70,00 |
| " 1850 | 90,00 |
| for | 15,00 |
| Total | 2.348,00 |

VALE COMO RECIBO



Nº 2807

— Material para construção em Geral —

Estrada do Galeão, 306

Estrada do Galeão, 306

Ilha do Governador

O Sr.

O Sr.

Deve

Rua

Rua

Rio de Janeiro, 17 de

de

4

Rio de Janeiro, 2 de

de

4

de 1958

3 K Cuf 3

4 K mt areia 220- 990 -

Pg

Pg

NÃO VALE COMO RECIBO

NÃO VALE COMO RECIBO

CIMENTO RIO BRANCO

Valôr.....2.346,40

Recebemos da Firma

x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x

de (DOIS MIL TREZENTOS E QUARENTA E SEIS CRUZ E QUARENTA GTVS.)

correspondente ao seu pagamento das mercadorias constantes de n/

nóta(s) fiscal(is) nr.(s).....1497.....série....."A".....desta data.

São Paulo, 19 de Fevereiro de 1960

Selado c/ Cr.\$ 3,00

PREGOS



PRIMUS

MA. DE CEMENTO PORTLAND RIO BRANCO

100 Bloeos 50x3-3/59-G. Primus-O. 6054

ENTREGA DE MATERIAL

Em cumprimento a N.º 4737 for entregue o seguinte material: *Paulo Jacariz Coelho*

DISCRIMINAÇÃO

Entregue

A entregar

John C. ...

2500

1

9/1/05

26 de 7 de 195

E. H. SCHEID - 34-3683



1.ª VIA

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL

DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES

EXERCÍCIO DE 195 8

GUIA N.º 49 -

73151 *

EMOLUMENTOS DIVERSOS

OBRAS

Processo N.º 7478980/57

VISTO
Vinte nove de janeiro de 1958
Em 1/1/58

NOME MOACYR RIBEIRO COELHO

LOGRADOURO rua JUSTO JANSEN FERREIRA 111

ESPÉCIE DA LICENÇA Construção de prédio residencial de um pavimento.

16.º DISTRITO 16-DD

ÁREA TOTAL DOS PISOS:-

N.º E ASSUNTO DO ALVARÁ INICIAL

N.º DE PAVIMENTOS

N.º DE APARTAMENTOS

PRazo quatro meses

A PARTIR DE 2.1.58

E A TERMINAR EM 2.5.58

EMOLUMENTOS

TAXA FIXA

100,00 x 4

Cr\$. 400,00

NUMERAÇÃO

RAMPAMENTO

MODIFICAÇÃO DE PRÉDIO

MODIFICAÇÃO DE PROJETO

MODIFICAÇÃO DE FACHADA

REFORMA

CONSERTOS

SUPERFÍCIE

160,00m²

x 0,40 x

catagoria fiscal

Cr\$. 256,00

DIVERSOS

SOMA

Cr\$ 656,00

TAXA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

10%

Cr\$ 65,60

TOTAL

Cr\$ 721,60

IMPORTÂNCIA A PAGAR Setecentos e vinte e um cruzeiros e sessenta centavos

C.R. Nascimento 13.959

C. 12 L.
MAT. 6725
DÉLCIO MUNIZ

O recibo só é válido pela quantia impressa a máquina registradora e quando passado nos guichets do Departamento do Tesouro.

DEPARTAMENTO DO TESOIRO-DTS

RECIBO

Data 29 JAN 58

N.º do Recibo

Importância

Cr\$

Recebi

Fiel do Tesouro

COMPANHIA IMOBILIÁRIA SANTA CRUZ

JARDIM GUANABARA — ILHA DO GOVERNADOR

Praça Jerusalem, 180 — Tel. 67 e 239 — Ilha do Governador

Avenida Graça Aranha, 182 - 3.º — Tel. 22-5111 — Rio de Janeiro

TÍTULO DE PROPRIEDADE E PLANTA GERAL ARQUIVADA NO 1º OFÍCIO DE REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS, COM O MEMORIAL Nº 14 EM OBEDIÊNCIA DO DECRETO LEI Nº 58 DE 10 DE DEZEMBRO DE 1937.

CONTRATO Nº 3975

LOTE Nº 17

QUADRA Nº 63

CONTRATO de compromisso de compra e venda, que entre si fazem, como PROMITENTE VENDEDORA a COMPANHIA IMOBILIÁRIA SANTA CRUZ, e como PROMITENTE COMPRADOR, o Sr. MOACYR RIBEIRO COELHO, brasileiro, casado, Oficial do Exército, residente à Rua José Hygino 76 aptº 201 - Tijuca, nesta Capital.

relativo ao lote de terreno nº 17 da Quadra nº 63 da planta de loteamento do JARDIM GUANABARA, de propriedade da COMPANHIA IMOBILIÁRIA SANTA CRUZ, (Havido em maior porção do Coronel Elias Antônio de Moraes, pela escritura pública de 27 de fevereiro de 1903, em notas do 2º Tabelião desta Capital (L. 419 fls. 140-V) Registrada no 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis (L. 3N fls. 343) sob o número de ordem 29.964, em 19 de março de 1903, com as seguintes dimensões e confrontações: Medo de frente 13,00m - Nos fundos 17,50m - Do lado direito 36,00m - Do lado esquerdo 25,10m - Faz frente para a rua Justo Jansen Ferreira - Confronta do lado direito com o lote 18 - Do lado esquerdo com o lote 16 - Nos fundos com o lote 15, todos da mesma quadra - Área 395,00 m2.

Mediante as seguintes cláusulas e condições a que expressamente se obrigam a cumprir:

PRIMEIRA: — O preço da venda é de Cr\$319.200,00 (Trezentos e dezenove mil e duzentos cruzeiros) que será pago no prazo de 6 anos 11 meses, a contar da data da assinatura do presente Contrato, em 83 prestações mensais de Cr\$3.800,00 (Três mil e oitocentos cruzeiros) sendo prestações iniciais de Cr\$ cada uma, e restantes, de Cr\$ cada uma, pagas nos escritórios da Promitente Vendedora, independente de aviso, o mais tardar, dez dias após o vencimento. O Promitente-comprador ficará obrigado, no ato da compra, a pagar como sinal e princípio de pagamento, a quantia de Cr\$3.800,00 (Três mil e oitocentos cruzeiros).

SEGUNDA: — Vencida e não paga qualquer das prestações deste Contrato, ficará a mesma sujeita aos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 3 e 4 abaixo referidas.

TERCEIRA: — Vencidas e não pagas duas (2) prestações consecutivas, será o comprador intimado, pela forma estabelecida no Art. 14 do Decreto Lei Nº 58 de 10 de dezembro de 1937, a pagá-las com os respectivos juros, e, não o fazendo, dentro de 30 dias, ficará rescindido de pleno direito este Contrato, perdendo o Promitente-comprador, por força dessa rescisão, o que houver pago, se não preferir, a bem dos seus interesses, efetuar a outrem, a transferência dos seus direitos e obrigações sobre este Contrato.

QUARTA: — O recebimento, pela Vendedora, de qualquer das prestações em atraso, com seus juros de mora, não importará em novação ou alteração do presente Contrato, nem poderá ser invocado para justificar o retardamento no pagamento de outras prestações, ou para excluir a rescisão por nova mora.

QUINTA: — O Comprador poderá desde já fazer benfeitorias no lote objeto do presente Contrato, mediante prévia licença da Prefeitura do Distrito Federal.

SEXTA: — Ao Comprador incumbe, a partir desta data, o pagamento de todos os impostos e taxas que incidem ou venham a incidir sobre o lote de terreno objeto deste Contrato, o qual se acha livre e desembaraçado de qualquer servidão ativa ou passiva, bem como de qualquer ônus reais ou restrições ao direito de propriedade.

SÉTIMA: — Qualquer diferença para mais ou para menos encontrada, eventualmente, na área do lote ora compromissado, apurada na ocasião de ser lavrada a escritura de transmissão, será compensada em dinheiro pelas partes contratantes, no valor do metro quadrado estipulado neste Contrato, ou na proporção do preço total ajustado.

OITAVA: — Caso a promitente Vendedora tenha de recorrer aos meios judiciais para a cobrança de débitos vencidos ou para a rescisão deste Contrato, pagar-lhe-á o Promitente-comprador, a título de cláusula penal, a multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor do débito, sem prejuízo do disposto na cláusula 3 deste Contrato.

NONA: — O Promitente-comprador poderá exercer desde logo a posse do lote ajustado neste Contrato, e, ao terminar o pagamento das prestações, receberá a escritura definitiva, cabendo-lhe o processamento dos papéis na Prefeitura e nas demais repartições ou cartórios de registros públicos, correndo por sua conta o imposto de transmissão e todas as despesas de escritura e provas de quitação dos impostos e taxas a que se obrigou pela cláusula 6 deste Contrato.

DÉCIMA: — Deverá o comprador, ao ter de construir no lote objeto deste Contrato, antes ou mesmo depois de obtida a escritura definitiva, ouvir a Vendedora sobre a localização de seu lote, não se responsabilizando a mesma, em caso contrário, pelos erros ou enganos dos construtores quanto à perfeita posição do terreno.

DÉCIMA PRIMEIRA: — Convém que, para conservação da estética e bom-gosto mantidas nas construções do JARDIM GUANABARA, procure o Promitente comprador ouvir a Vendedora sobre o projeto a ser aprovado pela Prefeitura.

E POR ESTAREM ASSIM JUSTOS E CONTRATADOS, assinam o presente, devidamente selado, em duas vias de igual teor e forma, em presença das testemunhas abaixo indicadas.

Rio de Janeiro, 25 de novembro 1957

VENDEDORA

COMPRADOR

TESTEMUNHAS:

NOME:

Enderêço:

NOME:

Enderêço:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
RECEBEDORIA DO DISTRITO
SEÇÃO DE PREPARO DA ARRECADAÇÃO
TURMA DE VERIFICAÇÃO

Este documento no valor de Cr\$ 349,00
DEVE ser pago, pela Verba nº 154, de
Cinco mil, setecentos e cinco reais por
R. D. F. 26/7
E. 2
TAXA

CA única prova do pagamento é o conhecimento da receita

7682-8C-209

7. REGISTRO DE IMOVEIS
D. IBANEZ VERNEY
OFICIAL
LUIZ DO AMARAL GARCIA
SUBSTITUTO

REGISTRO DE IMOVEIS
OFICIO
DISTRITO FEDERAL

Numero 47716
Folhas 21v. Protocolo TF

Apresentado em 27 de Novembro de 1957
Arboredo no L.º 80 n.º 4072 fls. 30

1310
[Handwritten signature]



14.º OFÍCIO DE NOTAS RECORHEÇO A FIRMA *[Handwritten signature]*
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
 RIO DE JANEIRO, D.F. 26 DE *[Handwritten date]* DE 1957
 EM TESTEMUNHO DA VERDADE
[Handwritten signature]

UNDA
 O FEDERAL
 DADÃO (S. P. A.)
 O (T. V.)
 200,00
 1.735,00
 e trinta
 11/1957
 Santos
 (mecanicamente)

Recebedoria do Distrito Federal
 S. P. A.
 Turma de Verificação
 26/11/57
[Handwritten signature]

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL


 REGISTRO GERAL DE IMOVEIS
 7.º OFÍCIO DA CAPITAL FEDERAL

 1311
 7.º REGISTRO DE IMOVEIS
 D. IBANEZ VERNEY
 OFICIAL
 DO AMARAL GARCIA
 SUBSTITUTO

I B A N E Z V E R N E Y
 oficial do
 7.º Ofício do Registro Geral de Imóveis, da Capital
 Federal.

CERTIFICA que à fls.30 do livro Auxiliar 8 D, foi averbado hoje sob -
 numero 4.072 à inscrição numero 14 do MEMORIAL feito pela COMPANHIA SANTA --
 CRUZ, antecessora da COMPANHIA IMOBILIARIA SANTA CRUZ, em cumprimento ao de-
 creto Lei 58 de 10 de Dezembro de 1937, o Contrato Particular numero 3.975,-
 datado de 25 de Novembro de 1957, pelo qual e sob as condições dele constan-
 tes a dita COMPANHIA prometeu vender a MOACYR RIBEIRO COELHO, brasileiro, ca-
 sado, Oficial do Exercito, residente nesta cidade, o terreno à rua Justo Jan-
 sen Ferreira, designado por lote 17 da quadra 63, no Jardim Guanabara, na I-
 lha do Governador, pelo preço de Cr\$319.200,00 por conta do qual foi pago co-
 mo sinal e principio de pagamento a importancia de Cr\$3.800,00, ficando o --
 restante para ser pago no praso de 6 anos e 11 meses, a contar da data do con-
 trato por meio de 83 prestações mensais de Cr\$3.800,00 cada uma. O terreno que
 tem a area de 395,00ms² mede 13,00ms de frente, 17,50ms nos fundos, 36,00ms do
 lado direito e 25,10ms do lado esquerdo, confrontando na frente com a rua Jus-
 to Jansen Ferreira, do lado direito com o lote 18, do lado esquerdo com o lote
 16 e nos fundos com o lote 15, todos da mesma quadra. O referido é verdade, do
 que dou fé. Rio de Janeiro, 27 de Novembro de 1957. O Oficial: Ibanez Verney

Envolpes:
 400,00
 (quatrocentos e
 sessenta e sete
 cruzeiros)



| MARCA | N.º | QUANT. | ESPÉCIES |
|-------|-----|--------|----------|
|-------|-----|--------|----------|

COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND RIO BRANCO

SÉDE: RUA JOÃO NEGRÃO, 1325
FONE, 4-0322 - CAIXA POSTAL, 804
END. TELEG. "RIOBRANCO"
CURITIBA - PARANÁ

Inscrição N.º 419.864

PRODUTOS TRIBUTADOS

A COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND RIO BRANCO,
cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com Patente

Firma: **JOS. E AGRELLI**

Endereço: **Rua Roosevelt**

Consignatário:

Natureza da Operação:

Condições: **A Dinheiro**

| QUANTIDADE | UNIDADE | DESCRIÇÃO DAS MERCADORIAS |
|------------|---------|---------------------------|
| 10 | Sacos | com Cimento Portland RIO |

NÃO VALE COMO RECIBO

| As mercadorias acima seguem nos seguintes volumes: | | | |
|--|--------|--------|---------|
| Marca | Número | Quant. | Espécie |
| | | 10 | SACOS |

Conhecimento N.º
Consignação N.º

As mercadorias viajam por conta **Arthur** comprador.
Não serão aceitas reclamações após 24 horas da entrega.
A Fatura e Duplicata serão emitidas pelo nosso Escritório Central.
Esta Nota está sujeita a correção a qualquer tempo.

Observações:

G. Primus - R. Souza Lima, 100/104 - S. Paulo - Insc. 372.578 - 500 t/s. 10x7 num. de 1.601 a 6.000 - 1

SR. CORONEL MOACIR

Sua conta de 1960.....Cr\$- 79.627,00
Sua conta de 1961..... 5.533,00
TOTAL..... Cr\$- 85.160,00

GOVERNADOR



RUÇÃO

Ilha do Governador

de 1961

Deve(m)

DE SOUZA

Fatura N.

| Importância de nota nº | |
|------------------------|------|
| 5/1/61 | 6432 |
| 9/2 | 6562 |
| 8/1 | 6603 |
| 9/1 | 6715 |
| 10/1 | 6737 |
| 12/1 | 6632 |
| 12/1 | 6841 |
| 16/1 | 6921 |
| 24/1 | 7288 |
| 25/1 | 7330 |
| 28/1 | 7448 |

TOTAL..... Cr\$- 5.533,00

PÔSTO



O LEÃO DO GOVERNADOR



TUDO PARA CONSTRUÇÃO

Estrada do Galeão, 306

-:-

Ilha do Governador

Rio de Janeiro, de de 19

Snr. (s) CEL MOACIR

Rua Deve(m)

AMÉRICO TORRES DE SOUZA

Fatura N.

| | TRANSPORTE.....Cr\$- | |
|--------|--------------------------------|-------------|
| 11/06 | Valor de sua compra nesta data | 10.695,00 |
| 4/06 | Importância de nota nº S/N | 3.600,00 ✓ |
| 21/08 | Valor de sua compra nesta data | 694,00 |
| 28/08 | Importância de nota nº 1748 | 140,00 ✓ |
| 28/6 8 | " " " " 1749 | 4.396,00 ✓ |
| 13/09 | " " " " 2281 | 871,00 ✓ |
| 14/09 | " " " " 2352 | 170,00 ✓ |
| 19/09 | Valor de sua compra nesta data | 18,00 ✓ |
| 23/09 | Importância de nota nº 2685 | 2.470,00 ✓ |
| 24/09 | " " " " 2701 | 300,00 ✓ |
| 4/10 | Valor de sua compra nesta data | 4.375,00 ✓ |
| 7/10 | Importância de nota nº 3143 | 310,00 ✓ |
| 8/10 | " " " " 3224 | 290,00 ✓ |
| 13/10 | " " " " 3399 | 1.502,00 ✓ |
| 13/10 | " " " " 3409 | 6,00 ✓ |
| 14/10 | " " " " 3486 | 2.808,00 ✓ |
| 15/10 | " " " " 3556 | 5.913,00 ✓ |
| 15/10 | " " " " 3563 | 1.324,00 ✓ |
| 18/10 | Valor de sua compra nesta data | 40,00 ✓ |
| 19/10 | Importância de nota nº 3709 | 280,00 ✓ |
| 24/10 | " " " " 4019 | 108,00 ✓ |
| 5/11 | " " " " 3984 | 20,00 ✓ |
| 28/11 | Valor de sua compra nesta data | 177,00 ✓ |
| 28/11 | " " " " " " | 320,00 ✓ |
| 29/11 | Importância de nota nº 5139 | 294,00 ✓ |
| | | 23.844,00 ✓ |
| | | 64.965,00 |

Cont

1314



TUDO PARA CONSTRUÇÃO
O LEÃO DO GOVERNADOR



O LEÃO DO GOVERNADOR



TUDO PARA CONSTRUÇÃO

Estrada do Galeão, 306 — — Ilha do Governador

Rio de Janeiro, de de 19.

Snr. (s) Cel. MOACIR

Rua Deve(m)

AMÉRICO TORRES DE SOUZA

Fatura N.

| | | | | |
|-------|--------------------------------|-------|-----------|---|
| | TRANSPORTE:..... | Cr\$- | 64.965,00 | |
| 2/12 | Importância de nota nº 5325 | | 2.214,00 | |
| 2/12 | " " " " 5350 | | 6.300,00 | |
| 3/12 | " " " " 5190 | | 2.250,00 | ✓ |
| 5/12 | Valor de sua compra nesta data | | 900,00 | ✓ |
| 6/26 | Importância de nota nº 5433 | | 68,00 | ✓ |
| 7/12 | " " " " 5508 | | 32,00 | ✓ |
| 8/12 | Troux " 50 " " " 5519 | | 25,00 | |
| 8/12 | Levou " 10 " " " 5527 | | 1.820,00 | |
| 9/12 | " " 10 " " " 5497 | | 116,00 | ✓ |
| 12/12 | " " " " 5618 | | 35,00 | ✓ |
| 15/12 | " " " " 7088 | | 825,00 | ✓ |
| 20/12 | Valor de sua compra nesta data | | 32,00 | ✓ |
| 21/12 | Importância de nota nº 5852 | | 2.232,00 | ✓ |
| 22/12 | " " " " 5910 | | 990,00 | ✓ |
| 22/12 | " " " " 5911 | | 200,00 | ✓ |
| 23/12 | " " " " 5926 | | 656,00 | ✓ |
| 23/12 | " " " " 5930 | | 211,00 | ✓ |
| 23/12 | Valor de sua compra nesta data | | 1.218,00 | ✓ |
| 27/12 | Importância de nota nº 5993 | | 48,00 | |
| 27/12 | " " " " 6032 | | 260,00 | ✓ |
| 29/12 | " " " " 6119 | | 70,00 | ✓ |
| 30/12 | " " " " 6149 | | 296,00 | ✓ |
| 30/12 | " " " " 6154 | | 370,00 | ✓ |
| | TOTAL:.....Cr\$- | | 86.133,00 | |



O LEÃO DO GOVERNADOR



TUDO PARA CONSTRUÇÃO

Estrada do Galeão, 306

Ilha do Governador

Rio de Janeiro, de

de 19

Sr. (s) Col. MOACIR

Deve(m)

Rua

AMÉRICO TORRES DE SOUZA

Fatura N.

| | | | |
|----------|----------------------|-------|-------------|
| | TRANSPORTE:..... | Cr\$- | 86. 133,00 |
| 2/12/60 | DEVOLUÇÃO | | 195,00 |
| 15/12/60 | DEVOLUÇÃO | | 1. 131,00 ✓ |
| | | | 84. 807,00 |
| 13/07/60 | RÉC. POR CONTA | | 5. 000,00 |
| | | | 79. 807,00 |
| | T O T A L:.....Cr\$- | | |

Liquidada 11/3/61 Américo Torres de Souza

| | | | |
|---------------|-----------------|---------------|-----------|
| C I M E N T O | | | |
| 20/04/60 | Levou 4 sacos | LEVOU:..... | 117 |
| 27/04 | " 6 " | TROUXE:..... | 100 |
| 8/06 | Trouxe 50 sacos | | 017 |
| 9/06 | Levou 10 " | D E V E:..... | 17 sacos. |
| 20/06 | " 10 " | | |
| 6/07 | " 13 " | | |
| 27/08 | Trouxe 50 " | | |
| 15/09 | Levou 10 " | | |
| 1/10 | " 10 " | | |
| 18/10 | " 10 " | | |
| 2/12 | " 30 " | | |
| 20/12 | " 10 " | | |
| 27/12 | " 4 " | | |

1314

MINISTÉRIO DA GUERRA

D.M.M.=D.C.M.M.=S.C.L.

TALÃO DE ENTREGA Nº- 572

1315
[Signature]

UNIDADE= CEL. MOACYR COELHO

DOCUMENTO=

Referência:-

| PRODUTOS | LITROS | QUILOS | OBs. |
|------------------|--------|--------|---------------------------------|
| O.M.-30 - R.P.M. | 100 | | Ind. á Cr\$. - 32,00 o LITRO |

RECEBEU EM ESPÉCIE EM 16 DE NOVENBERO DE 1959

RC Santos Cap

RECEBI O PRODUTO ACIMA EM 16 DE NOVENBERO DE 1959

[Signature]
Vau cep

C O N T R A T O

1316
[Signature]

Contrato da colocação de: azuleijos, mozáicos, cerâmica,
cácos e etc.

T A B E L A

| | | | |
|---------------------------|-------|----------|---------|
| Azuleijos | Cr.\$ | 120,00 | o metro |
| Azuleijos de côr | Cr.\$ | 160,00 | " |
| Saboneteira e porta papel | Cr.\$ | 40,00 | " |
| Calhas e terminação | Cr.\$ | 40,00 | " |
| Tácos | Cr.\$ | 65,00 | " |
| Mozáicos | Cr.\$ | 180,00 | " |
| Ladrilho | Cr.\$ | 60,00 | " |
| Sapatinha | Cr.\$ | 20,00 | " |
| Cáco de cerâmica | Cr.\$ | 160,00 | " |
| Pia | Cr.\$ | 700,00 | " |
| Tanque | Cr.\$ | 1.000,00 | |
| Porta toalha | Cr.\$ | 40,00 | |

O pagamento será efetuado na entrega do serviço

Euclides Rodrigues da Silva

PEDRO FAUSTINO DE S.  EUCLIDES RODRIGUES

O e do João F. de S. Silva

JOAQUIM FERNANDES RAMOS

SUB-EMPREENHEIRO DE
MÃO DE OBRA DE REVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES
LADEIRA DOS TABAJARAS, 562 apt. 2

32 24 1318
32 31
64 120
96 12
1024 84

FÔLHA DE PAGAMENTO

MÊS de Abril 1960

Semana de 1 a 7 1960

| N.º | NOMES | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | H. | SALÁRIO | TOTAL | I.A.P.I. | TOTAL |
|-----|--------------------|---|---|---|---|---|---|---|----|---------|---------|----------|-------|
| | Namude | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 56 | 2500 | 140000 | | |
| | João | X | X | X | 8 | 8 | 8 | 8 | 32 | 3200 | 102400 | | |
| | Ezequiel | X | X | X | X | 8 | 8 | 8 | 24 | 3500 | 84000 | | |
| | | | | | | | | | | | 3.26400 | | |
| | Semana de 8 a 14/4 | | | | | | | | | | | | |
| | Ezequiel | 8 | 8 | - | - | - | - | - | 16 | 3500 | 56000 | | |
| | | | | | | | | | | | 3.82400 | | |

TOTAL DESTA FÔLHA - Cr\$

TOTAL DOS DESCONTOS - Cr\$

SUB-EMPREITEIRO DE
MÃO DE OBRA DE REVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES
LADEIRA DOS TABAJARAS, 562 apt. 2

MÈS de

195/0

Semana de

8

195

TOTAL DESTA FOLHA - Cr\$

TOTAL DOS DESCONTOS - Cr\$

JOAQUIM FERNANDES RAMOS

SUB-EMPREENHEIRO DE
MÃO DE OBRA DE REVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES
LADEIRA DOS TABAJARAS, 562 apt. 2

1320
[Signature]

FÔLHA DE PAGAMENTO

MÊS de *Jul* 195

Semana de *15* a *21* 1950

| N.º | NOMES | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | H. | SALÁRIO | TOTAL | I.A.P.I. | TOTAL |
|-----|----------------------------|----|----|----|----|----|----|----|----|---------|--------|----------|-------|
| | <i>Ezequiel</i> | X | X | X | X | 8 | 8 | X | 16 | 3500 | 56000 | | |
| | <i>Semana de 22 a 28/7</i> | | | | | | | | | | | | |
| | | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | | | | | |
| | <i>Ezequiel</i> | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 56 | 3500 | 196000 | | |
| | <i>Silvestre</i> | X | X | X | X | X | 8 | 8 | 16 | 2500 | 40000 | | |
| | <i>Silvestre</i> | | | | | | | | 8 | 2500 | 20000 | | |
| | | | | | | | | | | | 256000 | | |

TOTAL DESTA FÔLHA - Cr\$

TOTAL DOS DESCONTOS - Cr\$

JOAQUIM FERNANDES RAMOS

SUB-EMPREENHEIRO DE
MÃO DE OBRA DE REVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES
LADEIRA DOS TABAJARAS, 562 apt. 2

1321

[Handwritten signature]

FÓLHA DE PAGAMENTO

MÊS de Dezembro 1956

Semana de 12 a 18 1956

| N.º | NOMES | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | H. | SALÁRIO | TOTAL | I.A.P.I. | TOTAL |
|-----|-------------|----|----|----|----|----|----|----|----|---------|--------|----------|-------|
| | A. Ezequiel | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 56 | 3500 | 196000 | | |
| | M. M. de | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 56 | 2500 | 140000 | | |
| | J. J. J. | 1 | 1 | 1 | 8 | 8 | 8 | 8 | 32 | 2500 | 80000 | | |
| | | | | | | | | | | | 416000 | | |
| | paga a.º | | | | | | | | | | | | |
| | de dia | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | | | | | |
| | J. J. J. | 8 | 8 | | | | | | 16 | 2500 | 40000 | | |
| | | | | | | | | | | | 456000 | | |

TOTAL DESTA FÓLHA - Cr\$

TOTAL DOS DESCONTOS - Cr\$

JOAQUIM FERNANDES RAMOS

SUB-EMPREENHEIRO DE
MÃO DE OBRA DE REVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES
LADEIRA DOS TABAJARAS, 562 apt. 2

1322

[Signature]

FÔLHA DE PAGAMENTO

MÊS de *Maio* 195*60*

Semana de *29* a *5* 195

| N.º | NOMES | 29 | 30 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | H. | SALÁRIO | TOTAL | I.A.P.I. | TOTAL |
|-----|-----------------------|----|----|----|----|----|----|----|----|---------|-----------------|----------|-----------|
| | <i>Semana</i> | | | | | | | | | | | | |
| | <i>Ezequiel</i> | 8 | 8 | X | X | X | X | X | 16 | 3500 | 560,00 | | |
| | <i>Semana</i> | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | | | | | |
| | <i>Manoel Machado</i> | X | X | X | X | X | X | X | 8 | 2500 | 200,00 | | |
| | <i>Semana</i> | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | | | | | |
| | <i>Manoel Machado</i> | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 56 | 2500 | 1400,00 | | |
| | | | | | | | | | | | <i>2.160,00</i> | | <i>69</i> |
| | <i>Semana</i> | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 1 | 2 | | | | | |
| | <i>Manoel Machado</i> | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 56 | 2500 | 1400,00 | | |
| | <i>Semana</i> | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | | | | | |
| | <i>Manoel Machado</i> | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 56 | 2500 | 1400,00 | | |

TOTAL DESTA FÔLHA - Cr\$

TOTAL DOS DESCONTOS - Cr\$

SUB-EMPREITEIRO DE
MÃO DE OBRA DE REVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES
LADEIRA DOS TABAJARAS, 562 apt. 2

13 23

100

Ilma D. Gonsalves

Semana de 5 a

MÈS de *feverer* 195

Semana de 2 a 11 1950

TOTAL DESTA FOLHA - Cr\$

TOTAL DOS DESCONTOS - Cr\$

1324



Ilha do Governador 60
Semana de 29 a 4 195

Semana de 29 a 4 195

TOTAL DESTA FOLHA - Cr\$ TOTAL DOS DESCONTOS - Cr\$

TOTAL DOS DESCONTOS - Cr\$

SUB-EMPREITEIRO DE
MÃO DE OBRA DE REVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES
LADEIRA DOS TABAJARAS, 562 apt. 2

MÈS de Janer 195

Semana de 22 a 28 1950

TOTAL DESTA FOLHA - Cr\$

TOTAL DOS DESCONTOS - Cr\$

MINISTÉRIO DA GUERRA
DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO E OBRAS
DIRETORIA GERAL DE ENGENHARIA E COMUNICAÇÕES
DIRETORIA DE OBRAS E FORTIFICAÇÕES

1326
[Handwritten signature]

| <i>[Handwritten signature: Nelson Lita]</i> FISC ADM | FATURA Nº <u>1101</u> | <i>[Handwritten signature: Moacir Cel]</i> AGENTE-DIRETOR | | |
|--|-----------------------|--|---------------|------------|
| TEN CEL MOACIR RIBEIRO COELHO | | DEVE | | |
| como indenização a esta Diretoria:- | | | | |
| QUANTI- DADE | DISCRIMINAÇÃO | UNI- DADE | P R E Ç O | |
| | | | UNITÁRIO ₡ | TOTAL ₡ |
| 30 | CIMENTO PORTLAND MAUÁ | SACO | 190.00 | 5.700,00 |
| S O M A | | | | 5.700,00 |
| Importa a presente fatura na quantia de ₡ <u>5.700,00 (cinco mil e setecentos cruzeiros)</u> . * * * * * | | | | |
| <div style="text-align: center;"> Rio de Janeiro, _____ de _____ de 195__ <i>[Handwritten signature: Gilmar Lopes Barbosa]</i> ADJ DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA </div> | | | | |
| Recebi do Sr _____ a quantia de ₡ <u>5.700,00 (cinco mil e setecentos cruzeiros)</u> * * * | | | | |
| Correspondente à indenização acima. <div style="text-align: center;"> Rio de Janeiro, _____ de _____ de 195__ <i>[Handwritten signature: Joaquim F. Costa]</i> T E S O U R E I R O </div> | | | | |

CERÂMICA MOURA BRASIL LTDA.

TIJÓLOS FURADOS E MACIÇOS

End. Comercial: Rua Afonsina, 62 - Tel. 52 * AREAL

MOURA BRASIL - 1.º distrito de Três Rios (rj)

1.ª VIA

Nota Fiscal

Nº

2273

Cerâmica Moura Brasil Ltda., estabelecidos em Moura Brasil - 1.º distrito de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro - Inscrição N.º 435 - PATENTE DE REGISTRO N.º 302

Remete à *Coronel Moacyr Ribeiro Côrrea* Inscrição N.º

Estabelecido(s) à rua *Justo Jansen Ferreira - ponto N.º 101*

na Cidade de *Guarabá - Ilha do Governador* Estado d *Fluminense*

Em *13* de *Janu* de 19*60* - As seguintes mercadorias:

| Quant. | Unidade | Descrição das Mercadorias | Preço Unit. | TOTAL |
|-------------|---------|---------------------------|-------------|----------------|
| <i>3000</i> | | Tijólos Furados | <i>1,80</i> | <i>5400,00</i> |
| | | Tijólos Maciços | | |
| | | <i>Dup.</i> | | |

Valor das mercadorias.. Cr\$

Impôsto de Consumo ()

NÃO VALE COMO RECIBO

CERÂMICA MOURA BRASIL LTDA.

TIJÓLOS FURADOS E MACIÇOS

End. Comercial: Rua Afonsina, 62 - Tel. 52 * AREAL

MOURA BRASIL - 1.º distrito de Três Rios (rj)

1.ª VIA

Nota Fiscal

Nº

2268

Cerâmica Moura Brasil Ltda., estabelecidos em Moura Brasil - 1.º distrito de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro - Inscrição N.º 435 - PATENTE DE REGISTRO N.º 302

Remete à *Coronel Moacyr Ribeiro Côrrea* Inscrição N.º

Estabelecido(s) à rua *Justo Jansen Ferreira - ponto N.º 101*

na Cidade de Estado d

Em de de 195 - As seguintes mercadorias:

| Quant. | Unidade | Descrição das Mercadorias | Preço Unit. | TOTAL |
|-------------|---------|---------------------------|-------------|----------------|
| <i>3000</i> | | Tijólos Furados | <i>1,80</i> | <i>5400,00</i> |
| | | Tijólos Maciços | | |
| | | <i>Dup.</i> | | |

Valor das mercadorias.. Cr\$

Impôsto de Consumo ()

Carreto. Cr\$

NÃO VALE COMO RECIBO

TOTAL DA NOTA CR\$

CONSTRUÇÕES, RECONSTRUÇÕES, EMPREITADAS, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO.
OFICINA DE CARPINTARIA

2.^a VIA

No. 2785
JSC. D. R.

Remete a
estabelecido(s) à
na cidade de

Em 21 de Maio de 1950

De acordo com o art. 809 da 28-11-57, o
regulamento pelo Decreto nº 13.022 de 5-5-58
art. 16 inciso III da L. e. supracitada. Vendas de
concreto foi recolhido pelo Registro de Venda
número 4427

As mercadorias constantes desta nota estão devidamente

rotuladas de acôrdo com a lei.

Valor das mercadorias

Impôsto de Consumo.

TOTAL DA NOTA

| | | |
|---|-----|----|
| 4 | 102 | 80 |
| | 497 | 22 |
| 4 | 600 | 00 |

Foram-me entregues as mercadorias constantes desta nota

Nº 2785

Em de de 195.....

OLARIA GIGANTE S/A.

ARTIGOS DE 1.ª QUALIDADE

AVENIDA COELHO DA ROCHA, 335/393 — ROCHA SOBRINHO — EST. DO RIO

Rocha Sobrinho 20 de Fevereiro de 1958

1329

[Handwritten signature]

Exmo. Sr.

Tenente Coronel

Moacir Ribeiro Coelho

Ilha do Governador.

Nesse fornecimento de tijolos e o arretos para sua obra a Rua Justo Jansen Ferreira lote 17 no Guarabú.

CR\$. 14.000,00

Importa a presente conta em; QUATORZE MIL CRUZEIROS.



[Handwritten signature]



OLARIA GIGANTE S/A.

ARTIGOS DE 1.ª QUALIDADE

AVENIDA COELHO DA ROCHA, 335/393 — ROCHA SOBRINHO — EST. DO RIO

CR\$ 3.000,00

Recebi do Sr. Coronel Moacir Ribeiro Coelho, a importancia
acima de (CR\$ TREIS MIL CRUZEIROS) referente ao fornecimento que
lhe fizemos de 1.500 Tijolos 10x20x20, conforme nossa nota fiscal
nº 3027, e carreto.

BRASIL
OLARIA GIGANTE S.A.
Manoel de Brito Ribeiro Coelho
Coronel de Polícia Militar (Estado do Rio de Janeiro)
BRASIL
EDUCAÇÃO E SAÚDE
4-6
58
4-6
58

PANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND

Com sede à Avenida Presidente Wilson, 164 — 11.º andar
e depósito à Praça Marechal Hermes, 63 — Distrito Federal

DIREGIR CORRESPONDÊNCIA À
CAIXA POSTAL, 257
RIO DE JANEIRO

PATENTE DE REGISTRO N.º 88.293

NOTA FISCAL

Série F

Expedida em 4 vias

Cons. N.º 6.863
1.959.

Prezados Srs.:

MODOX. RIBEIRO COELHO vem pela presente,
Letras de fôrma

comunicar a essa Companhia que mudou a sua residência

da Rua JUSTO JANSSEN FERREIRA

N.º S/N. Bairro 1.ª. DO GOVERNADOR.

Prox. RIO Zona

para Rua JAPURA

N.º 55 AL. 157. Bairro BELA VISTA

Prox. SAÍ DA S. MARIA PAUZA Zona

local onde deverão ser feitas, de agora em diante, as entregas de gás para o
consumo de sua instalação.

Aguardando as suas providências subscrevo-me

Atenciosamente

(ass.)

Cart. Identidade N.º XG. 8870 619.

SEÇÃO SERVIÇOS

☐ Sim☐ Não

Vasilhame Kgs.

Ass. do funcionário

Mod. D-10 - Rotaprint

ster Luiz & Cia. Ltda.

Fria Banica 129
D. Federal

914 Em 23 de Agosto de 1958

Arthur L. da Costa
COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND

N.º 68988

DESCRIÇÃO DAS MERCADORIAS, EMBALAGEM E PÊSO

de papel de 3 INSCRIÇÃO D. R. M. N.º 102.135 /
folhas, contendo Cimento MAUÁ, com 50 kgs. líquido cada

RIA ACIMA:

POR SACO

TOTAL

7650

1 912.50

1050

262.50

2.50

2 177.50

217.80

268.70

Cr\$

2.664.00

Recebi o cimento constante desta Nota:

MARMORARIA URANOS

MARTINS, PESTANA & SILVA LTDA.

Rua Uranos, 819 - Ramos

Tel. 30-1899

E. F. Leopoldina

MARTINS, PESTANA & SILVA LTDA., estabelecidos à Rua Uranos, 819 — Ramos — na cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal — PATENTE DE REGISTRO N. 125.553, REMETEM a

estabelecido(s) à

Cidade de

Estado de

em 6 de

de 195 8

as seguintes mercadorias:

| Quantid. | Unidade | DESCRIÇÃO DAS MERCADORIAS | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
|--|---------|---------------------------|----------------|--------|
| 1 | 1 | Banca de pia 153x65 | | 521 00 |
| 1 | 1 | Pedra " 80x50 | | 520 00 |
| <div data-bbox="714 1073 1190 1258" data-label="Text"> <p>De acordo com a Lei n.º 899, de 28-11-57, e regulamentada pelo Decreto n.º 13.883, de 5-5-58, art. 16 - inciso III-G 1.º, o imposto sobre Vendas e Consignações foi recolhido pelo "Registro de pagamento por Verba".</p> </div> | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| Gra 2.143,10. | | | | |

NÃO TEM VALOR COMO RECIBO

As mercadorias sujeitas ao imposto de consumo estão devidamente seladas de acordo com a lei.

Valor das Mercadorias Cr\$ 2.041,00
 Imposto de Consumo 5% Cr\$ 102,10
TOTAL DA NOTA Cr\$ 2.143,10

AS MERCADORIAS ACIMA SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES:

TRANSPORTADO POR:

| MARCA | UNIDADE | QUANTIDADE | ESPÉCIE | PESO | |
|-------|---------|------------|---------|-------|---------|
| | | | | Bruto | Líquido |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

Recebⁱ de MARTINS, PESTANA & SILVA LTDA., as mercadorias constantes da NOTA FISCAL

Rio de Janeiro, de de 195

Nº 3518

DIRETORIA DE OBRAS E FORTIFICAÇÕES
PREFEITURA MILITAR DE DEODORO

N. E. Nº 4939

DIRETORIA DE OBRAS E FORTIFICAÇÕES N. E. Nº 1608
PREFEITURA MILITAR DE DEODORO

NOTA DE ENTREGA

NOTA DE FORNECIMENTO

Destinatário

Endereço

Moacir Coelho, Ten. al.

Moacir Coelho, Ten. al.

| Quantidade | Unidade | DISCRIMINAÇÃO | Unitário | TOTAL |
|------------|----------------|----------------------|----------|--------|
| 2500 | m ³ | Pedra 1 ^a | 350= | 875,00 |
| 2500 | " | " 2 ^a | 350= | 875,00 |

LIQUIDADA
A VISTA

Deodoro, em 25 de 7 de 1958

Rozam Rodrigues

E. SCHIED - 34-3683

N. E. n. 1608

| DISCRIMINAÇÃO | Unitário | TOTAL |
|----------------------|----------|--------|
| Pedra 1 ^a | 350= | 875,00 |
| " 2 ^a | 350= | 875,00 |

PREFEITURA MILITAR
PAGO
de 25 de 1958

CR\$ 1.750,00

Importa a presente na quantia de Cr\$ Hum setecentos e

quinhentos e

Deodoro, em 25 de 7 de 1958

Rozam Rodrigues

N. E. n.º 4939

E. SCHIED - 34-3683

266400

E.B. - 21-2548

Casa Ramon Rodriguez Materiais de Construções Ltda.

Distribuidores do Cimento "MAUÁ" e Azulejos "KLABIN"

Esquadrias, Telhas, Tijolos, Cerâmica, Manilhas, Cal, Ladrilhos,
Tintas, Material de Amianto, Louças Sanitárias,
Material Elétrico e Hidráulico

ESTRADA DO GALEÃO, 684 — TEL. (Por favor) 551
GUARABU — ILHA DO GOVERNADOR

SÉRIE A

Nº 0228

O Snr.

Rua

D. Federal,

de

de 1958

| | | | |
|---|--------|------|-------|
| 1 | joelho | 1/2" | 9,00 |
| 2 | Prumo | 1/2" | 8,00 |
| 3 | Prumo | 3/4" | 10,00 |
| 1 | ripel | 3/4" | 8,00 |
| | | | 33,00 |

NÃO VALE COMO RECIBO

20 Tls. 100x2 - 4/58 — Gráf. ELEBLASO Ltda.

Rodriguez Materiais de Construções Ltda.

NOTA FISCAL
(Em 3 vias)

Nº 0513

ESTRADA DO GALEÃO, 684

Tel. (Por favor) 551

GUARABU - ILHA DO GOVERNADOR

Cerâmica,
s Tintas,
Louças
létrico

Inscrição D. R. M. 170.660 - Patente de Registro

neiro

de

de 1958

Rua Justo Jansen Quadra 13-

Estado de DF.

ção Local

As seguintes mercadorias:

| SCRIMINAÇÃO DAS MERCADORIAS | Preço Unitário | TOTAL |
|-----------------------------|----------------|----------|
| p. Campos 3.50 | 22,00 | 1.540,00 |
| de tipo Paulista | 5,40 | 5.400,00 |
| ceras Vaz | 7,00 | 210,00 |

NÃO VALE COM RECIBO — Nota de produto isento de imposto consumo

As mercadorias acima seguem nos seguintes volumes

Total da Nota Crs

7.150,00

| MARCA | NÚMERO | QUANT. | ESPÉCIES | PESOS | |
|-------|--------|--------|----------|-------|---------|
| | | | | BRUTO | LIQUIDO |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

Casa Ramon Rodriguez Materiais de Construções Ltda.

Esquadrias, Telhas, Tijolos Cerâmica,
Manilhas, Cal, Ladrilhos Tintas,
Material de Amianto, Louças
Sanitárias, Material Elétrico
e Hidráulico

NOTA FISCAL
(Em 3 vias)

Nº 0521

ESTRADA DO GALEÃO, 684
Tel. (Por favor) 551
GUARABÚ - ILHA DO GOVERNADOR

1.ª VIA

Inscrição D. R. M. 170.660 - Patente de Registro

Rio de Janeiro, 22 de Maio de 1958.

Remete á Cel. Moacyr

Estabelecido (s) á Junta Jansen

Cidade Niterói Estado de RJ

Natureza da operação Venda Local

As seguintes mercadorias:

| Quantidade | DISCRIMINAÇÃO DAS MERCADORIAS | Preço Unitário | TOTAL |
|------------|-------------------------------|----------------|--------|
| 20 | Rejas prova | 4.00 | |
| 10 | " | 3.90 | |
| | C/119,00M. | 4.00 | 476.00 |

NÃO VALE COM RECIBO — Nota de produto isento de imposto consumo

As mercadorias acima seguem nos seguintes volumes

Total da Nota Cr\$

| MARCA | NÚMERO | QUANT. | ESPÉCIES | PESOS | |
|-------|--------|--------|----------|-------|---------|
| | | | | BRUTO | LÍQUIDO |
| | | | | | |

Rodriguez Materiais de Construções Ltda.

NOTA FISCAL
(Em 3 vias)

Nº 0531

ESTRADA DO GALEÃO, 684
Tel. (Por favor) 551
GUARABÚ - ILHA DO GOVERNADOR

Inscrição D. R. M. 170.660 - Patente de Registro

23 de Maio de 1958.

Remete á Cel. Moacyr

Estabelecido (s) á Junta Jansen

Cidade Niterói Estado de RJ

Natureza da operação Venda Local

As seguintes mercadorias:

| Quantidade | DISCRIMINAÇÃO DAS MERCADORIAS | Preço Unitário | TOTAL |
|------------|-------------------------------|----------------|----------|
| 20 | Rejas prova | 4.50 | 9.00 |
| 10 | " | 12.00 | 84.00 |
| | C/119,00M. | 5.40 | 1.080.00 |

Produto isento de imposto consumo

As mercadorias acima seguem nos seguintes volumes

Total da Nota Cr\$

1.187.00

| MARCA | NÚMERO | QUANT. | ESPÉCIES | PESOS | |
|-------|--------|--------|----------|-------|---------|
| | | | | BRUTO | LÍQUIDO |
| | | | | | |

Casa Ramon Rodriguez Materiais de Construções Ltda.

Distribuidores do Cimento "MAUÁ" e Azulejos "KLABIN"

Esquadrias, Telhas, Tijolos, Cerâmica, Manilhas, Cal, Ladrilhos,
Tintas, Material de Amianto, Louças Sanitárias,
Material Elétrico e Hidráulico

SÉRIE A

ESTRADA DO GALEÃO, 684 — TEL. (Por favor) 551
GUARABU — ILHA DO GOVERNADOR

Nº 0534

O Snr.

Rua

D. Federal,

de

de 1958

| | |
|------------------------|--------|
| 6.100R. Chumbo 1 1/4 | 305,00 |
| 1.500 " 3/4 | 75,00 |
| 1 Saída Metas 1/2 | 27,00 |
| 1 Soelho 1/2 | 9,00 |
| 1 Saco Niquelado 1 1/4 | 330,00 |
| 1 Válvula Sangue 1 1/4 | 30,00 |
| | 776,00 |

Pg 17/7

Adm Francisco de Nascimento

NÃO VALE COMO RECIBO

20 Tls. 100x2 - 4/58 — Gráf. ELEBLASO Ltda.

Casa Ramon Rodriguez Materiais de Construções Ltda.

Distribuidores do Cimento "MAUÁ" e Azulejos "KLABIN"

Esquadrias, Telhas, Tijolos, Cerâmica, Manilhas, Cal, Ladrilhos,
Tintas, Material de Amianto, Louças Sanitárias,
Material Elétrico e Hidráulico

SÉRIE A

ESTRADA DO GALEÃO, 684 — TEL. (Por favor) 551
GUARABU — ILHA DO GOVERNADOR

Nº 0675

O Snr.

Rua

D. Federal,

de

de 1958

| | |
|----------------------------------|--------|
| 1 caixa farsus 7/8 x 6 | 72,00 |
| 20 kilos Cal | 60,00 |
| 6 kilos Creme de Beige | 180,00 |
| 2 kilos Oxido preto para pintura | 44,00 |
| | 356,00 |
| 1 caixa chumbo | 60,00 |
| | 416,00 |
| 1 Saco Niquelado 1 1/4 | 330,00 |
| | 86,00 |

Resta

Pg 19/7

NÃO VALE COMO RECIBO

20 Tls. 100x2 - 4/58 — Gráf. ELEBLASO Ltda.

Receb.....as mercadorias constantes desta NOTA

I. do Governador,.....de.....de 195.....

Nº 0675

Casa Ramon Rodriguez Materiais de Construções Ltda.

Distribuidores do Cimento "MAUÁ" e Azulejos "KLABIN"

Esquadrias, Telhas, Tijolos, Cerâmica, Manilhas, Cal, Ladrilhos,
Tintas, Material de Amianto, Louças Sanitárias,
Material Elétrico e Hidráulico

SÉRIE A

ESTRADA DO GALEÃO, 684 — TEL. (Por favor) 551
GUARABU — ILHA DO GOVERNADOR

Nº 0752

O Snr.

Rua

D. Federal,

28

de

7

de 1958

| | | |
|---|-----------------|-------|
| 1 | Bolsa para W.C. | 25,00 |
| 2 | 210 gr. Solda | 45,00 |
| 2 | Parafusos 2x9 | 2,00 |
| | | 72,00 |

NÃO VALE COMO RECIBO

Ramon Rodriguez Materiais de Construções Ltda.

Distribuidores do Cimento "MAUÁ" e Azulejos "KLABIN"

Telhas, Tijolos, Cerâmica, Manilhas, Cal, Ladrilhos,
Material de Amianto, Louças Sanitárias,
Material Elétrico e Hidráulico

SÉRIE A

ESTRADA DO GALEÃO, 684 — TEL. (Por favor) 551
GUARABU — ILHA DO GOVERNADOR

Nº 0763

O Snr.

Rua

D. Federal,

29

de

7

de 1958

| | | |
|---|---------------|--------|
| 1 | Registo Preto | |
| 1 | Beca 3/4 | 160,00 |

NÃO VALE COMO RECIBO

Handwritten signature and initials.

Distribuidores do Cimento "MAUÁ" e Azulejos "KLABIN"

SÉRIE A

№ 0973

Rua

D. Federal.

.de

de 195

| | |
|-----------------------|---------------|
| 1 pcte. legs 18 x 30. | 94.00 |
| Reima serrate | 25.00 |
| | <u>119.00</u> |

O imposto sobre vendas e consignações
foi pago por verba de conformidade

NÃO VALE COMO RECIBO

Receb.....as mercadorias constantes desta NOTA
do Governador,.....de.....de 195.....

№ 0973

1340

[Handwritten signature]

Casa Ramon Rodriguez Materiais de Construções Ltda.

Distribuidores do Cimento "MAUÁ" e Azulejos "KLABIN"
Esquadrias, Telhas, Tijolos, Cerâmica, Manilhas, Cal, Ladrilhos,
Tintas, Materiais de Amianto, Louças Sanitárias,
Material Elétrico e Hidráulico

ESTRADA DO GALEÃO, 684 — TEL. (Por favor) 551
GUARABU — ILHA DO GOVERNADOR

SÉRIE A

INSC.

170.698

Nº 2478

O Snr.

Bel. Ubacyr

Rua

D. Federal 16 de

12

de 1958

3,200 H. Cimento 1 1/4" 22 4.00

O imposto sobre vendas e consignações
foi pago por verba, de conformidade
com o Decreto nº 12.622 de 5-5-1958.

NAO VALE COMO RECEB



Distribuidores do Cimento "MAUÁ" e Azulejos "KLABIN"

SÉRIE A

INSC. DRN 170.688

№ 2613

O Snr.

GUARABU - ILHA DO GOVERNADOR

Rua

D. Federal

de

12

de 195

8

| | | | |
|----|------|-------------|--------|
| 30 | peas | Plactano 52 | 341.00 |
| 4 | " | " 432. | 24.00 |
| | | | 365.00 |

NÃO VALE COMO RECIBO

10 Tis. 100x2 - 9/58 - Gráf. ELEBLASO Ltda Rua Maldonado, 361 Inscrição 151.322

Receb.....as mercadorias constantes desta NOTA
do Governador.....de.....de 195.....

№ 2613

139A

Distribuidores do Cimento "MAUÁ" e Azulejos "KLABIN"

SÉRIE A

INSC. D.B.M. 170.668

№ 2634

O Snr.

Rua

D. Federal

de

da 195

Specos. L. Poetano 52/198.5

NÃO VALE COMO RECIBO

10 Tls. 100x2 - 9/58 - Gráf. ELEBLASO Ltda. Rua Maldonado, 361 Inscr.º 151.322

Receb.....as mercadorias constantes desta NOTA

I. Governador, de de 195

№ 2634

COPACABANA

Sudelétrô S.A.

1370078

SÉRIE 1.ª

NOTA FISCAL

AV. PRINCEZA IZABEL, 38-A

4.ª VIA

TELEFONES: 37-0663 - 57-4766

CP Nº 7481

PATENTE DE REGISTRO 58.258 — INSCRIÇÃO N.º 118.333

Remetem a Coronel Moacyr Ribeiro Coelho

Estabelecido á Rua José Higino 76 Alto 201

Cidade _____ Estado de _____ Inscr. N.º Particular

PEDIDO N.º Majda Castellano Rio de Janeiro, 5 de 2 de 1956

Reclamações só serão atendidas quando feitas até o dia seguinte ao desta nota.
Os produtos de origem estrangeira foram tributados na importação e os
de origem nacional pelos respectivos tributos.
O imposto de Vendas e Consignações foi pago por verba, de acordo com o decreto 13.883.
NÃO TEM VALOR COMO RECIBO

| Quant. | Unid. | Discriminação | Preço Unitário | Total |
|--------------|-------|----------------------|----------------|----------|
| 17 | | CAIXA DE FERRO 1/4 | 49.00 | 833.00 |
| 12 | | TUBOS ELCTRADUTO 1/2 | 290.00 | 3480.00 |
| 6 | | " 3/4 | 360.00 | 2160.00 |
| | | | | 6.473.00 |
| DESCONTO 25% | | | | 1.618.20 |
| | | | | 4.854.80 |

AS MERCADORIAS CIMA SEGUEM NOS SEGUINTES VOLUMES:

| MARCA | N.º | QUANT. | ESPÉCIE | PÊSO | |
|-------|-----|--------|---------|---------|-------|
| | | | | LÍQUIDO | BRUTO |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

Artes Gráficas Amazonas Ltda. - Av. 13 de Maio, 84-D - Insc.: 13 - CP - 98 - 20 Tls. 100x5 8.501 a 8.590 - 10/66

Mariazinha de Souza

PARA AUTOMÓVEIS

FABRICANTES DOS
ACUMULADORES
"DUREX"
E
SEMI-EIXOS
"ISPART"

AUTO-ASBESTOS S/A

FILIAL DO RIO DE JANEIRO
RUA FRANCISCO EUGÊNIO, 192
TELEFONE: 34-7625 E 34-8553
END. TELEGR. "HUBERGIL"

SÉDE SOCIAL-SÃO PAULO
/ / FILIAIS:

RIO DE JANEIRO
 PORTO ALEGRE
 BÉLO HORIZONTE
 SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
 ARAUÁQUARA
 RIBEIRÃO PRETO
 BAURILONDINA

PATENTE DE REGISTRO N.º 537.425
INSCRIÇÃO N.º 116.191

NOTA DE PRODUTO NÃO TRIBUTADO

1. VIA
Nota Fiscal - À VISTA Nº 18704
SÉRIE B
(ESTA NOTA É EMITIDA EM 4 VIAS)

Rio de Janeiro de 14 de Fevereiro de 1958
Remete a Pat. Cul. Modacyr Ribeiro Coelho. Inscrição n.º
Estabelecido a Ministério da Guerra
Cidade Rio de Janeiro Estado Federal
As seguintes mercadorias:— Vendedor Renato.

| QUANTIDADE | NÚMERO | ESPECIFICAÇÃO | VALOR | |
|------------|----------|---------------|----------|--------|
| | | | UNITÁRIO | TOTAL |
| 1 | DM-15/13 | Bateria Duax | | 122000 |

RECEBEMOS

Rio de Janeiro

AUTO-ASSISTÊNCIA S. A.

Invenção de 1958

Angelo Antonio Santana

As mercadorias acima seguem nos seguintes volumes:—

[illegible]

| | | |
|-----------------------|------|--------|
| Valor das Mercadorias | Cr\$ | 122000 |
| Imposto de Consumo | Cr\$ | — |
| Total desta nota..... | Cr\$ | 122000 |

NÃO VALE COMO RECIBO

O imposto sobre vendas e consignações foi pago no Estado de São Paulo, Decreto Federal N.º 915 (art 2.º § 1.º) de 1-12-38.

SERRARIA IRIS

FERRAGENS, TINTAS E LOUÇAS

FÁBRICA DE ESQUADRIAS
ARTIGOS SANITÁRIOS
MADEIRAS E MATERIAIS
PARA CONSTRUÇÃO

NOTA FISCAL

3.ª VIA - Série E

1345
Nº 11635
PBA

J. F. BARROS & CIA. LTDA. estabelecidos à Rua Alvaro Miranda, 15 — Pilares — Telefones 29-0229 e 49-2257
Rio de Janeiro - PATENTE DE REGISTRO N.º 123.094 - INSCR. D. R. M. N.º 119.716

Remetem ao(s) Sr.(s) *Eng. Placido Coelho* Insc. D. R. M. N.º
estabelecido(s) à *Jose Jurgino 76*
na cidade de *27 de Janeiro* Estado de *Paraná*
em *30* de *Setembro* de 19*53*, as seguintes mercadorias:

| Quantidade | DISCRIMINAÇÃO DAS MERCADORIAS | Unidade | Quantidade Total | PREÇO UNITÁRIO | TOTAIS |
|------------|-------------------------------|------------|------------------|----------------|-----------------|
| 30 | <i>Tubos 3" 1+12"</i> | | | | |
| | <i>de 14 pés</i> | <i>Pes</i> | <i>420</i> | <i>1000</i> | <i>4.200 00</i> |
| 12 | <i>Barros 3+10 13/10</i> | | | | |
| | <i>3/11 4/14 3/18</i> | <i>"</i> | <i>162</i> | <i>700</i> | <i>1.134 00</i> |

impre

O imposto sobre vendas e consignações foi pago por verba, de conformidade com o Decreto n.º 13.883, de 5-5-1958.

Valor da mercadoria Cr\$ *5.334 00*

Produtos não tributados

As mercadorias seguem nos seguintes volumes:

| Marca | Números | Quantidade | ESPÉCIES | PESO | |
|-------|---------|------------|----------|-------|---------|
| | | | | BRUTO | LIQUIDO |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

Recebi(emos) as mercadorias constantes da NOTA FISCAL SÉRIE E Nº 11635

Em, de de 19

Vidros

Espelhos

Crìstais

COLOCAÇÃO
DE
VIDROS
EM
GERAL

Vitrolândia

**LADRILHOS CERÂMICOS
LAJOTAS - PINGADEIRAS,
ELEMENTOS VASADOS
EM CERÂMICA
E CIMENTO**

IMPORTADORES E DISTRIBUIDORES DAS FABRICAS NACIONAIS DE VIDROS PLANOS

Representantes Exclusivos: Cerâmica São José Guacú, S/A - Cerâmica Cataguá Ltda. - Indústria Penapolense de Elementos Vasados.

VENDAS POR ATACADO E A VAREJO

Depósito de Atacado :
RUA MONSENHOR ANDRADE, 1143-1145
TELEFONE 9-4933

CAIXA POSTAL, 6212
SÃO PAULO

Escritório, Vendas - Secção Industrial
RUA MONSENHOR ANDRADE, 1103
TELEFONE 9-5521

Inscrição N.º 202.996

Patente de Registro N.º 15.282

NOTA FISCAL

Série F

№ 512

5.a VIA

Remete à Sen. Gual. Mendes Ribeiro Coelho Inscrição N.º 10000
Estabelecido à Rua Taboão, 55 - André Tenreiro - Apt 15 - 304ª Vista N.º 10000
Cidade de Capital Estado de S. P.
Condições 30 dias à vista Transporte utiliza Natureza da Operação Quilom.
Em 10 de Dezembro de 19 60 As seguintes mercadorias

As seguintes mercadorias:

[illegible]

NÃO VALE COMO RECIBO

Totais parciais - Valor das mercadorias

O imposto de Vendas e Consignações foi pago por verba, de acordo com o artigo 54 do Decreto N.º 28.252 de 29 de Abril de 1957. —

A NOSSA RESPONSABILIDADE CESSA DESDE A ENTREGA DA MERCADORIA ÀS EMPRESAS DE TRANSPORTE.
As mercadorias viajam por conta e risco do comprador.
Não se atende reclamações posteriores ao ato da entrega

Produtos Tributados

Imposto de Consumo 727

Produto de Revenda

Total Geral

AS MERCADORIAS ACIMA SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES:

| MARCA | NÚMEROS | QUANTIDADE | ESPÉCIES | PÊSO | |
|-------|---------|------------|----------------|-------|---------|
| | | | | BRUTO | LÍQUIDO |
| | | 2 | Q. de vacancia | | |

Pap. e Tip. Andreotti S.A. - R. Teixeira Leite, 274 - Inscr. 358.361 - 20 Talões de 50x5 - 001 a 1000 - 1/60

O "TAGUÁ" (Argila) de Mogi-Guaçu do qual são fabricados os produtos de cerâmica, é hoje pela sua excepcional qualidade CONSIDERADO O MELHOR DO BRASIL.

Vidros

Espeelhos

Crìstais

1348

COLOCAÇÃO
DE
VIDROS
EM
GERAL

Vitrolândia

**LADRILHOS CERÂMICOS
LAJOTAS - PINGADEIRAS,
ELEMENTOS VASADOS
EM CERÂMICA
E CIMENTO**

IMPORTADORES E DISTRIBUIDORES DAS FABRICAS NACIONAIS DE VIDROS PLANOS
Representantes Exclusivos: Cerâmica São José Guaçu, S/A - Cerâmica Cataguá Ltda. - Indústria Penapolense de Elementos Vasados.

VENDAS POR ATACADO E A VAREJO

Depósito de Atacado :
RUA MONSENHOR ANDRADE, 1143-1145
TELEFONE 9-4933

CAIXA POSTAL, 6212
SÃO PAULO

Escritório, Vendas - Secção Industrial
RUA MONSENHOR ANDRADE, 1103
TELEFONE 9-5521

Inscrição N.º 202.996

Patente de Registro N.º 15.282

NOTA FISCAL

Série F

№ 546

5.a VIA

Remete à Inscrição N.º

Estabelecido à rua - 20.000, 55 - Av. Brasil - 1124 N - Botafogo N.º

Cidade de Barretos Estado de S.P.

| | | |
|------|------------|----------------------|
| ções | Transporte | Natureza da Operação |
|------|------------|----------------------|

Em 31 de Dezembro de 1960 As seguintes mercadorias

As seguintes mercadorias:

| Quantidade | DISCRIMINAÇÃO | VALORES | | | | | | | |
|------------|------------------------|---------------------|--|-------|--|---------------|--------|---------------------|-----------|
| | | PRODUTOS DE REVENDA | | | | CLASS. FISCAL | | PRODUTOS TRIBUTADOS | |
| | | PREÇO UNIT. | | TOTAL | | Alinea | Inciso | PREÇO UNIT. | TOTAL |
| 60 | kg de cacau amargos. | | | | | 11 | 1 | 180,00 | 10.800,00 |
| 78 | kg Pol. Leite | | | | | | | 25,00 | 1.950,00 |
| 2 | kg de cacau suado. | | | | | | | 240,00 | 480,00 |
| 2 | " " " amargos. | | | | | | | 260,00 | 520,00 |
| | | | | | | | | | 13.750,00 |
| | Imp. Es. 10% | | | | | | | | 1.375,00 |
| | | | | | | | | | 12.375,00 |
| | Em trânsito para o Rio | | | | | | | | |
| | 20/11 | | | | | | | | |

NÃO VALE COMO RECIBO

Totais parciais - Valor das mercadorias

O imposto de Vendas e Consignações foi pago por verba, de acordo com o artigo 54 do Decreto N.º 28.252 de 29 de Abril de 1957. —

A NOSSA RESPONSABILIDADE CESSA DESDE A ENTREGA DA MERCADORIA ÀS EMPRESAS DE TRANSPORTE.
As mercadorias viajam por conta e risco do comprador.
Não se atende reclamações posteriores ao ato da entrega

Produtos Tributados

Impôsto de Consumo

Produto de Revenda

Total Geral

AS MERCADORIAS ACIMA SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES:

| MARCA | NÚMEROS | QUANTIDADE | ESPÉCIES | PESO | |
|-------|---------|------------|----------|-------|---------|
| | | | | BRUTO | LÍQUIDO |
| | | 5 | café | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

COPACABANA

Sudelétrô S.A.

SÉRIE 1.ª

NOTA FISCAL

AV. PRINCEZA IZABEL, 38-A

CP Nº 7481

1.ª VIA

TELEFONES: 37-0663 - 57-4766

PATENTE DE REGISTRO 88.258 — INSCRIÇÃO N.º 118.333

Remetem a

Estabelecido á

Cidade

Estado de

Inscr. N.º PARTICULAR

PEDIDO N.º

Rio de Janeiro,

5 de

2

de 1956

| Quant. | Unid. | Discriminação | Preço Unitário | Total |
|--------|-------|----------------------|----------------|---------|
| 17 | | CAIXAS DE FERRO 4x4 | 49.00 | 833.00 |
| 12 | | TUBOS ELETRODUTO 1/2 | 290.00 | 3480.00 |
| 6 | | " " 3/4 | 360.00 | 2160.00 |
| | | | | 6473.00 |
| | | DESCONTO 25% | | 1618.20 |
| | | | | 4854.80 |

Reclamações só serão atendidas quando feitas até o dia seguinte ao desta nota.

Os produtos de origem estrangeira foram tributados na importação e os

de origem nacional pelos respectivos tributos.

O Imposto de Vendas e Consignações foi pago por verba, de acordo com o Decreto 13.883.

NÃO TEM VALOR COMO RECIBO

AS MERCADORIAS ACIMA SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES:

| MARCA | N.º | QUANT. | ESPÉCIE | PÊSO | |
|-------|-----|--------|---------|---------|-------|
| | | | | LÍQUIDO | BRUTO |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

COLOCAÇÃO
DE
VIDROS
EM
GERAL

Espelhos

Crìstais

LADRILHOS CERÂMICOS
LAJOTAS - PINGADEIRAS,
ELEMENTOS VASADOS
EM CERÂMICA
E CIMENTO

Vitrolândia

IMPORTADORES E DISTRIBUIDORES DAS FABRICAS NACIONAIS DE VIDROS PLANOS
Representantes Exclusivos: Cerâmica São José Guaçu, S/A - Cerâmica Cataguá Ltda. - Indústria Penapolense de Elementos Vasados.
VENDAS POR ATACADO E A VAREJO

Depósito de Atacado :
RUA MONSENHOR ANDRADE, 1143-1145
TELEFONE 9-4933

CAIXA POSTAL, 6212
SÃO PAULO

Escritório, Vendas - Secção Industrial
RUA MONSENHOR ANDRADE, 1103
TELEFONE 9-5521

Inscrição N.º 202.996
Patente de Registro N.º 15.282

NOTA FISCAL N^o 575
Série F

5.a VIA

Remete à o Sr. Tuel Moacia Ribeiro Aguiar Inscrição N.º 6000
Estabelecido à Rua Jacupira, 55 Andar Terceiro Ab L. 15. N.º 312
Cidade de Cametá Estado de P. P.
Condições 60 dias Transporte Retido Natureza da Operação 3 meses
Em 20 de Januário de 19 60 As seguintes mercadorias:

[illegible]

NÃO VALE COMO RECIBO

O imposto de Vendas e Consignações foi pago por verba, de acôrdo com o artigo 54 do Decreto N.º 28.252 de 29 de Abril de 1957. —

Totais parciais - Valor das meradorias

A NOSSA RESPONSABILIDADE CESSA DESE A ENTREGA DA MERCADORIA ÀS EMPRESAS DE TRANSPORTE.
As mercadorias viajam por conta e risco do comprador.
Não se atende reclamações posteriores ao ato da entrega

Produtos Tributados

Impôsto de Consumo

Produto de Revenda

Total Geral

AS MERCADORIAS ACIMA SEGUEM NOS SEGUNTES VOLUMES:

| AS MERCADORIAS POR SEU VALOR | | | | PÊSO | |
|------------------------------|------------|----------|--|-------|---------|
| | QUANTIDADE | SPÉCIES | | BRUTO | LÍQUIDO |
| | 2 | Alumínio | | | |
| Rep. e Un. Aracaju S.A. | | | | | |

Pap. e Tip. Andreotti S.A. - R. Teixeira Leite, 274 - Inscr. 358.361 - 20 Tálões de 50x5 - 001 a 1000 - 1/60

O "TAGUÁ" (Argila) de Mogi-Guaçu do qual são fabricados os produtos de cerâmica, é hoje pela sua excepcional qualidade CONSIDERADO O MELHOR DO BRASIL.

1351

NOTA FISCAL
2.ª VIA SÉRIE F
(Extraída em 5 Vias)

(Extraída em 5 Vias)

№ 3744

INSCRIÇÃO D. R. M. N.º 119716

Inscr. D. R. M. N.º

Na cidade de

Estado de

em 30 de Setembro de 1955 as seguintes mercadorias:



Valor das mercadorias.....Cr\$

O Imposto de vendas e consignações foi pago por verba
Dec. n.º 13883, de 5-5-58.

280,01

| Marca | Números | Quantidade | ESPÉCIE | P E S O | |
|-------|---------|------------|---------|---------|---------|
| | | | | BRUTO | LIQUIDO |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

18 fls. 50x5 - 3101 a 4000 9-59

№ 3744

Em de de 19.....

A - VENDAS

1313

Ficam sem valor as alterações feitas sem o nosso acordo. Na falta de pagamento no prazo estipulado, serão cobrados juros de lei.

O IMPOSTO DE VENDAS E CONTRIBUIÇÕES FOI PAGO POR VERBA, NOS TERMOS DO ART. 16, § 1.º, DO DECRETO N.º 13.883, DE 9/5/59.

Recibo isento de selo proporcional por se referir a venda a comerciante, (ou industrial) para fins mercantis.

"COFERMAT" Cia. Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S. A.



COFERMAT

CIA. BRASILEIRA DE FERRO E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO S. A.
Rua Buenos Aires, 154 — Telefone 43-2968 — Caixa Postal 145
RIO DE JANEIRO
SÃO PAULO — CURITIBA — UBERLÂNDIA — BAURÚ — BELO HORIZONTE — CAMPOS — BRASÍLIA

27 DE FEVEREIRO DE 1960

Rio de Janeiro, M 670 MOACIR RIBEIRO COELHO
O(s) Ilmo(s). Snr(s). (RUA JOSE HIGINO Nº 76-APTº Nº 201) Insc. D.R.M.:
Estabelecido(s) a NESTA **DEVE(M) a "COFERMAT"**
Cia. Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S/A, estabelecida a Rua Buenos Aires, 154 - nesta
Inscrição D. R. M. 111.373 Patente de Registro 46.167

| FATURA | | | | DUPLICATA | | |
|--------|----------|---------|-----------|-----------|------------|-------------|
| NÚMERO | COP. N.º | FL. N.º | DATA | NÚMERO | VENCIMENTO | IMPORTÂNCIA |
| 76.496 | 317.496 | | 27 FEV 60 | 76.496 | 30. 4 60. | 1.603,00 |

Valôr de sua compra de mercadorias, constantes de nossa fatura acima indicada, no valôr de:
UM MIL SEISCENTOS E TRÊS CRUZEIROS E OITENTA CENTAVOS

Reconheço a exatidão desta **DUPLICATA** na importância acima que pagar a
"COFERMAT" Cia. Brasileira de Ferro e Mat. de Construção S. A., nesta praça, no vencimento supra.

de de 19

Para pagamento dentro de 30 dias da data da emissão, desconto de 2% passados os 30 dias sem desconto.

[Handwritten signature]

33 - Tel. 43-3811
54 - Tel. 43-3811

[illegible]

CIDE 413-IMP. em Julho de 1959 por A. Queiroz Papeis e Artes Gráficas Ltda. Inc. n. 117484-R. Vóculo Oficial. 52-Via de Janeiro numerada de 30.001 a 44.000-200 Tel. 25x6

COFERMAT

PATENTE DE REGISTRO N.º 46.167

INSCRIÇÃO D. R. M. 111.373

NOTA FISCAL

TALÃO DE 6 VIAS EXPEDIDAS

ORDEM N.º

Cia. Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S/A

PEDIDO REP. N.º

Matriz: R. Buenos Aires, 154 - Tel. 43-2968

INSCRIÇÃO D. R. M. N.º

Depósito: Av. Cidade de Lima, 33 - Tel. 43-3815-RIO DE JANEIRO

SERIE I

Nº 39778

4.ª VIA

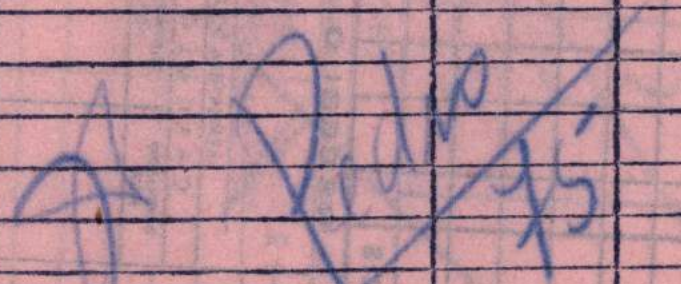
emite-se a: Bel Moacir Ribeiro Cunha, estabelecido a

Rua José Bonifácio N.º 76 na cidade de Recife

Estado de PE (despacho para PE) Transporte PE

consignado a PE

60 dias Em 29 de Jan de 1960 as seguintes mercadorias:

| ARTIGO | REF. | TAMANHO | QUANT. | unid. | PESO | PREÇO UNIT. | unid. | TOTAL |
|---|--------------|--------------|----------|-----------|------|--------------|-----------|----------------|
| <u>Preço</u> | <u>7800</u> | <u>18x30</u> | <u>6</u> | <u>kg</u> | | <u>61,00</u> | <u>kg</u> | <u>366,00</u> |
| <u>M</u> | <u>7801</u> | <u>17x27</u> | <u>6</u> | <u>"</u> | | <u>62,30</u> | <u>"</u> | <u>373,80</u> |
| <u>Arma de F</u> | | <u>18</u> | <u>6</u> | <u>"</u> | | <u>58,00</u> | <u>"</u> | <u>348,00</u> |
| <u>Linha Fil</u> | <u>59060</u> | <u>4</u> | <u>1</u> | <u>do</u> | | | <u>do</u> | <u>56,00</u> |
| | | | | | | | | <u>1443,80</u> |
|  | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |

NÃO VALE COMO RECIBO

Total da NOTA (salvo erro ou omissão) Cr\$

AS MERCADORIAS SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES:

| MARCAS | NUM. | QUANT. | ESPECIES | PÊSOS | |
|--------|------|--------|----------|-------|------|
| | | | | Bruto | Liq. |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

RECEBI O MATERIAL ACIMA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DO DESTINATARIO

| CALCULO | | PREÇO | | DEPOSITO | |
|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| EFETUADO POR: | CONFERIDO POR: | CONFERIDO POR: | CONFERIDO POR: | CONFERIDO POR: | CONFERIDO POR: |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

OS ARTIGOS SUJEITOS AO IMPOSTO DE CONSUMO PAGARAM IMPOSTO POR GUIA DA ALFANDEGA OU DAS FABRICAS OU ESTÃO DEVIDAMENTE SELADOS E ROTULADOS.
O imposto de Vendas e consignações foi pago por Verba,
nos termos do Art. 16, § 1.º de Dec. n. 13.883, de 5/5/58.

LOJA - VENDAS

ASSINATURA DO EXPEDIDOR

1343

CDE. 412-imp. em Julho de 1960 por A. Quadros Papéis e Artes Gráficas Ltda. Insc. n. 117.304-R. Yedillo Oroni, 67-Elo de Janeiro- numerada de 64.501 a 69.300-200 Tal. 25x6

COFERMAT

PATENTE DE REGISTRO N.º 46.167
INSCRIÇÃO D. R. M. 111.373

NOTA FISCAL

TALÃO DE 6 VIAS EXPEDIDAS

ORDEM N.º

PEDIDO REP. N.º

INSCRIÇÃO D. R. M. N.º

Cia. Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S/A

Matriz: R. Buenos Aires, 154 - Tel. 43-2968

Depósito: Av. Cidade de Lima, 33 - Tel. 43-3815-RIO DE JANEIRO

SERIE B

Nº 55472 4.ª VIA

remete a: Paulo Moura Ribeiro Cunha estabelecido a

Rua Jose Nazario N.º na cidade de Nesta

Estado de (despacho para) Transporte

consignado a

60 dias Em 2 de Fevereiro de 1960 as seguintes mercadorias:

| ARTIGO | REF. | TAMANHO | QUANT. | unid. | PESO | PREÇO UNIT. | unid. | TOTAL |
|----------------------|-------|---------|--------|-------|------|--|-------|--------|
| Pa. Quad. 9 Int. | 10314 | 4 | 1 | pe | | | | 2,0000 |
| Pedro 75 | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| NÃO VALE COMO RECIBO | | | | | | Total da NOTA (salvo erro ou omissão) Cr\$ | | |
| | | | | | | 20000 | | |

AS MERCADORIAS SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES:

| MARCAS | NUM. | QUANT. | ESPECIES | PESOS | |
|--------|------|--------|----------|-------|------|
| | | | | Bruto | Liq. |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

RECEBI O MATERIAL ACIMA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DO DESTINATARIO

| CALCULO | | PREÇO | DEPOSITO |
|--------------|---------------|---------------|---------------|
| EFETUADO POR | CONFERIDO POR | CONFERIDO POR | CONFERIDO POR |
| | | | |
| | | | |

OS ARTIGOS SUJEITOS AO IMPOSTO DE CONSUMO PAGARAM IMPOSTO POR GUIA DA ALFANDEGA OU DAS FABRICAS OU ESTÃO DEVIDAMENTE SELADOS E ROTULADOS.
O imposto de Vendas e consignações foi pago por Verba,
nos termos do Art. 16, § 1.º do Dec. n. 13.883, de 5/5/58.

LOJA - VENDAS

ASSINATURA DO EXPEDIDOR

13473
Moura

COD. 412-1507, em julho de 1959 por A. Quadros Fugueira e Artes Gráficas Ltda. Ins. n. 117.494-R. Tefêlio Oton, 62-330 de Janeiro numeradas de 54.501 a 59.500-210. Tel. 2530

ORDEM N.º
PEDIDO REP. N.º
INSCRIÇÃO D. R. M. N.º

COFERMAT

Cia. Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S/A
Matriz: R. Buenos Aires, 154 - Tel. 43-2968
Depósito: Av. Cidade de Lima, 33 - Tel. 43-3815-RIO DE JANEIRO

PATENTE DE REGISTRO N.º 46.167
INSCRIÇÃO D. R. M. 111.373

NOTA FISCAL

TALÃO DE 6 VIAS EXPEDIDAS

SERIE B N.º 55581 4.ª VIA

emete a: _____, estabelecido a
N.º 46/1959 na cidade de _____
Estado de _____ (despacho para _____ Transporte _____
consignado a _____
Em 9 de _____ de 1959 as seguintes mercadorias:

| ARTIGO | REF. | TAMANHO | QUANT. | unid. | PESO | PREÇO UNIT. | unid. | TOTAL |
|---|------|----------|--------|-------|------|-------------|-------|--------|
| 1. 3. S. S. S. | 9176 | 7. 1. 3. | 2 | | | 30 | | 260,00 |
| <div>NÃO VALE COMO RECIBO</div> <div>Total da NOTA (salvo erro ou omissão) Cr\$</div> | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |

AS MERCADORIAS SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES:

| MARCAS | NUM. | QUANT. | ESPECIES | PESOS | |
|--------|------|--------|----------|-------|------|
| | | | | Bruto | Liq. |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

RECEBI O MATERIAL ACIMA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DO DESTINATARIO

| CALCULO | | PREÇO | DEPOSITO |
|--------------|---------------|---------------|---------------|
| EFETUADO POR | CONFERIDO POR | CONFERIDO POR | CONFERIDO POR |
| | | | |
| | | | |

OS ARTIGOS SUJEITOS AO IMPOSTO DE CONSUMO PAGARAM IMPOSTO POR GUIA DA ALFANDEGA OU DAS FABRICAS OU ESTÃO DEVIDAMENTE SELADOS E ROTULADOS.
O imposto de Vendas e consignações foi pago por Verba,
nos termos do Art. 16, § 1.º do Dec. n. 13.883, de 5/5/58.

LOJA - VENDAS

ASSINATURA DO EXPEDIDOR

[illegible]

ODE, 442-imp. em Junho de 1960 por A. Queiroz Papéis e Artes Gráficas Ltda. - Insc. n.º 117.404 - R. Teófilo Otoni, 62 - Rio de Janeiro - numerada de 4001 a 9000 - 200 Tal. 25.6

ORDEM N.º 1679
PEDIDO REP. N.º _____
INSCRIÇÃO D. R. M. N.º _____

COFERMAT

Cia. Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S/A
Matriz: R. Buenos Aires, 154 - Tel. 43-2968
Depósito: Av. Cidade de Lima, 33 - Tel. 43-3815 - RIO DE JANEIRO

PATENTE DE REGISTRO N.º 46.167
INSCRIÇÃO D. R. M. 111.373

**NOTA FISCAL
DE VENDA**

TALÃO DE 6 VIAS EXPEDIDAS

SERIE T Nº 7154 4.ª VIA

remete a: Coronel Mrauc Ribeiro Coelho. estabelecido e
Japure 55 apt. 7-15 - Bairro Bk Vta N.º _____ na cidade de 3. Paulo
Estado de 3 Paulo (despacho para Transporte
lua posto para entrega - junto ao nº 101 - Lda do Governador
consignado a _____
Em 10 de 12 de 19 60 as seguintes mercadorias:

| ARTIGO | REF. | TAMANHO | QUANT. | unid. | PESO | PREÇO UNIT. | unid. | TOTAL |
|-----------------------------------|--------------|-----------------|-----------|-----------|--|---------------|-----------|------------------|
| <u>Agulha Beuno Unstado</u> | <u>602 m</u> | <u>15x15</u> | <u>14</u> | <u>m²</u> | | <u>410 00</u> | <u>m²</u> | <u>5 740 00</u> |
| <u>Calha int Bco</u> | | <u>34 m</u> | <u>5</u> | <u>mL</u> | | <u>70 00</u> | <u>mL</u> | <u>350 00</u> |
| <u>" ext. Bco</u> | | <u>22 "</u> | <u>4</u> | <u>mL</u> | | <u>70 00</u> | <u>"</u> | <u>280 00</u> |
| <u>Agulha amando pup</u> | | <u>24x15x15</u> | <u>17</u> | <u>m²</u> | | <u>600 00</u> | <u>m²</u> | <u>10 200 00</u> |
| <u>Calha " ext</u> | | <u>60 m</u> | <u>9</u> | <u>mL</u> | | <u>145 00</u> | <u>mL</u> | <u>1 305 00</u> |
| <u>" " int.</u> | | <u>40 m</u> | <u>6</u> | <u>mL</u> | | <u>115 00</u> | <u>mL</u> | <u>690 00</u> |
| <u>Canto Bolado à esquerda</u> | | <u>29x12</u> | <u>2</u> | <u>pc</u> | | <u>300 00</u> | <u>pc</u> | <u>600 00</u> |
| <u>Dezcan " de 1 lado Unstado</u> | | <u>29x12</u> | <u>9</u> | <u>pc</u> | | <u>25 00</u> | <u>"</u> | <u>225 00</u> |
| <u>Canto Bolado à direita</u> | | <u>29x12</u> | <u>2</u> | <u>"</u> | | <u>300 00</u> | <u>"</u> | <u>600 00</u> |
| | | | | | | | | <u>18640 00</u> |
| | | | | | | | | <u>300 00</u> |
| | | | | | | | | <u>18940 00</u> |
| NÃO VALE COMO RECIBO | | | | | Total da NOTA (salvo erro ou emissão) Cr\$ | | | |

AS MERCADORIAS SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES:

| MARCAS | NUM. | QUANT. | ESPECIES | PÊSOS | |
|--------|------|-----------|---------------------------|------------|------|
| | | | | Bruto | Liq. |
| | | <u>20</u> | <u>agradados - Agulha</u> | <u>332</u> | |
| | | <u>1</u> | <u>caixa degnis</u> | <u>23</u> | |

RECEBI O MATERIAL ACIMA:

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DO DESTINATARIO

| CALCULO | | PREÇO | DEPOSITO |
|-------------|----------------|----------------|----------------|
| REPUADO POR | CONFERIDO POR. | CONFERIDO POR. | CONFERIDO POR. |
| <u>W</u> | | | |

OS ARTIGOS SUJEITOS AO IMPOSTO DE CONSUMO PAGARAM IMPOSTO POR GUIA DA ALFANDEGA OU DAS FABRICAS OU ESTÃO DEVIDAMENTE SELADOS E ROTULADOS
O imposto de Vendas e Consignações foi pago por Verba,
nos termos do Art. 16, § 1.º do Dec. n. 13.883, de 5/5/58.

V E N D A S

ASSINATURA DO EXPEDIDOR



COFERMAT

CIA. BRASILEIRA DE FERRO E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO S. A.
Rua Buenos Aires, 154 - Telefone 43-2968 - Caixa Postal 145
SÃO PAULO - CURITIBA - UBERLÂNDIA - BAURÚ - BELO HORIZONTE - CAMPOS - BRASÍLIA

Rio de Janeiro, 31 DE JANEIRO DE 1961

O(s) Ilmo(s). Snr(s). M 679 MOACIR RIBEIRO COELHO

Estabelecido(s) a RUA JAPURA Nº 55-APTº Nº 15 B.BELA VISTA
SÃO PAULO-EST.DE SÃO PAULO

Cia. Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S/A., estabelecida a Rua Buenos Aires, 154 - nesta
Inscrição D. R. M. 111.373

Insc. D.R.M.:
DEVE(M) a "COFERMAT"
Patente de Registro 46 167

| FATURA | | | | DUPLICATA | | |
|---|----------|---------|-----------|------------------|--------|------------|
| NÚMERO | COP. N.º | FL. N.º | DATA | SELOS | NÚMERO | VENCIMENTO |
| 90.647 | 331.647 | | 31 JAN 61 | SELADO POR VERBA | 90.647 | 31. 3 61. |
| sua compra de mercadorias, abaixo detalhadas, constantes desta Fatura, original, no total de: | | | | | | 2.637,00 |
| DOIS MIL SEISCENTOS E TRINTA E SETE CRUZEIROS | | | | | | |

pagavel nesta praça no vencimento supra citado.

AS MERCADORIAS SUJEITAS AO IMPOSTO DE CONSUMO FORAM DEVIDAMENTE SELADAS

| DATA | NÚMERO DE INSCRIÇÃO | N.º NOTA FISCAL | N.º ORDEM | DÉBITO | CRÉDITO | TOTAL |
|---|---------------------|-----------------|-----------|----------|---------|-------------|
| 2 JAN 61 | 670. | T 7.434 | 2.300 | 1.206,00 | T | 1.206,00 S- |
| 2 JAN 61 | 670. | T 7.468 | 2.352 | 231,00 | T | 1.437,00 S- |
| 2 JAN 61 | 670. | T 7.479 | 2.365 | 1.200,00 | T | 2.637,00 S- |
| A DUPLICATA SERÁ APRESENTADA PELA NOSSA MATRIZ SITA A | | | | | | |
| RUA FLORENCIO DE ABREU, 315 - SÃO PAULO | | | | | | |

20.000-11-59
CDE-407

ESTA FATURA NÃO TEM VALOR COMO RECIBO
AS CONTAS INFERIORES A CR\$ 1.000,00 NÃO TÊM DIREITO A DESCONTO

OS ARTIGOS SUJEIT

O imposto de Venda

nos termos do Art. 1

nos termos do

2 A D N D S

ASSINATURA DO EXPEDIDOR

ORDEM N.º 2365

PEDIDO REP. N.º

INSCRIÇÃO D. R. M. N.º

COFERMAT

Cia. Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S/A

Matriz: R. Buenos Aires, 154 - Tel. 43-2968

Depósito: Av. Cidade de Lima; 33 - Tel. 43-3815-RIO DE JANEIRO

PATENTE DE REGISTRO N.º 46.167
INSCRIÇÃO D. R. M. 111.373

**NOTA FISCAL
DE VENDA**

TALÃO DE 6 VIAS EXPEDIDAS

SERIE T N.º 7479 4.ª VIA

emite-se: Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, estabelecido em

N.º na cidade de

Estado de (despacho para Transporte

Rua Justo Paes em Ferreira da Silva do Governador consignado a

Em 28 de 12 de 19 as seguintes mercadorias: 14.640.-

| ARTIGO | REF. | TAMANHO | QUANT. | unid. | PESO | PREÇO UNIT. | unid. | TOTAL |
|--|-------|---------------|--------|-------|------|-------------|-------|----------|
| Conjunto c/ murmurant do chuveiro com fac | 28483 | EF. 4" x 1/2" | 1 | Emp. | | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| NÃO VALE COMO RECIBO | | | | | | | | |
| Total da NOTA (salvo erro ou emissão) Cr\$ | | | | | | | | |

AS MERCADORIAS SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES:

| MARCAS | NUM. | QUANT. | ESPECIES | PÊSOS | |
|--------|------|--------|----------------|-------|------|
| | | | | Bruto | Liq. |
| | | 1 | parte chuveiro | 1 | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

RECEBI O MATERIAL ACIMA:

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DO DESTINATARIO

CALCULO

PREÇO

DEPOSITO

EFETUADO
POR

CONFERIDO
POR

CONFERIDO
POR

CONFERIDO
POR

OS ARTIGOS SUJEITOS AO IMPOSTO DE CONSUMO PAGARÃO IMPOSTO POR GUIA DA ALFANDEGA OU DAS FABRICAS OU ESTÃO DEVIDAMENTE SELADOS E ROTULADOS
O imposto de Vendas e Consignações foi pago por Verba,
nos termos do Art. 16, § 1.º do Dec. n. 13.883, de 5/5/58.

V E N D A S

ASSINATURA DO EXPEDIDOR

remote @

Depósito: Av. Cidade de Lima, 33 - Tel. 43-3815-RIO DE JANEIRO

TALÃO DE 6 VIAS EXPEDIDAS

SERIE T N° 7434 4.ª VIA

Estado da _____ (despacho para _____ Transporte _____)
 Sua foto passou bem e foi consignado a _____
 Em 26 de 12 de 1960 as seguintes mercadorias: M-670-

NÃO VALE COMO RECIBO

Total da NOTA (salvo erro ou emissão) Cr\$

RECEBI O MATERIAL ACIMA:

| ASSINATURA DO REPRESENTANTE DO DESTINATARIO | | | |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|
| CALCULO | | PREÇO | DEPOSITO |
| EFETUADO POR | CONFERIDO POR. | CONFERIDO POR. | CONFERIDO POR. |
| Walter | | | |

OS ARTIGOS SUJEITOS AO IMPOSTO DE CONSUMO PAGARAM IMPOSTO POR GUIA DA ALFANDEGA OU DAS FABRICAS OU ESTÃO DEVIDAMENTE SELADOS E ROTULADOS

O imposto de Vendas e Consignações foi pago por Verba,

nos termos do Art. 16, § 1.º do Dec. n. 13.883, de 5/5/58.

V E N D A S

ASSINATURA DO EXPEDIDOR

VENDA

ASSINATURA DO EXPEDIDOR

nos termos do



COFERMAT

CIA. BRASILEIRA DE FERRO E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO S. A.
Rua Buenos Aires, 154 — Telefone 43-2968 — Caixa Postal 145
RIO DE JANEIRO
SÃO PAULO — CURITIBA — UBERLÂNDIA — BAURÚ — BELO HORIZONTE — CAMPOS — BRASÍLIA

Rio de Janeiro 31 de dezembro de 1.960

O(s) Ilmo(s). Snr(s). (M 670) MOACIR RIBEIRO COELHO

Estabelecido(s) a RUA JAPURA Nº 55-APTº Nº 15 (BAIRRO BELA VISTA) D.R.M.:

SÃO PAULO-EST. DE SÃO PAULO

DEVE(M) a "COFERMAT"

Cia. Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S/A., estabelecida a Rua Buenos Aires, 154 - nesta
Inscrição D. R. M. 111.378 Patente de Registro 46.167

FATURA

DUPLICATA

| NÚMERO | COP. N.º | FL. N.º | DATA | SELOS | NÚMERO | VENCIMENTO | IMPORTÂNCIA |
|--------|----------|-----------|------|------------------|--------|------------|-------------|
| 89.499 | 330.499 | 31 DEZ 60 | | SELADO POR VERBA | 89.499 | 28. 2 61. | 12.456,50 |

sua compra de mercadorias, abaixo detalhadas, constantes desta Fatura, original, no total de:

-X-X-X- DOZE MIL QUATROCENTOS E CINCOENTA E SEIS CRUZELOS E CINCOENTA CENTAVOS

pagavel nesta praça no vencimento supra citado.

AS MERCADORIAS SUJEITAS AO IMPOSTO DE CONSUMO FORAM DEVIDAMENTE SELADAS

| DATA | NÚMERO DE INSCRIÇÃO | N.º NOTA FISCAL | N.º ORDEM | DÉBITO | CRÉDITO | TOTAL |
|-----------|---------------------|-----------------|-----------|-----------|---------|--------------|
| 23 DEZ 60 | 670 | T 7.418 | 2.235 | 290,00 | T | 290,00 S- |
| 23 DEZ 60 | 670 | T 7.407 | 2.235 | 12.166,50 | T | 12.456,50 S- |

20.000-11-59
CDE-407

ESTA FATURA NÃO TEM VALOR COMO RECIBO
AS CONTAS INFERIORES A CR\$ 1.000,00 NÃO TÊM DIREITO A DESCONTO

NOTA FISCAL
DE VENDA

NOTA DE 6 VIAS EXPEDIDAS

7407

4.ª VIA

estabelecido e

parte

meias: 14.670-1

| PREC. | unid. | TOTAL |
|---------|-------|---------|
| 3000 | | 3000 |
| 1500 | | 1500 |
| 10500 | | 10500 |
| 212750 | | 212750 |
| 145500 | | 145500 |
| 18000 | | 18000 |
| 14400 | | 14400 |
| 18000 | | 18000 |
| 240000 | | 240000 |
| 55000 | | 55000 |
| 1209150 | | 1209150 |
| 7500 | | 7500 |
| 1216650 | | 1216650 |

MATERIAL ACIMA:

CDR. 442 Imp. em Junho de 11

| | | |
|---|----------|----------|
| 3 | unidades | unidades |
| 2 | 1 | perda |
| 1 | peça | unidade |
| 1 | unidade | unidade |

ASSINATURA DO REPRINTE DO DESTINATARIO

CALCULO PREÇO DEPOSITO

| EFETUADO POR | CONFERIDO POR | CONFERIDO POR | CONFERIDO POR |
|--------------|---------------|---------------|---------------|
| | | | |

OS ARTIGOS SUJEITOS AO IMPOSTO DE CONSUMO PAGARAM IMPOSTO POR GUIA PANDEGA OU DAS FABRICAS OU ESTÃO DEVIDAS SELADOS E ROTULADOS
O imposto de Vendas e Consignações foi pago por Verba,
nos termos do Art. 16, § 1.º do Dec. n. 13.883, de 5/5/58.

V E N D A S

ASSINURA DO EXPEDIDOR

CDR. 442 Imp. em Junho de 1960 por A. Queros Papéis e Artes Gráficas Ltda. - Inc. n.º 117.404 - R. T-6 filio Ottoni, 62 - Rio de Janeiro, numeradas de 4.001 a 9.000-200 Tal. 25,6

ORDEM N.º 2235

PEDIDO REP. N.º

INSCRIÇÃO R. M. N.º

emitido em 23 de 12 de 1960 em Ilha Ol. Sorocaba estabelecido em

Estado de Rio de Janeiro (despacho para Ilha Ol. Sorocaba Transporte

consignado a Envia de 23 de 12 de 1960 as seguintes meias: 14.670.1

| ARTIGO | REF. | TAMANHO | QUANT. | unid. | PESO | PREÇ. | unid. | TOTAL |
|--|------|---------|--------|-------|------|-------|-------|---------|
| Alfulejo amarelo | | 1511 | 3 | 1/2 | | 6000 | | 3000 |
| Sabonete Bta int | | | 2 | pes | | 1500 | | 3000 |
| Concha Bta int | | | 4 | pes | | 1500 | | 10500 |
| Calha int. amarela | | | 1850 | int | | 11500 | | 212750 |
| Bolado azul 42 | | | 13 | int | | 13500 | | 175500 |
| Concha int. amarela | | | 12 | pes | | 1500 | | 18000 |
| Capoto terminacao int. azul | | | 12 | | | 1200 | | 14400 |
| Chuveiro completo 6/10 W. 24015. Local | | | 1 | | | 18000 | | 180000 |
| Uso. Sinfonado. preto 21573 Standard 5 | | | 1 | | | 24000 | | 240000 |
| Arandela azul 42 24503 | | | 1 | pes | | 55000 | | 55000 |
| Total da NOTA (salvo ou emissão) Cr\$ | | | | | | | | 1209150 |
| NÃO VALE COMO RECIBO | | | | | | | | 7500 |
| | | | | | | | | 1216650 |

| AS MERCADORIAS SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES: | | | | PESOS | |
|---|------|--------|--|-------|------|
| MARCAS | NUM. | QUANT. | ESPECIES | Bruto | Liq. |
| | | 3 | Alfulejo amarelo | | |
| | | 2 | Sabonete Bta int | | |
| | | 1 | Concha Bta int | | |
| | | 1 | Calha int. amarela | | |
| | | 1 | Bolado azul 42 | | |
| | | 1 | Concha int. amarela | | |
| | | 1 | Capoto terminacao int. azul | | |
| | | 1 | Chuveiro completo 6/10 W. 24015. Local | | |
| | | 1 | Uso. Sinfonado. preto 21573 Standard 5 | | |
| | | 1 | Arandela azul 42 24503 | | |

RECEBI O MIERIAL ACIMA:

| ASSINATURA DO REPRINTE DO DESTINATARIO | | | |
|--|---------------|---------------|---------------|
| CALCULO | PREÇO | DEPOSITO | |
| EFETUADO POR | CONFERIDO POR | CONFERIDO POR | CONFERIDO POR |
| | | | |

OS ARTIGOS SUJEITOS AO IMPOSTO DE CONSUMO PAGARAM IMPOSTO POR GUIA ANDEGA OU DAS FABRICAS OU ESTÃO DEVIDAS SELADOS E ROTULADOS
O imposto de Vendas e Consignações foi pago por Verbo,
nos termos do Art. 16, § 1.º do Dec. n. 13.883, de 5/5/58.

V E D A S

ASSINURA DO EXPEDIDOR

CDR. 442-imp. em Junho de 1960 por A. Queiroz Papéis e Artes Gráficas Ltda. - Ins. n.º 117.404 - R. Teófilo Otoni, 89 - Rio de Janeiro, numerada de 4.001 a 9.000-200 Tal. 25x6

ORDEM N.º 1679
PEDIDO REP. N.º _____
INSCRIÇÃO D. R. M. N.º _____

COFERMAT

Cia. Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S/A
Matriz: R. Buenos Aires, 154 Tel. 43-2968
Depósito: Av. Cidade de Lima, 33 Tel. 43-3815-RIO DE JANEIRO

PATENTE DE REGISTRO N.º 46.167
INSCRIÇÃO D. R. M. 111.873

NOTA FISCAL DE VENDA

TALÃO DE 6 VIAS EXPEDIDAS

SERIE T N.º 7154 5.ª VIA

emite-se a: Coonel Murack Ribeiro Coelho, estabelecido em
Paraná 55 apt.º T.15 - Bairro Bl. Vista na cidade de 3. Paulo
Estado de 3. Paulo (despacho para Transporte
uma posto para entrega - junto ao nº 101 - linha do ferroviária
consignado a _____
Em 10 de 12 de 19 60 as seguintes mercadorias:

| ARTIGO | REF. | TAMANHO | QUANT. | unid. | PESO | PREÇO UNIT. | unid. | TOTAL |
|---|-------|---------|--------|-------|------|-------------|-------|-----------|
| Agulha Beano Unidada | 603/m | 151K | 14 | ml | | 410 00 | ml | 5 740 00 |
| Calha int. Bco | | 30K | 5 | ml | | 70 00 | ml | 350 00 |
| " ext. Bco | | 22 | 4 | ml | | 70 00 | " | 280 00 |
| Arrelo amando fup | | MR-15K | 14 | ml | | 60 00 | ml | 10 200 00 |
| Enlhar " ext | | 60K | 9 | ml | | 115 00 | ml | 1 035 00 |
| " " int. | | 40K | 6 | ml | | 115 00 | ml | 690 00 |
| Cinto Bolado a esquerda | 29113 | | 2 | un | | 3000 | " | 6000 |
| Depoan " de lado direito | 29113 | | 9 | un | | 2500 | " | 22500 |
| Cinto Bolado a direita | 29113 | | 2 | " | | 3000 | " | 6000 |
| | | | | | | | | 18640 00 |
| | | | | | | | | 300 00 |
| | | | | | | | | 18940 00 |
| NÃO VALE COMO RECIBO | | | | | | | | |
| Total da NOTA (salvoro ou emissão) Cr\$ | | | | | | | | |

| AS MERCADORIAS SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES: | | | | PESOS | |
|---|------|--------|-----------------|-------|------|
| MARCAS | NUM. | QUANT. | ESPECIES | Bruto | Liq. |
| | | 20 | agradados - 4ml | 332 | |
| | | 1 | caixa de papel | 23 | |

| RECEBI O MATERIAL ACIMA: | | | |
|---|---------------|---------------|---------------|
| ASSINATURA DO REPRESENTANTE DO DESTINATARIO | | | |
| CALCULO | | PREÇO | DEPOSITO |
| EFETUADO POR | CONFERIDO POR | CONFERIDO POR | CONFERIDO POR |
| W | | | |

OS ARTIGOS SUJEITOS AO IMPOSTO DE CONSUMO PAGARAM IMPOSTO POR GUIA DAFANDEGA OU DAS FABRICAS OU ESTÃO DEVIDAMENTE SELADOS E ROTULADOS
O imposto de Vendas e Consignações foi pago por Verba,
nos termos do Art. 16, § 1.º do Dec. n. 13.883, de 5/5/58.

V E N D A S

ASSINATURA DO EXPEDIDOR

Rebo lento de sêlo propor
ciâl por se referir a ven-
do do comerciante, (ou indus-
trial) para fins mercantis.

"COFERMAT", Cia. Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S. A.



CIA. BRASILEIRA DE FERRO E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO S. A.
Rua Buenos Aires, 154 — Telefone 43-2968 — Caixa Postal 145
RIO DE JANEIRO
SÃO PAULO — CURITIBA — UBERLÂNDIA — BAURÚ — BELO HORIZONTE — CAMPOS — BRASÍLIA

Insc. D.R.M.:

DEVE(M) a "COFERMAT"

Cia. Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S/A, estabelecida a Rua Buenos Aires, 154 - nesta
Inscrição D.R.M. 111.373 Patente de Registro 46.167

| F A T U R A | | | | D U P L I C A T A | | | |
|-------------|----------|---------|-----------|-------------------|--------|------------|-------------|
| NÚMERO | COP. N.º | FL. N.º | DATA | SELOS | NÚMERO | VENCIMENTO | IMPORTÂNCIA |
| 77.588 | 318 | 588 | 31 MAR 60 | SELADO POR VERBA | 77.588 | 31. 5 60. | 11.600,00 |

Valôr de sua compra de mercadorias, constantes de nossa fatura acima indicada, no valôr de:

ONZE MIL E SEISCENTOS CRUZEIROS -X

Reconhe^{ço} a exatidão desta **DUPLICATA**
na importância acima que pagar^{ei} a

"COFERMAT" Cia. Brasileira de Ferro e Mat. de Construção S. A., nesta praça, no vencimento supra.

Para pagamento dentro de 30 dias da data da emissão, desconto de 2%
passados os 30 dias sem desconto.

CDE.441-Impr: em Abril de 1959 por A. Guai-

NÃO VALE COMO RECIBO

RECEBI O MATERIAL ESPECI

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DO DESTINATÁRIO

| | | | |
|--------|--------------|--------------|--------------|
| ESTADO | CONTRIBUCION | CONTRIBUCION | DEPOSITO |
| FOR. | FOR. | CONTRIBUCION | CONTRIBUCION |

.....
ASSINATURA DO EXPEDIDOR

CIDE 441-Imp. em Abril de 1969 por A. Quilhos Fapila e Artes Gráficas Ltda. Inc. n.º 117.494-R, Teófilo Ottoni, 82-Rio de Janeiro - numeradas de 50001 a 56250 - 250 Tel. 25x6

ORDEM N.º 4790

PEDIDO REP. N.º

INSCRIÇÃO NO D. R. M. N.º

emete a: Bel. Moacir Ribeiro Coelho

Rua José Higino apto 201

Estado de Rio de Janeiro (despacho para Ilha do Governador)

Rua Jansen Ferreira de Lado do nº 101 (Ola) Guanabara

consignado a Ilha do Governador

Em 19 de 30 de 19 60

as seguintes mercadorias:

| ARTIGO | REF. | TAMANHO | QUANT. | unid. | PESO | PREÇO UNIT. | unid. | TOTAL |
|--|----------|---------|--------|-------|------|-------------|-------|-----------|
| Vergalhões ferro | 10/12 mm | 1/4" | 5 | Am | 400 | 29 00 | kg | 11 600 00 |
| NÃO VALE COMO RECIBO | | | | | | | | |
| Total da NOTA (salvo erro ou omissão) Cr\$ | | | | | | | | 11 600 00 |

AS MERCADORIAS SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES:

| MARCAS | NUM. | QUANT. | ESPECIES | PESOS | |
|--------|------|--------|----------|-------|------|
| | | | | Bruto | Liq. |
| | | 5 | Amarados | 400 | |

RECEBI O MATERIAL ACIMA:

| ASSINATURA DO REPRESENTANTE DO DESTINATARIO | | | |
|---|---------------|---------------|---------------|
| CALCULO | | PREÇO | DEPOSITO |
| EFETUADO POR | CONFERIDO POR | CONFERIDO POR | CONFERIDO POR |
| | | | |

OS ARTIGOS SUJEITOS AO IMPOSTO DE CONSUMO PAGARAM IMPOSTO POR GUIA DA ALFANDEGA OU DAS FABRICAS OU ESTÃO DEVIDAMENTE SELADOS E ROTULADOS

O Imposto de Vendas e Consignações foi pago por Verba, nos termos do Art. 16, § 1.º do Dec. n.º 13.883, de 5/5/58.

V E N D A S

ASSINATURA DO EXPEDIDOR

PATENTE DE REGISTRO N.º 46.167

INSCRIÇÃO D. R. M. 111.373

NOTA FISCAL

DE VENDA

TALÃO DE 6 VIAS EXPEDIDAS

SERIE K

N.º 55111 4.ª VIA

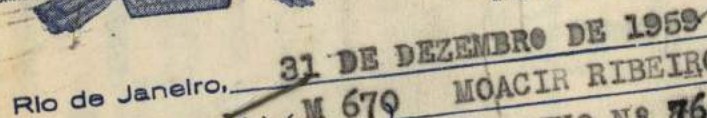
COFERMAT

Cia. Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S/A

Matriz: R. Buenos Aires, 154 - Tel. 43-2968

Deposito: Av. Cidade de Lima, 33 - Tel. 43-3815 - RIO DE JANEIRO

C O F E R M A
CIA. BRASILEIRA DE FERRO E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO S. A.
Rua Buenos Aires, 154 — Telefone 43-2968 — Caixa Postal 145
RIO DE JANEIRO
SÃO PAULO — CURITIBA — UBERLÂNDIA — BAURÚ — BELO HORIZONTE — CAMPOS — BRASÍLIA



Rio de Janeiro, 31 DE DEZEMBRO DE 1989
M 679 MOACIR RIBEIRO COELHO
Nº 36-APTº Nº

O(s) lmo(s). Snr(s). (

Rio de Janeiro, 31 DE DEZEMBRO DE 1955
O(s) Ilmo(s). Snr(s). (M 679) MOACIR RIBEIRO COELHO
Estabelecido(s) a RUA JOSE HIGINO Nº 76-APTº Nº 201
N E S T A
Materiais de Construção S/A., estabelecido

Estabelecido(s) a RUA JOSE
NESTA
Cia. Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S/A.,
C.P.M. 111.373

Insc. D.R.M.:

Insc. D.R.M.:
DEVE(M) a **"COFERMAT"**
 ua Buenos Aires, 154 - nesta
 Patente de Registro 46 167

Cia. Brasileira de
Inscrição D. R. M. 111.373

| | | | | | | |
|---|----------|--|------------------|-----------|------------|-------------|
| Estabelecido(s) a | | Cia. Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S/A., estabelecida em | | DUPLICATA | | IMPORTANCIA |
| Inscrição D. R. M. 111.373 | | ROSA | | NÚMERO | VENCIMENTO | 8.659,20 |
| FATURA | | DATA | SELOS | | | |
| NÚMERO | COP. N.º | FL. N.º | SELADO POR VERBA | | | |
| 74.450 | 315.450 | 31 DEZ 59 | | 74.450/ | 28. 2 60. | |
| Cidades, abaixo detalhadas, constantes desta Fatura, original, no total de: | | | | | | |
| X-VS CRUZEIRAS E VINTE CENTAVOS XIX XIX XIX XIX | | | | | | |

| | | | | | | | |
|-----------------------|--|----------------------------|--|-----------|--|------------------|--|
| Cia. Brasileira de... | | Inscrição D. R. M. 111.373 | | NÚMERO | | 28. 2 60. | |
| F A T U R A | | DATA | | SELOS | | 74.450/ | |
| NÚMERO | | COP. N.º | | FL. N.º | | SELADO POR VERBA | |
| 74.450 | | 315.450 | | 31 DEZ 59 | | | |

sua compra de mercadorias, abaixo detalhadas, constantes desta Fatura, original, no total de:

OITO MIL SEISCENTOS E CINQUENTA E NOVE CRUZEIROS E VINTE CENTAVOS

pagavel nesta praça no vencimento supra citado.

| no vencimento supra citado. | |
|---|---------|
| AS MERCADORIAS SUJEITAS AO IMPOSTO DE CONSUMO FORAM DEVIDAMENTE SELADAS | |
| DÉBITO | CRÉDITO |

| pagavel nesta praça no vencimento supra citado. | | | | | |
|---|---------------------|-----------------|-----------|-------------|-------------|
| AS MERCADORIAS SUJEITAS AO IMPOSTO DE CONSUMO FORAM DEVIDAMENTE SELADAS | | | | | |
| DATA | NÚMERO DE INSCRIÇÃO | N.º NOTA FISCAL | N.º ORDEM | DÉBITO | CRÉDITO |
| 17 DEZ 59 | 670 | K 53.698 | 1.669 | 6.759,20 S. | |
| 18 DEZ 59 | 670 | T 227 | 1.746 | 1.900,00 T | |
| | | | | | TOTAL |
| | | | | | 6.759,20 S. |
| | | | | | 8.659,20 S. |

A duplicata co.respondente "
esta fatura será apresentada por
Frances Italiano
ou seus representantes

ESTA FATURA NÃO TEM VALOR COMO RECIBO
VALORES A CR\$ 1.000,00 NÃO TÊM DIREITO A DESCONTO

A duplicata co.respondente "
esta fatura será apresentada priv
Frances Italiano
ou seus representantes

ESTA FATURA NÃO TEM VALOR COMO RECIBO
AS CONTAS INFERIORES A CR\$ 1.000,00 NÃO TÊM DIREITO A DESCONTO

20.000-11-59
CDE-407

TALÃO DE 6 VIAS EXPEDIDAS

PATENTE DE REGISTRO N.º 46.167
INSCRIÇÃO D. R. M. 111.373

OS ARTIGOS SUJEITOS AO IMPOSTO DE CONSUMO PAGARAM IMPOSTO POR GUIA DA ALFANDEGA OU DAS FABRICAS OU ESTÃO DEVIDAMENTE SELADOS E ROTULADOS

O Imposto de Vendas e Consignações foi pago por Verba,
nos termos do Art. 16, §1.º do Dec. n.º 13.883, de 5/5/58.

V E N D A S

ASSINATURA DO EXPEDIDOR

VENDAS

ASSINATURA DO ENVEDADOR

LADRILHOS HIDRAULICOS
"SIL"

MOSAICOS E CERAMICAS - TIJOLOS REFRATARIOS
"CVA"

ESC. DE DEPOSITO:
127 RUA FREI CANECA - 131
FONE. 32-1720
REDE INTERNA
END. TELEGR. MONCRUZ



Montes Cruz & Cia. Ltda

MANILHAS DE BARRO - CI-
MENTOS - FOGÕES - AZULE-
JOS - LOUÇAS SANITÁRIAS

MONTES, CRUZ & CIA. LTDA., ESTABELECIDOS À RUA

FREI CANECA N.ºS 127/131, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, DISTRITO FEDERAL, PATENTE
DE REGISTRO N.º 502.315, INSCRIÇÃO N.º 102.135, REMETE A:

NOTA FISCAL

Nº 94366

ESTABELECIDO À N.º

NA CIDADE DE ESTADO DE

(EXTRAIDA EM 2 VIAS)

SERIE B
1.ª VIA

EM DE 22 Janeiro 58 DE 19 AS SEGUINTE MERCADORIAS:

| QUANTIDADE | UNIDADE | DESCRIÇÃO DAS MERCADORIAS | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
|--|---------|---------------------------|----------------|--------|
| | | MO - Lapidato Marim | | |
| | | Cedim n.º 45000 | | |
| | | 40 sacos cimento Marim | 11,70 | 468,00 |
| <div>TODAS AS MERCADORIAS CONTAS DESTA NOTA DE ENTREGA SUJEITAS AO IMPOSTO DE CONSUMO, PAGAM O SPEQVO IMPOSTO, TENDO SIDO CUMPRIDAS TODAS AS FORMALIDADES DE BAISE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.</div> <div><p>RECIBIMOS</p><p>Rio de Janeiro 22 de Janeiro 1958</p><p>por MONTES CRUZ & CIA. LTDA.</p><p>Fls. 12</p><p>RESERVA NACIONAL</p><p>CR\$ 150</p><p>DE 19</p></div> | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

NATUREZA DA OPERAÇÃO: VENDA A VISTA

VALOR DAS MERCADORIAS..... CR\$

ASSINATURA DO EXPEDIDOR

IMPOSTO DE CONSUMO..... CR\$

SELADO COM CR\$

TOTAL DA NOTA..... CR\$

AS MERCADORIAS ACIMA SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES:

| MARCA | NÚMEROS | QUANTIDADE | ESPÉCIES | PÊSO BRUTO | PÊSO LÍQUIDO |
|-------|---------|------------|----------|------------|--------------|
| | | | | | |
| | | | | | |

MOSAICOS E CERAMICAS - TIJOLOS REFRATARIOS
"CVA"

ESC. E DEPOSITO:
127 - RUA THEI CANECA 131
FONE:
32-1770
REDE INTERNA
END. TELEGR.:
MONCRUZ

MANILHAS DE BARRO - CIMENTOS - FOGÕES - AZULEJOS - LOUÇAS SANITÁRIAS



Montes, Cruz & Cia L^{da}

MONTES, CRUZ & CIA. LTDA., ESTABELECIDOS Á RUA

FREI CANECA N.ºs 127/131, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, DISTRITO FEDERAL, PATENTE DE REGISTRO N.º 502.315, INSCRIÇÃO N.º 102.135 REMETE A:

NOTA FISCAL

Nº 95614

ESTABELECIDO Á _____ N.º _____

(EXTRAIDA EM 4 VIAS)

NA CIDADE DE _____ ESTADO DE _____

SERIE B
1.^A VIA

EM 26 DE Maio DE 1968, AS SEGUINTE MERCADORIAS:

| QUANTIDADE | UNIDADE | DESCRIÇÃO DAS MERCADORIAS | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
|------------|---------|---------------------------|----------------|---------|
| | | MZ - Lerpoint e Jauá | | |
| | | Baum no 60377 | | |
| | | 35 sacos cimento Jauá | 110,70 | 3874,50 |

Br de Jauá
M. de J. de 1958
C-5109
de 1958

NATUREZA DA OPERAÇÃO: VENDA A VISTA

VALOR DAS MERCADORIAS..... CR\$

IMPOSTO DE CONSUMO..... CR\$

SELADO COM CRS

TOTAL DA NOTA CR\$

AS MERCADORIAS ACIMA SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES:

| MARCA | NÚMEROS | QUANTIDADE | ESPÉCIES | PÊSO BRUTO | PÊSO LÍQUIDO |
|-------|---------|------------|----------|------------|--------------|
| | | | | | |
| | | | | | |

LADRILHOS HIDRAULICOS
"SIL"

MOSAICOS E CERAMICAS - TIJOLOS REFRATARIOS
"CVA"

ESC. E DEPOSITO:

127 RUA FREI CANECA - 131

FONE:

3/2-1770

REDE INTERNA

END. TELEGR:

MONCRUZ

MANILHAS DE BARRO - CI-
MENTOS - FOGÕES - AZULE-
JOS - LOUÇAS SANITARIAS



Montes Cruz & Cia Ltda

MONTES, CRUZ & CIA. LTDA., ESTABELECIDOS Á RUA

FREI CANECA N.ºS 127/131, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, DISTRITO FEDERAL, PATENTE
DE REGISTRO N.º 502.315, INSCRIÇÃO N.º 102.135, REMETE A:

NOTA FISCAL

Nº 96816

ESTABELECIDO Á

N.º

NA CIDADE DE

ESTADO DE

(EXTRAIDA EM 4 VIAS)

SERIE B

1.ª VIA

EM DE

DE 19 58, AS SEGUINTE MERCADORIAS:

| QUANTIDADE | UNIDADE | DESCRIÇÃO DAS MERCADORIAS | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
|--|---------|---------------------------|----------------|-------|
| | | 1000 - Lapidaria Marim | | |
| | | Asadem de boya | | |
| 30 | | Iron Cement Marim | 160 40000 | |
| <div>TODAS AS MERCADORIAS CONSTANTES DESTA NOTA DE ENTREGA SUJEITAS AO IMPOSTO DE CONSUMO, PAGAM O RESPECTIVO IMPOSTO, TENDO SIDO CUMPRIDAS TODAS AS FORMALIDADES LEGAIS DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.</div> <div>RECEBEMOS Rio de Janeiro, 24 de Abril de 1958 por MONTES, CRUZ & CIA. LTDA. </div> | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

NATUREZA DA OPERAÇÃO: VENDA A VISTA

VALOR DAS MERCADORIAS.....

CR\$

IMPOSTO DE CONSUMO.....

CR\$

ASSINATURA DO EXPEDIDOR

SELADO COM CR\$

TOTAL DA NOTA.....

CR\$

AS MERCADORIAS ACIMA SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES:

| MARCA | NÚMEROS | QUANTIDADE | ESPÉCIES | PÊSO BRUTO | PÊSO LÍQUIDO |
|-------|---------|------------|----------|------------|--------------|
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

LADRILHOS HIDRAULICOS
"SIL"

MOSAICOS E CERAMICAS - TIJOLOS REFRATARIOS
"CVA"

ESC. E DEPOSITO:

127-131, RUA FREI CANECA - 131

FONE:

32-1770

REDE INTERNA

END. TELEGR:

MONCRUZ

MANILHAS DE BARRO - CI-
MENTOS-FOGÕES - AZULE-
JOS - LOUÇAS SANITARIAS



Montes Cruz & Cia Ltda

MONTES, CRUZ & CIA. LTDA., ESTABELECIDOS Á RUA

FREI CANECA N.ºs 127/131, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, DISTRITO FEDERAL, PATENTE
DE REGISTRO N.º 502.315, INSCRIÇÃO N.º 102.135, REMETE A:

NOTA FISCAL

Nº 99002

ESTABELECIDO Á

N.º

NA CIDADE DE

ESTADO DE

(EXTRAIDA EM 4 VIAS)

SERIE B

1.ª VIA

EM 30 DE Julho DE 1958, AS SEGUINTES MERCADORIAS:

| QUANTIDADE | UNIDADE | DESCRIÇÃO DAS MERCADORIAS | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
|-------------------------------------|---------|---------------------------|----------------|-------|
| | | 100 - Depósito Merc | | |
| | | Ordem n.º 60.830 | | |
| | | 25 sacos cimento Merc | 1200 | 30000 |
| RECEBEMOS | | | | |
| Rio de Janeiro, 30 de Julho de 1958 | | | | |
| por MONTES, CRUZ & CIA. LTDA. | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

NATUREZA DA OPERAÇÃO: VENDA A VISTA

VALOR DAS MERCADORIAS.....

CR\$

IMPOSTO DE CONSUMO.....

CR\$

SELADO COM CR\$

TOTAL DA NOTA.....

CR\$

AS MERCADORIAS ACIMA SEGUEM NOS SEGUINTES VOLUMES:

| MARCA | NÚMEROS | QUANTIDADE | ESPÉCIES | PÊSO BRUTO | PÊSO LÍQUIDO |
|-------|---------|------------|---|------------|--------------|
| | | | O Imposto Sobre Vendas e Consignações | | |
| | | | foi pago por verba, de conformidade com o | | |
| | | | Decreto N.º 13.883, de 5-5-1958. | | |

ESC. E DEPOSITO:

127 - RDA FBI CANECA - 131

PHONE: 700

32-1770

REDE INTERNA

END. TELEGR.

MONCRIEZ

[Handwritten signature]

MANUEL DE BARRIO, C.

MANILHAS DE BARRO - CIMENTOS, FOGÕES, AZULEJOS.

MENTOS-FOGOS-AZULE-
IOS-LOUCAS SANITARIAS



Montes, Cruz & Cia L^{ta}

MONTES, CRUZ & CIA. LTDA., ESTABELECIDOS Á RUA

NOTA FISCAL

FREI CANECA N.ºs 127/131, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, DISTRITO FEDERAL, PATENTE DE REGISTRO N.º 502.315, INSCRIÇÃO N.º 102.135, REMETE A:

Nº 99092

ESTABELECIDO Á _____ N.º _____

NA CIDADE DE _____ ESTADO DE _____

(EXTRAIDA EM 4 VIAS)

SERIE B

1.^a VIA

EM _____ DE _____ DE 19____, AS SEGUINTE MERCADORIAS:

| QUANTIDADE | UNIDADE | DESCRIÇÃO DAS MERCADORIAS | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
|------------|---------|----------------------------|----------------|-------|
| | | MB - Suprimento de Papel | | |
| | | Papel em 60.914 | | |
| | | St. Paper Company de Papel | 1220 | 3050 |

RECEBEMOS

Rio de Janeiro, 10 de Maio de 1958

POI MONTES, CRIEIRA & CIA. LTDA.

[Signature]

BRASIL

1000

TESOURO NACIONAL

BRASIL

1000

TESOURO NACIONAL

TODAS AS MERCADORIAS CO-

DE CONSUMO, PAGAR-SE-M O RESPECTIVO IMPOSTO, TENDO SIDO CUMPRIDAS TODAS AS

FORMALIDADES LEGAIS DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.

NATUREZA DA OPERAÇÃO: VENDA A VISTA

VALOR DAS MERCADORIAS..... CR\$

IMPOSTO DE CONSUMO CR\$

ASSINATURA DO EXPEDIDOR

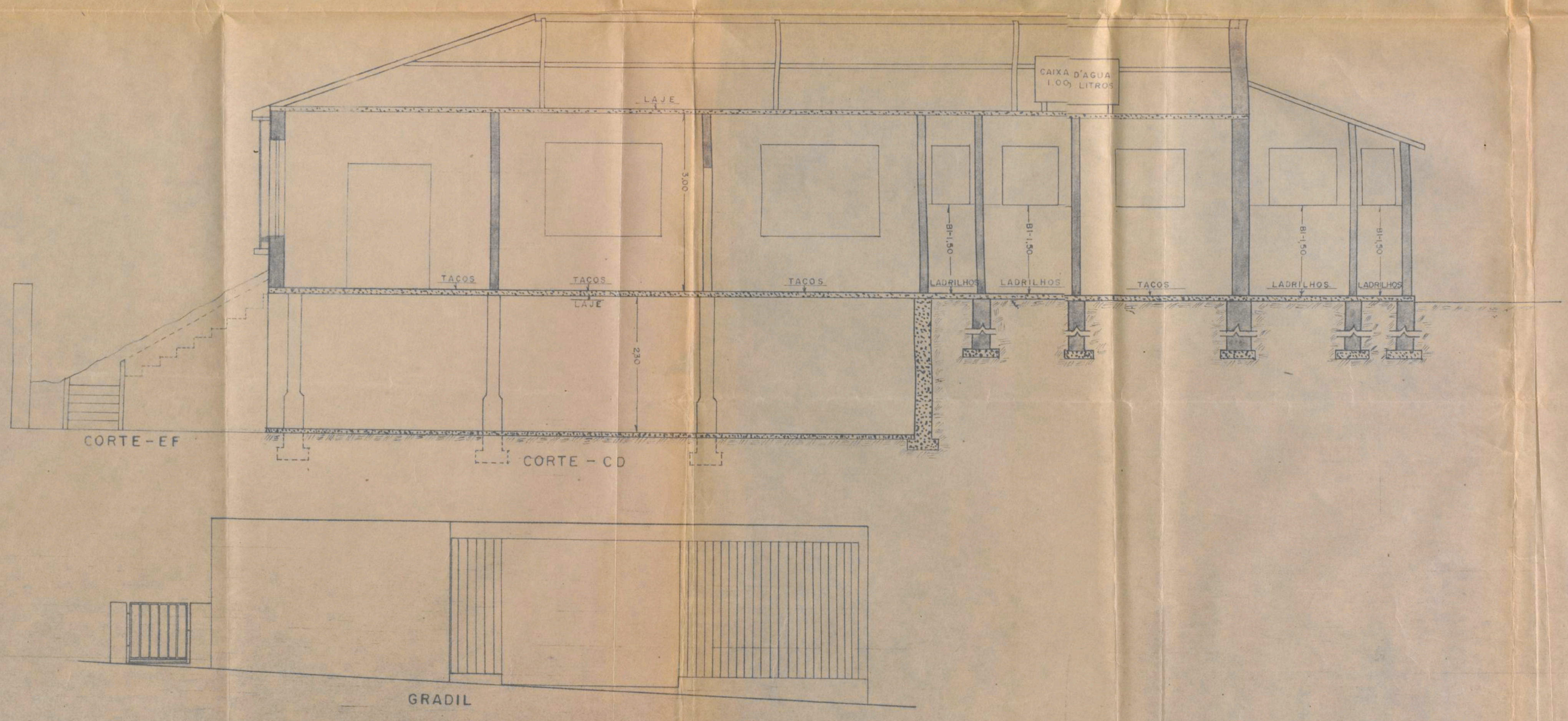
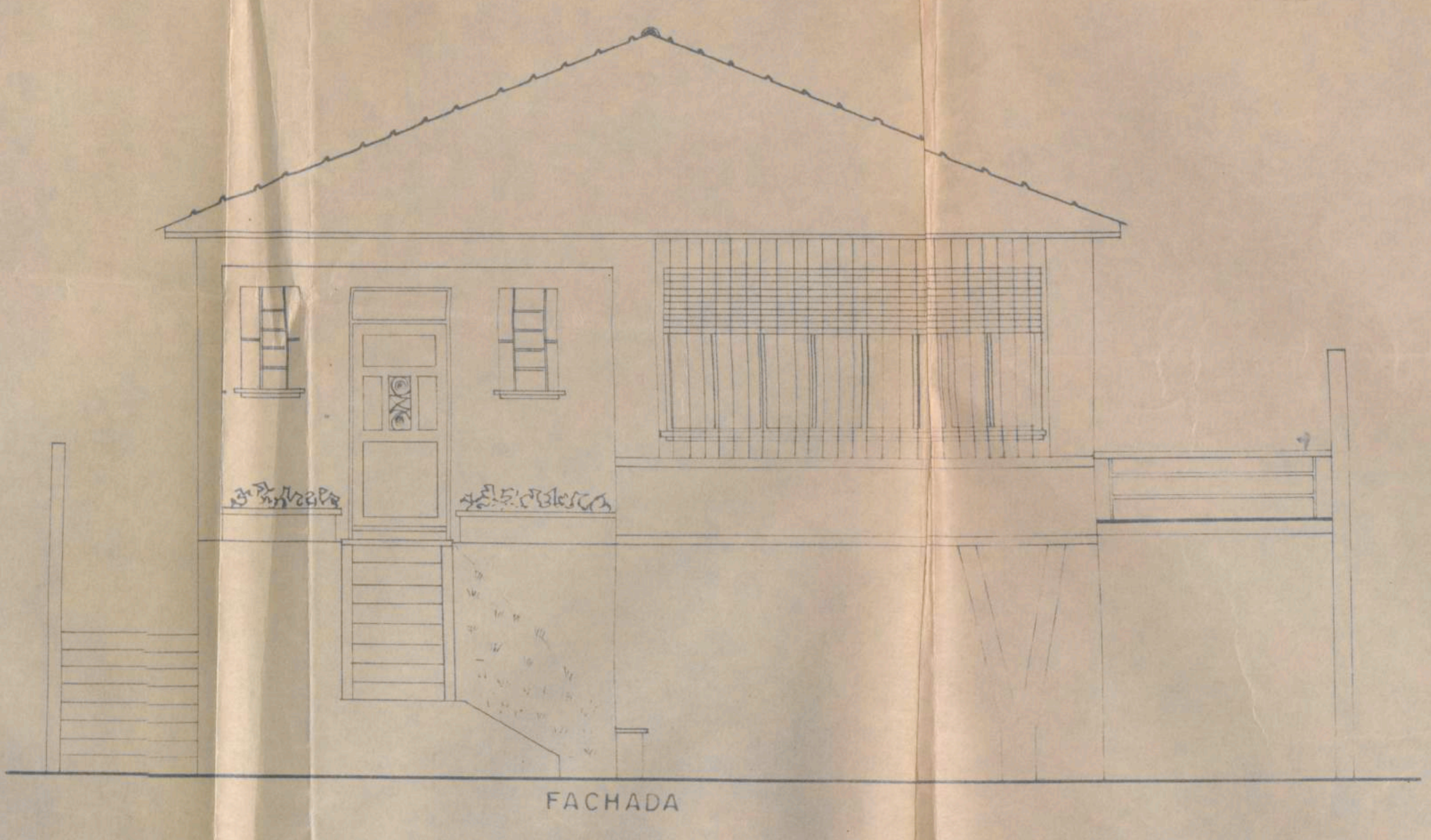
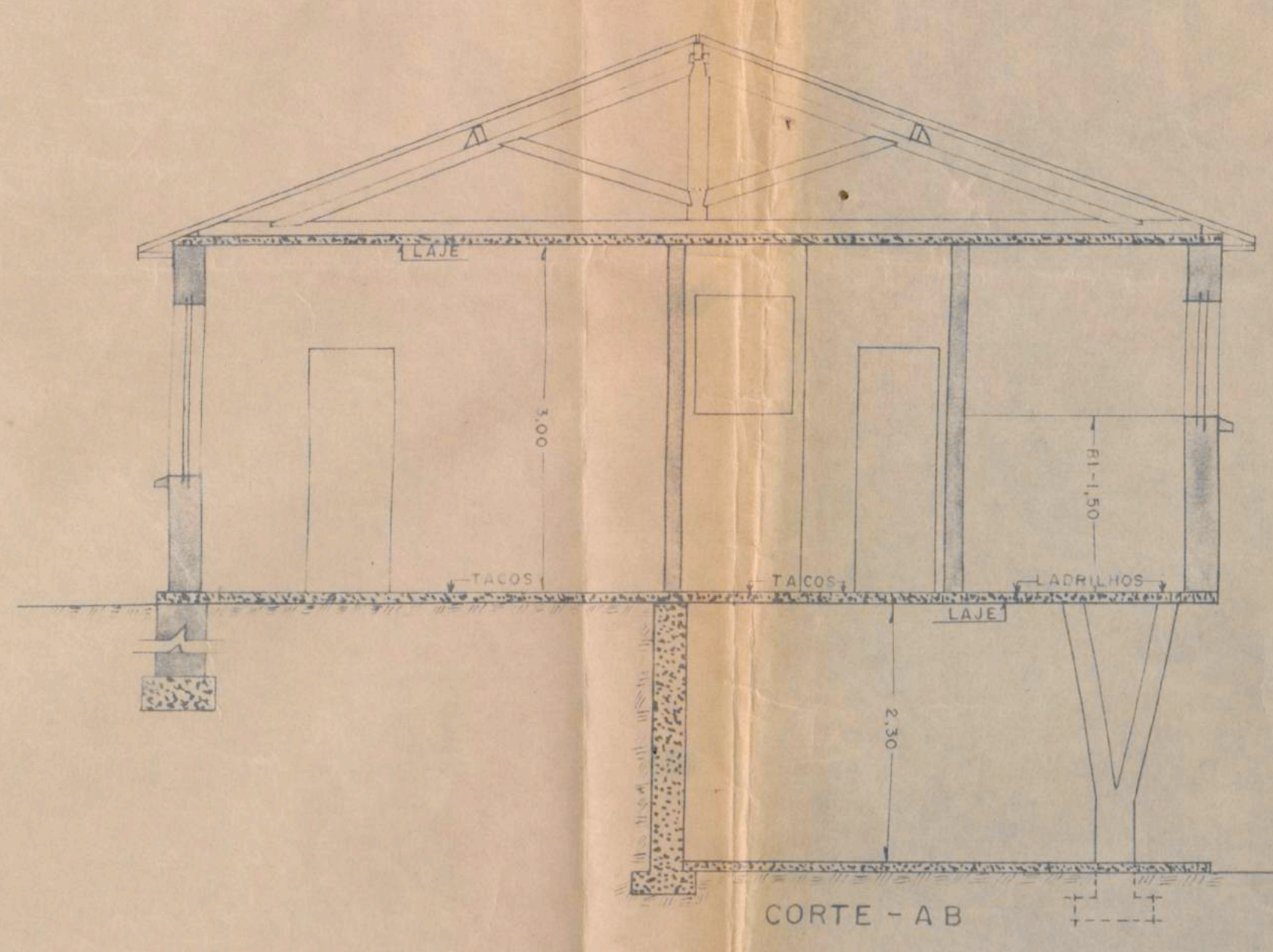
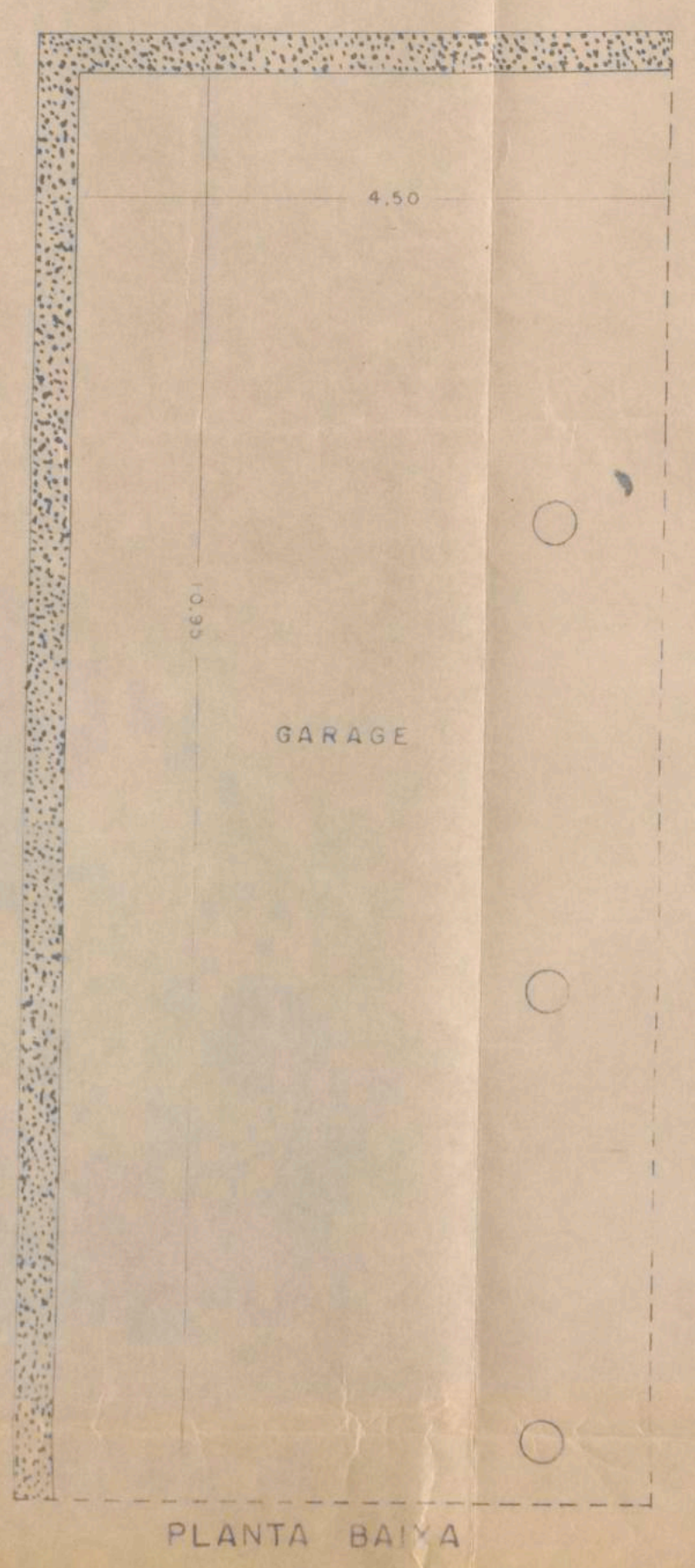
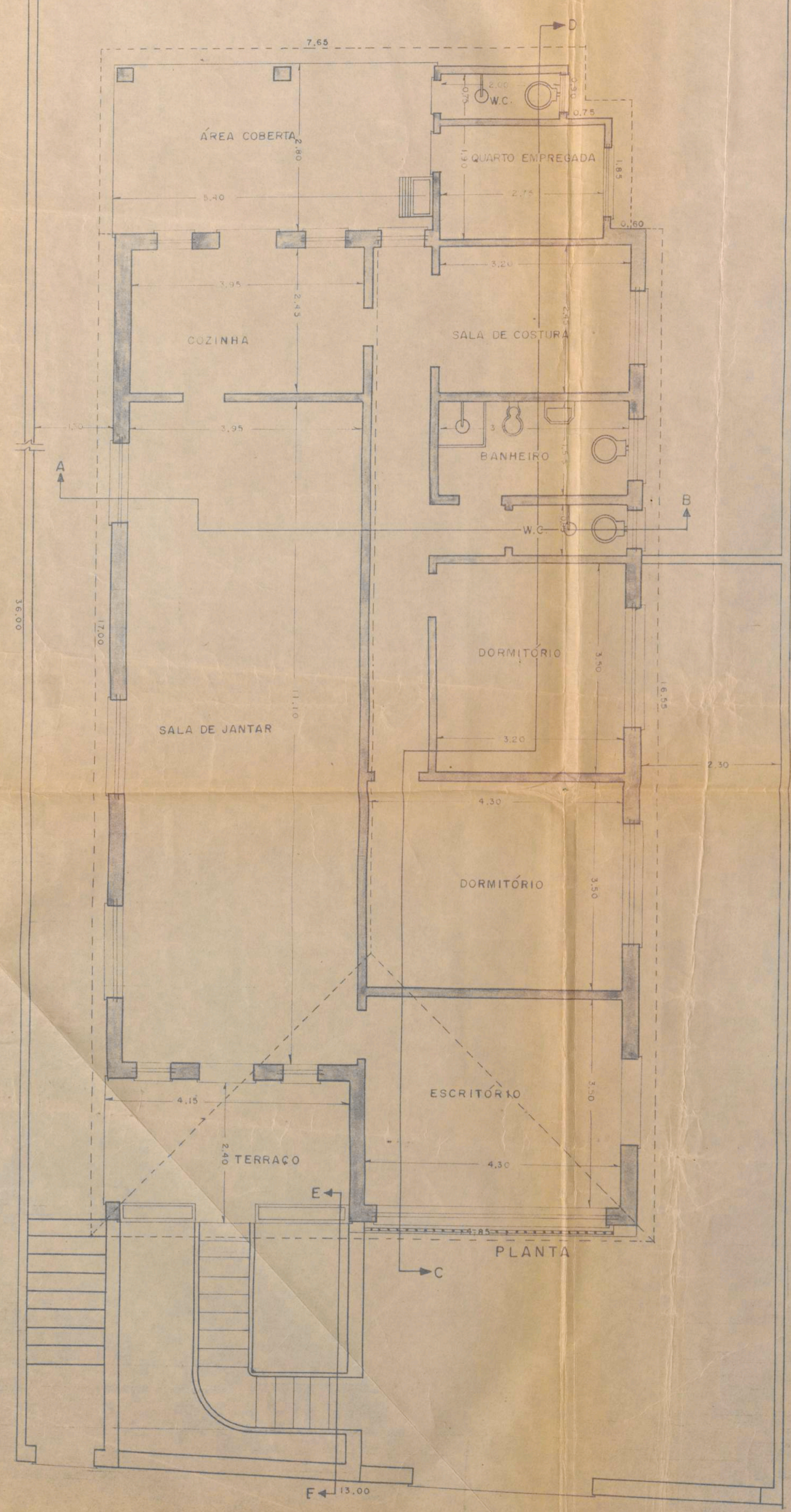
SELADO COM CR\$ TOTAL DA NOTA CR\$

TOTAL DA NOTA..... CR1

AS MERCADORIAS ACIMA SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES:

| MARCA | NÚMEROS | QUANTIDADE | ESPÉCIES | PÊSO BRUTO | PÊSO LÍQUIDO |
|-------|---------|------------|--|------------|--------------|
| | | | O Imposto Sobre Vendas e Consignações foi pago por verba, de conformidade com o Decreto N.º 13.883, de 5-5-1958. | | |

1367
[Handwritten signature]



| | | |
|--|---|----------------|
| PLANTAS CORTES FACHADA E DETALHE DO GRADIL - ESCALA=1:50 | | FOLHA ÚNICA |
| <p>PROJETO DE RESIDÊNCIA</p> <p>RUA JUSTO JANSEN FERREIRA/EX RUA 67/LOTE 17 DO PA- Nº 17 326 - QUADRA 63</p> <p>JARDIM GUANABARA - ILHA DO GOVERNADOR</p> <p>PROPRIETÁRIO MOACYR RIBEIRO COELHO</p> | | |
| <p>PLANTA DE SITUAÇÃO</p> <p>ESCALA 1:500</p> <p>63</p> <p>17</p> <p>16</p> <p>15</p> <p>14</p> <p>13</p> <p>12</p> <p>11</p> <p>10</p> <p>9</p> <p>8</p> <p>7</p> <p>6</p> <p>5</p> <p>4</p> <p>3</p> <p>2</p> <p>1</p> <p>0</p> <p>13,00</p> <p>16,00</p> <p>19,00</p> <p>22,00</p> <p>25,00</p> <p>28,00</p> <p>31,00</p> <p>34,00</p> <p>37,00</p> <p>40,00</p> <p>43,00</p> <p>46,00</p> <p>49,00</p> <p>52,00</p> <p>55,00</p> <p>58,00</p> <p>61,00</p> <p>64,00</p> <p>67,00</p> <p>70,00</p> <p>73,00</p> <p>76,00</p> <p>79,00</p> <p>82,00</p> <p>85,00</p> <p>88,00</p> <p>91,00</p> <p>94,00</p> <p>97,00</p> <p>100,00</p> | <p>PROPRIETÁRIO</p> <p><i>for José Cunha de Viveiros</i></p> <p>JOSE MARIA CUNHA DE VIVEIROS</p> <p>ALTO DO PROJETO</p> <p><i>for José Cunha de Viveiros</i></p> <p>JOSE MARIA CUNHA DE VIVEIROS</p> <p>ENGR. RESPONSÁVEL DA OBRA</p> <p>CREA 6448-D</p> <p>ÁREAS</p> <p>DO TERRENO = 395,00 m²</p> <p>CONSTRUÍDA = 162,00 m²</p> <p>ÁREA LIVRE = 233,00 m²</p> | |
| <p>NOTA: SUBSTITUIR PROJETO DO PROCESSO Nº 7478980</p> | | |